



ESTIBALIZ REDONDO TIRADO

Análise dos processos de bioconstrução coletiva na formação de identidades territoriais e afirmação da organicidade do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na Bahia

São Paulo

2021

ESTIBALIZ REDONDO TIRADO

Análise dos processos de bioconstrução coletiva na formação de identidades territoriais e afirmação da organicidade do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na Bahia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Campeinato, Capitalismo e Tecnologias”
Orientador: Davis Gruber Sansolo

São Paulo

2021

Redondo Tirado, Estibaliz.

R249 Análise dos processos de bioconstrução coletiva na formação de
identidades territoriais e afirmação da organicidade do Movimento
dos Pequenos Agricultores (MPA) na Bahia / Estibaliz Redondo
Tirado. – São Paulo, 2021.
208 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Davis Gruber Sansolo.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual
Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e
Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL),
São Paulo, 2021.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3.
Movimentos sociais rurais – Bahia. 4. Trabalhadores rurais – Bahia.
I. Título.

CDD 301.35098142

ESTIBALIZ REDONDO TIRADO

Análise dos processos de bioconstrução coletiva na formação de identidades territoriais e afirmação da organicidade do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na Bahia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientador: Davis Gruber Sansolo

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Dr. Paulo Frederico Petersen (Agricultura Familiar e Agroecologia – AS-PTA)

São Paulo, 9 de abril de 2021

RESUMO

Além das técnicas produtivas, as tecnologias sociais camponesas apresentam uma grande variedade de processos importantes para a continuidade da vida nas comunidades rurais. O Plano Camponês, elaborado pelo MPA, adota várias destas tecnologias sociais para a melhoria da qualidade de vida das famílias camponesas. A bioconstrução é uma das áreas onde se reúne grande quantidade de saberes camponeses que não foram avaliados pela academia e que contribuem na autonomia das famílias com respeito ao mercado. Nesta pesquisa, queremos investigar os fatores que contribuem, a partir da bioconstrução, na identidade territorial camponesa das comunidades/assentamentos base do MPA, especialmente, quando a tecnologia social da bioconstrução é feita de maneira coletiva (em mutirão ou mediante oficinas). Nesta perspectiva tem-se a intencionalidade também de perceber quais as características que esta tecnologia social deve ter para que sua proposta aponte um fortalecimento da organicidade dentro dos coletivos MPA, ou seja: verificar qual o papel da bioconstrução tanto no fortalecimento da organicidade e na construção da identidade camponesa dentro do seu território. Queremos investigar, ao mesmo tempo, como ajudar a construir relações igualitárias entre os diversos gêneros envolvidos e o papel deste no empoderamento dos coletivos nas comunidades (mulheres, LGBT, jovens) assim como provocar o resgate das sabedorias populares, a partir das pessoas mais experientes. Por último, queremos avaliar a bioconstrução como tecnologia social agroecológica, que cumpre com os mesmos princípios básicos de organização e trabalho coletivo, autonomia diante o mercado, colocando a vida no centro assim como o aproveitamento dos bens naturais, reciclagem e ciclos vitais. Queremos ao final, responder à seguinte inquietação de pesquisa: Como e em que condições a bioconstrução fortalece a identidade e organicidade que o MPA quer desenvolver? Como procedimento metodológico será realizado a observação participante, várias oficinas temáticas e mutirões de bioconstrução comunitária e, a partir disto, entrevistas semiestruturadas com participantes dos processos, lideranças locais e nacionais.

Palavras-chave: Bioconstrução. Organicidade. Tecnologias sociais. Identidade territorial. Campesinato. MPA

ABSTRACT

Together with productive techniques, there are many other technologies used by peasants, these technologies and processes are especially important for the good living in the countryside and in the farms. The MPA (Small Farmers Movement) has built their own Plano Camponês (a political proposal for the good living in the countryside) where they adopt many of those technologies to improve the peasant family's life. Much of this peasant knowledge comes to eco building practices, there have been undertaken by universities, but they are still very important for the community's autonomy towards the market. We want to search how eco building helps the farmers territorial identity in communities and settlers, especially when the community is built (in workshops or collective work) and how this social territorial technology must be to improve social movements. We also want to search which characteristics the processes must have to help in the building of equal relationships, in the empowering powerless collectives such as women, young or LGBT and in the rescuing of ancestral knowledge.

We would like to analyze eco building from an agroecological perspective, because we believe that the principles are the same: organization and collective working, autonomy towards the market, putting life in the center, working with nature, recycling, and circles. So, we want to answer our question, how eco building helps in the identity and organization that MPA want to approach? We are going to actively observe several processes and interview participants and local and national leadership for that.

Key words: Eco building. Organization. Social Technologies. Territorial Identity. Peasantry. MPA.

RESUMEN

Además de las técnicas productivas, las tecnologías sociales campesinas presentan una gran variedad de procesos importantes para la continuidad de la vida de las comunidades rurales. El Plan Campesino, elaborado por el MPA, adopta varias de estas tecnologías sociales para mejorar la calidad de vida de las familias campesinas. La bioconstrucción es una de las áreas donde se reúnen cantidad de saberes campesinos que no fueron valorizados por la academia y que contribuyen a la autonomía de las familias frente al mercado. En esta investigación, queremos indagar en los factores que refuerzan, a partir de la bioconstrucción, la identidad territorial campesina de las comunidades y asentamientos base del MPA, especialmente cuando la bioconstrucción es realizada de manera colectiva (en minga o mediante talleres). En esta perspectiva, tenemos la intención también de percibir qué características debe desarrollar esta tecnología social para que su propuesta lleve al fortalecimiento organizativo de los colectivos del MPA, dicho de otra manera: verificar el papel de la bioconstrucción en el fortalecimiento organizativo y en la construcción de identidad campesina al interior de los territorios. Queremos investigar, al mismo tiempo, como ayudar a construir relaciones igualitarias entre los diversos géneros envueltos y el papel que juega en el empoderamiento de los colectivos diversos (mujeres, LGTB, jóvenes); así como provocar el rescate de saberes populares presente entre personas con más edad. Por último, queremos evaluar la bioconstrucción como tecnología social agroecológica, que cumple los mismos principios básicos de organización de trabajo colectivo, autonomía ante el mercado, colocando la vida en el centro, así como aprovechando los bienes naturales, el reciclaje y cerrando ciclos. Queremos entonces, responder la siguiente pregunta de investigación: ¿Cómo y en qué condiciones la bioconstrucción fortalece la identidad y organicidad que el MPA quiere desarrollar? Como proceso metodológico utilizaremos la observación participante en talleres temáticos y mingas de bioconstrucción comunitaria, y, a partir de eso, entrevistas semiestructuradas con participantes de los procesos y dirigentes locales y nacionales.

Palabras clave: Bioconstrucción. Organicidad. Tecnologías sociales. Identidad territorial. Campesinado. MPA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 –	Presença do MPA nos Estados.....	...24
Quadro 1 –	Eixos principais do plano camponês.....	27
Gráfico 1 –	Visão sistêmica do Plano Camponês	29
Figura 1 –	Causa efeito provocada pelo ciclo de vida de edificações.	40
Figura 2 –	Definições das tecnologias sociais.....	46
Quadro 2 –	Como fazer uma pesquisa popular.....	57
Mapa 1 –	Localização dos assentamentos envolvidos na pesquisa de campo.....	64
Foto 1 –	Comunidade Quilombola Engenho da Ponte, Cachoeira, Bahia. Mata atlântica desmatada com a maré no fundo, 2019.....	69
Foto 2 –	Moradia em Engenho da Ponte, feita de pau a pique, sem alicerce e sem reboco, o barro aparece rachado e a estrutura de varas fica visível, 2019.....	74
Foto 3 –	Mutirão de bioconstrução na cozinha comunitária com incorporação de alicerce de pedra, varas de bambu e folha de bambu para evitar o desmatamento e melhorar a refrigeração da estrutura, 2019.....	77
Foto 4 –	Assentamento Terra Nossa. As trinta moradias do assentamento foram construídas com o mesmo desenho. Na foto aparecem duas moradias, as cisternas, a casa do santo construída de adobe no fundo do quintal e a plantação de mandioca e andu, 2019.....	79
Foto 5 –	Assentamento Terra Nossa. A rua central do assentamento, as casas ficam distantes umas das outras, 2019.....	80
Foto 6 –	Assentamento Terra Nossa. Paisagem de caatinga em recuperação depois de processos de desmatamento, 2019.....	82
Foto 7 –	Assentamento Terra Nossa. Área coletiva com a bioconstrução no fundo, 2019.....	87

Mapa 2 –	Processo TDR no Assentamento Terra Nossa.....	89
Foto 8 –	Primeiras bioconstruções do Terra Nossa, biblioteca com técnicas mistas, 2010.....	91
Imagem 2 –	Fogão de lenha melhorado para economizar lenha e trabalho.....	92
Foto 9 –	Adobes feitos na construção do espaço de reunião no Assentamento Terra Nossa, 2019.....	94
Foto 10 –	Telhado de palha de licuri (Syagrus Coronata) com trançado tradicional da região. é um telhado leve e fresco. Foi construído com uma pessoa que conhece a técnica e muita ajuda da comunidade. Nas chuvas comprovamos que precisava de uma melhor colocação, a água entrava na construção, 2019.....	99
Foto 11 –	O chão foi esculpido na terra, a terra do buraco foi a matéria prima para a construção de adobes e rebocos. O chão soterrado permite uma melhor temperatura, 2019....	100
Foto 12 –	Os arcos foram fabricados com adobes feitos na mesma comunidade, colocamos contrafortes para uma estrutura mais forte e acima dos arcos um encadeado superior feito de barro e muita fibra vegetal (varas, fibra de bananeira e palha de licuri), 2019.....	100
Foto 13 –	Comunidade do Tigre em Caém. A casa grande é uma construção de adobes, 2019.....	101
Foto 14 –	Aproveitando a palha do licuri (Syagrus Coronata) para paredes e telhado com técnicas de trançado tradicional. Incorporação de rebocos melhorados, 2019.....	108
Quadro 3 –	Mulheres camponesas em números.....	109
Foto 15 –	Construção de fogões melhorados nas comunidades de Cansanção, 2019.....	113
Foto 16 –	Fogão melhorado chileno adaptação para o sertão baiano, 2019.....	114
Foto 17 –	Construção de forno para pão no Assentamento Terra Nossa, 2019.....	115

Imagem 3 –	Forno Chileno melhorado para economizar lenha.....	115
Quadro 4 –	Resumo das dimensões.....	118
Foto 18 –	Finalizando os primeiros rebocos na cozinha comunitária de Engenho da Ponte, 2019.....	133
Quadro 5 –	Análise da contribuição da bioconstrução na organicidade do movimento.....	134
Foto 19 –	Comunidade do Tigre, casa de sementes concluída, 2019.....	148
Quadro 6 –	Análise da evolução das relações de poder na bioconstrução.....	149
Foto 20 –	Espaço de reunião do Terra Nossa, não finalizado, mas em uso, 2019.....	156
Foto 21 –	Primeiro ato público no espaço de reunião, assinatura dos lotes de irrigação com representantes do governo do estado da Bahia, 2019.....	169
Quadro 7 –	Análise da contribuição da bioconstrução na afirmação da identidade camponesa.....	170

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
	Que relação existe entre bioconstrução, a organização do	
1.1	Movimento dos Pequenos Agricultores e a identidade camponesa?.....	13
2	CONCEITOS BÁSICOS.....	15
2.1	Movimentos socioterritoriais no Brasil.....	15
2.2	O Movimento dos Pequenos Agricultores: História, organização e espacialidade.....	22
2.2.1	A organicidade do MPA.....	25
2.2.2	Plano Camponês, outra forma de resistência.....	26
2.2.3	MPA Bahia.....	32
2.3	Tecnociência e Bioconstrução.....	34
2.3.1	Tecnologias socioterritoriais.....	42
2.3.2	As perguntas sobre as TS.....	44
2.3.3	Com os pés no barro.....	51
2.4	Metodologia de pesquisa.....	56
3	OS TERRITÓRIOS.....	64
3.1	Engenho da Ponte, quilombolas de ontem e de hoje.....	65
3.1.1	A construção na comunidade.....	74
3.2	Terra Nossa, paisagem contraditória.....	77
3.2.1	A construção na comunidade.....	94
3.3	Comunidade Tigre, Caém.....	101
3.3.1	A construção na comunidade.....	106
3.4	As mulheres do MPA Bahia.....	109
3.4.1	A construção com as mulheres.....	112
4	ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL.....	117
4.1	Primeira dimensão: Construindo organicidade na transformação dos territórios.....	119
4.1.1	Analisando as categorias.....	123
4.2	Segunda dimensão: Relações de poder.....	136

4.2.1	Analizando as categorias.....	138
4.3	Terceira dimensão: Processos de construção de identidade....	152
4.3.1	Analizando as categorias.....	158
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
5.1	Contradições e fortalezas.....	175
5.2	Limites nas alianças com academia e políticas públicas.....	179
5.3	Contribuições no MPA.....	181
	REFERÊNCIAS.....	184
	APÊNDICE A – Listado de entrevistas.....	199
	APÊNDICE B – Planilha observação reuniões.....	201
	APÊNDICE C – Planilha observação obra.....	202
	APÊNDICE D – Roteiro entrevista participantes.....	204
	APÊNDICE E – Roteiro entrevista dirigentes.....	205
	APÊNDICE F – Planos e desenhos.....	206
	APÊNDICE G – Resumo da análise.....	207
	APÊNDICE I – Vídeo das construções.....	208

1 INTRODUÇÃO

Assim, tomaremos a terra, sim, nós a tomaremos, mas daqueles que a detêm sem cultivá-la, para devolvê-la àqueles aos quais era proibido tocá-la. Todavia, não é para que eles possam, por sua vez, explorar outros infelizes. A medida da terra à qual o indivíduo, o grupo familiar ou a comunidade de amigos têm naturalmente direito é abarcada por seu trabalho individual ou coletivo. Quando um pedaço de terra ultrapassa a extensão do que podem cultivar, eles não têm nenhuma razão natural para reivindicar esse pedaço seu uso pertencente a outros trabalhadores. (RECLUS, 2011, p. 83).

Trabalhamos para esta pesquisa com as subalternidades, as periferias e as oprimidas. Trazemos então a voz das feministas, das lutas decoloniais, das negas, das excluídas para a academia. E concretamente, trazemos as experiências das comunidades camponesas organizadas no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na luta por um ser e viver diferenciado, no resgate dos saberes e na construção de outra sociedade.

Nestes dois anos estudamos a organicidade das comunidades e do Movimento dos Pequenos Agricultores como um todo, por meio de mutirões e oficinas de bioconstrução, participando e observando como a organização se transforma com propostas pedagógicas e de luta, como o trabalho coletivo e as construções materiais contribuem em construções mais simbólicas de identidade e pertença.

Concordando com Raimundo, “é necessário o desenvolvimento de estudos geográficos que abordem a vivência de grupos menos favorecidos para o aprofundamento da capacidade científica da Geografia na compreensão no espaço contemporâneo” (RAIMUNDO, 2019, p. 54). entendemos que devemos dar visibilidade aos grupos invisibilizados para construir um verdadeiro diálogo entre eles e a hegemonia acadêmica. É necessário dentro de nossa ciência geográfica de “saberes, existências e resistências” (RAIMUNDO, 2019, p. 54).

Por isso nesse trabalho tentaremos ampliar os imaginários coletivos com novas referências bibliográficas e resgatando alguns dos saberes e das palavras das comunidades mais desfavorecidas, tanto na construção de “conhecimento universal” quanto nas teorias críticas. Fazemos o esforço de trabalhar desde a decolonialidade dos conhecimentos.

A decolonialidade enquanto conceito novo nos estudos geográficos nos possibilita ampliar a escala de análise, pois, traz consigo um fazer militante, uma denúncia frente aos processos de abandono que a colonização e a modernidade imprimiram sobre os latino-americanos, neste sentido, tal teoria tem muito a contribuir nas escritas militantes e na percepção do não lugar das comunidades quilombolas no cenário político brasileiro [...]. Os movimentos sociais e/ou grupos sociais de resistência/subalternos – rurais e urbanos – vivenciam a decolonialidade, por meio, de seus fazeres e saberes construídos coletivamente, em suas resistências cotidianas frente ao Capital. (COSTA, 2019, p. 152).

A pesquisa *Análise dos processos de bioconstrução coletiva na formação de identidades territoriais e afirmação da organicidade do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na Bahia* é o resultado de dois anos de trabalho de campo em várias comunidades organizadas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores no estado da Bahia.

Antes de mergulhar nos conceitos e as conclusões do trabalho de campo, explicamos os objetivos da pesquisa. Também dedicamos um subcapítulo ao estudo da metodologia, consideramos que os resultados são importantes, mas os processos são fundamentais; o próprio caminho fortalece a chegada. Assim, trabalhamos desde a pesquisa militante e participativa com objetivo de contribuir com as lutas do MPA; e nossa pergunta tem a ver com essa proposta.

Começamos o trabalho com um capítulo que define os conceitos básicos para o entendimento da leitura, colocando o marco teórico que inspirou a pesquisa. A categoria geográfica escolhida é a do território, dentro dele damos a discussão relativa à bioconstrução. Depois de definir brevemente as categorias de território e campesinato, anotamos algumas questões importantes sobre o conceito de *movimento socioterritorial*, para depois fazer um breve percurso pela história e organicidade do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), sujeito de estudo do trabalho, e sua estratégia.

Nossa principal contribuição no programa de Desenvolvimento TerritoriAL de América Latina e Caribe chega da mão das Tecnologias Sociais e principalmente da construção teórica e prática de uma bioconstrução popular em mãos dos movimentos sociais. Por isso definimos em profundidade esses conceitos.

O próximo capítulo relata a realidade histórico geográfica, social e política dos territórios estudados. Descreve as lutas e relações de poder frente a fatores externos e algumas das contradições internas nos processos de territorialização e a construção de territorialidades diferenciadas.

A análise que fazemos do trabalho de campo, as entrevistas e as leituras realizadas, está dividida em três partes, que se correspondem com três dimensões das territorialidades que o campesinato em resistência e com proposta política está desenvolvendo. A primeira leva em consideração a organicidade do MPA e a contribuição da bioconstrução coletiva nos diversos órgãos; resgatamos algumas categorias de estudo que ajudam visualizar o aporte no crescimento da organização.

A segunda vem pesquisar as relações de poder ao interno das comunidades, considerando que essas relações sociais são o link entre identidade e organicidade, são a engrenagem para que as novas territorialidades que surgem nas margens possam crescer. Ao analisar a proposta do Plano Camponês e as novas estratégias do movimento, vislumbramos os conceitos de pesquisa que precisamos colocar atenção neste segundo âmbito.

E a terceira dimensão é a da identidade camponesa territorial com base em pesquisas clássicas e atuais sobre o campesinato, os movimentos socioterritoriais do campo e a construção de identidades territoriais.

Finalizamos o trabalho olhando para a bioconstrução como tecnologia social camponesa agroecológica, e com algumas considerações, conclusões e provocações. Consideramos importante colocar as considerações do próprio MPA sobre a contribuição do trabalho e, ao mesmo tempo, provocar novas discussões na academia e nos órgãos do Estado.

1.1 Que relação existe entre bioconstrução, a organização do Movimento dos Pequenos Agricultores e a identidade camponesa?

Realizamos esta pesquisa porque, depois de trabalhar por vários anos em bioconstruções que aconteceram em diferentes movimentos que compõem a Via Campesina Internacional, queríamos sistematizar os processos e experiências, as aprendizagens e, sobretudo, responder várias questões que rondam nossas cabeças. É objetivo principal deste trabalho contribuir no desenvolvimento da bioconstrução como elemento e metodologia que fortaleça o Movimento dos Pequenos Agricultores. É a tarefa dada pelo próprio movimento.

Assim, pretendemos investigar os fatores que contribuem, a partir da bioconstrução, na identidade territorial camponesa das comunidades/assentamentos base do MPA, especialmente, quando a tecnologia social da bioconstrução é feita de

maneira coletiva (em mutirão ou mediante oficinas). Nesta perspectiva tem-se a intencionalidade também de perceber quais as características que esta tecnologia socioterritorial deve ter para que sua proposta aponte um fortalecimento da organicidade dentro dos coletivos MPA, ou seja: verificar qual o papel da bioconstrução tanto no fortalecimento da organicidade e na construção da identidade camponesa dentro do seu território.

Queremos investigar, ao mesmo tempo, como ajudar a construir relações igualitárias e o papel das construções no empoderamento dos coletivos desfavorecidos nas comunidades (mulheres, LGBT, jovens, pessoas negras) assim como provocar o resgate das sabedorias populares, a partir das pessoas mais experientes.

Queremos ao final, responder a seguinte inquietação de pesquisa: *Como e em quais, condições a bioconstrução fortalece a identidade e organicidade que o MPA quer desenvolver?*

Nosso objetivo principal com esta pesquisa é: *Investigar a bioconstrução, considerada uma tecnologia social/socioterritorial, compreendendo-a como uma estratégia no fortalecimento da organicidade e na (re)construção da identidade territorial camponesa das comunidades/assentamentos base do MPA.*

Para isso, traçamos os seguintes objetivos específicos:

- a) contribuir com os processos de bioconstrução realizados no MPA, enquadrando-os numa perspectiva teórica e sistematizando as experiências práticas para lograr novas aprendizagens;
- b) debater e aprofundar sobre a bioconstrução coletiva e as possibilidades de contribuição na organicidade do movimento com líderes do movimento;
- c) visualizar categorias de afirmação camponesa por meio de trabalhos bioconstrutivos;
- d) aprofundar no debate teórico da bioconstrução incorporando saberes populares e de movimentos sociais.

2 CONCEITOS BÁSICOS

Ser camponês no mundo contemporâneo globalizado e controlado pelos interesses financeiros e comerciais dos grandes capitais transnacionais é um desafio imenso, tanto do ponto de vista político-ideológico como econômico. (CARVALHO, 2006 p.1)

2.1 Movimentos socioterritoriais no Brasil

Começamos este trabalho apresentando brevemente nosso entendimento sobre as categorias território-territorialidades; campesinato e movimentos socioterritoriais do campo brasileiro.

Definimos território no entendimento de Raffestin e Fernandes que o consideram como espaço atravessado pelas relações e lutas de poder (RAFFESTIN, 2015 e FERNANDES, 2008). E incorporamos a visão de Maldi (MALDI, 1998) para quem o território é também a raiz para a formulação coletiva da identidade. Santos reforça esse diálogo entre território e identidade:

O território tem que ser entendido como território usado, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade em si. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2002, p.10).

Porto-Gonçalves (2017) concorda falando que o território não é exterior à sociedade, é o espaço apropriado onde os grupos sociais se afirmam. Assim, considera que sempre há “território e territorialidade por meio de processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades” (PORTO GONÇALVES, 2017 p.43). Simonetti (201-) fala neste sentido, da tríade relacional território-territorialidade-territorialização”.

Os principais elementos do território são as redes, a identidade, as relações de poder, a natureza e o processo TDR¹; sendo o território um espaço de luta e resistência (SAQUET, 2016). Mas também, os territórios camponeses que estudamos nesta pesquisa, em disputa com o agronegócio e o desenvolvimento capitalista, são espaços de construção de novas propostas e desenvolvimento baseado na

¹ Territorialização, desterritorialização, reterritorialização. Os movimentos transformam espaços em territórios, se territorializam e reterritorializam e são desterritorializados; nestes processos levam e constroem suas identidades territoriais e vão criando pluriterritorialidades. (FERNANDES, 2005).

autonomia, a autogestão, a valorização das identidades, a participação entre outras (SAQUET, 2016).

Consideramos então, que todo o território é espaço, mas nem todo o espaço é território (FERNANDES, 2018). O território aparece como um conceito que tem como princípios a soberania, a totalidade, a multidimensionalidade, a pluriescalaridade e oferece uma síntese de múltiplas intencionalidades e conflitualidades, um espaço político por excelência (FERNANDES, 2008). Para Saquet, “espaço de mobilização, organização, luta e resistência política” (SAQUET, 2015, p. 95).

O território não é apenas um espaço físico, também os espaços sociais e culturais estão associados às relações de poder (FERNANDES, 2013). Analisamos a composição dos territórios e a construção de territórios camponeses:

Uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão, os territórios do agronegócio e os territórios camponeses e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que, enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios [...]. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses. (FERNANDES, 2008, p. 285).

A territorialidade é a práxis da transformação do espaço em território, (SAQUET, 2015) e nela participam quatro níveis: as relações sociais e identidades com suas redes, nós, desigualdades e conflitualidades; a apropriação do espaço; os comportamentos, objetivos e desejos e; as práticas políticas “espaço-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza” (SAQUET, 2015, p.99-100). Assim, também podemos falar que a construção do território gera identidade e que estas identidades geram, ao mesmo tempo, territórios (SAQUET, 2008).

Estas relações aparecem continuamente na pesquisa, considerando o território multidimensional, e retomando os elementos de Saquet (SAQUET, 2008), analisamos três das possíveis dimensões: a organicidade (atores e redes nas palavras de Saquet), as relações de poder e a construção de identidade territorial. Porém, no estudo, falamos também das formas de apropriação, das tecnologias como ferramenta, os objetivos (intencionalidade de Fernandes) e da relação com a natureza.

Consideramos importante ressaltar as territorialidades e as relações de poder que aparecem no enfrentamento entre territórios assim como as relações de poder internas e que definem e criam conflitualidades em escalas menores. Dentro dessa noção pan-hierárquica, temos a luta de classes, mas não só, também as formas de opressão que são prévias à formação das classes e do Estado (o patriarcado como exemplo). (BOOKCHIN, 1999). Neste sentido, o trabalho considera principalmente a noção de território feminista

A autora [Gillian Rose] reivindica uma relação existente entre sujeito e território e argumenta que a noção de território desenvolvida pela geografia baseada na teoria masculina heterossexual burguesa envolve um tipo de propriedade conquistada historicamente, sempre pela violência, e imaginada e estruturada como uma fortaleza, como proteção de si e a exclusão de outros. (SILVA, 2003, p. 39).

Passamos agora relatar algumas considerações sobre o campesinato. Entendemos o camponês como uma identidade territorial dinâmica e diversa que mantém certas características no espaço e no tempo, com “obstinação camponesa²” (CARVALHO, 2010). Assim como sujeito que cria e recria territórios os ocupando e controlando desde lógicas não capitalistas, como falara Chayanov (GERARDI; SALMONI, 2015) e com uma capacidade de resiliências demonstrada pela sua sobrevivência a sistemas sociopolítico-econômico anteriores como o escravismo e feudalismo.

Assim, o campesinato não se configura em um modo de produção individualista, mas sim busca um ideal do grupo familiar, trabalhando várias vezes, com uma agricultura onde o coletivo se forma por famílias camponesas, que se auxiliam e trocam conhecimentos e experiências e um exemplo seria os mutirões, evento camponês onde se forma um coletivo, um grupo de famílias, que se organizam em um dia para trabalhar a propriedade do vizinho. (VAZ, 2016, p. 34).

Assegura então Carvalho que “o modo de viver e de ser camponês nega a lógica capitalista porque tem a sua própria racionalidade, a especificidade camponesa, concepção e práxis social essa que a ideologia e a política capitalista insistem em negar”. E nesse sentido que “na especificidade camponesa não está presente o processo de exploração do trabalhador, mas um processo de cooperação não apenas entre os membros da família, mas entre famílias, pelas formas mais distintas de ajuda mútua.” (CARVALHO, 2010a, p. 2).

O campesinato vai se atualizando, e hoje dialoga com outras economias críticas na criação de identidade coletiva e na construção de sujeito político organizado. A

² Horácio Martins de Carvalho nos escritos “Na sombra da imaginação”.

Articulação Nacional de Agroecologia em seu método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas LUME³ aponta para três perspectivas.

A primeira é a perspectiva Chayanoviana que descreve que o campesinato mora num ambiente hostil, mas luta pela autonomia e uma vida melhor, não só monetária. Com uma base de recursos materiais e imateriais local e autocontrolada cria uma estratégia para não depender do mercado. A segunda é a economia ecológica, todo chega da natureza e volta para natureza, é um metabolismo social. Por isso as formas de integração social-econômicas camponesas são a reciprocidade (bem comum, comunidade, natureza), a redistribuição e as trocas mercantis (PETERSEN, 2017). A terceira fonte é a economia política, a distribuição da riqueza produzida no agroecossistema, e principalmente a economia feminista, trazendo como novidade a contabilidade de todos os tempos de trabalho, também os historicamente invisibilizados (cuidados e domésticos entre outros) e os da militância (PETERSEN, 2017).

Mas, para compreender o campesinato de hoje e as lutas pela terra e a justiça social, é importante olhar para revoltas históricas que marcaram o devir do pensamento político do campesinato. Falamos da Revolta do Contestado (1912-1916) e da Revolta de Canudos (1896-1897) (AURAS, 1984, *apud* VAZ, 2016). Também do Cangaço no Nordeste, as resistências dos escravos fugidos e auto-organizados nas comunidades quilombolas e depois das “Ligas Camponesas”, considerada como a “primeira organização” no país destinada ao camponês. Para chegar até os movimentos que hoje compõem La Via Campesina Brasil. (OLIVEIRA. E. A., 2018).

Também vale a pena destacar *as formas cotidianas de resistência* camponesas, que não aparecem nos jornais, mas que fazem parte das identidades camponesas (SCOTT, 2002). Essas outras resistências são “produção para autoconsumo, a autonomia e o controle no processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança, os vínculos locais” (FABRINI, 2008, p. 239). Por isso é vital “reconhecer o território camponês como trincheira de resistência aos esquemas de dominação do modo de produção capitalista” (FABRINI, 2008, p. 269). O camponês é um sujeito que constrói suas próprias tecnologias.

³ Paulo Petersen em oficina de formação no método LUME para o MPA Bahia. Capim Grosso, julho de 2019.

Vemos uma construção social, cultural e territorial, que ao longo do tempo se moldou para uma melhor adaptação e subsistência da família camponesa. Mesmo as práticas camponesas consideradas *arcaicas*, percebemos elas como uma seleção de técnicas, práticas e ferramentas que também se aperfeiçoaram às condições práticas e econômicas (e ainda continuam em processo de aperfeiçoamento), regionais e temporais para melhor servir a família camponesa. (VAZ, 2016 p. 42).

Nesta caracterização de lutas de resistências surgem, a partir dos anos 80, novos movimentos socioterritoriais no campo brasileiro. São organizados para “desenvolver uma ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação a realidade” (FERNANDES, 2005, p. 279), com o território como eixo principal de luta. Bernardo Mançano define os movimentos socioterritoriais como aqueles que

[...] produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades [...]. Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. (FERNANDES, 2004, p.30).

Assim, Sobreiro filho tenta marcar a diferença com outros movimentos que considera socioespaciais e que “são aqueles que produzem-consomem e/ou transformam o espaço e, conseqüentemente, as relações socioespaciais através de sua luta, resistência e sua própria existência” (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 98) e continua a pesquisa realizada por Pedon que, na sua caracterização dos movimentos socioterritoriais, volta para o conceito território como a base da criação e recriação das experiências de resistências e transformação das relações sociais; neste sentido o movimento socioterritorial “têm o território como trunfo e, portanto, resistem e lutam por territórios (materiais e/ou imateriais)” (PEDON, 2009, p. 228). É uma categoria mais restrita “porque a principal demanda está voltada para a conquista do território ou da soberania” (PEDON, 2009, p. 184).

A construção de um tipo de território traz, quase sempre, a destruição de outro, é por isso que “a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização” (FERNANDES, 2005, p. 279).

Os movimentos socioterritoriais são, ao mesmo tempo, movimentos pela autodefinição e a conquista do território aparece como definidor a identidade (PEDON, 2009, p. 188).

[...] as relações de poder estão arrançadas de forma a dar sentido ao ordenamento no território. Impor sua territorialidade, imprimir no espaço o conjunto de seus valores, ideias e vontades, faz com que a conquista do território seja um trunfo para os movimentos socioterritoriais. (PEDON, 2009, p. 174).

Neste sentido, assim como “o espaço é condição necessária para a existência do território, o mesmo se dá entre movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais” (SOBREIRO 2016, p. 99).

É por isso que a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil, é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Este século passado, foi um século por excelência da formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. É por isso, que este camponês não é um camponês que na terra, entrava o desenvolvimento das forças produtivas impedindo, portanto, o desenvolvimento do capitalismo no campo. Ao contrário, ele praticamente nunca teve acesso à terra, é, pois, um desterrado, um sem-terra que luta para conseguir o acesso à terra. É no interior destas contradições que tem surgido os movimentos socioterritoriais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência. (OLIVEIRA, 2007, p. 135).

O que caracteriza os movimentos socioterritoriais é que disputam paradigmas e espaços políticos, mas possuem como centralidade a disputa dos territórios materiais, neste caso a terra (FERNANDES, 2013). No desenvolvimento destes movimentos, passaram de lutar por terra a lutar pelo território e de lutas por direitos às lutas pela autonomia e autogoverno (no caso dos povos originários); passaram da resistência à afirmação da diferença (ZIBECHI, 2008, p. 42).

Cuando ese movimiento-desplazamiento arraiga en un territorio, o los sujetos que emprenden ese mover-se están arraigados en un espacio físico, pasan a constituir territorios que se caracterizan por la diferencia con los territorios del capital y el Estado. Esto supone que la tierra-espacio deja de ser considerada como un medio de producción para pasar a ser una creación político-cultural. El territorio es entonces el espacio donde se despliegan relaciones sociales diferentes a las capitalistas hegemónicas, aquellos lugares en donde los colectivos pueden practicar modos de vida diferenciados. (ZIBECHI, 2008, p. 41).

No campo, os movimentos socitoterritoriais são “predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território” (FERNANDES, 2005, p. 281). O campesinato cria assim espaços próprios e os transforma em territórios. Lefebvre (Zibechi, 2008) falava que o espaço é produto das lutas sociais, então quem produz espaço constrói relações sociais diferentes que precisam dos territórios para se diferenciar. Não é só a posse da terra, mas a construção de relações diferentes e

“contraditórias com a sociedade hegemônica”, novas territorialidades (ZIBECHI, 2008, p. 40, tradução nossa).

Esta construção de territórios camponeses aparece em clássicos como Elisée Reclus, que no século XIX escrevia sobre a necessidade de organizar-se como classe camponesa e “por um discurso comunalista e integrador de forças” (PINTO, 2014, p. 16). Assim, algumas ideias dos movimentos socioterritoriais, os princípios de ajuda mútua e solidariedade, autonomia com respeito ao Estado e ao mercado e a construção de relações horizontais já foram pesquisadas por geógrafos como Reclus (1985); Kropotkin (2005) e Bookchin (1991). Para estes autores, os territórios camponeses constituíam territórios de resistência autônoma do campesinato, onde a ação humana, sustentada pela terra e pela resistência política culmina na “geograficidade libertária do sentido campesino de vivenciar o território” (PINTO, 2014, p. 27-33).

No Brasil existe uma grande quantidade de movimentos socioterritoriais, olhamos mais de perto os que compõem a Via Campesina Brasil, movimentos que surgiram desde os anos 80 (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST-, que luta pela reforma agrária como direito à terra), os 90 (Movimento dos Pequenos Agricultores -MPA- em luta por um modo de vida camponês e defesa de territórios camponeses, o Movimento de Atingidos por Barragens -MAB- que começou com a luta pela relocação de famílias despejadas e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas -CONAQ-) e alguns mais novos como o Movimento pela Soberania Nacional na Mineração (MAM).

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) se define como um movimento socioterritorial que entende o território como espaço de luta e de construção:

O território camponês é um espaço de vida, espaço de produção, disputa de poder e construção do poder popular. É onde fazemos o enfrentamento direto com o Agronegócio. O território é estratégico, concreto, nos dá governabilidade social e política, unifica nossa base social. Lá a gente come, lá a gente vive, lá nossos filhos estudam, lá a gente produz, lá a gente enfrenta o agronegócio. (MPA, 2007, p.3).

Assim constrói territórios de vida, territórios como construção de autonomia e soberania, não só na produção de alimentos como também na formação, na cultura e nos jeitos de cobrir as necessidades da própria comunidade.

[...] é o elemento central no modo de vida camponês. Destruir suas comunidades é destruí-lo por inteiro. Na comunidade há espaço da festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução dos conflitos,

das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da celebração da vida (aniversários) e da conveniência da morte (ritualidades dos funerais). Tudo adquire significado e todos têm sua importância na comunidade camponesa”. (GÖRGEN, 2017, p.74).

E entende estas transformações nos territórios e as construções de novas territorialidades como essa relação entre pessoas e terra que, como falara Reclus, constrói ou desconstrói a liberdade.

2.2 O Movimento dos Pequenos Agricultores: História, organização e espacialidade

Situamos então o Movimento dos Pequenos Agricultores MPA dentro da categoria de movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005) e vamos agora contextualizar este movimento que é sujeito de nossa pesquisa. Olharemos para sua história, para sua organicidade e para sua proposta política de vida e produção camponesa chamada de Plano Camponês (COSTA, 2012), que se viabiliza através dos programas camponeses construídos em vários estados do Brasil (SANTANA, 2017).

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massas, autônomo, de luta permanente, cuja base social é organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas. O MPA busca resgatar a identidade e a cultura camponesas, na sua diversidade, e se coloca, ao lado de outros movimentos, a formação do bloco histórico capaz de levar as forças populares à conquista do poder e à construção de uma nação soberana, animada pelo horizonte e pelos valores da sociedade socialista. (LEAL, 2019, p 15).

Nasceu no ano de 1996, “como fruto histórico da crise econômica e social na agricultura brasileira, produto da abertura neoliberal dos anos 1990 e do esgotamento do movimento sindical de trabalhadores rurais como instrumento de representação e luta dos camponeses brasileiros”. (LEAL, 2019, p 16).

Os pequenos agricultores se organizaram para reivindicar ao Estado políticas públicas para permanecerem exercendo seus afazeres nas propriedades que possuíam ou arrendavam. Na essência, o que estava em risco era o território desses camponeses e a sua própria existência enquanto campesinato. (BORGES, 2020, p.38).

Surge para mudar a situação vivida pela classe camponesa. A *semente do MPA* foi a mobilização dos atingidos pela seca no ano 1996. “Nasceu da pressão da base organizada; nasceu da luta dos agricultores para resistir na roça; nasceu para lutar pela mudança da política agrícola, por crédito subsidiado e seguro agrícola” (LEAL, 2019, 16). E ficou para “lutar e construir um novo modelo para agricultura brasileira” (*Idem*).

A falta de espírito de luta dos sindicatos levou a militantes camponeses para auto organização, sendo sua prioridade a organização da classe camponesa, famílias camponesas que moravam no campo sem acesso aos serviços básicos, com uma qualidade de vida muito precária e que migravam nas cidades de forma massiva (GÖRGEN, 1998). O diálogo com o povo, o trabalho de base e a definição coletiva de pautas construíram novas metodologias de lutas camponesas, que se distanciaram do sindicalismo tradicional (BORGES, 2020).

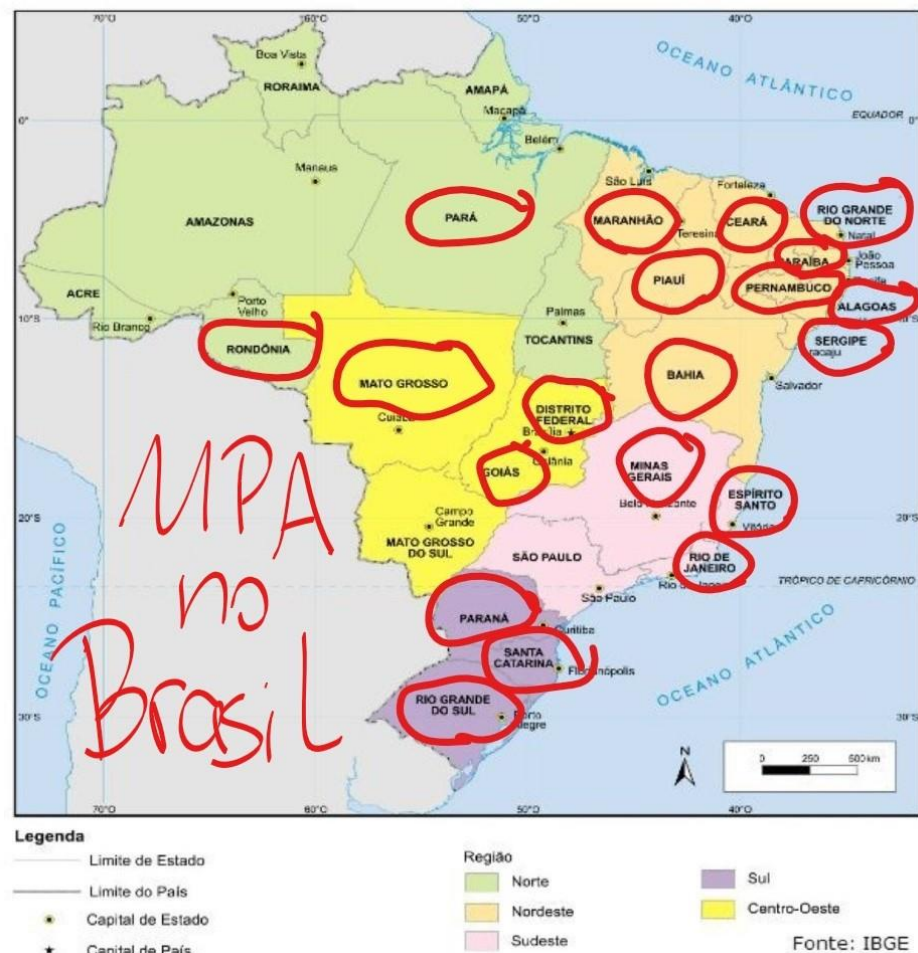
As lutas se espalharam em vários estados, e a decisão de constituir o MPA como um movimento nacional deu-se em Brasília nos dias 12 e 13 de dezembro de 1998 (MPA, 1998), numa reunião com a presença de representantes camponeses de sete estados. Decidiu-se, neste momento, “construir um Movimento Nacional de Luta dos Pequenos Agricultores com as seguintes características: lutas de massa; organização de base; formação política, ideológica e técnica; bandeiras simples, claras, objetivas e mobilizadoras” (LEAL, 2019, 17).

Nessa reunião, foi analisada a entrada violenta do neoliberalismo no campo e que tipo de reação os camponeses deveriam desenvolver. As principais conclusões deste encontro fundador foram: que as estruturas sindicais estavam viciadas; que as bases quando mobilizadas mostravam disposição de luta; que faltava trabalho de base; que havia necessidade de desenvolver formas permanentes de lutas e que a organização popular devia se sobrepor à manutenção das estruturas. (LEAL, 2019, p.17).

Nesse momento a organização do MPA sinaliza para a necessidade da mudança; para a necessidade da organização e mobilização da classe camponesa. Isto significa que é preciso “se mexer, se organizar de um modo diferente e lutar em conjunto, combinando pressão política, mobilizações de massa prolongadas e negociações para garantir conquistas” (LEAL, 2019, p.18). O movimento nasce então, das necessidades dos camponeses que são maiores que a abrangência territorial do município. Se valora que a estrutura sindical tem seus limites porque está cabrestead

pelo Governo, e então, é necessário construir uma nova forma de organização política (LEAL, 2019).

Imagem 1 – Presença do MPA nos Estados



Fonte: Mapa de TodaMateria⁴, 2021 "grafitada" pela autora.

Atualmente o MPA está organizado em 19 Estados brasileiros (RS, PR, SC, RO, PA, MT, GO, ES, RJ, MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, MA e PI). O MPA organiza aproximadamente 100 mil famílias camponesas em todo o território nacional, faz parte da Via Campesina Brasil e Internacional⁵, da Confederação Latino-americana de Organizações Camponesas (CLOC), da Frente Brasil Popular e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

⁴ <https://www.todamateria.com.br/capitais-do-brasil/> (acesso março 2021).

⁵ La Via Campesina é uma articulação internacional de organizações do campo, movimentos socioterritoriais diversos de 80 países e reúne 200 milhões de famílias.

O distintivo do MPA frente a outros movimentos socioterritoriais do campo brasileiro foi a defesa dos territórios habitados pela classe camponesa, com a organização da produção, a longa caminhada pela agroecologia e a defesa da qualidade de vida no campo. A soberania alimentar e a reforma agrária são bandeiras de luta da Via Campesina como um todo, só que os diferentes movimentos que a compõem têm lutas que definem seu dia a dia. Assim, o MST é conhecido e reconhecido pela luta pela terra, o MAB pela discussão sobre a energia e o MAM pelo debate em torno à soberania na mineração. O MPA neste sentido, sempre destacou na proposta de um modelo de produção camponês e na defesa da agroecologia e a soberania alimentar.

Vem desenvolvendo aportes teóricos importantes dentro da Via Campesina sobre a identidade camponesa e suas definições como classe, como sujeito diferenciado e como modo de ser e de viver algumas junto a intelectuais brasileiros como Horácio Martins de Carvalho e produções do próprio movimento com autores como Valter Israel da Silva e Frei Sérgio Görden. Ao mesmo tempo, desenvolve e constrói conhecimento coletivo com sua práxis nos processos de luta. Desde as primeiras lutas do MPA com uma pauta econômica de subsídio para os camponeses atingidos pela seca de 1996, passando pelas lutas por políticas públicas e a construção das mesmas como o desenho de compras públicas locais e camponesas no PAA, até a própria luta por um modelo de produção diferente (LEAL, 2019) trazem aprendizagens (MPA, 2012).

2.2.1 A organicidade do MPA

Fazemos referência ao termo *organicidade* na vez de falar de organização trazendo para isso a definição de Peloso:

Organicidade vem de órgão, enquanto parte de um corpo. O corpo possui muitos órgãos que, embora diferentes, trabalham para o mesmo fim. Organicidade é, então, a capacidade de um movimento tem de fazer com que as ideias, discussões e orientações comuns percorrem e se articulem, em todo o corpo da organização, de forma permanente. Esse fluxo garante a unidade de pensamento e de ação, com autonomia relativa das partes, para aplicar, de maneira criativa, suas decisões gerais, além de cuidar de sua auto-reprodução. (PELOSO, 2012, p.12).

A organicidade do MPA está composta por vários elementos. De um lado, na organização política, o MPA está composto pelos grupos de base nas comunidades camponesas, famílias organizadas em territórios camponeses que são a base e fundamento do movimento, seu alicerce e sustentação. São pessoas que vestem a camisa do movimento nas comunidades, grupos organizados que assumam o objetivo, os princípios e valores do Movimento e que estabeleçam uma dinâmica com periodicidade de encontros.

Temos que ser capazes de construir a contra hegemonia política, econômica e cultural nos territórios onde atuamos, ou seja, devemos ganhar a população do campo e da cidade para nossas propostas e concepções políticas, processo esses como parte constituinte do poder popular. (MPA, 2019, p.5).

Mas o MPA têm diferentes graus de participação, desde camponeses que não tem identidade de movimento, mas se mobilizam e participam de algumas questões como oficinas e mutirões, e que são parte beneficiada pelas conquistas do movimento até a militância que tem como tarefa a coordenação política e a organização. Por isso, o trabalho de base é um dos fundamentos básicos do movimento. Nesta estrutura política estão também as coordenações municipais, estaduais, regionais e nacional.

De outro lado, na organização econômica estão as cooperativas do MPA que reafirmam a resistência camponesa e constrói outras relações não capitalistas que expressam a proposta política do Movimento no abastecimento popular, “que seja exemplar para classe e para o conjunto da sociedade” (MPA, 2019).

Também estão os coletivos e equipes que juntam interesses concretos para avançar nas questões de prioridade para o movimento. No dia de hoje o movimento tem coletivo de produção, formação, gênero, juventude, educação e comunicação e equipe de moradia, gestão, jurídico e saúde. Cada região tem suas especificidades, que o movimento respeita e se constrói em base as territorialidades locais e regionais pré-existentes.

Estas estruturas locais, regionais e nacionais do movimento são importantes na nossa pesquisa porque pretendemos analisar as implicações das bioconstruções nas diferentes estruturas do movimento.

2.2.2 Plano Camponês⁶, outra forma de resistência

⁶ <https://mpabrasil.org.br/plano-campones/>

O Plano Camponês é a proposta política do MPA para a sociedade, uma proposta estratégica que marca o horizonte de luta e de tática diária (MPA, 2018). Tem sido desenhado ao longo do tempo com muitas reuniões, discussões e contribuições de pessoas parceiras. Se trata de uma construção coletiva, baseado numa pedagogia de elaboração permanente, um programa estratégico que pressupõe o campesinato e os povos originários e tradicionais como a base do desenvolvimento do campo (MPA, 2018).

É também um plano aberto e em expansão, mas já definido em cinco eixos principais.

Quadro 1 - Eixos principais do plano camponês

1. *Campesinato e história*: afirmação dos camponeses e dos povos originários e tradicionais como a base do desenvolvimento do campo.
2. *Soberania*: biodiversidade, hídrica, mineral, energética, alimentar e territorial.
3. *Terra e Território*: reforma agrária, ocupação popular do território e projeto demográfico, cultura, educação, saúde e comunicação.
4. *Nova base produtiva*: agroecologia camponesa e abastecimento popular, cooperação, agroindústria e nova ciência e tecnologia.
5. *Nova geração camponesa e feminismo camponês e popular*: a construção de uma nova geração camponesa com base no acesso à Terra e o Território, agroecologia camponesa e abastecimento popular, bem como pelo desenvolvimento de novas relações sociais que superem o capitalismo e o patriarcado.

Fonte: Site do MPA Brasil, 2021

O Plano Camponês se tornou imperioso e necessário com o início do Governo Lula quando o MPA percebeu, de um lado, fragilidade da pauta de reivindicações e proposta do próprio Movimento, e, de outro lado, como aponta Gorgen (2013), a disposição do Governo de não romper com o pacto de poder construído pelo Estado

com o Agronegócio e de atuar nos marcos conceituais da Agricultura Familiar e tendo o PRONAF como principal instrumento legal e operacional.

Sentiu-se a necessidade de um projeto estratégico mais profundo, organizado e robusto. O MPA tinha reivindicações de sentido estratégico, mas faltava um Plano, um projeto. Topou-se o desafio de construí-lo, no debate, no estudo e no confronto permanente com a prática camponesa, tanto no âmbito da política, como da produção, da cultura, da vida das comunidades etc. (GORGEN, 2013, p. 13).

Nas palavras do movimento é uma proposta de vida e de produção, de dignidade e de viabilidade (SILVA, 2014). Surgiu “diante da necessidade de construção de um projeto popular para o campo, em um cenário onde o País se via cheio de esperanças com as eleições de Luiz Inácio Lula da Silva” e como o objetivo de “esboçar um projeto para o campesinato e pelo campesinato brasileiro”. Queria ser um referencial teórico sobre o “papel do campesinato na história e as possibilidades que este apresenta para uma concepção de campo e de sociedade no Brasil e no mundo, que rompa com os imperativos do capitalismo” (COSTA, 2014, p. 96-97).

Toma assim algumas ideias chave de Carvalho sobre a intenção política do campesinato de ser autônomo perante o capital, a necessidade de garantir a capacidade de decisão e superar a dependência perante as políticas e programas governamentais (CARVALHO, 2009, p. 18).

Na conjunção destas ideias surge o Plano Camponês (LEAL, 2019) como alternativa política, econômica e de vida ao sistema que chega desde o agronegócio e à proposta que por meio do Estado apresenta para o campesinato tentando transformá-lo em agricultura familiar (reduzindo a produção camponesa dentro dos parâmetros capitalistas de mercado). Uma proposta de construção de novas territorialidades⁷ que abarca um novo jeito de viver e produzir. Nesta construção o debate do campesinato como classe social está no plano de fundo.

Carvalho afirmava (ainda quando o Plano Camponês estava em construção) a presença camponesa na formação econômica e social brasileira como classe social em construção e que os camponeses “são ou serão capazes de proporem e sustentarem um novo modelo de produção que negando o modelo dominante no campo contribua com a luta social mais ampla para se alcançar transformações sociais” (CARVALHO, 2010b, p. 3). Silva (2014) reforça estas ideias falando da

⁷ Os territórios de identidade podem ser adotados como unidade de planejamento e base das políticas públicas que promovam ações de reestruturação produtiva, saúde, educação, cultura, lazer e políticas para a ampliação dos direitos das mulheres entre outras. (SANTANA, 2017).

relevância neste momento para a própria afirmação camponesa do carácter de classe do campesinato pois deriva nas conflitualidades socioterritoriais no primeiro e segundo território (FERNANDES, 2013).

Os camponeses organizados no MPA disputam as diversas escalas e dimensões do território para construir o Plano Camponês. Movimentações nas propriedades, comunidades, regiões, estados e país ilustram essa dinâmica multiescalar, ligada umbilicalmente à multidimensionalidade, expressa nos atos de se organizar e produzir, bem como na escolha dos representantes políticos que irão atuar nas estruturas estatais. (BORGES, 2020, p. 54).

Gráfico 1 - Visão sistêmica do Plano Camponês

Tabela 9 – Visão sistêmica do Plano Camponês

Plano campo nês	Produção	Sistemas Camponeses de produção	Sementes, oleaginosas, leite, agroflorestas, alimentos, adubação verde e orgânicas, etc.
		Agroindústrias	Leite, mel, mandioca, café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos e defumados
		Desenhos organizativos	Grupo de base, associações, condomínios, cooperativas, grupo de consumidores
	Educação e formação	Escola	Locais, contextualizadas, desenvolvimento local
		Universidade	Nossa realidade, acesso aos camponeses
		Informal	Reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc.
	Vida de qualidade	Moradia	Casa, pomar, horta, sombra, jardim, auto estima, paiol, local de trabalho, ...
		Esporte	Futebol, vôlei, bochas, etc.
		Cultura	Teatro, música, capoeira, mutirão, partilha, alimentos, conhecimentos novos, ...
		Lazer	Festas, bailes, torneios, encontros
		Saúde popular	Alimentação saudável, ervas, saneamento, formação nutricional, etc.
	Comunidade Camponesa	Eixos unificantes Fator de resistência	Alguma estrutura comunitária
			Escola na comunidade
	Soberania	Alimentar	Troca de dias de trabalho, mutirões
			Comida é local, vinculada a cultura, modo de vida
			Produzir de tudo um pouco
			Sem veneno, buscando o equilíbrio ambiental
		Energética	Produção, controle e auto consumo de energia
			Mudança na matriz energética
	Hídrica	Hídrica	Biomassa, ventos, sol, biogás, etc.
			Recuperar nossas nascentes
			Implementar técnicas de coleta e amaz. De água
	Contradições	Agronegócio	Desenvolver pequenos sistemas de irrigação
			Recuperar matas ciliar
	Territorial	Territorial	Material e imaterial (espaço de vida, produção, disputa)
			Multinacionais
			Latifundiários
			Estado brasileiro

Fonte: SANTANA (2017, p. 103).

A primeira tarefa do Plano é procurar uma condição de normalidade para o viver e produzir do campesinato. Para isso as tarefas são de enfrentamento ao Estado e de

organização social como ferramenta política de disputa ideológica. Nos dois aspectos é que se faz a luta “por terra, por água, educação, alimentação, saúde, recampesinação e diminuição do inchaço das cidades e pela descentralização dos serviços públicos” (COSTA, 2014, p. 101). O Plano vem representar assim, não só a resistência dos povos do campo, como também a construção teórico-prática de um outro paradigma.

Deste plano estratégico e que atinge diferentes facetas da vida no campo queremos aqui ressaltar alguns eixos que vão colocando a bioconstrução também como parte da proposta política do movimento, e que senta as bases para o desenvolvimento de mutirões, oficinas e trabalhos coletivos para garantir moradia, serviços básicos ou edificações comunitárias.

No Eixo Vida de Qualidade Para ter vida de qualidade o/a camponês/a precisam de moradia, cultura, esporte, lazer e saúde popular. A casa do/a camponês/a não é apenas um abrigo, é um lugar para morar e demorar. Onde temos nosso pomar, onde desfrutamos o prazer de nos sentarmos à sombra de uma árvore no quintal, apreciamos as flores do jardim, preservamos o meio ambiente, vivemos em família e em comunidade. Por isso, ter uma boa moradia camponesa é tão importante!

No Eixo Comunidade Camponesa, provoca-se que todo/a camponês/a deve saber viver em comunidade. Deve construir elos unificados e fatores de resistência. Para isso, é importante garantir algumas estruturas comunitárias, espaços coletivos que podem ser utilizados pelas famílias da comunidade. Escolas também são espaços importantes para a vivência comunitária⁸. Além disso, desenvolver trabalhos coletivos como troca de dias de trabalho e mutirões, são ações que ajudam a todos, envolvem cooperação e solidariedade, e ajudam na união da comunidade, construindo assim fatores de resistência. (MPA: Arquivo Interno, 2012 *apud* SANTANA, 2017).

A primeira parte é a base para toda a discussão sobre moradia camponesa que acontece no movimento e que sustenta a luta pelo programa Minha Casa Minha Vida, assim como a experimentação com técnicas bioconstrutivas. A segunda fundamenta a pedagogia do mutirão nas construções.

No Eixo Soberanias, constata-se que para que um povo seja livre ele precisa ser soberano, por isto o Plano camponês defende a soberania alimentar, energética, genética, hídrica, territorial e do saber. (MPA: Arquivo Interno, 2012 *apud* SANTANA, 2017).

⁸ No Plano Camponês a educação informal também é valorizada, pois é a partir do trabalho cotidiano, da interação com o campo e com outros camponeses, que aprendemos novos saberes sobre a nossa prática. Por isso é importante que aconteçam as reuniões de grupo, debates, dias de campo, encontros, oficinas e outras atividades para compartilhar todo esse conhecimento produzido fora da ‘sala de aula’, que é o resgate do conhecimento popular (MPA: Arquivo Interno, 2012 *apud* SANTANA, 2017).

Por fim, é nesse eixo da soberania que a bioconstrução tem muito a definir, a soberania como “exercício político de poder camponês e popular sobre os bens comuns como: biodiversidade, água, alimentação, energia⁹, minérios e o acumulado de conhecimento produzido pela humanidade, seja ele científico, técnico, tecnológico, seja o saber popular” (MPA: Arquivo Interno, 2012 *apud* SANTANA, 2017). Esta soberania de conhecimento produz controle sobre o território das comunidades e vidas camponesas.

O território camponês é um espaço de vida, espaço de produção, disputa de poder e construção do poder popular. É onde fazemos o enfrentamento direto com o Agronegócio. O território é estratégico, concreto, nos dá governabilidade social e política, unifica nossa base social. Lá a gente come, lá a gente vive, lá nossos filhos estudam, lá a gente produz, lá a gente enfrenta o agronegócio. (MPA, 2007, p.6).

Unir a ideia de soberania à de poder popular nos leva “a experiências no âmbito territorial: enfrentamento aos projetos do capital e produção e reprodução de autonomia relativa” e possíveis alianças com setores estratégicos do operariado e com as massas populares (LEAL, 2019, p. 53). Construir conhecimentos de forma coletiva passa a ser então uma forma de reterritorialização¹⁰, “espaços conquistados à hegemonia do conhecimento, ao *latifúndio acadêmico*” (CASADO, 2018, grifo da autora).

O território imaterial é um espaço político abstrato com dimensões de poder e controle social (FERNANDES, 2005), e, neste sentido, os territórios (i)materiais que estamos disputando não são só os de conhecimentos práticos, mas também os de tecnologias de organicidade e de participação política.

O amadurecimento do trabalho territorial, o desenvolvimento da cultura de participação popular nos processos decisórios e por consequência, a crescente corresponsabilidade, identidade e consciência produzirá níveis cada vez mais elevados de governança comunitária, envolvendo as dimensões administrativas e política manifestas em variadas formas de governabilidade e autoridade. É um ponto que merece aprofundamento e debate a luz de experiências históricas e atuais. (LEAL, 2019, p. 96-97).

⁹ O conceito e projeto de alimergia surge neste contexto no Rio Grande do Sul (LEAL, 2016).

¹⁰ Disputa territorial: Território e poder são inseparáveis. O território é resultado da apropriação do espaço, material e imaterial, concreto ou abstrato, para uma determinada intencionalidade. É a partir da apropriação do espaço geográfico, da natureza, que se realiza por diferentes coletividades e classes sociais, com distintas intencionalidades e maneiras de representar o espaço, é que se produz o território. O território é então, o espaço apropriado por uma determinada relação social a partir de uma forma de poder. (LEAL, 2019).

As categorias de construção da autonomia e soberania são chave na avaliação de resultados deste trabalho, por ser fundamento da identidade camponesa.

A construção de um ambiente sustentável traz autonomia às comunidades. Uma comunidade com autonomia é aquela que tem a capacidade de satisfazer as suas próprias necessidades sem depender de grupos ou pessoas de fora da comunidade. O domínio das técnicas construtivas e a valorização das técnicas tradicionais são mais um passo rumo a essa autonomia. Autonomia é sinônimo de liberdade para uma comunidade, pois com isso ela não precisa depender de recursos externos ao ambiente onde vive. Se cuidarmos da natureza, teremos para sempre os recursos necessários. (PROMPT, 2008. p. 11).

Esta identidade territorial camponesa não só não desapareceu, mas também está se recuperando. Esta identidade dialoga com o coletivo, a economia não capitalista e uma relação mais próxima à natureza cria uma série de territorialidades diferenciadas e contra hegemônicas (MPA, 2019).

Avançando mais no plano, seu quinto eixo, sobre nova geração camponesa e feminismos camponês e popular, abre a porta a outro conjunto de categorias de nosso estudo, a análise das relações de poder¹¹. Olhamos para as relações de poder que aparecem nas construções naturais e nos mutirões, e analisamos como o movimento está atuando nessa construção prefigurativa de “novas relações sociais que superem o capitalismo e o patriarcado” (LEAL, 2019, p. 22).

2.2.3 MPA Bahia

O movimento chegou na Bahia no ano 1998 e hoje está dividido em três regionais para atingir melhor as necessidades das comunidades e do próprio movimento. A região Sudoeste tendo como centro Vitória da Conquista, a região Centro Norte com Capim Grosso como referência, e a nova incorporação desde 2016, o Recôncavo da Bahia, com a cidade Cachoeira como centro.

No Norte da Bahia, no ano de 2003 por meio da CPT – Comissão Pastoral da Terra, o MPA foi apresentado as 292 associações de 20 municípios diferentes, situados na Diocese do Senhor do Bonfim. Partindo de uma reflexão que era necessária uma organização regional para atender as demandas destas associações. Para conseguir o melhor acompanhamento das associações, houve a divisão em três regionais: Senhor do Bonfim e os municípios entorno, Jacobina e Cansanção, onde vários encontros foram

¹¹ Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania. (FERNANDES, 2008).

realizados. A partir daí, surgiu a ideia de realização de um seminário envolvendo as três regionais, pois se sentia a necessidade de uma organização regional que representasse todos os agricultores. (OLIVEIRA, E., 2018, p. 46).

No total somam em torno a 60 municípios. Cada região tem sua própria organicidade, divididas em microrregionais de cinco a 8 municípios. Duas das regiões estão no semiárido.

No semiárido o MPA tem na sua base social a relação direta com os pequenos agricultores (praticamente todos mini fundiários), povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, comunidades de fundos e fechos de pasto. Essa diversidade tem exigido do conjunto do movimento cotidianamente está se contrapondo a lógica antagônica do capital que homogeneiza, concentra e destrói essa diversidade. (ARAÚJO, 2018, p.10).

As lutas e conquistas foram muitas nestes anos de caminhada. Cabe destacar a moradia camponesa, políticas públicas como o PAA, a implantação de cooperativas de produção e transformação de alimentos, a formação política das bases e o aumento de capacidade de luta e de aliança com outras organizações e movimentos. Sem esquecer que nos começos a principal conquista foi a da renegociação das dívidas.

No semiárido destacamos a presença constante e simbólica da luta pela água, sendo uma base a do MPA composta por muitas comunidades ribeirinhas que moram perto de barragens que abastecem as cidades, pelas quais passam os canos e água, mas não são beneficiadas. A luta pela água foi também o pontapé na conscientização política de várias comunidades.

O perfil da militância do MPA é um perfil jovem, entre 20 e 40 anos de idade, que ainda sendo camponês dialoga com a relação campo e cidade através de estudo e trabalho (MPA, 2019).

Na sua esmagadora maioria, principalmente no semiárido, os camponeses vivem de forma paupérrima, no esquecimento, em pequenas propriedades, quase sempre abaixo do módulo fiscal de terra, que mal dá para a subsistência da família e no entanto, quando são visto, são visto por que atrapalham o progresso, de modo, que a saída para que não sigam sendo o estorvo é serem retirados da terra e deixados a tentar a sorte nos submundo que lhes são acessíveis, de modo em geral, nas periferias das pequenas e grandes cidades, ou sejam, seguir à margem da sociedade, tanto pela localização espacial com relação aos centro de desenvolvimento produtivo como dos espaços de decisão na política, do público. (OLIVEIRA, 2018, p. 25).

A participação no movimento ajudou num maior acesso aos estudos por meio de parcerias com as universidades locais, as Escola Família Agrícola (EFA) e programas como PRONERA. A renda também teve alguns avanços por conta da organização na

produção e na comercialização, assim como acesso a melhoria em alguns serviços e participação em projetos, mas ainda é complicado pela falta de políticas públicas (MPA, 2019).

Resgatamos aqui a luta pela moradia, assim como os processos de construção de autonomia do movimento, que constituíram os alicerces para os processos de bioconstrução que estamos analisando. O PNHR (programa nacional de habitação rural) foi uma conquista fruto da luta dos movimentos do campo, no qual o MPA também estava inserido. A moradia no campo é uma demanda muito forte.

O movimento tem feito muita luta e conquistado muita moradia, e num ponto provocamos em Vitória da Conquista, com um gerente da Caixa Econômica, porque não pensar num projeto de moradia no campo com base na bioconstrução. Mas foi algo que não levamos muito adiante, chegou o golpe, cortaram o orçamento. Mas tivemos uma discussão interna, nossa primeira ideia é ter uma casa não com todos os materiais, mas o que fosse possível substituir, sair do mercado, o que a comunidade possa fazer, conseguir os materiais que não precisa comprar no mercado. (Entrevista com dirigente estadual do MPA).

A reivindicação de moradia bioconstruída no campo não saiu do horizonte e o movimento pretende ainda fazer luta para conseguir o orçamento e fazer uma proposta que “possa chegar próximo de uma construção, ou até 100% de casa financiada, subsidiada pelo Estado, com base na bioconstrução” (Entrevista com dirigente estadual do MPA). Esta pauta de luta está se reforçando como os processos de bioconstruções autogeridas que já estão acontecendo nas comunidades.

2.3 Tecnociência e Bioconstrução

As tecnologias camponesas vão além das técnicas produtivas, o campesinato tem evoluído tecnologicamente em todas as esferas da vida para garantir a vida nas comunidades rurais e na roça. O Plano Camponês, adota várias destas tecnologias para a melhora da qualidade de vida das famílias camponesas. Como iremos explicando neste trabalho, a bioconstrução é uma das áreas onde se reúne grande quantidade de saberes camponeses que foram inferiorizados pela academia e que contribuem à autonomia das famílias em relação ao mercado (BELANKO; MARANGONI 2007).

Na academia, o conceito chega dos anos 1950 em Alemanha e primeiramente se chamou de *biohaus* aos sistemas de recuperação de moradias e de rápida

construção. Logo depois, nos EEUU o arquiteto Buckminster Fuller inovou as técnicas para construção de moradia nas áreas rurais com menor impacto, desenhos orgânicos que cunharam o conceito da *bioarquitetura*. Ao mesmo tempo Victor Olgyay estudava as relações entre arquitetura e clima e desenvolveu os primeiros passos da arquitetura *bioclimática*. (OLGYAY, 2019). De outro lado, Bill Mollison e David Holmgren apontaram os princípios da permacultura onde um desenho eficiente permite aproveitar os recursos com menos impacto no meio ambiente, baseados em sistemas naturais, cinco vezes mais econômicos energeticamente (MOLLISON, 1999); estes caminhos se cruzam com a ecologia de saberes e o pensamento sistêmico (HOLMGREN, 2007). O nome *bioconstrução* se consolida em 1976, na Alemanha, com a criação do Instituto Alemão de Bioconstrução¹².

Johan Van Lengen (1989), no seu clássico Manual do Arquiteto Descalço, aponta a necessidade do trabalho conjunto entre técnicas tradicionais e ancestrais, com inovações tecnológicas modernas. Assim, a construção com terra tem se desenvolvido nos últimos tempos nas faculdades de arquitetura, nos projetos permaculturais, e ainda permanece presente nas comunidades tradicionais.

Es la Ciencia de Diseño y Construcción que se basa en los principios naturales Sistémicos, donde los espacios construidos están Interconectados, colaborando e Interdependientes con Todo. Funcionando de forma Óptima Permanentemente en un entorno que cambia constantemente. Esto incluye a todos los elementos, los seres vivos y las personas. (BLUM, 2020, p.1)¹³

Pedreiros e arquitetos argentinos que trabalham a bioconstrução, chamam ela de *construcción natural*, são vários termos que regem os mesmos parâmetros que ajudam definir o conceito. Consideramos construções naturais aquelas que são:

- a) realizadas na grande maioria com materiais não industrializados, que a natureza local oferece;
- b) ecologicamente saudáveis (não contaminam o entorno nem as pessoas);
- c) integráveis à Natureza (quando parar de usar se integrarão na terra num período meio, sem deixar contaminantes para as gerações futuras). (Atenção! Os materiais reciclados podem ser muito contaminantes);
- d) economicamente viáveis, (as construídas sem muito gasto de materiais nem energia);

¹² <http://servicioinformativodelaconstruccion.com/sic/como-nacio-la-bioconstruccion/>

¹³ Rodrigo Blum é construtor civil, desenhador, professor e assessor em permacultura. <http://rodrigoblum.com/>

- e) satisfatórias das nossas necessidades (nem sempre dos nossos desejos);
- f) logradas sem utilizar nocivamente pessoas, terra ou recursos;
- g) sustentáveis a longo prazo. (com mínimo custo de mantimento). (BELANKO, 2017, tradução nossa).

A bioconstrução – que reúne técnicas milenares e inovadoras, procurando matérias-primas recicladas ou naturais disponíveis no local, aproveitamento de água de chuva, fontes alternativas de energia, assim como o envolvimento do morador – poderia ser estudada como uma alternativa para ‘como’ e ‘aonde’ queremos chegar? [...] Sim, sempre e quando a comunidade envolvida reconhecer que ela é praticante do seu próprio desenho [...] na criação de dispositivos, estão se desenhando *formas de ser ou formas de vida*. (PEÑAFIEL *et al* 201-, p. 45, grifos da autora).

As técnicas bioconstrutivas têm a ver com os materiais de construção disponíveis, com a capacidade técnica das comunidades, e com as culturas e tradições locais (VILLALOBOS, 2017). Nos últimos tempos, algumas técnicas viraram mais profissionais por conta da carestia dos materiais ou mão de obra especializada requerida nos trabalhos, e outras mantiveram seu caráter popular, de autoconstrução e de construção comunitária ou mutirão. Na América Latina as principais técnicas ligadas ao mutirão são o adobe ou alvenaria de terra crua e o pau a pique¹⁴ ou entravado (FLORES, 2003).

Desde uma ótica de pedreiro que viajou oferecendo oficinas por toda Argentina, para Jorge Belanko¹⁵, a bioconstrução tem uma relação estreita com o território, os territórios diferenciados marcaram ao longo da história as moradias e construções das comunidades. Porque de canto para canto, as necessidades, os materiais, as tradições e os conhecimentos mudam. “Na Argentina, é preciso se adaptar a cada lugar, não dá para construir do mesmo jeito em Ushuaia e em Misiones” (Belanko, em entrevista, 2019).

Estas técnicas, modernizadas desde perspectivas de transformação da realidade, como qualquer iniciativa contra hegemônica, enfrentam a capacidade do sistema “para absorver e neutralizar a capacidade transformadora dessas

¹⁴O pau a pique toma diversos nomes dependendo da área geográfica, pode ser chamado de taipa, quinha, bahareque e outros. Cada lugar também tem suas especificidades na técnica, mas todas elas estão consideradas técnicas mistas por estar a metade de caminho entre paredes monolíticas e alvenaria, ou entravados (FLORES, 2003).

¹⁵Jorge Belanko é pedreiro, bioconstrutor e professor de bioconstrução que desenvolve cursos de formação em Argentina, Chile, Uruguai e Brasil. As informações foram obtidas em diversas conversas no verão de 2019 durante as jornadas de trabalho compartilhadas em casa de Jorge Belanko, El Bolson, Argentina.

experiências inovadoras, para ressignificá-las e enquadrá-las em seus próprios paradigmas” (BAVA, 2004, p. 106). O sistema capitalista patriarcal “busca desterritorializar essas ações, busca ignorar quem são seus protagonistas, busca negar que aí estão se construindo novas relações sociais que se apropriam de novas técnicas e metodologias” (BAVA, 2004, p. 106). Porém,

[...] podemos afirmar que a Construção Natural em geral e a Arquitetura com terra em particular surgem não como uma tendência ou alternativa mais ou menos “hippie”, mas sim como uma necessidade apoiada por um saber atualizado, contemporâneo e com respostas formais, funcionais e estruturais que satisfazem na plenitude os requisitos do Habitar. (ARESTA, 2014b, arquivo digital).

Holmgren falava que os limites para a massificação destas práticas são a “cultura científica reducionista, a cultura dominante do consumismo e as elites políticas, económicas e sociais em oposição ao desenvolvimento da autonomia local” (HOLMGREN, 2007, p. 4). Para Ward (1985 e 2011) o desenho está unido ao modo de ver o mundo e os sistemas autoritários e libertários se contrapõem aqui também.

Desde uma ótica arquitetônica, Marco Aresta¹⁶ fala da bioconstrução como a possibilidade de criar espaços diferentes “harmoniosos, belos, diversos e novas formas contribuem também em novos pensamentos”. Nesse sentido, Aresta (2014) traz uma análise das vantagens e limitações da construção com terra¹⁷. Vantagens que situa nos níveis técnico, econômico, social, meio ambiental. Falaremos de todos eles neste trabalho, por enquanto analisamos esse primeiro nível técnico: A terra é um material abundante e quase sempre disponível, podemos usar quase qualquer terra para construção (MINKE, 2001; VAN LEGEN, 1989), é boa como isolante acústico, é ignífuga, não apodrece nem é atacada pelos insetos se não leva terra orgânica (ARESTA, 2014). As técnicas de adobe e enterrados tem resistência à compressão e pode se reutilizar e refazer sem contaminação (ARESTA, 2014). As limitações aparecem à falta de impermeabilidade pelo que precisa cuidados extra no exterior; não é um material standardizado (cada terra é diferente) e ao secar se

¹⁶Marco Aresta é bioconstrutor, arquiteto e professor português que mora na Argentina. Autor do livro *Arquitetura Biológica* é um referente da bioconstrução em Argentina.

¹⁷No âmbito do nosso trabalho, chamamos terra a matéria prima para a construção com terra e chamamos barro a mistura da terra com os seus aditivos de ordem vegetal ou mineral. Ou seja, à mistura que fazemos com terra argilosa ou argila, juntamente com a palha ou qualquer fibra vegetal, e a areia, chamamos-lhe barro. (NEVES *et al*, 2009).

contrai. Porém, para Aresta e outros autores como Minke (2001) e a Rede Proterra¹⁸ (2008) os principais limites são a falta de informação, de formação, a falta de regulamentação e os preconceitos.

Para o bioconstrutor Jorge Belanko, a construção em terra tem sido considerada marginal e precária com relação aos sistemas modernos dominantes. Foi a arquitetura dos construtores comunitários, sem planos, nem estudos, muito unida à época seca do ano, às condições do lugar. Agora, ainda sendo símbolo de tradição e passado, deve fazer frente a modernidade, tem que lutar contra a desinformação e os preconceitos. Para isso temos tecnologias novas que fazem dela uma importante ferramenta porque pode competir “com amplas vantagens de custo e salubridade, frente aos materiais que a industrialização e o consumismo desenvolveram com muito interesse” (BELANKO, 2017, tradução nossa).

Porém, a construção de conhecimento e criação e aplicação de tecnologias se apresentam como territórios em disputa para os movimentos sociais que visam um novo paradigma de desenvolvimento territorial; territórios imateriais com as “dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes (FERNANDES, 2005, p. 276). La Via Campesina internacional fala de bens comuns como a terra, a água, as florestas e os conhecimentos. É, portanto, um espaço onde diferentes forças pugnam pelo controle e a dominação ou pela superação desta. O conhecimento, sempre situado e com intencionalidade, marca uma disputa do território. Desde esta dissertação tentamos contribuir com o controle do desenvolvimento da ciência por parte da classe trabalhadora e situar-nos (citando a fala de Bernardo Mançano) “numa posição contra hegemônica na produção e construção de conhecimento”¹⁹.

As pessoas teóricas, acadêmicas, arquitetas, bioconstrutoras e pedreiras, que pesquisam a construção com terra concordam então nas vantagens que ela tem, na teoria, na técnica e na prática. Mas nem sempre trabalham junto e da mão dos movimentos socioterritoriais, das pessoas que mais precisam das tecnologias.

No caso da bioconstrução, a indústria eliminou quase completamente os saberes tradicionais relegando-os a uma estigmatização como tecnologias atrasadas e de

¹⁸ A Rede Ibero-americana PROTERRA é uma rede internacional de integração e cooperação técnica e científica de âmbito ibero-americano e carácter horizontal, atua no desenvolvimento da Arquitetura e a Construção com Terra.

¹⁹ Fala realizada na Escola Nacional Florestan Fernandes na comemoração dos 10 anos de Mestrado em Desenvolvimento Territorial da América Latina (Maio 2019).

pobres²⁰. No entanto os materiais naturais demonstram resultados de durabilidade, salubridade, resistência e conforto, ainda se tem que ultrapassar determinados mitos neste caminho para resgatar práticas ancestrais (LOPES, 2008). Antes da chegada dos materiais industrializados de construção, as famílias e comunidades construíam suas próprias moradias, e a família toda participava do processo. As casas mudariam com as necessidades da família: novos membros, pessoas que vão embora ou novos projetos produtivos. Hoje esta visão da habitação é quase extinta, Ward (2002) resgata a ideia do potencial criativo e de desenho das pessoas e comunidades, e as confusões que derivam neste mundo dominado por profissionais. Trazemos como exemplo o programa de moradia realizado na província de Córdoba, na Argentina.

Este programa do Estado conhecido como *Plan de Sustitución de Viviendas y Erradicación del Mal de Chagas*²¹, edificou quase 2.500 moradias na roça²². Para a família ter acesso à nova casa foi obrigada a derrubar a moradia feita de barro. A substituição de casas de barro por casas de cimento não resolveu o problema, uma melhora nas casas de barro com técnicas de reboco e de fechamento de tetos seriam muito mais eficazes, nas palavras de dirigentes camponeses locais e de acadêmicos como Margarucci e outros sobre o caso argentino (2008) e Salas sobre o caso Ecuatoriano (2008). Os estudos destes autores, assim como de Viñuales (2008) trazem dados para assegurar que o problema não são os materiais de construção como os acabamentos mal feitos, e o projeto piloto realizado na Bolívia confirma estas afirmações (LANDIVAR *et al*, 2017).

Teóricos da bioconstrução como Peñafiel (2013) apontam que Políticas Nacionais de Habitação que estabelecem padrões homogêneos de desenhos para moradias dos agricultores em contraponto à diversidade camponesa. Fazendo uma

²⁰A construção natural ficou fora das faculdades de arquitetura e agora é recuperada só em pequenas doses. Trabalhando em bioconstrução, achamos muitas pessoas no caminho que reforçaram esta opinião, e fazendo uma análise dos jornais comprovamos que poucas vezes se fala de bioconstrução, e quando se faz, tem que “justificar” que não é coisa de pobre. Achamos exemplos em vários países como Argentina: <http://ecosdelaciudad.com.ar/Templates/27-07-14-Construccion.html> e Guatemala <https://www.entremundos.org/revista/economia/adobe-no-pobreza-resilencia/> Acesso junho 2020.

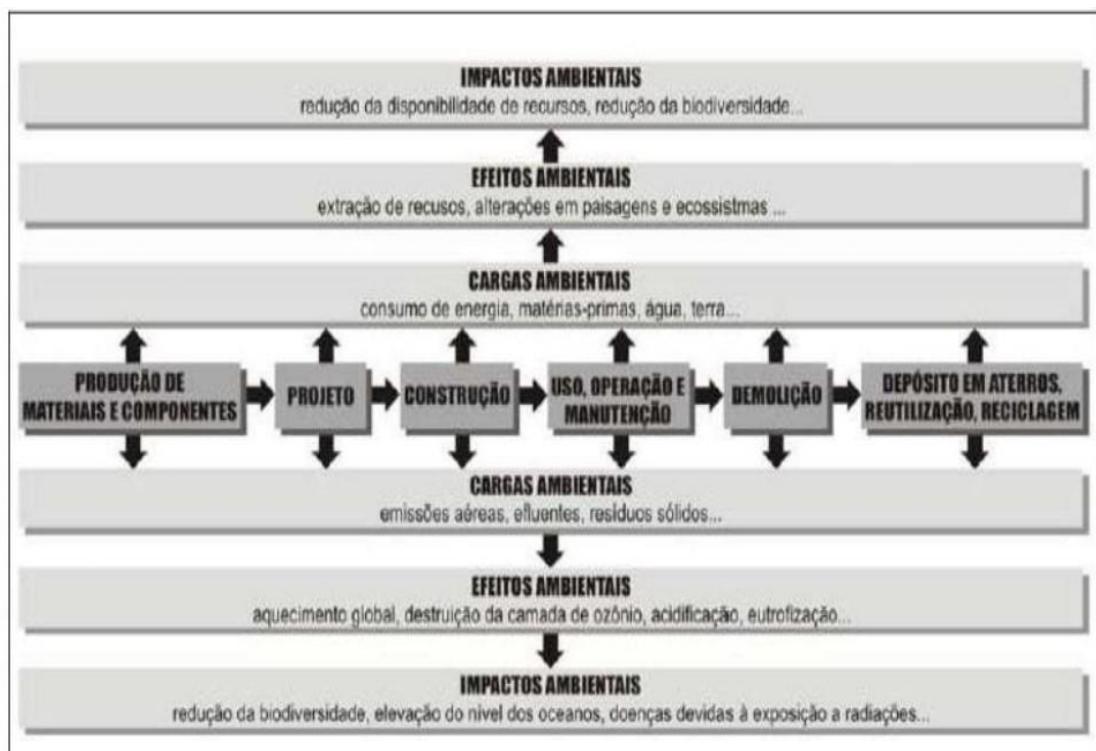
²¹O chagas é uma doença cardiovascular muito estendida e que se contagia pelo barbeiro. Estes animais moram nos buracos que surgem nas paredes ou nos tetos.

²²Mas informações sobre este programa em <https://prensa.cba.gov.ar/tag/programa-de-sustitucion-de-viviendas-precarias-y-erradicacion-del-mal-de-chagas/> e também <https://lmdiaro.com.ar/contenido/196680/erradicacion-de-ranchos-se-completo-el-proyecto-y-se-construyeron-2413-casas>

analogia entre a indústria da construção civil e a Revolução Verde na agricultura, as duas homogeneizaram o desenho e as técnicas com o objetivo de viabilizar a industrialização de materiais de construção em larga escala (PEÑAFIEL; MARQUES; PROMPT, 2013, p. 51).

Os impactos ambientais da construção industrial são importantes, o arquiteto Aresta (2014) escreve que os edifícios consomem entre 20 a 50% dos recursos físicos do planeta. “Dentro das atividades industriais, a construção é a mais consumidora de recursos naturais, juntamente com a indústria associada, e a principal responsável pela contaminação ambiental” (ARESTA, 2014, arquivo eletrônico). Para Aresta, assim como para as publicações da Rede Proterra (2003), a construção natural vira imprescindível para as sociedades futuras. Aqui temos expressado em gráfico a contaminação acumulada no ciclo de vida das edificações.

Figura 1 - Cadeia causa efeito provocada pelo ciclo de vida de edificações



Fonte: PEÑAFIEL *et al* (2013, p. 51)

As técnicas e tecnologias sempre vão acompanhando e acompanhadas dos espaços e os tempos, e cada vez, respondem às necessidades do sistema e das sociedades, Milton Santos divide assim a trajetória da humanidade olhando para sua relação com as tecnologias em três períodos que chama de meios. O *meio natural* corresponde ao período em que o emprego das técnicas esteve diretamente vinculado à dependência sobre a natureza, da qual as pessoas faziam uso sem propiciar grandiosas transformações. Assim, as ações sobre o meio eram, sobretudo, locais, e a participação das atividades antrópicas, bem como as suas transformações, era limitada pela harmonização e preservação da própria natureza (SANTOS, 1994). Respondiam principalmente à satisfação das necessidades da reprodução da vida, da alimentação, da moradia e da comunicação.

O *meio técnico* representa a aparição do espaço mecanizado, a introdução de objetos e sistemas que provocaram a inserção das tecnologias no meio produtivo. Mesmo que antes da Revolução Industrial já houvesse algumas técnicas em que a atuação mecânica agisse sobre o meio geográfico, esta foi o principal exemplo. Assim, nesse período, ocorreu uma substituição dos objetos técnicos sobre os objetos culturais e naturais, mesmo que essa substituição fosse diferente nas diferentes regiões e territórios. Estas diferenças intensificaram a divisão internacional do trabalho (SANTOS, 1994). Podemos observar que é o meio da formação do capitalismo e que responde às necessidades da reprodução do capital.

O *meio técnico-científico-informacional* representa, então, a atual etapa na qual se encontra o sistema capitalista de produção e transformação do espaço geográfico, com a terceira revolução industrial na cabeça. Nos anos 70 ocorreu uma união entre técnica e ciência, guiadas pelo funcionamento do mercado, que, graças aos avanços tecnológicos, expande-se e consolida o processo de Globalização. Para Santos, o processo de globalização só se manifesta em seu atual estágio graças aos avanços propiciados pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994).

Parece assim, que estamos numa carreira de aceleração tecnológica. Segundo Milton Santos estamos “num momento histórico no qual a construção ou a reconstrução do espaço se dará com um conteúdo de ciência e de técnica” (SANTOS, 1991).

Mas as tecnologias não chegam do mesmo jeito nos territórios, um terço da população do planeta mora em casas feitas com materiais locais, de baixo custo,

construídas em mutirão ou de um jeito coletivo e com poucos insumos do mercado (CARDENAS²³, 2018). As novas tecnologias de construção, que começaram fazem 200 anos (só 100 anos na maioria dos lugares²⁴) trazem uma homogeneização dos materiais e nas formas construtivas.

Porém, a construção com materiais naturais é uma parte das culturas e identidades camponesas e indígenas, como indicam as lideranças camponesas entrevistadas para este trabalho. Observando as bioconstruções temos dados sobre as maneiras de viver versátil destas comunidades, porque cada cultura tem seus próprios critérios de construção. Pesquisamos, olhando para a diversidade de materiais e técnicas construtivas adotadas por diferentes povos em diferentes territórios, como as técnicas construtivas estão unidas aos territórios, e como além da globalização, mantém a diversidade.

Todos los individuos socializados en una misma cultura tienen similares aspiraciones; y una de estas manifestaciones es la vivienda. Cada grupo cultural pretende una vivienda con parámetros mínimos de lo que considera confortable y todos sus individuos intentan alcanzarla en el curso de su vida. Esta vivienda mínima tiene gran variabilidad entre las distintas culturas, ya que en los diversos lugares del planeta ellas han llegado a distintas formas de organizarse entre sí y con el medio. Esto proporciona una idea distinta de lo que es confortable para cada estrato social y cada lugar, aun dentro de una misma jurisdicción política: nación, provincia o municipio. (TOURN, 2003, p.84)

2.3.1 Tecnologias socioterritoriais

Murray Bookchin, mostra a sua confiança nas tecnologias quando são criadas a escala humana e “ao serviço da vida”, também chamadas de tecnologias sociais, adequadas ou eco tecnologias. Para ele, as tecnologias sociais não são simples substitutas das tecnologias atuais, mas o começo de uma coisa nova, uma nova sociedade com uma nova relação com a natureza (LÓPEZ ROJO, 201- p. 71).

As tecnologias sociais não podem estar desvinculadas ao território nem assim aos processos históricos que as antecederam, elas são criadas nos espaços onde a oferta e demanda fazem com elas acontecerem, espaços ou territórios, lugares físicos

²³Damian Cárdenas é bioconstrutor na Argentina, estudioso principalmente de acabamentos e pinturas com materiais naturais.

²⁴Joseph Aspdin y James Parker patentaron el 21 de octubre de 1824 el primer Cemento Portland, obtenido a partir de caliza arcillosa y carbón; calcinados a alta temperatura [...]. En los últimos siglos, el cemento Portland ha desempeñado un rol protagónico en la historia de los materiales de construcción. (VIDAUD, 2013).

com atores, relações, ações e disputas de poder. “Portanto, a inovação tecnológica não pode ser pensada como algo que é feito num lugar e utilizado em outro, mas como um processo desenvolvido no lugar onde essa tecnologia vai ser utilizada, pelos atores que vão utilizá-la” (DAGNINO *et al*, 2004, p. 43). Os princípios da bioconstrução se repetem em diversas partes do mundo, mas cada território desenvolveu técnicas concretas adequadas a seu lugar (ARESTA, 2014). Estas tecnologias ligadas ao território podem ter caráter emancipatório, gerando sujeitos que desenvolvem ou se apropriam da tecnologia e modificam assim positivamente o território.

O capitalismo vai se globalizando, e assim também as lutas e resistências, o grito da La Via Campesina é “Globalizemos a luta, globalizemos a esperança”. Por isso, ainda que defendamos que as tecnologias têm que se desenvolver nos próprios territórios, podemos usar globalmente os conceitos e avanços. O caráter replicador das técnicas é fundamental para a criação de mudanças significativas nas vidas das pessoas e das comunidades.

Articulação do Semiárido (ASA) tem desenvolvido tecnologias sociais importantes para a melhora da qualidade de vida das famílias do semiárido, onde desenvolvemos grande parte de nosso trabalho de campo, por isso resgatar que para a ASA as tecnologias têm que criar oportunidades para as pessoas saírem da situação de subalternidade; na avaliação da articulação, as tecnologias sociais bem sucedidas foram as desenvolvidas entre as comunidades e o pessoal técnico.

Reforçando a ideia de que as tecnologias têm a ver não só com a espacialidade, mas também com as disputas de poder que se dão nos territórios, Mulgan aponta que as tecnologias e as inovações sociais podem chegar das mãos de pessoas individuais ou de coletivos e movimentos sociais, “mas sempre chegam das bases culturais locais, com uma mistura de exclusão social, ressentimento, paixão e compromisso que possibilite uma mudança social” (MULGAN, 2006, p.149, tradução nossa). Voltamos então para Dagnino, que aponta que as TS são em si mesmas “um processo de construção social e, portanto, político (e não apenas um produto) que terá de ser operacionalizado nas condições dadas pelo ambiente específico onde irá ocorrer” (DAGNINO *et al*, 2004, p. 37). Especialmente quando falamos de tecnologias que tem como insumos os materiais locais e naturais, nossa pesquisa estará ligada aos condicionantes e características locais.

A bioconstrução nos casos estudados é produzida e reproduzida pelo Movimento dos Pequenos Agricultores. O estudo das técnicas traz também a análise das próprias

relações sociais, porque “são estas, finalmente, que explicam como, em diferentes lugares, técnicas, ou conjuntos de técnicas semelhantes, atribuem resultados diferentes aos seus portadores” (SANTOS, 1994, p. 31). E porque nelas nos baseamos para olhar o “verdadeiro processo político da produção” (SANTOS, 1994, p. 31). As intencionalidades que sempre acompanham as novas tecnologias e as decisões de usar umas ou outras. E a reprodução destas relações é a base para a manutenção e a criação de identidades territoriais (SANTOS, 1994, p. 31).

2.3.2 Definimos as TS

São muitos os termos usados nas definições de Tecnologias Sociais e assim aparecem neste texto de Brandão

Tecnologia alternativa, tecnologia utópica, tecnologia intermediária, tecnologia adequada, tecnologia socialmente apropriada, tecnologia ambientalmente apropriada, tecnologia adaptada ao meio ambiente, tecnologia correta, tecnologia ecológica, tecnologia limpa, tecnologia não-violenta, tecnologia não-agressiva ou suave, tecnologia branda, tecnologia doce, tecnologia racional, tecnologia humana, tecnologia de autoajuda, tecnologia progressiva, tecnologia popular, tecnologia do povo, tecnologia orientada para o povo, tecnologia orientada para a sociedade, tecnologia democrática, tecnologia comunitária, tecnologia de vida, tecnologia radical, tecnologia emancipatória, tecnologia libertária, tecnologia liberatória, tecnologia de baixo custo, tecnologia da escassez, tecnologia adaptativa, tecnologia de sobrevivência e tecnologia poupadora de capital. (BRANDÃO, 2001, p. 13).

Dagnino na sua obra tem criticado muito a “concepção da Neutralidade e do Determinismo da Tecnociência que possui o marxismo ortodoxo” (DAGNINO, 2014, p. 207), as tecnologias são filhas do sistema no qual foram criadas e respondem aos interesses das elites, não só pelo controle dos meios de produção e as relações produtivas, mas também porque a criação e depois o uso delas trazem mudanças nas relações de poder.

Afirmamos, como antes de nós Harvey²⁵ (2004) ou Mendes Vasconcellos²⁶ (2018), que toda tecnologia tem uma intencionalidade também ideológica. Não adianta

²⁵Para Harvey, não seria possível identificar e praticar as novas tecnologias sem novas concepções mentais do mundo (inclusive em relação à natureza e as relações sociais).

²⁶Vivemos numa sociedade com tecnologias surgidas duma “racionalidade que prioriza a produção ante a reprodução da vida humana constituindo peças-chave para compreender os contornos androcêntricos na construção de alternativas sociotécnicas”. (SHIVA, 1995 *apud* MENDES VASCONCELLOS *et al*, 2018, p. 271-305).

só falar das consequências ambientais, sociais e culturais da *cultura do cimento*²⁷ em nossa sociedade, devemos entender por que o cimento virou viral e hegemônico, levando às margens as tecnologias de construção que foram usadas ao longo da humanidade (NEVES; FARIA, 2008). E devemos entender igualmente, qual é a intencionalidade das comunidades em territórios em disputa ao resolver usar a bioconstrução e o mutirão como resistência.

Seguindo as argumentações de Milton Santos, no começo dos tempos, cada grupo tirava da natureza o que precisava para a sobrevivência, organizava a produção, a vida social e o espaço baseando-se “nas próprias forças, necessidades e desejos” (SANTOS, 1994, p.5). Aos poucos esse esquema foi mudando com novos nexos e organizações da sociedade, com a criação dos Estados, com a chegada das guerras nos períodos de escassez, com o surgimento do patriarcado e outros. A decisão das prioridades, o jeito de cobri-las, e as necessidades *de quem* cobrir ficaram mais e mais longe das comunidades. “Essa evolução culmina, na fase atual, onde a economia se tornou mundializada, e todas as sociedades terminaram por adotar, de forma mais ou menos total, de maneira mais ou menos explícita, um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos” (SANTOS, 1994, p.6).

Definamos as TS nos perguntando primeiro, o que são. A hegemonia sempre traz contra hegemonia, faz parte das contradições do sistema, a contra hegemonia existe só pelas próprias contradições do sistema, faz parte do sistema e pelo tanto está em diálogo contínuo com ele. E as tecnologias não escapam dessa lógica. Neste panorama de globalização e de ciência e tecnologias submetidas às necessidades do capital, é que nasce o conceito de Tecnologia social (TS), para se contrapor com as lógicas da inovação tecnológica ao serviço da acumulação e para benefício de uns poucos²⁸. Assim, “a inovação social se refere a atividades inovadoras que têm como

²⁷Popularmente no País Basco se conhece como *cultura do cimento* a artificialização da natureza dos últimos 30-40 anos. O uso massivo do cimento para a fabricação de concreto como modo de construção principal levou a este material ser um dos principais responsáveis pela mineração a céu aberto no País Basco, assim como da especulação imobiliária que derivou na crise de 2008. O concreto, falado de *hormigón* em espanhol, tem sido um dos motores da economia capitalista responsável de estragos importantes no meio ambiente. Até temos um museu sobre o assunto <http://museumcementorezola.org/museoa/>. Assim, um dos gritos de ordem nas marchas *anti-desarrollistas* é “Tenéis el corazón lleno de hormigón”.

²⁸Esses poucos são os que compõem o grupo de vidas que vale a pena ser vividas, o grupo do BBVA(h), os brancos, burgueses, machos (em espanhol varones), adultos, heterossexuais (OROZCO, 2014).

objetivo atingir uma necessidade social e que chegam de organizações com objetivos sociais” e contrapõe isto às inovações do capital que chegam “com o objetivo de maximizar os benefícios” e de organizações que estão motivadas por essa maximização (MULGAN, 2006, p.146, tradução nossa).

No mundo no que as mercadorias (entendendo como mercadoria também as próprias tecnologias) têm não só um valor real de uso, nem ainda um valor agregado do trabalho como na época industrial, mas tem ainda um valor pela quantidade de técnica e informação agregada (SANTOS, 1994), o capitalismo aproveita também as sabedorias ancestrais para o acúmulo interminável do capital.

O próprio sistema ressignifica tecnologias que são fruto da herança histórica, dos processos de bem-estar e dos processos de luta dos povos para tirar benefício, coopta estas habilidades e saberes e vira elas mercadoria. Também as tecnologias sociais e os movimentos em disputa pelos territórios podem ressignificar e valorar de maneira não mercantil estes conhecimentos acumulados.

As TS, por ser parte dos movimentos contra hegemônicos, também não têm uma teoria ou uma definição homogeneizada. Em diferentes espaços e momentos, foram definidas de modos diferentes. Diversos autores apontaram as características que aqui agora vamos resgatar, porque na suma delas achamos a nossa própria definição, ou aquela que queremos levar a nossas construções:

Figura 2 - Definições das tecnologias sociais

A inovação tecnológica valoriza o conhecimento e a herança cultural das comunidades.

Conecta a satisfação das necessidades humanas com a inovação em relações sociais de governabilidade.

Se entende que precisa participação na tomada de decisões

Fonte. MacCALLUM; *et al.* (2009p. 15, tradução nossa)

É um processo de inovação, um processo do qual emerge um conhecimento criado para atender aos problemas que enfrenta a organização ou grupo de atores envolvidos.

Pode englobar desde a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico até a introdução de novos métodos de gestão da força de trabalho

Tem como objetivo a disponibilização por uma unidade produtiva de um novo bem ou serviço para a sociedade.

Fonte. DAGNINO *et al.* (2004, p.20)

Compreende produtos, técnicas ou metodologias replicáveis,

Desenvolvidas na interação com a comunidade

Representem efetivas soluções de transformação social.

Fonte. RODRIGUES e BARBIERI (2008 p.1071)

Como apontava Zibechi (2010), as tecnologias sociais podem ser um modo de adquirir força e autonomia, mas se reduzimos seu valor ao conjunto de técnicas, perdem o sentido como ferramenta de emancipação.

Tecnologia social são técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social". Rede de Tecnologia Social (RTS) (BAVA, 2004, p. 106).

A bioconstrução é uma tecnologia social, socioterritorial, que desenvolveu diferentes técnicas nos diferentes territórios, seguindo os mesmos princípios. Reúne a herança histórica com inovações tecnológicas (VAN LEGEN, 1989); ressignifica os usos de materiais e tecnologias ancestrais, que são replicáveis, e apresenta soluções para as populações (ARESTA, 2014b). Principalmente quando são derivadas de decisões coletivas e têm um fim transformador.

Do mesmo jeito é importante olhar para quem cria e desenvolve as TS. A bioconstrução ou construção natural tem sido reproduzida pelas comunidades faz 10.000 anos (ARESTA, 2014). Muita história e muito conhecimento de comunidades humanas que conseguiram sobreviver nos mais diversos climas e que usaram os materiais disponíveis nas áreas sem possibilidade de transportar de um lugar para outro. São construções de madeira, pedra, lama, gelo, canhas, palma... o que tiver. Ainda hoje uma terceira parte da população mundial mora em casas de bioconstrução, não estamos falando de uma tecnologia minoritária ou que atinge a um grupo pequeno de pessoas (CARDENAS, 2018).

Estas tecnologias já foram usadas em desertos, florestas, cidades, roças... E demonstraram sua durabilidade e sua conveniência para a convivência com os diferentes ambientes. Como tantas outras vezes, foram às próprias comunidades as que desenvolveram as técnicas para a sobrevivência, para fazer frente aos novos desafios. Não foram as academias, os estados ou os laboratórios que criaram tanto conhecimento. Hoje, "com a crise energética, devemos pensar nessas antigas técnicas de construção, para melhorar e adequar elas" (CARDENAS, 2018, p.12, tradução nossa).

As Tecnologias Sociais nascem dos coletivos ou movimentos, são eles que apresentam a necessidade e procuram como resolvê-la através de tecnologias antigas

ou modernas, recolhidas da herança literalmente ou inovativas. É nas próprias populações onde se criam as tecnologias, porque “os grupos de consumidores, os interesses políticos e outros similares influenciam não apenas a forma final que toma a tecnologia, mas seu conteúdo” (DAGNINO, *et al* 2004, p. 24). Claro que estas criações são mais efetivas em aliança com instituições e academia.

Entende esse agente econômico-produtivo que irá idealmente tomar o lugar das empresas, não como um usuário da tecnologia produzida alhures e reaplicado, ainda que com sua indispensável participação no território em que se localiza. E sim como um ‘interessado e participante na concepção e no uso’ da tecnologia necessária para a produção de bens e serviços. (DAGNINO, 2014, p 2010).

Hoje, as pesquisas desenvolvidas no campo popular através de práticas que melhoram a vida das pessoas contribuem na transformação da sociedade, mas, na sociedade capitalista atual, só são valorizadas socialmente depois de ser publicadas numa revista científica (CURIEL, 2011).

Arquitetos/as bioconstrutores abalam a legitimidade e a idoneidade das técnicas tradicionais (técnicas bioclimáticas, casas autossustentáveis...) mas muitas vezes sem nomear a fonte de todos esses conhecimentos. Porém, várias redes de arquitetura começaram valorizar os saberes ancestrais constatando que “é proveitoso resgatar uma técnica de tradição secular, usada empiricamente, e melhorá-la, modernizando-a através da injeção de novas tecnologias, adquiridas pelo conhecimento científico” (LOPES, 2002).

É interessante neste sentido olhar para os diálogos que estão acontecendo dentro do MPA sobre a bioconstrução. Observar como propostas que chegam de fora discutem e se reconstróem nas comunidades adotando os saberes e sabedorias das populações. E como, juntas, constroem conhecimento, organicidade e edifícios ao mesmo tempo.

Destacamos, finalmente, o caráter coletivo do desenvolvimento da bioconstrução, e como Jorge Belanko, professor de bioconstrução costuma falar “você não precisa saber de tudo, você precisa ter pessoas que sabem fazer isso que precisa”. Isso é conhecimento coletivo.

Também devemos responder para quem estão construídas as TS, quem beneficiam. A bioconstrução tem caráter emancipatório quando atinge necessidades concretas das populações e está ao serviço delas. As técnicas bioconstrutivas são usadas nos mais diversos contextos, por diferentes classes sociais e com objetivos

diferentes. Neste trabalho vamos falar das tecnologias criadas pelo povo e para o próprio povo.

Se o Estado hoje fala para todas as pessoas no mundo que não possuem casa que vai dar o material que precisam para construir uma, isso não poderia acontecer, a indústria não está preparada para isso, não existe o ferro, cimento, tijolo e ainda menos a energia que se deveria gerar para produzir os materiais precisos para abastecer cada família. (CARDENAS, 2018, p.12, tradução nossa).

Mas ainda, devemos discutir, como fala Castells (1999), a conexão entre as novas tecnologias neste sistema socioeconômico e a geração de uma desigualdade e exclusão social sem precedentes no nível planetário. A discussão é quais tecnologias servem para atingir à população toda, para criar direitos e não privilégios, e são por tanto democráticas. A tecnologia social tem então como elemento central “a emancipação dos atores envolvidos, o que torna o seu processo de produção e utilização parte da construção” (TENÓRIO, 1998 *apud* RODRIGUES; BARBIERI. 2008 p.1083-84). A bioconstrução, como as outras inovações sociais, é inerentemente cultural e é chave para o reconhecimento cultural e identitário nas categorias econômica, social e política (MacCALLUM *et al* 2009, p. 8).

El concepto de identidad cultural entraña el sentido de pertenencia que tiene la comunidad, socialmente unida por su modo de vida, creencias y tradiciones, y vinculada a través de su historia, a un entorno físico, su territorio. (SOSA, 2008, p.449).

Questionamos a intencionalidade das tecnologias, seus objetivos. As TS, a bioconstrução entre elas, são baseadas em necessidades reais e testadas na prática, estão unidas a trajetórias do passado e a construção de alternativas para o presente e o futuro.

Já passamos por várias etapas onde as tecnologias sociais (também chamadas de apropriadas em outras épocas) tinham um enfoque paternalista, chegavam de fora para fazer que os pobres entrarem no caminho do desenvolvimento (considerado por desenvolvimento os parâmetros e objetivos capitalistas). E tinham também segundas intenções por ser mais resultado de um sentimento de culpa de pesquisadores e empresários que queriam então, salvar os pobres (DAGNINO *et al*, 2004).

Também já tiveram como objetivo horizontalizar o consumo no pé da pirâmide para criar necessidades e impulsionar as comunidades e povos carentes para o consumo. E estes são perigos que ainda estão presentes na bioconstrução, e fazem parte da desconfiança das comunidades às inovações que chegam de fora.

Castells (1999) traz a ideia de que hoje “o desenvolvimento social é determinado pela habilidade de estabelecer interações sinérgicas entre a inovação tecnológica e os valores humanos”, otimista aponta para a possibilidade de “um novo modelo de desenvolvimento que seja sustentável ambiental e socialmente, liderado por novas organizações e instituições que criem conexões entre produtividade, flexibilidade, solidariedade, segurança e participação” (CASTELLS, 1999, p.1, tradução nossa).

Leal, da Direção Nacional do MPA, aponta que o campesinato já foi muitas vezes acusado de ser irracional “no que tange à incorporação de tecnologias” pela academia e o mundo moderno não compreender a especificidade da forma como o campesinato as seleciona e “não fazer mediações históricas necessárias com sua condição econômica e social, muito menos questiona o caráter classista, criador de dependência e ambientalmente nocivo de determinadas técnicas” (LEAL, 2019, p. 68).

Ward (2003) já falava dos princípios de auto ajuda e ajuda mútua que regem na classe trabalhadora. Pickerill, no jornal de eco aldeias Communities, fala que o objetivo transformador da bioconstrução nas comunidades não pode ser ocultado porque “construir casas juntas é também um jeito de construir comunidade” (PICKERILL, 2008, tradução nossa); e a própria comunidade merece saber isso, até para desenvolver um maior compromisso e aumentar a participação consciente.

As tecnologias sociais camponesas então partem da ideia de solidariedade e cooperação que Horácio Martins de Carvalho (CARVALHO, 2010) desenvolve e que já Chayanov apontava como uma racionalidade própria do campesinato; partindo do que consideramos economia camponesa, alinha às necessidades familiares e não ao lucro (CARVALHO, 2009). Desenhamos as tecnologias, as construímos e as usamos com objetivos políticos de transformação para uma sociedade sustentável. E adotamos aqui a sustentabilidade como um termo amplo a ser desenvolvido, não só ambientalmente, mas também social, econômica, emocional, cultural e politicamente (ARESTA, 2014b).

En la última década, algunos arquitectos han pintado en tonos verdes sus diseños, con arrogantes y pretenciosos discursos que proclaman ‘la sostenibilidad’ de los mismos. Otros, en menor cantidad, han escrito sobre la sostenibilidad en la arquitectura, pero pocos han propuesto métodos o técnicas que permitan medirla en una concepción multidimensional. En la mayoría de los casos revisados se encontró el manejo parcial del concepto de sostenibilidad ambiental, haciendo uso de indicadores de eficiencia energética que dejan rezagados los conceptos de sostenibilidad económica, cultural, social e institucional, dimensiones en donde existe un gran campo de oportunidad en la investigación de la arquitectura. (LARRAGA, *et al* 2014, p. 126).

E, por fim, devemos de olhar para o desenvolvimento nos processos de construção e implementação de TS; as relações que surgem no caminho, as novas territorialidades. O Plano Camponês incorpora um eixo específico de trabalho sobre mulheres e juventude porque considera que estas relações de poder ainda estão muito presentes nas comunidades camponesas. Na análise de conjuntura do último ano, incorpora as variáveis de racismo e de homo e lesbofobia nestas considerações (MPA, 2020). As tecnologias sociais podem aprofundar estas relações de poder ou criar umas novas.

Nos artigos da revista *Community* das Ecoaldeias do Reino Unido durante o ano 2008, Pickerill e Smith apontam para a necessidade da *comunidade* como conceito, do trabalho coletivo. Trata se então de compartilhar, de construir organicidade. Também falam que por requerer mão de obra não especializada, a bioconstrução pode incorporar a comunidade toda, dando pé a novas relações.

2.3.3 Com os pés no barro

A bioconstrução neste trabalho é entendida como uma tecnologia social que combina sabedorias dos povos originários e camponeses nas diferentes localizações do planeta com saberes acadêmicos e desenvolvidos em centros de estudo. É uma tecnologia que os povos desenvolveram ao longo dos anos e que está sendo esquecida no dia de hoje. É um campo de pesquisa novo para as ciências sociais, a bioconstrução tem sido estudada desde parâmetros arquitetônicos ou desde a sustentabilidade ambiental, mas pouco desde conceitos de cultura, sustentabilidade social ou modos de vida (LARRAGA *et al*, 2014). Porém, é na cotidianidade, nessa sustentabilidade social e cultural, no modo de produzir, de ser e viver onde o campesinato hoje resiste (SILVA, 2014) e a construção faz parte dessa cotidianidade. Não só o produto, mas também o processo.

O resgate de saberes tem muito a ver com os processos de reterritorialização e autonomia. A bioconstrução é uma tecnologia socioterritorial camponesa e indígena com muitos anos de antiguidade (CARDENAS, 2010). Assumimos o conhecimento das comunidades para criar espaços sem entrar na lógica do mercado, utilizando e

reutilizando os elementos que tem perto, construindo de jeito bioclimático²⁹ (hoje construção solar passiva). Transformação e construção de novos espaços para a consecução de autonomia.

Assim, as três técnicas principais desenvolvidas na América Latina foram o 1. adobe, o 2. pau a pique e o 3. taipal, as três aparecem na cidade Caral (Peru) de 3.000 anos de antiguidade. Vamos falar aqui das duas primeiras por estarem mais presentes na cultura brasileira. O adobe é a mais moderna das três, surge da necessidade de construção mais rápida. A chegada das técnicas ao Brasil gera controvérsia, Reis Lopes (2002) aponta a introdução das técnicas pelos portugueses primeiro e pelas pessoas escravizadas depois; Cordero *et al* (2003) asseguram que as comunidades indígenas já colocavam barro sobre madeira nas casas com técnicas similares ao pau a pique, que as técnicas se utilizavam prévio à invasão.

O pau a pique é um entravado, uma primeira estrutura de madeira que compõe o esqueleto da edificação, no que se coloca uma segunda estrutura ou entravado (principalmente também de madeira ou bambu) para encher com o reboco, e o próprio reboco ou material de enchimento³⁰. No Brasil, comumente o entravado se faz de madeira rústica e o enchimento de barro sem nenhum estabilizante, só terra local misturada com água³¹ (VIÑUALES, 1994).

O adobe é uma técnica de alvenaria em terra crua. Os estudos sobre construção de adobe no Brasil estão dirigidos ao solo estabilizado com cal ou cimento, mas os adobes na maior parte do mundo e nas comunidades tradicionais camponesas brasileiras são feitos de barro composto por terra local (MINKE, 2001) melhorada as vezes com fibras vegetais ou esterco (principalmente de cavalo ou gado) (GODOY *et al*, 2017).

Rodolfo Rotondaro (2011), arquiteto argentino considerado um dos principais especialistas em adobes, escreve que é fácil de fazer, secar e armazenar, e permite uma diversidade de formas. Não precisa se mão de obra qualificada e o equipamento é acessível. É um material bom para fazer arcos e bóvedas. Os inconvenientes são a

²⁹ Consideramos construções bioclimáticas aquelas que pelo desenho e materiais utilizados procuram um maior conforto climático passivamente. Têm muita eficiência energética porque aproveitam o sol, a terra, o vento e outros fatores locais para uma redução no uso de aclimatadores artificiais.

³⁰ Os estudos da Rede PROTERRA mostram algumas das características principais destas técnicas sistematizadas em fichas nas publicações anuais.

³¹ Minke (2001), Van Legen (1989), Aresta (2014) e outros autores concordam no fato de que qualquer terra pode ser usada para a construção, principalmente para os enchimentos.

resistência à compressão, flexão e tração, por isso as vezes é preciso de estabilizar com materiais como areia, esterco ou fibras vegetais (para evitar a fissuração quando a terra tem muita argila). A produção artesanal de adobes precisa de muito trabalho, espaço e água.

Quando o processo de bioconstrução é individual ou até familiar, o adobe pode resultar muito penoso. Entendemos a bioconstrução para este estudo como um processo coletivo, um intercâmbio de aprendizagens que pode ser feito no mutirão ou mediante oficinas e que tem como objetivo atingir as necessidades da comunidade ou das pessoas que são parte dessa comunidade (PICKERILL, 2008). Traz não só a autonomia econômica como também formas de organização coletivas, novas relações sociais e resgate de identidade camponesa, indígena e quilombola.

Em palavras de Jorge Belanko, a bioconstrução é um pontapé ao sistema porque coloca o povo a trabalhar em coletivo e “quando a gente se junta percebe que é possível”. Com a bioconstrução aparece a “sensação de aprender e de que todos sabemos”, o que contribui em relações mais equilibradas e valoriza todas as partes do processo. Para ele as forças da diversidade, das pessoas e dos saberes, somado às forças da necessidade fazem a bioconstrução um caminho para a mudança da sociedade.

Belanko afirma que a bioconstrução é uma resistência ao sistema, é também uma tecnologia socioterritorial, que disputa espaços no mercado e na vida. É uma tecnologia que pode estar nas mãos do povo, que devemos resgatar “para quem quiser”, porque foi o próprio sistema que roubou essas tecnologias. Ao mesmo tempo, para ele, o povo deixou os saberes e a possibilidade de autonomia em mãos de poucas pessoas e agora temos que recuperar ela.

A terra é um material disponível em quase todo o mundo (MINKE, 2001), mas cada cultura foi desenvolvendo estabilizantes que ajudam na construção. Alguns materiais comuns nas bioconstruções brasileiras:

- a) pedra. “As casas de barro precisam bons sapatos e bom sombreiro” (Entrevista com Belanko). As pedras são um material simples de conseguir e de trabalhar para a construção de cimentos. Um bom cimento e sobre cimento evita que a água chegue nas paredes, já seja por porosidade ou pelas respingadas;
- b) argila. A argila é o elemento na terra que atua como aglutinante para poder juntar todas as demais partículas. O silte e as areias não têm esta função

aglutinante, mas, no caso das areias e da gravilha, constituem a estrutura dando densidade à mistura (barro). É bastante comum confundir o limo com a argila ou vice-versa. Isto tem que ver com a sua granulidade ser muito pequena, mas facilmente se pode distinguir dado que o limo não aglomera, ou seja, não se cola a pele ou à roupa como é o caso da argila (ARESTA, 2014). Ao secar se contrai, é importante fazer provas de contração, de força, de elasticidade e outras antes de começar o processo construtivo (MINKE, 2001);

- c) areia, é uma terra de partículas muito maiores e ao secar se expande. Pelo qual, para a construção precisamos uma mistura de areia e argila. Quase todas as terras têm esta mistura, em proporções diferentes. Antes de começar as construções devemos de fazer provas para ver se nossa terra presta ou precisa de incorporar mais areia ou mais argila. Para os enchimentos podemos utilizar terra bem argilosa, para os rebocos precisamos de mais areia (numa proporção de 1 a 3. (MINKE, 2001);
- d) fibras vegetais. Ajudam na estrutura geral, incorporam força às misturas e afixam a união entre os materiais. Pode ser palha de cereal, grama, folhas de bambu, fibra de bananeira, folhas de *Syagrus coronata* ou palha de licuri. Algumas são muito mais simples de trabalhar e procurar que outras (MINKE, 2001);
- e) esterco de cavalo, ou de gado. O esterco incorpora outro tipo de fibras menores e ajuda também na união dos materiais e reforça as misturas. Em misturas com pouca argila usamos mais esterco para aumentar a pega (MARANGONI, 2007);
- f) madeira para fazer as estruturas e telhados;
- g) bambu como substituta da madeira nos lugares em que esteja disponível por ser um material de rápida renovação, fácil acesso e com multiplicidade de usos (LUCIA AGUILAR, 2018);
- h) palha de palmeira, de licuri (*Syagrus coronata*) no caso do semiárido por ser uma, palmeira nativa da caatinga. As palmeiras se usam como cobertura de telhados.

Os conhecimentos sobre a relação entre arquitetura e clima desenvolvidos por Olgyay (2019), Mollison (1999) e Van Legen (1989) mostram variáveis para a construção de moradias mais confortáveis como a ventilação, a iluminação, a

umidade, orientação e os materiais de construção. Casas muito fechadas em lugares com oscilação térmica forte, com espaços exteriores sombreados em lugares quentes, tecnologias que permitem manter a temperatura interna em lugares frios. Todo isto faz com que as necessidades de esquentar ou esfriar a casa sejam menores e pelo tanto, menores os gastos e a mão de obra precisa para ir, um exemplo, procurar lenha (VAN LEGEN, 1989).

Em diferentes locais, as técnicas e respostas aos problemas são diferentes. Algumas das técnicas nos desenhos bioclimáticos ajudam no sistema de aquecimento nos lugares frios com sistemas como janelas de vidro triplo, janelas em lugares certos para recolher o sol, materiais mais densos nos lugares de acumulação de calor e menos densos o mais leves nos lugares de isolamento; ganâncias indiretas com técnicas mais específicas como a parede *Trombe* ou a parede *Masisa* e ganâncias isoladas como lareiras e outros sistemas de aquecimento (GONZALO, 1998).

No caso do semiárido baiano, não precisamos aquecer as construções e sim refrigerá-la, se possível, passivamente. Com temperaturas mínimas de 18 graus em inverno e máximas superiores aos 30 graus quase o ano inteiro. Passivamente falamos porque o próprio desenho faz isso, diminuindo o gasto de energia como ventilador ou ar-condicionado, Mollison (1999) assegura que um bom desenho gasta cinco vezes menos em energia. Fazemos isso com sistemas de ventilação natural, levando em conta ventos e alturas; protegendo as construções com beirais grandes para sombra e vegetação, resfriamento pelo chão e resfriamento evaporativo (GONZALO, 1998).

Esta noção da bioconstrução se contrapõe com a noção do capitalismo verde que já assumiu a construção com materiais naturais como uma alternativa a mais que utiliza grandes recursos para mover os materiais desde longe e que só está disponível para famílias com grandes recursos econômicos ou como uma possibilidade de negócio, ideia que desenvolve Montesinos no seu trabalho sobre a incorporação de materiais naturais e princípios da arquitetura bioclimática como possível negócio (MONTESINOS, 2014). Porém, exige de sistematização de experiências práticas, parcerias de pesquisa para avaliação de técnicas e materiais e estudo continuado

Resumindo então, a bioconstrução tenta integrar as construções no ambiente e gerar autonomia na prática do próprio conhecimento, por isso se contrapõe aos princípios das empresas fornecedoras de materiais de construção “e todo um complexo industrial e técnico-econômico que está por trás do mundo da construção

civil.” (PEÑAFIEL *et al*, 2013, p. 52). Seguindo a Peñafiel, “manifestam-se como estratégias de oposição ao oligopólio da propriedade intelectual” (PEÑAFIEL *et al*, 2013, p. 57-58) e legitimam o conhecimento próprio camponês e indígena (ARESTA, 2014).

Nos processos de territorialização então, as bioconstruções são símbolo de resistência, de diálogo de saberes entre as tradições e os novos conhecimentos e também são parte importante na construção da autonomia e a soberania. Oferecem a possibilidade de construir sem depender do Estado nem do mercado e ajudam assim na garantia da tomada de decisões de forma independente. A bioconstrução é usada no trabalho de base por recolher e fortalecer os saberes locais, traz esse resgate de conhecimentos e cultura (MPA, 2020). Também pode aumentar a qualidade de vida melhorando as técnicas locais que as famílias usaram e incorporando planejamento e perspectiva na construção de moradia.

Dialoga com a natureza desde a horizontalidade e o respeito, desde o cuidado na transformação das paisagens e dos espaços (BELANKO, 2017). E cuida da biodiversidade, também cultural, confrontando os processos de homogeneização do capital e rompendo com a ordem estabelecida. A bioconstrução coletiva resgata valor social do mutirão e da vida comunitária. Reconhece o trabalho como valor de troca e vai mudando os territórios, construindo novos, e criando assim as territorialidades próprias que os movimentos procuram.

2.4 Metodologia de pesquisa

Definimos o roteiro metodológico desta pesquisa nos marcos da pesquisa popular, da pesquisa participante e da pesquisa feminista. Começamos este capítulo com a tabela que marca as ideias principais nas que concordam estas três metodologias, e que foi construída depois de ler as equipes de metodologias feministas SIMREF (surgido da colaboração entre as universidades do País Vasco e Barcelona), EMAGIN, às professoras que praticam a pesquisa participativa (como Zesar Martínez ou Beatriz Casado) e a autoras críticas dos métodos tradicionais de pesquisa (como a professora Ochy Curiel). Para adequar a metodologia ao tema pesquisado, estudamos também Henrique Novaes e suas pesquisas em tecnologias sociais.

Quadro 2 - Como fazer uma pesquisa popular

As perguntas que fazemos no começo da nossa pesquisa determinam se vamos trabalhar para o sistema de opressões ou se vamos contribuir na superação delas. Diversas autoras enunciam essas perguntas de diversas formas, mas sempre na mesma lógica:

Quem pesquisa? Para quem e para que é a pesquisa? Por que pesquisamos? Como vamos pesquisar (método e metodologias)? Como se dá a relação sujeito objeto? Qual é no nível de autonomia que propõe? Quem financia?

Henrique Novaes chama a uma *agenda de pesquisa* engajada tendo em vista a desmercantilização completa da sociedade e abre algumas possíveis linhas de pesquisa. (NOVAES, 2004). Aponta duas questões que são as que interessam especificamente neste trabalho: “Acompanhar os processos de adequação sociotécnica nas experiências dos movimentos sociais e contribuir no desenvolvimento teórico e na realização de ações práticas”. Assim como “contribuir desde a academia numa produção científica diferenciada, que se pergunte quem se beneficia das tecnologias, quais são produzidas, como são produzidas e para quem são produzidas” (NOVAES, 2004, p. 57).

Outra questão chave é o *objetivo* da pesquisa. Na pesquisa participante, a própria pesquisa se desenha para provocar uma ação transformadora e isso implica um trabalho conjunto com o sujeito de estudo (MARTINEZ, 2017). Na pesquisa levamos todas essas questões à bioconstrução e ao mutirão como metodologias de trabalho e tecnologias socioterritoriais.

Curiel (2011) marca alguns desafios no diálogo de saberes: de um lado, como colocar as *vozes des-privilegiadas* e que não estão no centro (homem, branco, burguês, urbano, heterossexual, adulto...) para que possam ser referentes e não só matéria prima, objeto da pesquisa. De outro lado, reconhecer que a produção de teoria também é necessária, que tanto na academia como nos movimentos, precisamos acompanhar e sistematizar as práticas com as teorias.

Falando do *sujeito da pesquisa*, os saberes populares têm como desafio combater o extrativismo cognitivo que se dá desde a academia, a expropriação dos saberes coletivos e a apropriação e formalização que a academia faz deles (EMAGIN, 2018, tradução nossa). É papel nosso desde a academia referenciar não só autores clássicos, mas também contemporâneos, não só individuais, mas também coletivos, não só fontes escritas, mas também outras linguagens, não só acadêmicas, mas também movimentos sociais. E considerar estas referências sujeito das nossas pesquisas.

Outro dos desafios é fazer uma reflexão sobre os *processos*, analisar o próprio processo e as relações, opressões, silêncios que se dão nele (EMAGIN, 2018). O produto físico e material da bioconstrução é uma parte importante, mas não a única; igualmente temos que olhar para quem tomou a decisão do projeto, como se deu o processo, que tipo de relações se desenvolveram e qual é a avaliação coletiva do processo. Porque é o caminho quem vai dar as respostas sobre a construção de identidade territorial e de fortalecimento do território.

Podemos então aproveitar os processos e as bioconstruções na construção de identidade camponesa e desenvolver “a produção de conhecimento com desenvolvimento da ciência sob o controle camponês como um elemento de resistência camponesa” (MARTINS, 2019, p. 130). Reconhecendo os movimentos populares como sujeito de pesquisa e sujeito intelectual coletivo que reproduz e problematiza a práxis; e neste sentido, ressaltar a incorporação de setores até agora marginais na criação de conhecimento, e adotar a premissa de um diálogo não hierárquico (ZUMALABE, 2017).

Tentamos com esta pesquisa acercar nossa metodologia nesses princípios. Definimos algumas bases teóricas para isso.

1. O Movimento dos Pequenos Agricultores é sujeito e objeto neste estudo. Foi o próprio movimento quem resolveu a temática pela importância que pode ter na construção do Plano Camponês, quem escolheu a pessoa para realizar a pesquisa e quem vai orientando politicamente os passos no processo. É uma pesquisa a serviço do movimento e atingindo objetivos dele.

2. Nos baseamos nos princípios das metodologias de pesquisa feminista marcam a importância de assumir uma perspectiva de gênero na análise da realidade para uma compressão das relações de poder na nossa sociedade. Neste sentido, consideramos que as mulheres e outros sujeitos marginalizados estão numa posição epistêmica privilegiada pelo fato mesmo de estar nas margens. Não é um privilégio clássico, mas a possibilidade de observar e narrar a realidade desde a experiência vital da subalternidade.

O principal objetivo da epistemologia feminista é compreender, explicar, interpretar e desmontar os conhecimentos que sustentam o antropocentrismo na ciência [...] A pretensão básica da metodologia feminista é colocar os problemas de pesquisa desde a perspectiva de aprofundar na procura de conhecimentos que permitam às mulheres atuar criticamente em prol da erradicação da desigualdade de gênero e a democratização das sociedades contemporâneas. (CASTAÑEDA, 2008 *apud* HERNANDEZ, 2017, p 20-23, tradução nossa).

O patriarcado não se reflete só no conteúdo das pesquisas. A forma também é importante, como fala Janaina Stronzake do MST, “a forma, forma”. Para Oberhauser, a pesquisa masculinista difere da feminista nos sujeitos investigados e nas questões a serem colocadas: no caráter aberto e reflexivo (ou não) da investigação, na própria participação ativa dos sujeitos investigados, na orientação de interrogatórios e nos termos da própria pesquisa (ORNAT, 2008, p. 317).

Pesquisa feminista não é só pesquisa de gênero, entendemos que o feminismo:

[...] possui conectividades transversais com classe, etnia, idade e sexualidade, e que estas se colocam como estruturas dominantes das relações de poder, a metodologia feminista direciona atenção à diversidade, à reflexão crítica dos sujeitos investigados e à própria responsabilidade com estas vozes e suas vidas. (ORNAT, 2008, p. 317).

3. Tratamos de beber de muitas fontes, da educação popular e da academia, de métodos de estudo dos movimentos sociais e de pesquisa universitária.

Reconhecemos todas as fontes de conhecimento que nos ajudam no caminho. Na geografia pesquisamos autores clássicos anarquistas como Kropotkin, Reclus e Bookchin, e autoras feministas como Joseli Silva e Ornat. Estudamos também geógrafos que se inserem dentro do Paradigma da Questão Agrária como Bernardo Mançano e autores que tratam o território desde a visão do poder como Porto Gonçalves, Zibechi e as feministas comunitárias Paredes, Guzman e Cabnal. Na bioconstrução combinamos saberes populares de pedreiros e auto construtores com materiais de arquitetos da Rede Proterra. E lemos os textos escritos por militantes do MPA dentro do TerritoriAL, assim como documentos internos, relatórios de atas, documentos públicos e os livros escritos sobre os Plano Camponês por Silva, Görgen e Leal. Queremos com este trabalho realizar uma pesquisa militante. Isto quer dizer muitas coisas, para nós e principalmente, que nos disporemos a trabalhar, pesquisar, escrever e sistematizar desde, para e com o movimento.

4. Esta metodologia de pesquisa se contrapõe a visão colonialista das pesquisas positivistas, entendendo que a objetividade não passa por não tomar parte, mas pelo rigor no método e na tomada e análise de dados (STRONZAKE, 2017). Não ocultamos nosso objetivo de empoderar os sujeitos sociais e para isso consideramos que a observação desde a própria participação é indispensável. Queremos não só compreender o processo, mas também viver o processo e compartilhar a experiência.

5. É também uma pesquisa direcionada pela educação popular e outras pedagogias libertadoras. Seguimos os princípios da Investigação Ação Participativa (IAP), não só na hora de processar os dados e sim em todo o processo de investigação. Neste sentido “não são só a produção de conhecimento e sim um certo impacto de mudança, de ação” (LUXAN; SPIAZU, 2017, tradução nossa). Outro aspecto importante é que nas IAPs não “investigamos o”, mas “investigamos com” e pelo tanto as ações derivadas respondem aos desejos e necessidades dos grupos implicados. Os grupos não só participam, podem tomar decisões.

Juan Tiney, militante indígena guatemalteco, defende a Pesquisa Ação porque obriga à cientista social a corroborar na prática se os enunciados são funcionais, é uma pesquisa comprometida que “tem um compromisso mais fundo com atores e atrizes para transformar a realidade”. Para ele as cientistas e os cientistas sociais “não podem ser a voz dos sem voz, mas devem enriquecer os conhecimentos e saberes dos povos como sujeito de mudança e transformação” (TINEY, 2012, p. 340-41, tradução nossa).

No decorrer da pesquisa aprendemos novas metodologias e propostas de análise. Foi o caso do LUME³², método de análise de projetos agroecológicos que está baseado na identidade e autonomia camponesa e avalia os processos de maneira integral. Utilizamos em nossa pesquisa algumas das ferramentas de análise, e os olhares principais de avaliação: Autonomia, responsividade (capacidade de resposta frente a problemas), integração social (cooperação, participação da comunidade), equidade de gênero e protagonismo dos jovens.

No concreto, o caminho

Vamos pesquisar vários e diversos exemplos de construção coletiva, com variedade de público e de características, para comprovar quais são os fatores determinantes na construção da organicidade, como convive a diversidade de territorialidades dentro das próprias comunidades e por dentro do movimento, como vai surgindo a identidade territorial coletiva e como se organiza isso em termos de relações de poder, de soberania e de autonomia.

O estudo de campo desta pesquisa se realizou em dois biomas diferentes, na Caatinga baiana e na Mata Atlântica. As bioconstruções se basearam nas construções naturais que ainda existem nas áreas e nos relatos das pessoas participantes sobre construções tradicionais, vantagens e problemas que surgiram. Escolhemos estudar três comunidades: um assentamento do MPA no município Ponto Novo, zona centro norte de Bahia; uma comunidade camponesa organizada no MPA no município de Caém, zona centro norte de Bahia; uma comunidade quilombola organizada pelo MPA no município Cachoeira, zona do Recôncavo baiano e resolvemos fazer uma parte do trabalho de campo com as mulheres organizadas no MPA da região centro norte de Bahia, nos municípios de Ponto Novo e Cansanção.

Nossas principais fontes de informação, além das leituras, são o MPA e as comunidades. Usamos três técnicas para a obtenção de informações: a observação

³² A AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. A experiência acumulada pela entidade ao longo desses anos permitiu comprovar a contribuição do enfoque agroecológico para o enfrentamento dos grandes desafios da sustentabilidade agrícola pelas famílias agricultoras. A AS-PTA participou da constituição e atua em diversas redes da sociedade civil voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo em que constituem espaços de aprendizado coletivo, essas redes proporcionam ações articuladas de organizações e movimentos da sociedade para influenciar elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas. (AS-PTA, 2021)

participante em obra e reuniões comunitárias com planilhas (nos apêndices A e B) que marcam perguntas sobre a pesquisa; as entrevistas individuais com participantes das construções e lideranças comunitárias, estaduais e nacionais do MPA (nos apêndices C e D) e por fim, grupos de debate que avaliam os processos resgatando fortalezas e debilidades.

Durante mais de um ano, convivemos no Assentamento Terra Nossa participando como mais uma família de mutirões, reuniões e decisões comunitárias. Assim, participamos do processo de definição da necessidade de um espaço comunitário, construção dos planos (apêndice E) e coordenamos os mutirões da bioconstrução do espaço por um ano. Os momentos de obra e de reuniões foram registrados no caderno de campo e nas planilhas (no apêndice). Registramos momentos especiais, falas, construção de relações, impressões sobre o processo e outras. Para completar os registros foram tiradas fotos do processo e algum vídeo, achamos importante a geração de registros visuais e audiovisuais para a construção da pesquisa e para uma devolução participativa às comunidades. Estes mesmos elementos foram levados às outras comunidades onde convivemos nos processos de bioconstrução. Assim, passamos dez dias na Comunidade Quilombola Engenho da Ponte, seis dias na Comunidade do Tigre e três dias na Comunidade Quilombola Tamanduá.

Este convívio permitiu recolher muita informação por fora das observações de momentos determinados. Passear pelas comunidades, tomar café nas casas, falas informais com as pessoas moradoras, brincar com as crianças foram fontes de informação muito úteis que registramos em nosso caderno de campo.

Várias categorias analíticas que estavam recolhidas nas planilhas, mas outras foram aparecendo no percorrer da pesquisa. Assim, se análise de conteúdo de Bardin estabelece duas possibilidades analíticas, uma de estabelecimento dos critérios analíticos a priori e outra a posteriori, achamos que esta pesquisa teve um pouco das duas. As observações e critérios de entrevista determinados no primeiro momento mudam e se completam através de leituras de conceitos chave que foram sobressaindo principalmente nas falas e entrevistas. Ao mesmo tempo, as planilhas marcaram critérios para ir observando a rotação nas tarefas, as relações de poder, o respeito, a capacidade de tomada de decisões, a criação de coletivo e outras.

Resolvemos retomar a organicidade do MPA e responder uma série de questões num grupo de categorias que chamamos de organicidade: 1. a construção do coletivo, do grupo de base nas comunidades. 2. o papel que desenvolvem as coordenações locais. 3. a intervenção do MPA como estrutura regional e nacional. Também colocamos aqui os boicotes que aparecem tanto dentro das estruturas quanto de instituições locais e visamos pelas perspectivas de futuro que surgiram.

Colocamos um segundo grupo de categorias que dão conta das relações de poder que surgiram durante o estudo: juventude, gênero, raça, classe, orientação sexual e que Orozco (2014) propõe. E somamos uma categoria de boas práticas para avaliar o desenvolvimento de outras questões relativas às culturas tradicionais.

E um terceiro que olha para a identidade que vai se gerando ao interior das comunidades e grupos por enquanto se constrói o novo espaço. Estas categorias aparecem nos diversos textos que estudamos sobre identidade camponesa desde autores clássicos como Reclus (2019) e Chayanov (GERARDI, 2015) até contemporâneos como Carvalho (2010) e Silva (2014): busca da autonomia, questão ambiental, o coletivo (mutirão), resgate de saberes, sentimento de pertença ao território, construção de espaços diferenciados.

Outra parte essencial da pesquisa são as entrevistas realizadas com pessoas das coordenações estaduais e nacionais do MPA assim como militantes de base das comunidades onde a pesquisa foi feita. Uma das premissas para a Plataforma Brasil aceitar que minha investigação é ética é o anonimato das pessoas que participam dela. Este é um dos motivos pelo que as pessoas entrevistadas estão só identificadas pela referência ou o papel que ocupam, não pelo nome. O outro motivo é que nos dias de hoje, sinalizar publicamente militantes de um movimento social pode colocar em risco a integridade dessas pessoas. As gravações das entrevistas e as transcrições estão disponíveis para quem quiser garantir a veracidade delas.

No total realizamos um total de 19 entrevistas semiestruturadas e conversas informais com muitas pessoas. Em cada bioconstrução escolhemos participantes ativos dos mutirões, tentando guardar um equilíbrio entre homens e mulheres, jovens e menos jovens. Tentamos recolher assim a maior diversidade de pessoas possível. Também entrevistamos pessoas com muita bagagem no movimento e pessoas que estão chegando. Fizemos estas entrevistas no período das construções. Era nossa intenção repetir algumas das entrevistas meses depois da finalização dos mutirões

para avaliar algumas mudanças, mas a pandemia parou o estudo de campo e não conseguimos avançar nesse sentido.

Porém, conseguimos voltar em duas das comunidades e observar o uso do espaço assim como falar com as pessoas que participaram da construção. Na comunidade do Tigre entrevistamos as mesmas pessoas que na primeira vez. No Assentamento Terra Nossa organizamos um grupo de debate e resgate do processo para avaliar fortalezas e debilidades do processo. Para este grupo de debate foi convidado o assentamento inteiro e fizemos vários exercícios de recuperação da memória, assim como uma discussão sobre as potencialidades da bioconstrução e do mutirão.

De outro lado, entrevistamos pelo menos uma pessoa de cada coordenação local, uma pessoa que tomou parte na decisão da bioconstrução e dos processos de avaliação posteriores. Assim como pessoas que participam na coordenação estadual do MPA Bahia e que desenvolveram a estratégia geral de bioconstruções ou que participam da coordenação do MPA Brasil e da discussão da incorporação da bioconstrução como estratégia metodológica e técnica para a implementação do Plano Camponês.

A participação em cursos de bioconstrução e o convívio com bioconstrutores como o arquiteto Marco Aresta ou o pedreiro Jorge Belanko resultaram também em conversas informais nas que apareceram várias das informações básicas para este estudo. De um lado na parte teórica, mas também na parte técnica.

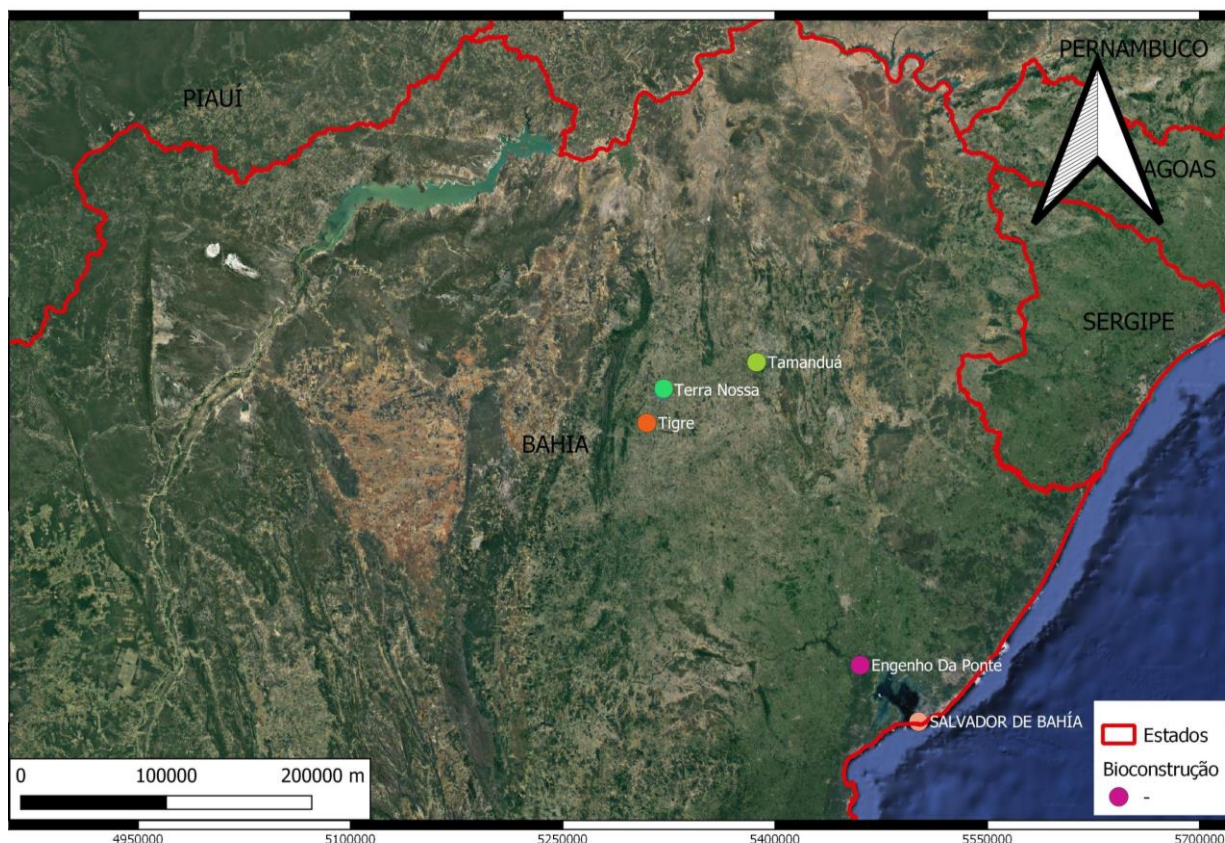
Este trabalho se apresenta como uma práxis na que permutamos da teoria à prática para voltar e avançar mais na teoria e melhorar assim as práticas. Acreditamos por isso, que esta pesquisa deve voltar e repercutir nas comunidades, por isso nosso esforço de escrever em brasileiro, ainda não sendo nossa língua, é por isso também que durante o processo de pesquisa as conclusões serão retornadas às comunidades em diversos formatos: oficinas, debates, novas construções. Concordamos com Tiney quando fala que “um dos erros da pesquisa é recolher o conhecimento e saberes e não devolver aos atores principais alegando falta de recurso, de tempo ou simplesmente comodidade” (TINEY, 2012, p. 341, tradução nossa).

3 OS TERRITÓRIOS DA PESQUISA

MALAMBO DEL HORNERITO. Chapalea en el barro, parece que zapatea un malambo. Malambo del hornerito que amasa, la tierra para su casa. Ta-ra-ca-tá trabaja, Ta-ra-ca-tá parejo, Ta-ra-ca-tá trabaja debajo del sauce viejo. Para su nido, que prevenido, alta es la rama que el pícaro se ha elegido. Tan redondito como un hornito, tan abrigado, es el nido del hornerito. Me gustaría poder un día hacer mi casa poniendo tanta alegría. (Música de Waldo Beloso - Zulema Alayaga)

Trazemos de volta a consideração do território como o espaço atravessado pelas relações de poder e base para a construção de identidade. Estudamos aqui territórios camponeses diversos em sua multidimensionalidade, neste capítulo olhamos para as dimensões físicas, histórico geográficas, sociais e políticas que definiram estes territórios como sujeito de nossa pesquisa. No próximo capítulo aprofundamos mais nas dimensões subjetivas de identidade, organicidade e relações de poder que por serem bem dinâmicas, se transformaram no processo de estudo.

Mapa 1 - Localização dos assentamentos envolvidos na pesquisa de campo



Fonte: Elaboração da autora, 2020

Consideramos estes territórios, por serem diversos, representativos da riqueza de experiências de territorialização do MPA.

Vamos estudar quatro territórios, quatro processos de bioconstrução (todos eles dentro do MPA), sendo três deles materiais e um quarto território imaterial:

- a) Engenho da ponte, comunidade quilombola com presença do MPA desde 2016, ainda uma comunidade “nova” para o movimento que se encontra no Recôncavo de Bahia, uma das áreas mais ricas e produtivas do estado;
- b) o Assentamento Terra Nossa no município de Ponto Novo, semiárido baiano, único assentamento do MPA e com forte organicidade do movimento desde 2008;
- c) a comunidade Tigre no município de Caém, semiárido baiano, organizada no movimento desde 2005 e com várias lutas e conquistas nas costas;
- d) as mulheres construtoras de processos (como território imaterial). Além de fazer algumas experiências de construção só de mulheres, observamos elas especialmente também nos processos mistos.

Além de fazer a descrição histórica-geográfica dos territórios, explicamos neste capítulo a situação que encontramos nos diferentes grupos humanos que estudamos e os processos bioconstrutivos que desenhamos para o trabalho de campo. Aqui temos que separar três tipos de experiência: 1. as oficinas menores que foram realizadas dentro dos processos de organização e empoderamento das mulheres, 2. as oficinas ou construções pequenas com duração de quatro a sete dias, que podem supor uma evolução em alguns aspectos organizativos para avaliar mais na frente, 3. as experiências que se prolongam nos meses e que passam por diferentes fases, idas e vindas, altos e baixos e que apresentam uma boa oportunidade para experimentar organicidades diferentes, com diferentes tipos de liderança (mais o menos coletivas) e com diferentes perfis de lideranças (diferentes pessoas da comunidade lideram diversas etapas da construção). Também a presença do MPA é desigual nas comunidades.

3.1 Engenho da Ponte, quilombolas de ontem e de hoje

A constituição de 1988, denomina de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos as comunidades habitadas por pessoas negras sobreviventes da escravidão. Nem todas as pessoas concordam com essa denominação, parte do

movimento negro fala de Comunidades Negras Rurais, por achar que remanescente é um “termo inapropriado, por remeter e resquício, sobra, resíduo” (AMORIM; GERMANI, 2005, p. 797). Para outros autores, o termo remanescente é restrito e nega o acesso à terra de algumas comunidades por trazer “consigo a ideia de que, para ser quilombo, este deveria, necessariamente, apresentar essa referência aos escravos fugidos, isolados, e que não produziam para o mercado” (SANTOS, 2017, p. 44). Porém, a comunidade Engenho da Ponte de Cachoeira, Bahia, onde realizamos uma parte de nossa pesquisa, se autodenomina como Comunidade Remanescente Quilombola, e vamos respeitar essa autodefinição.

As comunidades quilombolas são diversas e respondem tanto a processos históricos quanto às geografias onde foram se instalando.

O mosaico de situações que envolveram a ocupação de terras por grupos negros em vários períodos históricos, revela que possuíam conhecimento do espaço e souberam agir de modo eficiente para conquistar sua liberdade, utilizando estratégias originais para as situações colocadas, sendo o Estado por vezes legitimador dessas ocupações. (AMORIM; GERMANI, 2005, p. 798).

A autoafirmação hoje como pessoa negra quilombola se insere dentro de um conhecimento do passado que o “identifique como transgressor da ordem vigente, necessário para exercer sua liberdade, dentro do sistema que usurpou sua exuberância” (AMORIM; GERMANI, 2005, p. 799). Esse passado muito presente de práticas sofridas de torturas e imposição de atividades causa hoje ainda a estigmatização e segregação. O caráter muitas vezes endogâmico é uma estratégia eficaz “de manter a coesão do grupo contra potenciais inimigos externos” (AMORIM; GERMANI, 2005, p. 798). Assim, os quilombos surgiram como “parte de um conjunto mais amplo de estratégias de sobrevivência e resistência escrava. Por essa razão eles são dinâmicos, mudando no tempo e no espaço” (CARVALHO, 2012, p.465 *apud* COSTA, 2019, p. 150).

A reivindicação das terras, da titulação das terras, faz parte do movimento negro pela reparação da escravidão e o combate ao racismo institucional. É essa a reivindicação que colocou o conflito racial na pauta e visibilizou as consequências hoje muito presentes do regime escravocrata.

Após a abolição, o termo quilombo desaparece da legislação brasileira, um silêncio que, se de um lado era revelador da postura hipócrita de um Estado que queria silenciar as distinções raciais e esquecer o passado escravocrata, de outro deixou uma enorme quantidade de negros camponeses à mercê da própria sorte. (SANTOS, 2017, p.41).

A população negra foi oficialmente libertada em 1888, mas para uma militante da Associação de Mulheres Negras de Engenho da Ponte, a libertação trouxe outra briga. As pessoas escravizadas foram libertas sem dinheiro, sem estudos e sem-terra. Por isso que a democracia racial é só um mito.

Neste sentido, a população negra pós-emancipada em toda parte do território nacional desenvolveu ou tentou desenvolver formas de reproduzir-se socialmente. Alguns foram absorvidos pelas empresas cafeeiras, outros foram para as cidades. Espalharam-se nas mais diversas funções subalternas, e poucos emergiram socialmente. Com a discriminação por cor e origem mascaradas, muitos se viram tendo que gerir seus futuros sem qualquer apoio real que levasse em conta a ultrajante escravidão ainda marcada em suas memórias. (SANTOS, 2017, p. 39).

Essas diferenças históricas e culturais não foram levadas em conta nos novos desenhos de sociedade e a questão racial não aparece na agenda política durante quase um século. “O enfoque no elemento negro se dilui em projetos que reivindicavam a instrução e a melhoria das condições de vida dos agora, indistintos, cidadãos brasileiros” (SANTOS, 2017, p.41). Algumas foram para cidade, outras ocuparam terras devolutas, e outras “continuaram a trabalhar para aqueles que antigamente os escravizava, não mais na condição de cativos, mas ainda sofrendo com violências, coerções e autoritarismos semelhantes aos que vigoravam no período escravocrata” (SANTOS, 2017, p.41). A exclusão é dupla, “sendo criminalizados no período colonial e invisibilizados na modernidade” (COSTA, 2019, p. 150-151).

A Constituição de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) define: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Bahia tem a porcentagem maior de territórios quilombolas do nordeste e é um dos estados do Brasil com maior número de conflitos por terras quilombolas.

O decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003 estabeleceu o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como competentes para promover a regularização fundiária das Comunidades. No processo de construção de um banco de dados para as Comunidades e do desenvolvimento do Plano Regional de Reforma Agrária se identificaram dois territórios de concentração de comunidades quilombolas, sendo um

deles o Recôncavo baiano³³. “Sua presença pode estar associada aos engenhos de cana-de-açúcar que se desenvolveram durante séculos nesta região utilizando o trabalho em regime de escravidão” (AMORIM; GERMANI, 2005, p. 800). As comunidades se criaram aqui na decadência da atividade açucareira. Os conflitos pela posse da terra hoje são mais intensos nos lugares com infraestruturas, que nas áreas de “pouco” interesse para o capital.

A distribuição espacial permite supor que diversos fatores atuaram para a escolha das localizações destas comunidades. Fatores como dificuldade de acesso, recursos naturais, relações de permissividade ante grupos que hegemonizam o poder local, articulação com setores da sociedade circundante entre outros. (AMORIM; GERMANI, 2005, p. 800).

Os dados da pesquisa realizada por Santos em 2017 apontam 1.536 processos abertos para regularização de territórios quilombolas no INCRA. “Destes, 872 processos são referentes a região nordeste, o que indica que, no Brasil, mais da metade (56,77%) dos pedidos de regularização de territórios quilombolas provém desta região” e para a região nordeste, 30,73% são da Bahia. Maranhão e Bahia juntos representam 39,47% dos processos de regularização fundiária quilombola abertos no Brasil. Na Bahia, são 718 comunidades que se auto conhecerem quilombolas, das quais 597 já têm certidão de autodefinição (SANTOS, 2017, p. 48-49).

Porém, o INCRA no Brasil só titulou 86 territórios quilombolas até 2016, 18 no estado da Bahia. Engenho da Ponte não é um deles.

As lutas pela defesa do território, da cultura e da qualidade de vida para as associações de moradoras das comunidades quilombolas, assim como para a CONAQ³⁴ e outros movimentos negros, começa pela titulação da terra, entendendo-a como parte do processo de reparação. Mas não termina aí, o próprio Santos denuncia a falta de um material sistematizado sobre a situação socioeconômica das comunidades quilombolas na Bahia, falta que também sentimos nesta pesquisa. Os dados do Brasil de são estes:

Dados do diagnóstico do Programa Brasil Quilombola de julho de 2012 mostram [...] que existam 214 mil famílias quilombolas em todo o Brasil e 1,17 milhão de quilombolas; 78% das famílias quilombolas – das comunidades reconhecidas pelo Estado brasileiro – são beneficiárias do Bolsa Família e 75,6% das famílias quilombolas estão em situação de extrema pobreza; 23,5% dos quilombolas não sabem ler [...]. Ainda segundo esse diagnóstico,

³³No Vale do Iguapé (onde se situa Engenho da Ponte) existiram 37 engenhos que utilizavam escravos como mão de obra.

³⁴Coordenação nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, movimento da Via Campesina Brasil.

63% dos domicílios possuem piso de terra batida; 62% não possuem água canalizada; 36% não possuem banheiro ou sanitário; 76% não possuem saneamento adequado (28% possuem esgoto a céu aberto e 48% fossa rudimentar); 58% queimam ou enterram o lixo no território; e apenas 20% possuem coleta adequada; 78,4% possuem energia elétrica. (SANTOS, 2017, p. 50).

Na questão racial também a questão de gênero, o patriarcado, é importante. A comunidade de Engenho da Ponte tem hoje lideranças femininas que cuidam da comunidade e dos processos de emancipação. Estas mulheres historicamente e hoje sofrem o sistema de discriminação múltipla pela condição de serem negras, pobres e mulheres. A escravidão das mulheres não era “desprovida de gênero, sendo uma trabalhadora por tempo integral para o seu patrão e ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa.” Elas sofriam castigos a mais por serem negado o direito legal dos filhos e filhas e serem submetidas a violências sexuais (DAVIS, 2016, p.20 *apud* RAIMUNDO, 2019 p. 55).

Este contexto histórico tem a ver com o significado de ser mulher e negra hoje, a marginalização e discriminação social. O racismo institucional aparece em estatísticas que apontam para “desigualdades referentes à educação, ao acesso à saúde e ao pagamento de salários dignos enfrentadas por mulheres afro-brasileiras” (RAIMUNDO, 2019 p. 56).

Foto 1 - Comunidade Quilombola Engenho da Ponte, Cachoeira, Bahia. Casa típica de pau a pique, podemos divisar a entrada do mar no fundo da imagem



Fonte: Autora, 2019.

O município de Cachoeira ocupa 395,21 km², a 110 km de Salvador e 46 km de Feira de Santana. Possui quatro distritos: Belém, Murutuba, Santiago do Iguapé e Capoeiruçu, Além das vilas: São Francisco do Paraguaçu, Boa Vista, Tupim, Pinguela, Saco, Alecrim, Formiga, Bela Vista, Opalma, Engenho da Ponte, dentre outros.

As principais lavouras no Recôncavo foram a cana-de-açúcar e o fumo, utilizando mão de obra escrava ou homens livres contratados. No entorno dos engenhos surgiram outras atividades econômicas: a pecuária, a agricultura, o café, o algodão, entre outros (SANTOS, 2009 *apud* FERNANDEZ; OLIVEIRA 201-). Como resultado da produção de açúcar nas Antilhas; a introdução da beterraba como matéria-prima para fabricação do açúcar europeu e a Abolição da Escravatura em 1888, a cana entrou em crise. Nos anos 50 começou uma nova etapa com o petróleo e a indústria como principais fontes de renda. Hoje, principalmente em Cachoeira, o setor serviços está ganhando importância. Os principais cultivos são de mandioca, cana-de-açúcar, dendê e cítricos. A pecuária também tem um papel importante. Na indústria aparece o couro para calçados, papel reciclado, laticínios e derivados da cana-de-açúcar (FERNANDEZ; OLIVEIRA 201-).

Cachoeira é um município extenso onde se situa a Bacia de Iguapé com Santiago de Iguapé (maior comunidade quilombola) como localidade principal. Outras comunidades quilombolas nesta região são Engenho da Ponte, Engenho Novo, Calolé, Caimbongo, Opalma, Campinas, Caonge, Calembá, Cabonha, Dendê, Embiara, São Francisco do Paraguaçu e Tombo. Somando um total de 7.000 habitantes. A comunidade de Engenho da Ponte é formada hoje por 42 unidades familiares, sendo quase todas elas parentes ou casadas com pessoas de localidades vizinhas.

O ingresso principal de quase todas as unidades é hoje o Bolsa Família que complementam em um 80% com a produção de azeite de dendê, a pesca e recollecção de moluscos na maré e outras pequenas produções para autoconsumo.

A comunidade começou a se organizar nos anos 2000 e em 2003 se auto reconhece como Comunidade Remanescente de Quilombo³⁵ e criam a Associação. No 2010 surge a Articulação de Mulheres Negras da comunidade, quem impulsa

³⁵ Também faz parte do Conselho Quilombola do Vale do Iguapé que todas as Associações Quilombolas que compõem a região do Iguapé. O Conselho Quilombola e o Centro de Cultura do Vale do Iguapé (CECVI) foram os primeiros passos em termos de organização política em prol dos direitos das comunidades quilombolas. (CRUZ, 2014).

várias das atividades e projetos da comunidade, porém não está legalizada. Elas mesmas reconhecem que são sempre as mulheres as que estão na frente, na luta. E desde 2016 o MPA atua também na comunidade, tendo contribuído para a formação política e a organicidade. Este ano está se conformando um grupo de juventude.

A principal luta é hoje a própria titulação, ainda que as moradoras falem que ficou mais difícil por conta da mudança no governo, mas também apontam que os governos do PT não avançaram neste sentido e ficaram com uma dívida histórica de reparação de danos. Ao perguntar para a liderança da articulação de mulheres porque depois de tantos anos ainda não tem o título da terra responde que “a briga é com os poderosos, com quem tem dinheiro, brigamos com o poder”.

Também apontam lutas do dia a dia como a geração de renda, a saúde e a educação. Neste sentido trabalham nos projetos produtivos e o projeto de moradia. A luta contínua por uma educação quilombola. Hoje a comunidade tem uma escola com uma única professora para atender mais de 20 crianças de entre 3 e 12 anos. As aulas são de 9 de manhã até meio-dia e ainda fazem merenda na metade. As representantes da Associação de Moradores falam que teve um tempo que a professora era da própria comunidade e isso ajudava muito no resgate de saberes, agora é uma mulher que está por fora de todos os processos e não entende a realidade local.

A luta pela terra e o resgate cultural chegaram junto ao processo organizativo. Na questão religiosa, existem devotas do candomblé, cristãs evangélicas e devotas de São Roque (dentro do catolicismo); na maioria das famílias e até das pessoas, se dá um sincretismo entre várias religiões.

A realidade histórico geográfica da Ponte, como é conhecido entre as pessoas que habitam o local, é de luta e disputa pelo território. Tem constância de escravos negros chegando na Ponte nos anos 1600 e 1630; falam que antes já devia de ter assentamento indígena, porque o local geograficamente já era privilegiado e antes dos escravos negros os indígenas foram escravizados nesta área.

Uma senhora com 96 anos conta que sua avó e seu avô foram escravizados, já quando seu pai nasceu levaram ele no mato, nos mangues onde moravam as pessoas que fugiam, e ele cresceu lá. Só saiu do mato depois da libertação. A comunidade não está nos mangues, no quilombo original, se formou na própria senzala do engenho, que depois da libertação passou a ser a rua onde as pessoas negras e pobres viviam.

É um quilombo constituído por quem ficou na terra depois da libertação, ainda sem posse, e virou produtora de alimentos³⁶.

A senzala é parte importante da tradição destas famílias e a origem das casas de pau a pique ou taipa que hoje constroem; é também a origem das bioconstruções que estão acontecendo e as que estão projetando. No livro *Engenhos do Recôncavo Baiano* aparecem várias passagens que nos ajudam a entender este tipo de construções:

Havia ainda construções mais simples, como as casas de trabalhadores livres e senzalas, construídas em taipa ou adobe e recobertas com palha [...] separados dessas instalações por uma cerca de madeira, o conjunto de senzalas de pau-a-pique recobertas com palha, onde moravam os escravos [...]. As edificações eram de dois tipos: casebres isolados, com paredes de pau a pique, recobertos por palha, ou conjuntos de moradia em linha, formando unidades recobertas por um único telhado, conhecidos como senzalas [...]. Construtivamente, em geral as senzalas eram constituídas de uma estrutura de esteios de madeira fechada por uma malha de varas tapadas de barro, podendo ser recobertas por palha ou telha. As de telhas eram consideradas de melhor qualidade e valor. (AZEVEDO, 2009, p. 13, 37, 126 e 129)

Esta comunidade passou pela produção de cana-de-açúcar na época escravocrata, depois de um longo período de decadência nos anos 60 chegou a empresa de produção de azeite de dendê Opalma³⁷ que se instalou ocupando um grande território da região que envolve várias comunidades quilombolas³⁸.

E empresa tentou despejar as famílias, elas falam que resistiram porque a igreja estava aqui e não tinham como deixar. São Roque é a segunda igreja construída pelos escravos na região, oficialmente é a igreja de Nossa Senhora da Conceição; mas no período da lepra a população fez uma promessa a São Roque e desde então, para a comunidade virou a Igreja de São Roque, festividade que é celebrada com caminhada levando o Santo por todas as comunidades vizinhas sambando.

³⁶Nem sempre a busca de independência com os antigos senhores estava associada à migração para outras cidades. Alguns decidiram permanecer pela expectativa de manter espaços alternativos de sobrevivência dentro das propriedades em que nasceram escravos. (FRAGA FILHO, 2006 *apud* CRUZ, 2014).

³⁷Até então, as famílias desenvolviam trabalhos de sobrevivência como “a pesca, a mariscagem, as roças tradicionais, o carregamento de saveiros, a feitura de redes e barcos, a coleta de quiabo”, atividades que complementam a produção da renda familiar. Durante o período de funcionamento da Opalma, o trabalho nesta fábrica passou a representar uma fonte de renda fixa para as famílias e algumas atividades foram colocadas em segundo plano, como a pescaria e a produção nas roças. (CRUZ, 2014, p. 36).

³⁸As terras passaram a ser utilizadas para o cultivo do dendê e os moradores perderam o acesso a elas com a implantação da filial da Fábrica Opalma em 1962. Quando a empresa entrou em crise, alguns migraram para cidades próximas e outros retornaram às atividades desempenhadas anteriormente, como a pesca e a roça. (CRUZ, 2014).

Desde esses anos 60 que começou a luta pela terra, resistindo nas casas e nos quintais e nos territórios agora considerados comunitários. A monocultura de dendê ocupou quase todas as terras. E foi assim até os anos 90, que a empresa entrou em quebra por conta de uma doença no dendê (agora atua no baixo sul baiano). Porém, as terras ainda pertencem no papel à empresa Opalma.

Depois do dendê voltou a monocultura de cana que não deu certo, e depois foi o pasto para gado. Os lugares de pasto para gado estão hoje também bastante abandonados, ainda dá para ver algumas vacas, mas o pasto não tem manutenção nenhuma. Os cantos onde a natureza retornou a tomar conta a mata atlântica está avançando, mas ainda sem muita força. A comunidade está lutando agora para a construção de uma unidade de elaboração de azeite de palma e de beneficiamento de fruta.

As pessoas de Engenho da Ponte definem a comunidade como um território em resistência desde seus inícios, mas além de ter resistido vários despejos, a organização política da comunidade como um processo com continuidade é bastante recente.

As discussões sobre direitos quilombolas ganharam mais visibilidade no Brasil, especialmente no ano de 1988 com o centenário da abolição da escravatura. No Vale do Iguapé, na década de 1990, o contexto de desemprego, o declínio da Fábrica Opalma e a perda progressiva dos espaços destinados à produção de roças contribuíram na organização política das comunidades locais no processo de lutas pela titulação das terras quilombolas. (CRUZ, 2014, p. 36).

As primeiras certificações emitidas pela Fundação Cultural Palmares para as comunidades do Vale do Iguapé são datadas do ano de 2002. No trabalho de Cruz sobre a região entrevista uma moradora e conclui que

As narrativas de uma moradora permitem defender que a construção da 'memória coletiva', 'identidade' e 'pertencimento' de um determinado grupo, nesse caso específico dos quilombolas do Vale do Iguapé, pode surgir em situações de concorrências ou ameaças (...). Isto porque as discussões sobre 'direito às terras quilombolas' começaram a ser construídas quando os sujeitos da região viram-se paulatinamente perdendo os seus espaços de produção, que contribuíam na renda familiar, e que alcançou o seu auge com o declínio da Opalma, na década de 1980. (CRUZ, 2014, p.53).

Concluimos então que toda esta história tem muito a ver com Engenho da Ponte hoje, é assim que vem se formando a comunidade, as famílias e as relações sociais. Esta ocupação de território que passou por diferentes etapas, mas sempre foi construída com base com conflito e a violência. As violências da escravidão, das

monoculturas e dos poderosos. As violências contra pessoas negras, contra mulheres, contra pobres. Também foi a geografia que foi configurando as diferentes territorialidades, a presença de um mar oculto pelos manguezais que traz a pesca e a renda, a opção por ficar em um território isolado e endogâmico, as monoculturas de cana e de dendê, o massapé, a defesa e a resistência.

3.1.1 A construção na comunidade

Na comunidade quilombola Engenho da Ponte no Recôncavo baiano quase todas as moradias são ainda de taipa ou pau a pique. Colunas de madeira local atravessadas por um entravado de ramas que depois enchem de barro. Os telhados são de zinco ou telha dependendo das possibilidades econômicas. É a construção tradicional que vem desde os tempos do Engenho quando construíram as senzalas, perto dos manguezais, o tipo de terra é massapé. Não utilizam a terra local para as construções e trazem outra terra mais vermelha e molhe de uma comunidade vizinha. Constroem as casas com objetivo provisório, não colocam alicerce e muitas vezes não fazem rebocos.

Foto 2 - Moradia em Engenho da Ponte, feita de pau a pique, sem alicerce e sem reboco, o barro aparece rachado e a estrutura de varas fica visível



Fonte: Autora, 2019

As únicas casas de material são de um projeto do município de Cachoeira, as casas têm seis anos e já estão se abrindo por conta da falta de alicerce. A infraestrutura da escola é boa, mas como já falamos em outro capítulo, funciona só três horas no dia. Era para ter agentes de saúde na comunidade, mas as pessoas falam que nunca comparecem, um dos moradores é motorista de ambulância e tem vezes que ele está na comunidade para casos de emergência. Quando não está é pelo próprio pé que têm que chegar no hospital, o mais próximo a UPA de Santiago de Iguapé, a 20 minutos de carro. Só que na comunidade só têm dois carros e alguma moto.

A comunidade pensou construir uma biblioteca e pediu a colaboração do MPA na elaboração do projeto. Desenhamos então a biblioteca baseando nas necessidades da comunidade. Foi um processo de semanas de ida e volta, mandamos desenhos que lá corrigiam, mudávamos eles e assim até ter o desenho que Ponte queria. Para esse desenho observamos as construções de barro que, em sua maioria estão sem rebocar, com muita rachadura nas paredes e utilização de muita madeira local.

Resolvemos fazer uma bioconstrução de pau a pique, por ser esta a técnica mais utilizada na comunidade, trazendo algumas novidades que poderiam melhorar também as moradias atuais, reforçar as casas (que falam os relatos caem muitas vezes por conta da chuva) e melhorar a qualidade de vida das pessoas evitando umidade e entrada de insetos. A biblioteca também tinha um telhado vivo aproveitando os materiais locais e a chuva que tem na região.

Algumas pessoas da comunidade já tinham visto fotos de outros espaços e resolvemos fazer um hexágono. Resolvemos que o processo construtivo iria ser uma oficina porque além da construção, o objetivo era repassar essas tecnologias às famílias e realizar uma troca de experiências.

A condição para a realização da oficina foi que os materiais e as ferramentas que tínhamos listados estivessem prontos no local na hora de começar. Para isso a comunidade conta com um trator e iriam ter alguma ajuda econômica para os materiais que precisavam comprar, a gasolina e outros gastos.

Cinco dias antes da oficina resolveram não fazer mais a biblioteca por duas questões: a recolhida de materiais foi organizada em grupos e nenhum cumpriu sua tarefa, pelo que não tinha materiais no local; e o dinheiro para a compra nunca chegou.

A resolução foi que de qualquer jeito faremos uma oficina, construindo algo mais simples e pequeno, para não renunciar à parte pedagógica.

Chegando lá, a comunidade resolveu que a infraestrutura que precisavam é uma cozinha coletiva para quando a comunidade realiza eventos ou tem visitas. Uma cozinha bastante grande, com uma semana de prazo e sem materiais no local, um desafio. A parte positiva deste começo foi que as pessoas da comunidade estavam empolgadas e querendo participar. A cozinha é ainda um desejo da articulação de mulheres com intenção de multiplicar nas casas.

A gente queria conhecer melhor as práticas da bioconstrução, por entender que a gente já faz bioconstrução há muito tempo. A gente faz bioconstrução por necessidade, por não ter condições. Resolvemos fazer a cozinha porque a gente queria aprender, por ser coletiva mais pessoas poderiam participar do processo, se fosse meu individual, nem todo o mundo participava. (Coordenação Engenho da Ponte).

Assim, então, é como começou a oficina de Engenho da Ponte. Começou na verdade com uma reunião para reforçar a importância da cozinha e do mutirão, dos possíveis aprendizados da oficina e com uma bronca pelas pessoas não ter cumprido os acordos.

Na avaliação da construção ficou claro que o principal aprendizado foi que tem várias tarefas que foram solicitadas para realizar antes da oficina e que não foram feitas, que eram quase imprescindíveis ou, pelo menos, melhoram muito a qualidade da oficina e os trabalhos. Resolveram que em próximas oficinas vão prestar mais atenção ao trabalho prévio, à preparação e o planejamento. Perceberam a importância de juntar materiais e ferramentas, e de fazer grupos de trabalho.

Outro dos aprendizados aparecidos nas entrevistas foi o de ficar de cabeça aberta para novas ideias porque a desconfiança atrapalhou muito o processo todo. O diálogo com as comunidades também tem um histórico de engano, de espólio e de paternalismo que faz com duas coisas acontecer como comprovamos nesta pesquisa: que as comunidades não acreditem no que chega de fora e que achem que quem chega de fora vem para solucionar a vida e vai fazer sozinha. Especialmente as comunidades quilombolas são sensíveis às ameaças externas.

No trabalho de campo então, utilizamos algumas das tecnologias que a comunidade desenvolve e incorporamos algumas melhoras nas construções para contribuir na qualidade de vida das pessoas. Assim, fizemos cimentos de pedra local para evitar a umidade capilar das paredes, mudamos os entavados de madeira por

entrevados de bambu porque tem bambuzais na comunidade e assim evitamos desmatamentos e a recolhida é mais fácil e rápida. Incorporamos muita fibra no enchimento das paredes para procurar paredes mais leves, melhorar o trabalho e aumentar a capacidade térmica das casas, protegendo-as contra os grandes calores. Rebocamos bem as paredes com uma mistura de barro, areia e esterco de gado, na qual incorporamos também aceite de linho, farinha de trigo, leite em pó e soro (MARANGONI, 2007). Estes elementos fazem com que o reboco cubra todos os buracos evitando a aparição de insetos (BELANKO, 2019).

Foto 03 - Mutirão de bioconstrução na cozinha comunitária com incorporação de alicerce de pedra, varas de bambu e folha de bambu para evitar o desmatamento e melhorar a refrigeração da estrutura



Fonte. Autora, 2019.

3.2 Terra Nossa, paisagem contraditória

Na beira da BR 116 de Juazeiro caminho Feira de Santana, quilômetro 178, no município de Ponto Novo, chegamos no Assentamento Terra Nossa,

O município de Ponto Novo situa-se no centro Norte do estado da Bahia, território do Piemonte Norte do Itapicuru, com uma área aproximada de 465,311 km², se localiza a 328 km da capital, Salvador, e segundo os dados preliminares do Censo demográfico de 2010, conta atualmente com uma população de 15.742 habitantes. É uma região de clima semiárido e seco a subúmido, se destaca pela produção em sequeiro de mandioca e feijão e

hortaliças irrigadas ao longo do rio Itapicuru que é formado pelos rios Itapicuru Mirim e Itapicuru Açu que corta a cidade e, que com o projeto do governo do Estado em parceria com o Banco Mundial foi onde foi feita a barragem que leva o mesmo nome do município, com capacidade de armazenamento de 40 milhões de metros cúbicos. A obra foi concluída pela Cerb em 1999 feita com a intencionalidade de dar viabilidade ao projeto do perímetro irrigado para a agricultura empresarial que pelas contradições será explorado nesta pesquisa. (OLIVEIRA, E., 2018, p.14).

Este Assentamento está organizado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores, MPA. Este assentamento que descrevemos agora foi minha casa durante o trabalho de campo desta pesquisa. Entramos numa paisagem com muita história recente; passou por ser um assentamento camponês vivo e produtivo, ficou quase abandonado pelos planos do agronegócio na região, o estado tentou usar ele para enfrentar pobres contra pobres, e no final se chegou num acordo onde as famílias sem-terra em luta e os antigos moradores camponeses pudessem compartilhar o espaço organizados pelo MPA. É um antigo assentamento camponês que está agora se reconstruindo como proposta de comunidade em transição agroecológica. Uma paisagem em construção e ainda jovem (faz três anos que as famílias começaram morar lá) que tentaremos entender e interpretar aqui desde nossa experiência e desde a experiência e a memória das famílias que habitam o lugar. Sendo que, nas palavras de Davis Gruber Sansolo³⁹, “a aparência denota um conteúdo político”, descrevemos a forma tentando chegar na sua essência por meio da recuperação da memória da paisagem e da comunidade assim como a multiescalaridade das lutas do MPA na Bahia e no Brasil.

³⁹Palestra de Davis Gruber Sansolo na matéria em Transformação da Natureza do mestrado em Desenvolvimento Territorial de América Latina e Caribe, 2019.

Foto 4 - Assentamento Terra Nossa. As trinta moradias do assentamento foram construídas com o mesmo desenho. Na foto aparecem duas moradias, as cisternas, a casa do santo construída de adobe no fundo do quintal e a plantação de mandioca e andu



Fonte: Autora, 2019.

Partimos de que a paisagem reflete as relações e contradições entre a sociedade e a natureza, por isso vamos ver as diferentes decisões políticas que foram tomadas sobre este território que já foi camponês, passou pelas mãos do agronegócio e está voltando para mãos camponesas por meio de processos de luta.

O Assentamento Terra Nossa tem duas ruas, entramos pela rua conhecida como a rua de atrás ou a periferia, uma rua com uma fileira de 11 casas distantes umas das outras, agrupadas de a dois. Na outra rua, a conhecida como a central, são 19 casas repartidas em duas fileiras, pelo que as casas ficam agrupadas de a quatro. Em toda paisagem a herança está presente, e esta decisão de casas distantes está ligada diretamente ao processo de luta das 30 famílias que conquistaram terra e moradia neste lugar. A coordenação do MPA Bahia explica que a proposta era de construir uma agrovila para o desenvolvimento de uma vida comunitária, mas cinco anos de convivência num galpão fizeram com que as 30 famílias resolveram morar distantes umas das outras na reivindicação de espaços próprios⁴⁰.

⁴⁰As famílias que ocuparam a área iniciaram o cultivo das terras com base na produção de alimentos saudáveis como mandioca, macaxeira, andu, feijão, milho e hortaliças, com base nos princípios

Esta composição da comunidade está criando problemas de organicidade, pela distância física e a concentração de atividades numa parte única do assentamento, e também problemas de segurança não tanto pelos roubos que já aconteceram, mas pela sensação de solidão que provoca nas famílias, vemos isso materializado nas grades que várias moradias apresentam em portas e janelas.

Foto 5 - Assentamento Terra Nossa. A rua central do assentamento, as casas ficam distantes umas das outras



Fonte: Autora, 2019.

agroecológico e criação de animais de pequeno porte como galinha, ovelha etc. As mesmas já tinha construído moradias, biblioteca com base na bioconstrução, com pouco mais de dois anos de Acampamento, no dia 24 de fevereiro de 2011, através de uma liminar judicial, os acampados/as sofreram um despejo violento, tiveram forçosamente através da repressão policial de deixar o local e passaram a acampar na margem da BR 324, cerca de 200 metro do local do acampamento, pós a desapropriação a empresa que alegava ter a cessão de uso da terra, concedida pelo estado, destruiu as moradias, plantações e estruturas onde as pessoas criavam os animais. Mesmo com tanta repressão pouco mais de 20 famílias resistiram na luta e permaneceram por dez dias na margem da BR. No dia 04 de março de 2011 o movimento junto com o povo que resistiram, decidiu retomar a ocupação em outro local do perímetro, ocupando um galpão, local onde permaneceram até 2016. Nesse período em que passaram por 5 anos, as famílias iniciaram nova produção de alimentos e criação de animais, seguiram residindo na luta e praticando agricultura de subsistência. (OLIVEIRA, E., 2018)

Centrando a atenção na rua da periferia, da frente das casas, no outro lado da rua, vemos uma paisagem sertaneja, uma caatinga bastante nova, com vegetação de um a um metro e meio de altura. Uma paisagem espetacular na hora do pôr do sol, com céus vermelhos e laranjas incríveis. A coordenação do Assentamento explica que é o espaço que ocuparão os lotes de irrigação das famílias assentadas, é onde começa o perímetro irrigado de Ponto Novo (projeto de hidronegócio do Governo do Estado da Bahia e o Banco Mundial). O coordenador do MPA conta que esta área sofreu dois grandes desmatamentos, um primeiro em 2002 depois da construção da barragem de Ponto Novo e do despejo de 500 famílias camponesas⁴¹; e outro nos anos 2008/9 como resposta à ocupação do MPA de uma parte do perímetro, quando a empresa Sítio Barreiras desmatou uma grande área como estratégia de demarcação do território e para fazer ver que a área era produtiva.

Olhando para esta caatinga mais de perto, vamos ver vários buracos no chão, os assentados nos explicam que lá tinha postes e arame, mas que a população de Ponto Novo foi pegando para cobrir suas necessidades, também falam das contradições dentro da classe trabalhadora por conta dos roubos de arame.

⁴¹A área desapropriada, segundo informações coletadas no mapa do distrito de irrigação fornecidas pela SIR (Superintendência de Irrigação da SEAGRI) foi de 3.669 hectares, atingindo diretamente cerca de 500 famílias de pequenos (as) agricultores (as), para a implantação dessa barragem e o perímetro irrigado, os gastos públicos foram de 75 milhões e 300 mil reais. Desse total de 500 famílias que foram desapropriadas, somente 136 foram reassentadas. (OLIVEIRA, 2018).

Foto 6 - Assentamento Terra Nossa. Paisagem de caatinga em recuperação depois de processos de desmatamento



Fonte: Autora, 2019.

Do lado das casas observamos outras paisagens. Nos fundos das moradias com menor intervenção humana, vemos uma caatinga mais alta, de mais de dois metros de altura, uma paisagem mais natural, com muitas leguminosas, algum mandacaru e alguns pés de licuri⁴². Não é natureza intocada, a coordenação fala que já foi também desmatada num processo anterior, este território era um assentamento antigo, onde tinham casas abandonadas e terras improdutivas que o INCRA resolveu reocupar para atingir as demandas do MPA.

Este espaço foi ocupado para a produção de alimentos até faz quase 20 anos, numa agricultura camponesa tradicional, calculam que o desmatamento nesta área aconteceu nos anos 1990. É por isso que dentro da caatinga ainda vemos algumas

⁴²Uma das primeiras mulheres acampadas na luta pela conquista do Terra Nossa fala da simbologia do licuri no processo, as primeiras moradias foram construídas com palha de licuri, os lugares de reunião sempre tiveram cobertura de licuri, e virou também o símbolo do primeiro acampamento e do acampamento pela água.

paredes antigas de adobe e pequenas cisternas e outras construções de armazenamento de água.

Outros quintais apontam para uma intervenção mais intensiva com plantação de hortas, de hortos medicinais e de uma grande quantidade de árvores frutais, algumas famílias começaram os processos produtivos e de regeneração do território. Também aparecem quintais barridos, que parecem querer manter a natureza longe da moradia. Uma criança explica que tem muita cobra e é preciso manter uma distância limpa e sem mato pelo menos alguns metros ao redor das casas.

Ainda aparecem novas construções como aviários e outras infraestruturas para animais (e vários animais que passam de um quintal para outro).

Vemos então os processos de construção, destruição e reconstrução da paisagem, das dinâmicas da natureza e da sociedade nessa dança de avanços e retrocessos, essa disputa quase territorial entre natureza e sociedade onde a sociedade tenta dominar, mas a natureza não se rende. E vemos que tudo acontece ao mesmo tempo, na mesma paisagem, de forma dialética.

Olhando para o chão observamos uma terra arenosa, “arienta” falam no assentamento, que é uma característica da região (de Capim Grosso até Ponto Novo). As terras do sertão são muitas vezes argilosas, porém, neste assentamento, se olhamos para a terra que aparece ao redor das cisternas e perguntamos à vizinhança, descobriremos que a argila aparece só depois de cavar meio metro. Isso e a cultura gastronômica da farinha fazem com que quase todo quintal tenha uma plantação de aipim ou mandioca. A vegetação também se diferencia de outras partes do sertão, um vizinho que estudou agronomia fala que até os mandacarus são diferentes nesta parte.

As ações humanas na construção, transformação e mudança da paisagem são decisões que tem cara branca, masculina, urbana, adulta, burguesa, da metrópole e heteronormativa (OROZCO, 2014), e isto se dá numa escala global, estatal, mas também numa escala local e comunitária. Algumas das coisas que observamos na paisagem nos levam a considerar o caráter das decisões que o assentamento tomou, olhemos para as casas.

As casas, alinhadas a 20 metros da estrada são todas iguais, casas de um projeto de estado que não permite fazer diferenciações, famílias de 9 pessoas e pessoas sozinhas morando no mesmo modelo, esquema e tamanho de moradia. Uma mulher da comunidade fala que são moradias que não contemplam a chegada de crianças, os cuidados de pessoas idosas e outras necessidades que a reprodução da

vida expressa, casas padrão. Mas também conta que escolheram dentre dois modelos diferentes o que tinha a cozinha menor, uma cozinha de quatro metros quadrados muito apertada. As mulheres falam que por isso nos fundos das casas podemos ver várias construções de pau a pique com fogão de lenha que aumentam o espaço de trabalho e permitem cozinhar sem gás.

Participamos de uma assembleia e conferimos o poder dos homens nas falas e nas decisões, falando com várias mulheres, parece ser que este poderia ser um dos motivos pelo qual as cozinhas são pequenas e pelo qual a segurança não foi levada em conta no desenho das casas: está pensada desde os homens e para as necessidades dos homens. “A paisagem é também um reflexo do poder e uma ferramenta para estabelecer, manipular e legitimar as relações sociais e de poder” (NOGUÉ, 2009, p. 12, tradução nossa).

Um dos quintais tem três edificações que começaram levantar mais estão sem finalizar, chegamos perto e vemos que é uma família grande, e que três dos filhos estão construindo suas próprias casas, mas a falta de dinheiro (falam) não permitiu avançar. É a maior família do assentamento. O quintal é também diferente porque tem uma casa de santo construída em pau a pique, único edifício para uso de culto religioso que vemos na comunidade.

Para quem não é do sertão outra coisa que surpreende são as cisternas de 16.000 litros em cada quintal. Para quem participou da história deste assentamento e das lutas do MPA na região é coisa natural. A ocupação do perímetro irrigado se situa numa estratégia de luta do MPA Nordeste pelo acesso à água para consumo e para produção de alimentos. A água é uma das questões principais no desenvolvimento do Programa Camponês (SANTANA, 2017), a proposta prática que o movimento tenta desenvolver para a construção do Plano Camponês (LEAL, 2019).

Para as pessoas assentadas, cada um dos elementos construídos na paisagem são também lembrança de alguma luta e símbolo de uma conquista. Esta aparência de tranquilidade e austeridade, de cada elemento que é estritamente fundamental para a reprodução da vida, a análise das ausências e da falta de elementos de luxo nos leva a perguntar-nos pela essência, pelo significado dessa aparente pobreza. Vamos procurar essa essência em três lugares: na história de vida das famílias do

assentamento⁴³ (com um ingresso médio mensal de menos de 400R\$), na história do sertão baiano e a espoliação de recursos que está sofrendo (neste caso de terra e água por meio de um projeto de estado com o Banco Mundial para benefício do agrohidronegócio) e a trajetória de luta do MPA que já conquistou moradia, cisterna e projetos produtivos em mais de 20 municípios da região norte de Bahia.

Como já apontamos, as contradições são também internas, vemos algumas casas, tanto nesta rua como na rua central, que estão desabitadas, portas e janelas fechadas, sem sinal de vida humana, quintais descuidados e outros sinais de abandono. Nem todas as famílias moram no assentamento, mais uma vez, vamos para a coordenação a descobrir os porquês, e mais uma vez estão nas relações de poder desiguais e no fato do Estado ter atrasado muito a entrega dos lotes de irrigação pelo que a sobrevivência no assentamento fica comprometida e algumas famílias ainda moram na cidade para poder ter um salário.

Antes de ir para a rua do centro vemos também um forno de barro, meio torto, mas com o cheiro de pão gostoso que nos leva até ele, construído num quintal. Descobrimos que foi o grupo de mulheres que fez a construção num mutirão. A mulher dona do forno fala do desafio coletivo, do sentimento de pertença que surgiu, de como este novo elemento criou um espaço para as mulheres se juntar, compartilhar, cozinhar. Dão risada falando do dia do mutirão e da identidade coletiva que surgiu, caiu três vezes e voltaram construir, a paciência histórica das mulheres se representa assim nas construções, nos processos.

Chegando no centro

Vamos na rua principal chegando pela estrada de atrás, a estrada de chão, uma estrada que ainda tem marcas da maquinaria e que está feita pelo passo de caminhões como demonstram as pisadas⁴⁴. Também vemos no caminho que na frente das casas estão os aparelhos de registro de água.

Na entrada da rua principal aparece o esqueleto de uma construção de paus, alguma palha de licuri, os restos de uma bandeira do movimento e de um fogão

⁴³Em média de 65% da população do Assentamento são pretos e de origem camponesa. A renda mensal das famílias varia de 300,00 a 400,00 reais, apenas os aposentados/as por idade, 5 pessoas, recebem um salário-mínimo que atualmente é de R\$ 989,00.

⁴⁴Também aparecem muitas pisadas de moto e bicicleta, sendo este principal meio de transporte na comunidade pelo que podemos descobrir depois de várias horas de observação.

grande. Aqui foi um espaço coletivo. Sabemos o que foi, foi o acampamento pela água que demorou nove meses, nove meses que as famílias interromperam as obras de conexão entre duas represas para garantir a água encanada e o projeto dos lotes de irrigação. Depois de nove meses de paralisação das obras a Embasa e o Governo do Estado assinaram o compromisso com o MPA. Hoje a água já chegou, a irrigação ainda não, mas o acordo é para chegar antes do final do ano.

Ao redor de uma das casas vemos várias garrafas de cachaça vazia, se descrevermos a paisagem da noite, teríamos aqui a uma grande parte da juventude do assentamento tomando cachaça. Outras casas apresentam nas segundas-feiras quintais cheios de lixos que depois voam para outros quintais. Também apresentam mulheres da comunidade limpando esses quintais de quem tem um pouco mais de dinheiro. A paisagem nos mostra sempre as contradições. Mais uma vez, construção e destruição.

Mas também reconstrução, vemos os restos de algumas atividades coletivas, difícil de interpretar sem a ajuda das moradoras. São os restos de uma quadrilha que conseguiu organizar a juventude e da que surgiu a Parada da Juventude Terra Nossa, os restos também de uma vaquejada que reuniu dinheiro para a comunidade.

Nesta rua temos uma área diferenciada, que não tem casa familiar, é uma área grande com um campo de futebol, uma construção de adobe que serve para reuniões e eventos culturais e um espaço de conservação. É a área comunitária da comunidade, com uma reserva natural de seis hectares. Delimitar áreas de reserva para proteger a natureza de nós mesmos parece uma contradição, mas também uma necessidade levando em conta as palavras de Buckman “a grande capacidade criadora do capitalismo, acha seus limites na ameaça da sua própria destruição” (BUCKMAN, 2012 p. 23, tradução nossa). E no caso do Assentamento Terra Nossa, uma proteção difícil que comprovamos pelos restos de esterco de gado dentro da reserva.

Foto 7 - Assentamento Terra Nossa. Área coletiva com a bioconstrução no fundo



Fonte: Autora, 2019.

Esta relação sociedade natureza cheia de contradições, se expressa também nas roças dos quintais, algumas com processos de biodiversidade e conservação avançados, outras perto da monocultura; algumas capinadas, outras com signos de serem queimadas; algumas cultivadas na mão, outras aradas com trator. O MPA leva anos promovendo a agroecologia e no Terra Nossa o não uso de agrotóxicos, a não queima e a adoção da transição agroecológica são acordos coletivos. A paisagem nos mostra o avanço e limites dessa transição. Uma dirigente fala então dos debates e discussões que já aconteceram e que acontecerão quando começar a produção dos lotes de irrigação.

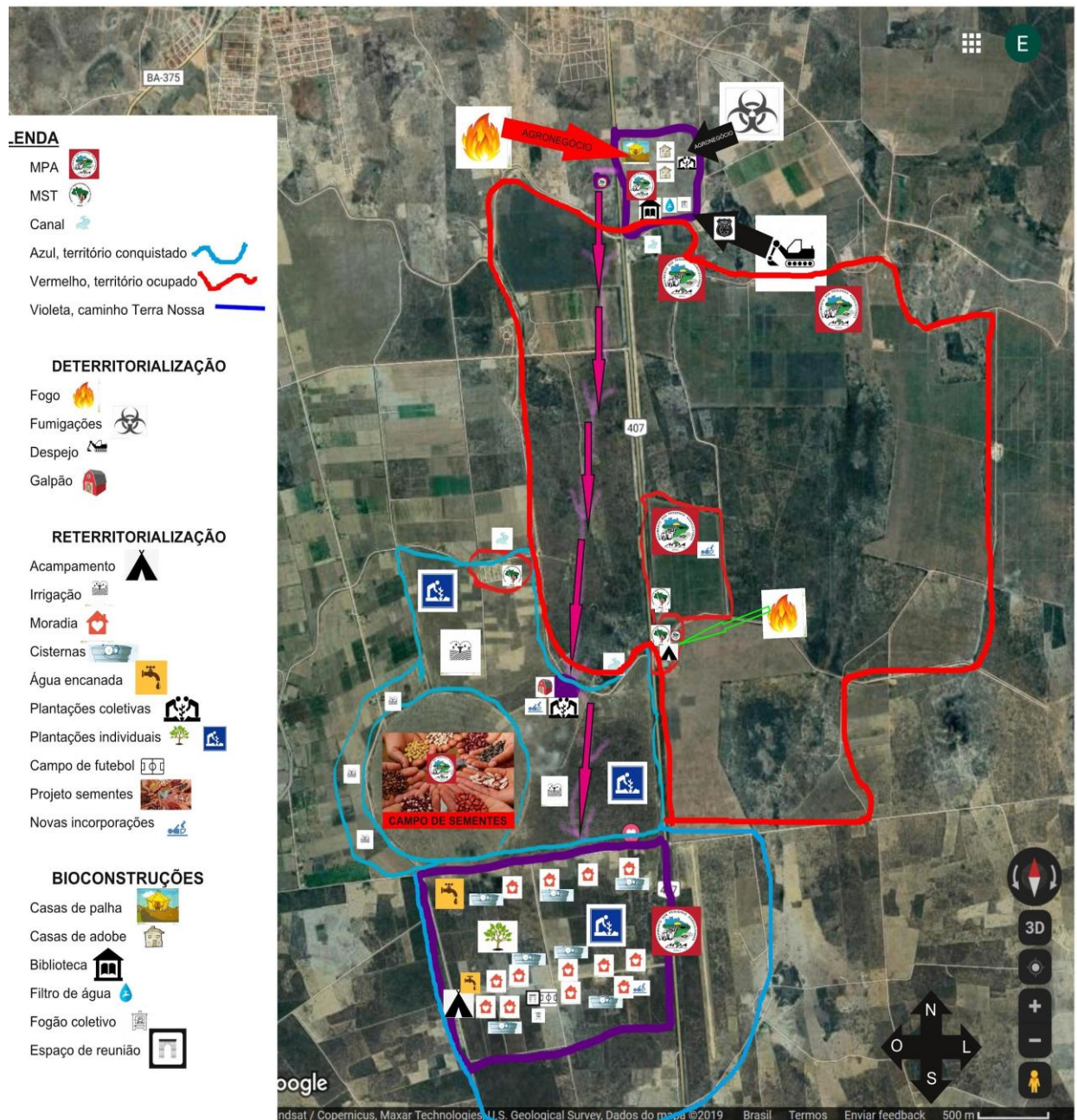
O primeiro e único espaço coletivo que a comunidade teve nos três primeiros anos de existência foi o campo de futebol, mais uma vez o recorte de gênero fica evidenciado. Mas agora uma nova construção, aparece nesta área coletiva. É uma construção que está virando emblema por ser diferenciada, as crianças brincam nela, as pessoas chegam perto para falar, os mutirões reuniram as famílias e as pessoas durante os meses da construção, e as comunidades vizinhas chegam curiosas. É uma

bioconstrução parecida com um anfiteatro, com desenho adequado à climatologia local, com uma grande bancada para sentar-se, palco para apresentações, espaço para dançar e até rampa para os carrinhos dos bebês.

Furlam aponta que a paisagem reforça o sentimento de pertença com um lugar, tem a ver com as afetividades, as histórias. E para as famílias do Terra Nossa esta construção está construindo história e memória, uma mulher dá risada falando que em 20 anos ainda “vai ficar de lembrança na hora de explicar o que nós construímos, se divertiu e aprendeu” outra aponta que todo o mundo está construindo com esforço e por isso “se sente de todos”. Esta bioconstrução criou uma transformação da paisagem que provocou mudanças materiais e imateriais.

No caso da bioconstrução, esta decisão humana de transformação da natureza e de apropriação e utilização dos bens comuns está baseada numa relação sociedade natureza não capitalista, levando em conta a questão ambiental, fala um coordenador do MPA nas entrevistas realizadas, “porque cuidar do meio ambiente sem destruir, isso é uma questão bastante importante dentro da identidade coletiva camponesa que o MPA está desenvolvendo com seu Plano Camponês”.

Mapa 2 - Terra Nossa, um processo de TDR material



Fonte. Elaboração da autora, 2019⁴⁵.

⁴⁵ Sistematização do grupo de debate realizado no Assentamento Terra Nossa, 2019.

Este plano apresenta o caminho físico realizado pelas famílias desde o começo da luta. Frente a territorialização econômica e política do agronegócio nos territórios nordestinos “*fadados* à produção primária” que provocou um amplo processo de desterritorialização de formas não capitalistas de produção (BATISTA, 2014, p.54, grifo da autora), o MPA realizou a primeira ocupação e o acampamento foi se construindo. Primeiro com barracos de *Syagrus coronata* ou palha de licuri, material local disponível e de rápida construção. Também demonstrou ser um material frágil e um incêndio acabou com aquelas primeiras moradias. No entanto, a palha de licuri ficou como símbolo das famílias assentadas e o espaço de reunião continuou coberto por ela.

Então as famílias resolveram construir com adobes, utilizando mais uma vez os materiais locais; organizaram vários mutirões para cortar os adobes, feitos de terra local com água, sem incorporação de outros materiais como esterco de gado ou fibras vegetais. Os adobes resultantes dos mutirões se repartiram entre as famílias que participaram e assim, aos poucos, novas construções foram aparecendo. Por ser a terra bastante arenosa, se acumulava muito pó nas casas, mas o refúgio estava garantido. que o acampamento sofreu com as primeiras casas de adobe.

Nessa época também foram construídas em mutirão outras obras de bioconstrução como um filtro de água, um fogão coletivo e a biblioteca. A comunidade não recebia água do município, e o único acesso à água potável era o tanque que o padre de Ponto Novo enchia quando lembrava. Naquela época, ainda não como pesquisadora, mais morávamos no lugar e conhecemos de perto os processos. O filtro de água permitiu utilizar a água do canal e crescer em autonomia, além de melhorar a saúde das famílias.

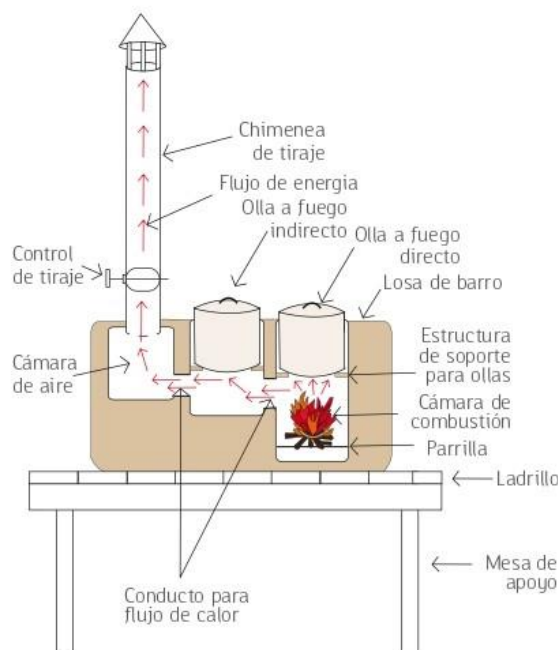
**Foto 08 - Primeiras bioconstruções do Terra Nossa, na época da ocupação.
Biblioteca com técnicas mistas**



Fonte: Autora, 2010.

O fogão coletivo, construído nas bases de economizar lenha e de canalizar a fumaça fora da cozinha, economizou de um lado o trabalho de pegar lenha, evitou desmatamentos numa área já degradada, e melhorou a qualidade de vida e saúde das pessoas que naquele momento davam conta de cozinhar para o assentamento inteiro, mulheres na sua totalidade. Este fogão é construído com terra local, com a incorporação de outros materiais como areia e esterco de gado para um secado sem fissuras, e com materiais reciclados disponíveis nos locais (é muito versátil) e envolve as paredes com materiais que mantêm o calor além de esquentar não só embaixo, mas também nas paredes das panelas. O sistema de saída de fumaça dirigido permite mais eficiência energética, de até um 60% para Echiburú y e Jorquera (2013).

Imagem 3 - Fogão de lenha melhorado para economizar lenha e trabalho



Fonte. ECHIBURÚ, 2013.

A biblioteca permitiu experimentar com materiais locais e melhorar as misturas para os adobes com a incorporação de esterco de gado e *Syagrus coronata* ou palha de licuri, que como falamos na introdução sobre a bioconstrução, são materiais que evitam as fissuras e conseguem melhor compreensão. Também foi o local de experimentação de novos rebocos, pinturas feitas na base das plantas locais e um telhado de terra.

A polícia entrou com máquinas escavadoras no ano 2011 e derrubou todas estas construções. As famílias ocuparam então um edifício na beira da estrada onde demoraram uma semana e organizaram a próxima ocupação. Chegou a nova ocupação, a terceira sede do acampamento, era um galpão situado dentro do

perímetro de irrigação e onde as famílias moraram por cinco anos. Foram anos de muita luta e sobretudo, de muitas carências. Um espaço que não conseguiu criar identidade, que só se valorizava como transitório e que aproveitou do já construído, sem bioconstruir nada. Sendo que a cozinha comunitária foi mais uma vez precarizada e os trabalhos se multiplicaram para as responsáveis.

As moradias atuais também são bem distantes das ideias bioconstrutivas, mas, no fundo dos quintais de muitas casas aparecem construções de pau a pique que servem como ampliação da cozinha, casa de santo, aviários e outras. E na hora de edificar a área coletiva a bioconstrução surgiu de volta como uma opção e como uma proposta de atingir as necessidades desde a autonomia e o trabalho coletivo para chegar assim a objetivos materiais e imateriais como o fortalecimento do sentimento de pertença. Essa construção é analisada nesta pesquisa já que participamos como coordenadoras de obra e observamos o processo por quase um ano.

Ainda que levando em conta as contradições, na comparação do Terra Nossa com as paisagens onde o agronegócio é presente no município, nos assevera que a paisagem em construção do assentamento mostra um processo de recuperação da natureza e das relações sociais. Assim como também conta a história e a memória da luta e do confronto. Parafraseando a Furlam “quando lutamos pela permanência de uma paisagem estamos diante da defesa da memória” (FURLAM, 200-, p. 234) apontando que quando construímos novas paisagens estamos diante novas memórias coletivas. Ou em palavras do movimento: “Muita luta muita resistência, mas quando o povo se organiza e luta em torno de objetivos comum, as coisas acontecem”.

Não podemos terminar a descrição sem falar que o Terra Nossa foi o primeiro dos acampamentos em Ponto Novo, que abriu o caminho ao pré-assentamento Mandela (MST) e o acampamento União (parceria MPA e MST).

Este mapa contém também novos territórios em disputa, o pré-assentamento do MST Mandela, e o acampamento União, com coordenação dos movimentos MPA e MST que nos colocam diante um panorama de territorialização camponesa não regional, mas sim municipal. Estas novas ocupações aproveitaram que a grande empresa do perímetro de irrigação, a Sítio Barreiras abandonou as instalações durante um período de seca, demonstrando mais uma vez as debilidades do sistema agrário neoliberal frente a resiliência camponesa. MST e MPA aproveitaram assim a crise do sistema no avanço sobre os recursos (RUBIO, 2018), hoje 100 famílias permanecem acampadas, produzindo e lutando pela reforma agrária nesse território.

3.2.1 A construção na comunidade

A bioconstrução realizada para este estudo no Assentamento Terra Nossa é um espaço de quase 100m² que deve de se proteger prioritariamente contra o calor do verão. Uma construção que ainda não finalizou e que implicou mutirões por nove meses, até o início da quarentena que paralisou o processo.

A resolução foi de construir com adobes e que fosse um espaço muito exposto aos ventos. A terra dessa região tem muita areia (é muito *arienta*, na linguagem local) pelo que tivemos que cavar bastante para achar o material adequado. Também resolvemos melhorar ele com muito esterco para procurar adobes mais resistentes. As fibras vegetais na região não estão tão disponíveis nem são de fácil incorporação ao barro, fizemos vários experimentos e no final resolvemos usar as fibras vegetais principalmente nos encadeados que afiançam as estruturas. Experimentamos com fibra de bananeira e de folha de licuri, mas as duas são muito desconfortáveis para o trabalho de fabricação de adobes.

Foto 9 - Adobes feitos na construção do espaço de reunião no Assentamento Terra Nossa



Fonte: Autora, 2019.

A construção com tijolos de adobe é similar à da construção com outro tipo de tijolos, pelo que os pedreiros conhecem melhor a técnica. Porém, é importante insistir nas técnicas de amassado da mistura e no jeito de “cortar” os adobes. As formas devem de estar muito bem-feitas, sempre molhadas e a coordenação entre as pessoas é importante. Os adobes podem ser mais ou menos densos dependendo da quantidade de fibra vegetal que usamos nas misturas, neste caso são adobes bastante densos e com capacidade de acumulação de temperatura.

Para melhorar a climatização a resolução foi a construção em arcos na vez de paredes, isto garante a ventilação natural e um interior cavado de um metro de profundidade que melhora o resfriamento pelo chão. O telhado foi a parte mais difícil e mais cara, principalmente pela dimensão. Usamos madeiras compradas e *Syagrus coronata* ou palha de licuri, disponível na zona. Os conhecimentos de trançado da palha também são locais e tradicionais. A pretensão de grandes beirais não deu certo porque na região não achamos madeira do tamanho que se precisava.

Outra técnica introduzida na construção foi a dos entrelaçados inferior e superior. O entrelaçado inferior foi feito com pedra e cimento a modo de alicerce. O entrelaçado superior foi feito de barro e fibra vegetal, usamos para isso varas da vegetação local, fibra de bananeira e palha de licuri. Estes entrelaçados e as juntas dos adobes com fibra vegetal servem para dar uma unidade a toda a estrutura, unidade que também é flexível e por isso adequada nas zonas com movimentação de terra ou terremotos. O desenho octogonal da construção também é antissísmico e contribui com a ventilação (MINKE, 2005).

O *Terra Nossa* foi a maior experiência nesta pesquisa. Pelo volume de trabalho e pelo tempo investido, quase nove meses de bioconstrução. Olhar para a evolução da organicidade exige fazer uma descrição do momento no qual a bioconstrução começou. Depois de cinco anos de intensa convivência de 30 famílias num galpão com a incorporação de novos sujeitos que não participaram da primeira etapa da luta, as relações sociais estavam bastante danificadas⁴⁶.

A grande diferença entre as famílias que lutaram desde o começo e as chegadas por último marca dois perfis e olhares para o assentamento diferenciados. O processo

⁴⁶As famílias perderam o gosto pelo coletivo depois de cinco anos convivendo no mesmo espaço. É por isso que na hora de definir o assentamento, foram para os lotes na vez de construir uma agrovila e por isso que agora que chega a irrigação também a produção vai ser individual.

de luta primeiro criou uma identidade e sentimento coletivo que não está nas chegadas depois.

O coletivo está reduzido às reuniões mensais e o jogo de futebol. O acampamento pela água (explicado no capítulo 2) está em declive e os turnos são feitos pela afinidade entre as pessoas. Tudo isto faz com que a comunidade avalie que precisa um espaço de reunião e de lazer para resgatar os laços pessoais e as formas de luta coletivas.

A realidade, porém, mostra para uma coordenadora do assentamento que as debilidades e as fortalezas dos processos são às vezes a mesma coisa. Neste caso, a própria participação das famílias.

Aparece uma possibilidade de projeto para a realização da obra, coisa que acelera os prazos e marca algumas condições. O dinheiro embora, é bem menos do que a construção precisa, e isso também é um condicionante que mexe nas decisões da obra.

Terra Nossa também está num momento de pessimismo geral quando começa a pesquisa, as negociações para a obtenção de água encanada e de lotes de irrigação não avançam. Além disso, existe o pensamento de que a construção não vai dar certo. Entre as percepções estão os preconceitos para com a bioconstrução, os preconceitos de ter uma mulher coordenando uma obra, a desconfiança na chegada de uma pessoa externa, e a sensação geral de que o povo não vai responder (conversas no grupo do zap). Mas começou a obra e começou com animação. As falas nas entrevistas demonstram isso:

Eu acho que eu me sinto assim, que estou me divertindo em meio da turma, o pessoal trabalha e se diverte com as pessoas, é um momento de trabalho mais também é um momento de estar todo o mundo junto. Mesma coisa, trabalho e diversão. (Assentado Terra Nossa 4).

Só que um processo tão prolongado numa comunidade bastante desestruturada é difícil de sustentar, exige muito compromisso. Então, o processo teve suas épocas boas e suas épocas de quase paralisar a obra. A confiança também teve seus avanços e retrocessos. Mas sobretudo, experimentamos diferentes formas de coordenação para tentar assim superar a inércia do coletivo que delega numa coordenação muito antiga.

Num primeiro momento foram três grupos de trabalho com 10 casas em cada grupo, cada um trabalhando um dia na semana; e no sábado juntava mutirão geral.

Cada dia da semana botou duas pessoas para coordenar o dia. Essa organicidade surgiu de uma proposta da coordenação modificada numa assembleia, porém, a participação da assembleia é muito fraca, quase todas as pessoas chegam só para escutar. Não é um espaço muito aberto a crítica ou aportes, e na prática falar e discordar na assembleia gera uma exposição que as participantes evitam.

Outra das estratégias adotadas para o trabalho foram os mutirões de outras comunidades. Algumas vezes foram bem e outras nem tanto, mas contribuiu na percepção de um movimento além do assentamento, muito fechado e endogâmico.

Depois de um tempo resolveram colocar uma coordenação mais coletiva, para compartilhar as responsabilidades. Também se falou de punir as pessoas que não estão participando da obra, mas sem chegar conclusão nenhuma. Na assembleia deu para perceber que a participação dos homens na tomada de decisões é bem maior, embora depois os trabalhos práticos são executados pelas mulheres. A reunião serviu também para dar uma força na importância do trabalho coletivo.

Trabalho coletivo é outra coisa, outra dificuldade, estamos acostumados a trabalhar cada qual ou a obedecer. Aqui é outra dificuldade, mas vai nos ajudar, no material pelo espaço, mas também a fortalecer a organização, a compreender a coletividade e chegar mais perto, aumentar o sentimento de pertença. A obra é uma oportunidade de melhorar nisso. (Coordenação Bahia na reunião).

A construção abriu um espaço para debater sobre diferentes formas de coordenar e de comandar. Numa reunião bastante tensa, falaram do autoritarismo de algumas pessoas, de possibilidades mais democráticas e dos conflitos necessários. Começaram aparecer várias relações de poder que analisamos no capítulo seis como são a de gênero, raça ou colonial. E as contradições da bioconstrução e do diálogo entre saberes que na prática vira um *choque de saberes* (nas palavras de uma assentada).

A bioconstrução reúne saberes populares e acadêmicos. É uma soma dos dois. No campo surge das necessidades básicas, na academia surge do ecologismo. Temos que ver como aproveitamos as sabedorias locais e as que chegam de fora. (Assentada em reunião).

As relações de poder se acrescentam na próxima assembleia quando, sendo principalmente as mulheres e os jovens que estão participando da construção, homens não escutam as mulheres na reunião. Nesta assembleia se resolve tirar um dos grupos de trabalho e incorporar as pessoas nos outros dois grupos. Assim, se perde um dia de trabalho, mas se reforça numericamente os dois dias que continuam.

Depois de duas semanas desaparece também o mutirão dos sábados e se resolve fazer a construção mais devagar. Estes processos trazem muita crítica à própria organicidade da comunidade e várias discussões.

Este processo está sendo importante porque está fazendo com que a gente busque meios, mecanismos, métodos, de avaliação, crítica e autocrítica. É uma das questões que um movimento que se propõe a construir uma sociedade mais justa e igualitária, que se propõe a organizar um modo de vida do povo em comunidade se não fazer a avaliação, crítica e autocrítica fica *condenado* ao fracasso. E a bioconstrução está ajudando muito nesse sentido, a sentar e poder falar, e tu porque não está vindo, porque não está participando, está fazendo com que as pessoas reflitam. (Coordenação Bahia MPA, grifo nosso).

O desenvolvimento da organicidade e das discussões é avaliado pela coordenação como positivo, está fazendo com que outras pessoas falem, e isso é sintoma do aumento do sentimento de pertença, de responsabilidade da comunidade. Por isso avaliam que o resultado será o fortalecimento bem maior da organicidade no assentamento. Também, na fala da direção estadual, serve para avaliar “quanto estamos longe de isso que queremos, no sentido que as pessoas são consumidas pelos valores capitalistas”. (Coordenação Bahia MPA).

No mesmo sentido, também se avalia que na obra dá para perceber e entender que “podemos construir e ser autônomos, isso é algo essencial, a obra está trazendo isso, que é possível quando o povo quer.” (Coordenação Bahia MPA).

Esta transformação da paisagem cria territorialidades que se manifestam em novas relações de trabalho, de amizade e de poder. Também o fato de construir um espaço para uso comum coloca de manifesto a carência na organicidade e novas propostas ao respeito. Ao pouco tempo de começar a obra surgem o grupo de juventude e o grupo de mulheres, os dois coletivos mais implicados nos trabalhos.

Vemos então como essa transformação da paisagem nos leva para transformações sociais, que ao mesmo tempo continuam mudando a paisagem desde suas realidades, estes grupos ainda propõem algumas mudanças na estrutura (como a incorporação de uma rampa para carrinho de bebê e cadeira de roda).

A juventude começando a se organizar, as mulheres se organizando para poder discutir a questão de medicina alternativa, de quintais, de ervas medicinais, de buscar como produzir e processar os produtos: fazer um forno... São coisas novas discutidas em outros momentos, mas que estão sendo colocadas em prática agora, e as reflexões da bioconstrução, que vimos que é possível fazer algo diferente, é possível construir algo na comunidade, está contribuindo nesses outros processos. (Coordenação Bahia MPA).

Dois apontes então sobre as mudanças que a bioconstrução propiciou no assentamento. A *juventude* que começa a se organizar e além de participar individualmente chama para a participação coletiva e organiza mutirões. Para muitas é a primeira participação no coletivo e falam que gostam de chegar perto, estão aprendendo e se sentem parte da comunidade. Também começa o sentimento de pertença ao MPA. A bioconstrução vai medindo os ritmos e as atividades possíveis e não, vai mensurando o compromisso das jovens.

As *mulheres* também começam se organizar, são as mais ativas do assentamento. Organizam atividades quase toda semana, participam do mutirão, de outras oficinas que tem na comunidade e começam fazer mutirões próprios para se ajudar nos quintais. Até fazem uma bioconstrução própria. O reconhecimento da comunidade não chega e toda vez que tem atividade as colocam na cozinha. Começa uma articulação para mudar a situação.

Na obra começam tímidas, com medo e vergonha, mas vão tomando conta. Apontam para as diferenças entre a obra geral e as das mulheres:

[...] diferença é porque os homens querem comandar mais. E porque as mulheres não sabem fazer, e então a gente tem que mostrar para eles que a gente tem a capacidade, tem o interesse de aprender, não é só eles estarem lá na frente comandando não. A gente também tem que comandar também. Eu acho que a diferencia é essa aí. (Mulheres 1 -TN-).

Foto 10 - Telhado de palha de licuri (*Syagrus Coronata*) com trançado tradicional da região. é um telhado leve e fresco. Foi construído com uma pessoa que conhece a técnica e muita ajuda da comunidade. Nas chuvas comprovamos que precisava de uma melhor colocação, a água entrava na construção



Fonte: Autora, 2019.

Foto 11 - O chão foi esculpido na terra, a terra do buraco foi a matéria prima para a construção de adobes e rebocos. O chão soterrado permite uma melhor temperatura



Fonte: Autora, 2019.

Foto 12 - Os arcos foram fabricados com adobes feitos na mesma comunidade, colocamos contrafortes para uma estrutura mais forte e acima dos arcos um encadeado superior feito de barro e muita fibra vegetal (varas, fibra de bananeira e palha de licuri)



Fonte: Autora, 2019.

3.3 Comunidade Tigre, Caém

Foto 13 - Comunidade do Tigre em Caém. A casa grande é uma construção de adobes



Fonte: Autora, 2019

Caém é um município baiano pertencente à microrregião de Jacobina. Sua área aproximada é de 497,467 km² e tem uma população de pouco mais de 10.000 habitantes. O município se divide em três núcleos, sendo Tigre parte da Vilas do Povoado de Gonçalves. O município conta com mais de 40 comunidades rurais, sete delas organizadas diretamente no MPA e mais seis de forma indireta.

A comunidade do Tigre conta hoje com 20 famílias, mais ou menos 70 pessoas. A própria comunidade resgatou sua história em uma conversa entre moradoras e moradores da região. Tivemos acesso a este texto que documenta os inícios da comunidade e sua trajetória. Falam as pessoas da comunidade que a Fazenda Tigre, no município de Caém-BA localizada Território Piemonte da Diamantina no centro Norte do Estado da Bahia, surgiu no ano 1957.

Na autodefinição identitária, é uma comunidade de pessoas negras, dentro de um território quilombola, mas não é uma comunidade quilombola. Tentaram iniciar o processo de reconhecimento com a Fundação Palmares, mas a comunidade não conta com a trajetória histórica necessária para ser reconhecida como Comunidade

Remanescente de Quilombo⁴⁷. Porém, geograficamente, está dentro de um território quilombola onde estão os quilombos de Várzea Queimada de Caém e Raposa de Caldeirão Grande. As famílias se reconhecem e se identificam dentro desse território.

Ainda que as pessoas que habitam o Tigre tenham em sua totalidade origem africano, os preconceitos são visíveis, e falam os moradores, que mesmo dentro da mesma família, existe racismo com os membros mais negros. Este racismo está sendo superado por meio da pedagogia do exemplo, e com a força da autoafirmação de várias pessoas.

Foram duas famílias que iniciaram a comunidade “meu avô Elias José da Silva e João Alves, seu cunhado” que se casaram com suas esposas e aos poucos as famílias foram crescendo “assim foram casando e a fazenda crescendo cada vez mais”.

Daqui em diante, observamos como o desenvolvimento da comunidade sempre foi ligado as pautas da água, através de lutas e conquistas. O próximo evento histórico que a comunidade ressalta nas vivências da fazenda é o surgimento da comunidade religiosa, no dia 13 de março de 2003, “através de uma celebração com pároco Luiz Tonetto da Paróquia São Gonçalo do Amarante” e que teve muita importância porque chegou acompanhada de um “projeto de cisterna do fundo rotativo solidário coordenada pelo padre Luiz Tonetto”.

Dois anos depois, surge a Comunidade Social, no dia 25 de junho de 2005 participando de um acampamento da água articulada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) “que teve na comunidade de Micaela com objetivo de pautar a água de qualidade para 7 comunidades que estava no percurso da adutora”. (Documento interno, 2017)

O MPA traz também novas lutas e conquistas na comunidade e a organização e articulação local cresce na comunidade e no município. As políticas públicas chegaram na comunidade a partir do ano de 2007 e foram mais uma vez ligadas à água novos projetos de construção de cisternas de consumo (Programa P1MC) e cisternas de produção agroecológica nos modelos de calçadão e enxurrada (Projeto Uma Terra e Duas Águas).

⁴⁷Retomamos as críticas realizadas por vários autores da percepção restrita de que a comunidade quilombola traz “consigo a ideia de que, para ser quilombo, este deverá, necessariamente, apresentar essa referência aos escravos fugidos, isolados, e que não produziam para o mercado” (SANTOS, 2017, p. 44).

Na sequência, o projeto conquistado pelo MPA e conhecido como Projeto P1+2 de terra e água ajudou a desenvolver vários processos produtivos como terras de produção e quintais produtivos “para ter uma alimentação saudável”. E nos últimos tempos também chegou a água encanada da empresa Embasa, mas a dia de hoje e por problemas da empresa, faz vários meses que a água não sai das torneiras. Uma das moradoras está indignada “a água não chega, mas a conta sim, e se a gente não paga tiram a instalação e depois é bem mais caro conectar de volta”. Como em qualquer canto do semiárido, água é sempre pauta de luta.

No ano 2016 conquistaram também as moradias camponesas que foram inauguradas no ano 2018. Porém, a comunidade conta ainda com várias moradias tradicionais construídas com adobes. Casas grandes e frescas que juntam as famílias nas horas de mais calor.

Porém, as pessoas de mais idade não conseguiram concluir o ensino fundamental, outra das conquistas que a comunidade resgata é a educação, sendo que hoje

os jovens da comunidade todos tiveram acesso ao ensino público fundamental e médio, e uma jovem da comunidade tem o curso de Bacharel em assistência social através do PRONERA e outro jovem teve acesso ao curso de técnico em agropecuária e está sempre contribuindo desenvolvimento da comunidade. (Documento interno, 2017).

Hoje, a renda das famílias é oriunda da agricultura familiar no qual as culturas mais cultivadas são mandioca, aipim, melancia, feijão-de-corda e feijão do ano, milho, e a criação pecuária sendo os animais cultivados galinhas caipiras⁴⁸, peru, patos, galinha da Angola, porco, ovinos e caprinos. “Da pesca não é com frequência os membros as vezes vai pescar no rio Itapicurimirim”. (Documento interno, 2017).

A produção principal basicamente é da agricultura, mas sempre vemos um agroecossistema, uma diversidade, é mais um pouco de cada coisa, integrado. Renda média da família 200-250 mensais por pessoa, que tiram da terra. Muitas famílias recebem bolsa família e 30% estão aposentadas. (Coordenação Comunidade Tigre, 2019).

O MPA é a organização mais forte trabalhando no município. Tem outras entidades trabalhando nas comunidades como acompanhamento de extensão rural, a comissão da água ou as associações comunitárias. O MPA cumpre um papel importante na dinamização e gestão de todas elas.

⁴⁸ <https://irpaa.org/noticias/1889/experiencia-de-criacao-de-galinha-em-canoa-e-visitada-durante-atividade-do-semiarido-produtivo>

Às vezes não temos perna para chegar, mas outras comunidades também querem. Nosso sonho é que o município esteja coberto pelos grupos de base do MPA, com a articulação dos camponeses. (Coordenação Comunidade Tigre, 2019).

As mulheres do MPA estão dialogando dentro de um projeto do pró semiárido, no território denominado de Padre Alfredo Haarler. Criaram um grupo, mas ainda está precisando de avançar e debater “quais as problemáticas e traçar um projeto de políticas públicas, para ir combatendo as dificuldades que enfrentam como mulheres”. (Coordenação Comunidade Tigre, 2019).

A juventude é bem mais organizada no grupo Unidos pelo Sertão⁴⁹, se reúnem com frequência, e no ano 2019 fizeram a primeira assembleia com 25 jovens para trabalhar com a temática da soberania alimentar. “A proposta é reunir jovens de outras comunidades dentro do Unidos pelo Sertão”. (Coordenação Comunidade Tigre, 2019).

Percebemos que a luta pela água define as comunidades do município de Caém, o próprio governo local reconhece que sendo o

Clima semiárido e seco, com estiagens prolongadas com alto risco de seca. O Município sofre com a escassez de água, necessitando de uma ação conjunta, envolvendo a comunidade e o Poder Público, com vistas à solução destes problemas e a recuperação do setor primário, o que contribuiria sensivelmente na geração de emprego e renda. (CAÉM, 2014).

Cabe destacar o acampamento pela água do ano 2005 que significou a chegada do MPA na área, a politização das famílias que derivou nas próximas conquistas e serviu de exemplo para outros municípios e comunidades do Centro Norte baiano se somarem nas reivindicações e lutaram pelo acesso à água.

A luta por água encanada na Bahia organizada pelo MPA iniciou no ano de 2005, atendendo cinco comunidades rurais de Caém e passou a ser inspiração para comunidades circunvizinhas que fizeram o projeto ‘água em minha casa’ e no ano de 2008 começou as reivindicações em Órgãos do Governo do Estado da Bahia para abastecer 28 comunidades de Jacobina, 6 de Capim Grosso e 3 de Quixabeira, essas reivindicações através de muita luta se concretizou no ano de 2012. (MPA, 2012).

A questão fundiária e o acesso à terra são demandas do Brasil todo, a problemática da água é mais forte no sertão. A água fica concentrada em poucas mãos e até os projetos do estado são desenhados baseados em preconceitos e

⁴⁹Unidos pelo Sertão é o coletivo de juventude do MPA nas comunidades e desenvolve várias atividades culturais. <http://www.car.ba.gov.br/noticias/jovens-rurais-realizam-acoes-de-incentivo-educacao-e-cultura>

discriminações. As obras contemplam localidades urbanas e centros de população, mas esquecem as comunidades que são atravessadas pela encanação, mas não recebem a água.

O desafio para o acesso água pelas comunidades rurais, principalmente, no semiárido é uma realidade evidente, a seca ocasionava muitas dificuldades para quem não tinha e nem tem tecnologias para armazenamento de água, seja cisternas, pequenos açudes, poços ou água encanada, sendo uma das principais razões para ocasionar o êxodo rural de famílias e jovens. (MPA, 2012).

É por isso que o MPA defende que “a sabedoria popular pela convivência tem provado que é possível viver nesta região, basta ter investimento por parte do Estado brasileiro para tecnologias de armazenamentos”. O problema não é a falta de água, mas sim as políticas de distribuição por adutoras. “No semiárido, temos 37 bilhões de metros cúbicos, estocados em cerca de 70 mil represas, ou seja, tem água o que precisa é de distribuição” (MPA, 2012).

E denuncia que a água, longe de ser tratada como um direito humano, ela é usada pelos políticos institucionais para manobrar as comunidades. Os caminhões-pipa, abastecedores municipais das comunidades são exemplos disso. “Ter acesso à água encanada para essas pessoas significa construir a autonomia política, se livrar de uma situação de dependência” (OLIVEIRA, E. A., 2018, p. 77). Como o abastecimento depende da vontade política de prefeitos e vereadores, a água é usada como moeda de troca para compra de votos e manutenção da paz social.

Água é poder. O controle da água, associado ao controle da terra, resulta na sociedade nordestina que conhecemos. Nessa região, o controle da terra, da água e da saúde pública é o fundamento do poder das oligarquias nordestinas, antigas e modernas, sobre uma população que não tem conseguido sair da miséria. (MALVEZZI. 2007. p. 62 *apud* OLIVEIRA, E., 2018, p.59).

A diferença na qualidade de vida das famílias e a capacidade de autonomia e organização antes de depois de ter água encanada nas casas é visível. (PILON, 2017). Foi por isso que quando o projeto de barragem de Pedras Altas desconsiderou as comunidades rurais, as famílias foram para luta e resistiram mais de 100 dias de acampamento, paralisando as obras até que o governo garantisse o acesso à água das comunidades. Um coordenador regional do MPA fala assim:

[...] quando foi no dia 05 de julho de 2005, nós resolvemos fazer, parar a obra do Estado, que estava ligando a obra de Pedras Altas a Piabas, faltando 1km para concluir a obra, nós paramos a obra, e ali juntamos um acampamento, onde, é, é, ficamos 117 dias, mais de 4 meses, no caso, acampado. [...] Ocupamos por duas vezes a CERB – do Senhor do Bonfim, também ocupamos, é, é, é em Salvador, é, é o agora fugiu o nome do órgão, mas

tivemos lá, e de lá saiu várias negociações, que aí o governo já de Jaques Wagner, disse que tinha o projeto mais não tinha o recurso para concluir a obra, pela pressão do MPA, que aí eles se decidiu a conseguir recurso para de fato vim fazer essa obra de cá, que a onde deu início no dia, mais ou menos no dia 20 de setembro de 2007. (OLIVEIRA, E., 2018, p. 64).

3.3.1 A construção na comunidade

Na comunidade do Tigre, as pessoas mais idosas lembram das casas de taipa ou pau a pique. Mas o desmatamento causado pelo agronegócio diminuiu muito a madeira disponível para construção e nos últimos anos a construção natural ou tradicional tem sido mais nos tijolos de adobe. Assim economiza não só os entrvados como também as colunas. Quando as paredes são capazes de segurar o telhado sem precisar outra estrutura, falamos que são *autoportantes*, este é o caso da técnica de adobe. Quando precisamos uma estrutura de colunas de madeira ou de concreto para segurar o telhado, falamos que são estruturas *portantes*, este é o caso do pau a pique.

O Tigre é uma comunidade bem organizada, com experiência em trabalho coletivo e de mutirão e com muitas lutas nas costas. Um dos jovens da comunidade é responsável pela campanha e os trabalhos com sementes crioulas que o MPA desenvolve. A recuperação das sementes é uma estratégia fundamental na construção do Plano Camponês e este jovem é o encarregado de coordenar a campanha na região Centro Norte da Bahia. Começou o trabalho em um projeto, mas quando parou a remuneração continuou trabalhando. Agora faz oficinas, rodas de conversas e trabalha na multiplicação das sementes crioulas.

Para isso as casas de sementes locais são um passo importante e a bioconstrução chegou para abrir a porta dessa possibilidade, construir uma pequena casa de sementes em mutirão para depois poder replicar ela em outras comunidades. De fato, existe um projeto do Estado da Bahia de R\$57.000 para a construção de uma casa de sementes no território, é um projeto que assinaram no 2017 e que está enrolado em burocracias. Frente ao projeto do estado, a bioconstrução trouxe autonomia e assim foi falado no grupo de debate que avaliou as fortalezas e debilidades do processo. O custo da casa de sementes construída com materiais locais e em mutirão teve um custo perto aos R\$100 em materiais, e a mão de obra de 10 pessoas durante cinco dias (incluímos aqui a mão de obra de quem garantiu a

alimentação, a água e os outros cuidados imprescindíveis para o desenvolvimento da obra).

A própria tecnologia bioconstrutiva e a tecnologia de multiplicação das sementes entram em simbiose neste processo. Para o experto em sementes crioulas da comunidade

[...] a semente e o barro estão bem colados um no outro e principalmente num processo agroecológico. Que com certeza a construção com barro para as sementes ela vai fortalecendo ainda mais a vida das sementes. Ela vai de certa forma trazer uma conservação por mais tempo, evitando até alguns ataques de fungo no armazenamento. E a temperatura que não vai ser enfeitada para que a semente receba uma temperatura mais quente. Então a bioconstrução ela tem essa ligação de preservar sementes e tem essa ligação com que melhora até seu próprio processo de germinação. (Coordenação Comunidade Tigre).

Esta ideia foi reforçada pelo coletivo na avaliação do processo em que falaram com satisfação do resultado e apontaram para “o felizes que as sementes vão morar” dentro da bioconstrução. Também reafirmaram o compromisso de levar o modelo de casa de sementes para o projeto Sementes Crioulas e a incorporação da própria bioconstrução como técnica de melhora de conservação das sementes.

Resolvemos neste caso replicar a técnica do pau a pique pelos conhecimentos preexistentes na zona, porque a construção era pequena e não implicava desmatamento e pela rapidez da técnica. Construímos em hexágono para conseguir uma maior superfície com menor quantidade de madeira e fizemos um telhado *guarda-chuva* pela mesma razão. Desta vez o enchimento foi de folha de *Syagrus coronata* ou palha de licuri. Utilizamos uma técnica rápida e fácil porque a ideia é de replicar as construções (casa de semente) em outras comunidades). Na comunidade existem terras com bastante argila, bastante liga na linguagem local, e areia lavada nas beiras dos caminhos. A recolhida de areia lavada para construção nas beiras de caminhos e estradas de terra é uma prática habitual das populações locais.

Por conta de outras agendas a oficina foi recortada no tempo e algumas falhas de comunicação fizeram com que os materiais necessários não estivessem prontos na hora do início. Porém, a disponibilidade para o trabalho, a organicidade e a união, junto com a curiosidade e a vontade de aprender, contribuíram para que os dias de trabalho foram muito proveitosos e a harmonia e o respeito foram as principais características da experiência.

A quantidade de pessoas foi o ideal, o tanto de gente suficiente para construir, com mais gente poderia chegar ao ponto de atrapalhar. E foi bom também que se tivesse mais gente já não teríamos trabalhado dessa forma, um teria

feito o telhado, outro outra coisa... e assim foi tudo o mundo em todo. (Tigre 1).

Fotos 14 - Aproveitando a palha do licuri (*Syagrus coronata*) para paredes e telhado com técnicas de trançado tradicional. Incorporação de rebocos melhorados



Fonte: Autora, 2019.

3.4 As mulheres do MPA Bahia

Quadro 3 - Mulheres camponesas em números

ALGUNS NÚMEROS ATUAIS, MULHERES CAMPONESAS
• Mais do 50% da alimentação é produzida pelas mulheres. Na América Latina e Caribe as mulheres camponesas produzem mais de 45% dos alimentos. • Existe participação de 60% a 80% de trabalho feminino na agricultura dos países do Sul. • Só o 18% das explorações agrícolas de América Latina e Caribe estão nas mãos das mulheres. • No Brasil, a porcentagem de mulheres proprietárias de terras é de 12,7%. • Apenas 30% das camponesas possuem a titularidades da terra, 10% dos créditos e 5% da assistência técnica. • A maior parte das mulheres trabalha no autoconsumo (46,7%) ou como trabalho não remunerado (30,7%). (FAO, 2017).
• Conforme documento do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), as mulheres representam quase a metade da população rural brasileira e o segmento da população mais afetado pelos processos migratórios, assumindo cada vez mais a responsabilidade pelo grupo familiar a que pertencem. (MDA, 2007). • Cerca de 77.9% das mulheres rurais, de acordo com o Deese/IBGE (2009), são consideradas sem rendimento fixo.

Fonte. Elaboração da autora, 2020 com dados de FAGUNDES, 2018.

As mulheres do MPA Bahia participam de todas as instâncias do movimento, desde os grupos de base até a direção Estadual e nacional. Estão nos órgãos de decisão e de execução do movimento. No entanto, o patriarcado que constrói o sistema também mora dentro do MPA e a identificação dos sintomas é o primeiro passo para sua erradicação.

São mulheres diversas: mulheres que respondem ao perfil de mulher nordestina “guerreira, batalhadora”, muitas vezes participante ativa em várias organizações da comunidade: escola, igreja ou associação, com vontade de se organizar e de sair. Também mulheres que ainda seguem os padrões mais clássicos de ficar nos trabalhos ocultos e não participar dos espaços de decisão. E aquelas na metade do caminho, mulheres que participam, falam e têm vontade, mas no íntimo continuam submetidas aos desejos dos maridos e às normas da sociedade tradicional.

Vemos alguns sintomas do patriarcado dentro do movimento nas dificuldades ainda existentes para a participação feminina na tomada de decisões. Ainda que vão dando passos, o “teto do cristal” do que fala o feminismo também aparece nas

instâncias decisórias do MPA. Outro sintoma está na participação nas equipes e coletivos de trabalho, percebemos um número muito maior de mulheres em coletivos como formação e educação, no coletivo de gênero (ainda quando não está restrita a participação masculina) e equipes como saúde, repetindo o esquema clássico das mulheres tomando cuidado das pessoas. Em produção e comercialização a presença de mulheres é quase inexistente. Nas tarefas ligadas às burocracias, os trabalhos se dividem, ficando em mãos femininas a contabilidade e as pequenas decisões, e, mas nas masculinas as grandes deliberações. A divisão sexual do trabalho está ainda muito presente.

Porém, várias conquistas já aconteceram, a própria ampliação da participação é uma delas. E a inserção no movimento de decisões ligadas ao feminismo que vão abrindo caminhos. Por último, a liberdade e a assunção como estratégia política de criação de espaços de mulheres em todos os níveis está sendo chave no processo.

Outros elementos do dia a dia, da militância, da vida nas comunidades, são mais complicados de observar e por isso fizemos uma série de oficinas sobre corpo território e violências para chegar mais de perto a essas realidades. Estas oficinas aconteceram de maneira paralela aos processos de bioconstrução e dentro de uma estratégia de organização das mulheres camponesas dentro do MPA.

Os processos foram realizados em comunidades do Sertão do Centro Oeste Baiano: no Assentamento Terra Nossa e a comunidade Angico de Ponto Novo e as comunidades Capoeiras e Tamanduá no município de Cansanção. Esta última sendo comunidade quilombola reconhecida pela Fundação Palmares inserida num processo de resgate identitário.

Estas oficinas nos permitiram as conclusões que aparecem aqui e que são base para outros trabalhos de empoderamento e combate à violência. E nos permitem pensar os territórios nas escalas corpo e comunidade para chegar mais perto da cotidianidade e da vida concreta das mulheres.

Os corpos das mulheres e os territórios da comunidade sofrem desapropriação na vida cotidiana (HARVEY, 2004), muitas vezes incapaz de identificá-la porque são mascarados em uma naturalidade inexistente. Harvey também define os termos de universalidade e singularidade (ele usa o conceito de particularidade) para justificar a necessidade e a utilidade de abordagens em múltiplas escalas (HARVEY, 2004, p 28-30). São conceitos que o feminismo também usa para falar sobre a universalidade de direitos e a singularidade das vidas, como combate às abordagens e pensamentos

hegemônicos que não levam em consideração as particularidades e diversidades dos sujeitos, neste caso falamos da escala corpo e a escala comunidade.

Lorena Cabnal na Guatemala e Julieta Paredes em nome da Asamblea de Mujeres da Bolívia, teorizam e praticam o feminismo comunitário, um feminismo que chega das aldeias dos povos originários de Abya Yala (CABNAL 2013; PAREDES 2013). Elas nos ensinam que não podemos liberar um espaço comunitário se dentro dele habitam corpos submetidos que sofrem violência; nem podemos defender a autonomia dos corpos em territórios disputados ou ocupados por forças opressivas. O conceito de território corpo nos ajuda a entender o sistema de múltiplas opressões, trazendo concepções capitalistas, mas também antropocêntricas, patriarcais, adultistas, racistas e colonialistas. (REDONDO, 2019).

Como apontamos no trabalho “Metodología para trabajar violencias y territorio. Territorio cuerpo en el feminismo campesino y popular” (REDONDO, 2019), um estudo de campo prévio a esta dissertação, identificamos junto com as mulheres dos territórios organizados pelos movimentos do campo no Brasil violências externas à comunidade como ataques à soberania alimentar, expropriação de terras e outras propriedades, problemas com a água, poluição, fechamento de escolas. Também violências internas, pessoas que colocam a comunidade em perigo, colaboradores com o capital, graves problemas de abuso de poder, assaltos, fofocas e outras.

A defesa ante estes ataques aparece em forma de atividades públicas e visíveis como mobilizações, brigas, reuniões com entidades públicas, grupos de segurança. E em formas mais cotidianas, e que têm muito a ver com a vida das mulheres: produção de alimentos, defesa e manutenção da escola, trabalho coletivo e outras. O cuidado, em forma de limpeza do território e dos locais da comunidade, atendimento a pessoas doentes, atendimento e educação das próximas gerações, saúde natural ou fornecimento de água, é essencial. A comunidade, porém, toma as vezes decisões sem metodologias participativas nas reuniões, com horários que não levam em conta a participação de quem precisa executar tarefas de cuidado.

Na escala corpo também identificamos violências externas como a violência física e corporal, fofoca e preconceito são entendidos como casos de violência e abuso; a violência psicológica que impede a participação política das mulheres por não as deixar participar de reuniões ou por desconsiderar tanto suas opiniões que nunca ousaram fala; relações sexuais forçadas. Violências internas, aquelas que auto infringimos: não nos permitindo descansar, cuidar de nós, a culpa entre outras. E a

negação de direitos por parte do Estado. Os atos de defesa são quase sempre ações individuais e respondem a situações concretas, são ações importantes, mas não suficientes para mudanças reais. Os cuidados são entendidos como labor das mulheres para com os outros. Aos poucos, reivindicam o direito ao autocuidado, a valorização e visibilidade do cuidado e aparecem experiências de cuidado coletivo, solidariedade e a possibilidade de formar grupos de mulheres nas comunidades como estratégia de empoderamento coletivo.

Compreender as diferentes escalas das violências nos territórios pode contribuir para a luta contra todas elas, dando à escala corporal a importância que tem. A incorporação de categorias feministas enriquece as percepções e dimensões com as quais estudar os territórios, e as categorias geográficas nos ajudam nos debates mais complicados do feminismo.

3.4.1 A construção com as mulheres

Os *grupos de mulheres* dos diferentes municípios no norte da Bahia escolhidos para a pesquisa tinham perfis bem diferentes para garantir a diversidade e poder avaliar melhor os processos.

Mulheres de Angico, tentativa frustrada.

Angico é uma comunidade de Ponto Novo, a Associação Comunitária está comandada por mulheres, agora são 50 pessoas sócias, mais de 40 delas mulheres, e quem está ativa são 30, todas elas mulheres. A Associação foi criada e é usada como ponte para projetos produtivos e não cumpre outras funções, não se reúnem além do interesse nos projetos. É uma associação despolitizada na que o MPA está chegando agora para fazer trabalho de base.

Chegamos na comunidade, num intento de construir a ideia de autonomia e de luta além do assistencialismo. A proposta é de fortalecimento da associação, formação política e técnica, debates sobre feminismo e bioconstrução como processos de empoderamento e autonomia. A única ideia da que as mulheres gostam e aceitam é a da bioconstrução e resolvemos começar por aí, propondo um dia de mutirão na construção de um fogão de lenha e uma conversa.

O mutirão nunca aconteceu porque depois da reunião as próprias mulheres nos ligaram para, com escusas, adiar a oficina. No entanto, esta experiência de *não acontecer* aparece na pesquisa porque o processo foi avaliado em reunião do movimento e serviu para entender melhor a realidade das mulheres, os riscos do assistencialismo e os poderes dentro da comunidade e entre as mulheres.

As mulheres do *Assentamento Terra Nossa* estão bem politizadas e organizadas dentro das estruturas mistas, mas o grupo de mulheres é novo. O objetivo deste grupo é muito mais de incidência política e empoderamento que de geração de renda e por enquanto estão fazendo formações políticas, formação em plantas medicinais e mutirões para se ajudar nas tarefas domésticas e produtivas. A bioconstrução surge como ideia de mutirão para a construção de um forno de pão na casa de uma companheira.

Nas comunidades de *Cansanção*⁵⁰ os grupos de mulheres vêm caminhando faz mais tempo só que o MPA é jovem no município. Na chegada do MPA no Centro Norte da Bahia teve uma primeira organização do movimento e que depois de um tempo parou. Agora a juventude está recuperando a organicidade e tem como principais eixos o trabalho com as mulheres e com a juventude.

Foto 15 - Construção de fogões melhorados nas comunidades de Cansanção



Fonte: Autora., 2019.

As mulheres de Capoeiras já estavam organizadas com um objetivo político, o grupo de mulheres surgiu porque sentiam que não tinham voz nas associações mistas. As mulheres de Tamanduá funcionam com um objetivo econômico dentro da associação mista na produção de acarajé, hortaliças e beneficiamento de mandioca e

⁵⁰As comunidades de Jatobá e Tamanduá estão em processo de reconhecimento como comunidades remanescentes de quilombos. <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/COMUNIDADES-AGUARDANDO-VISITA.pdf>. A associação de Jatobá é uma associação de Raízes Quilombolas mista com forte participação das mulheres.

de fruta⁵¹. A bioconstrução chega como proposta de melhorar as condições de trabalho no beneficiamento e a possibilidade de aumentar a autonomia perante os projetos. São comunidades com tradição de trabalho coletivo e mutirão. Estas mulheres também têm um grupo de reisado, o grupo das Margaridas.

A presença das mulheres na associação mista é muito forte, mas não têm um processo de empoderamento coletivo. As mulheres são alegres e falam muito alto, mas ainda estão muito submetidas aos maridos. Não saem de casa sem cuidar e aprontar tudo, isto faz com que a participação nas atividades e os horários disponíveis sejam muito limitados.

O estudo de campo se desenvolveu durante as oficinas de construção de fornos e fogões melhorados, a petição das participantes. O fogão melhorado na comunidade quilombola de Tamanduá foi construído com tijolo e barro, pelo simples fato de que era o único material disponível no dia da construção. A resolução das mulheres da comunidade foi a de substituir os tijolos pelos adobes nas próximas construções. É um fogão desenhado para economizar lenha e com chaminé para evitar a fumaça dentro do espaço e evitar assim os problemas de peito e de vista que tem muitas mulheres por conta de cozinhar nos fogões (LARA PONCE, 2015). Com base fogão misto popular no Chile, este desenho se adaptou aos materiais locais e os costumes gastronômicas do sertão.

Foto 16 - Fogão melhorado chileno adaptação para o sertão baiano



Fonte: Autora., 2019.

⁵¹A comunidade de Tamanduá foi contemplada num projeto do Estado da Bahia para a construção de uma cozinha comunitária para beneficiamento de fruta, mas as condições são ainda precárias no trabalho. <http://www.sdr.ba.gov.br/node/4461>

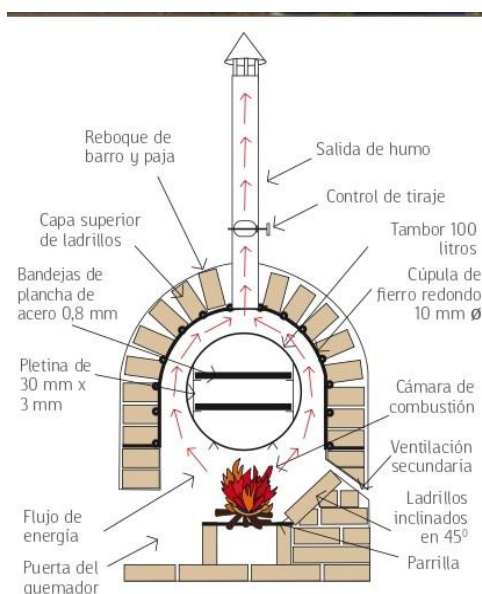
E o forno de barro do Assentamento Terra Nossa foi construído de pedra e barro. Este modelo de forno, também conhecido como forno chileno tem a vantagem de ser de fogo indireto, pelo que o controle sobre o cozinhado é muito maior. Também é um forno desenhado para economizar lenha, com um sistema de envolvimento do tambor e boa ventilação que fazem com um rápido esquentamento e uma massa térmica que evita o resfriamento. Também está preparado para que a fumaça não atente contra a saúde de quem cozinha (FRANCO, 201-).

Foto 17 - Construção de forno para pão no Assentamento Terra Nossa



Fonte: Autora., 2019.

Imagem 4 - Forno Chileno melhorado para economizar lenha



Fonte. ECHIBURÚ, 2013

Nas oficinas realizadas com as mulheres vimos vários aspectos fundamentais para a análise.

- a) as mulheres relaxam quando os homens saem da frente e aparecem sabedorias e habilidades que estavam ocultas: uso das ferramentas, histórias de outras construções;
- b) a pressão para quem está tentando fazer é bem menor, se erramos resolvemos entre todas, sabemos que não sabemos, e estamos dispostas a errar e aprender. O trabalho da coordenação é muito mais de mostrar o caminho;
- c) o processo de empoderamento coletivo aparece muito rapidamente, também desaparece se não se continua com um trabalho depois. Tornar-se pedreiras por um dia rompe com limites que as mulheres têm na cabeça;
- d) em todas as experiências resolvem replicar a experiência, reforçando assim o grupo de mulheres. Tomam a decisão de se auto organizar para construir outros fornos e fogões na comunidade, sem a facilitadora, no processo de mutirão;
- e) no Terra Nossa, também resolvem fazer um dia de mutirão só de mulheres na obra geral que está sendo construída. E continuar trabalhando com bioconstrução fazendo uma cozinha anexa ao espaço de reunião;
- f) resolvem criar estratégias de autodefesa coletiva para garantir a palavra das mulheres nas assembleias, a participação das mulheres em todas as tarefas da obra geral e a redução da vulnerabilidade.

O principal foi que fosse mutirão das mulheres, todo o mundo com as mãos na massa. Foi a parte mais importante que eu achei. Eu pensaria que não ia ter quase ninguém sabe, mas felizmente apareceu bastante. Eu não botaria fé de que apareceram esse tanto. (Mulheres 1, TN).

4 ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

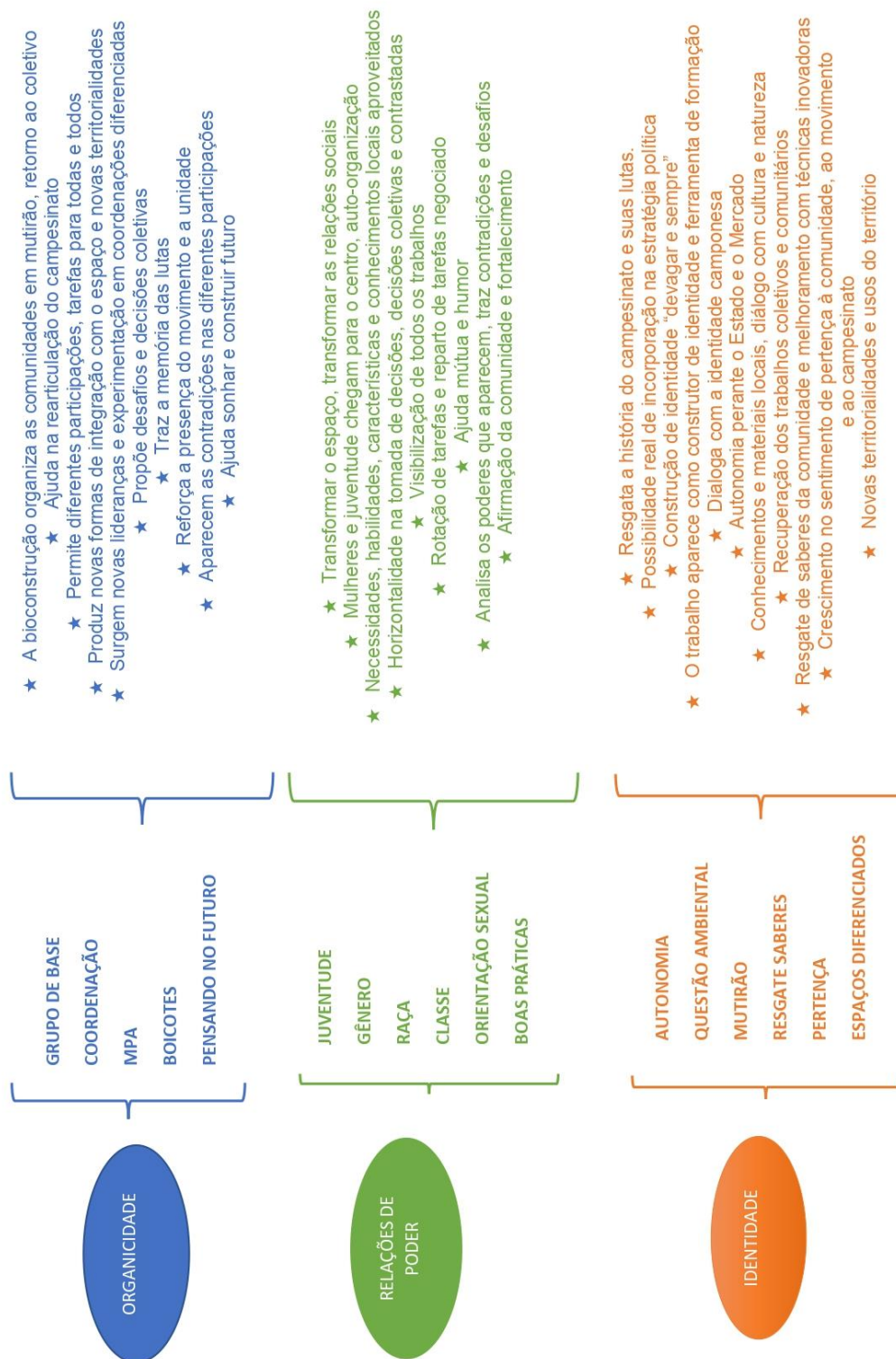
As dimensões presentes nos territórios são inumeráveis, aqui resolvemos centrarmos em três das dimensões que consideramos incidem objetivamente na construção das novas territorialidades nos processos de TDR nas comunidades camponesas organizadas no MPA.

A primeira é a organicidade das próprias comunidades e, principalmente, do movimento; resgatamos a parte do trabalho na qual descrevemos a organicidade do MPA e partimos dos conceitos e termos e o próprio movimento utiliza nas suas estruturas.

A segunda dimensão, as relações sociais analisadas desde uma ótica feminista e a consideração da relação de poder presente em todas elas. Resgatamos para isso as categorias de feminismo interseccional e as propostas da economia feminista (OROZCO, 2014). Esta dimensão é indispensável por mostrar as disputas de poder não só com o externo, mas principalmente ao interior das comunidades, olhando para territorialidades marginalizadas que são vitais na consolidação de territórios camponeses.

A terceira dimensão é então a da identidade camponesa; trazendo as palavras de Maldi (1998) para quem a formulação coletiva de identidade se dá num território concreto. Observamos então esta construção dentro dos processos de bioconstrução, desde os desenhos, as tomadas de decisões até a execução da obra. E para mostrar a identidade camponesa voltamos para as definições de campesinato que já apareceram no estudo de mão de autores clássicos, atuais, e principalmente, do próprio movimento.

Quadro 4 - Resumo das dimensões



4.1 Primeira dimensão: Construindo organicidade na transformação dos territórios.

Tentamos responder à pergunta de onde e como a bioconstrução se insere dentro da organicidade do MPA. Para uma dirigente do movimento, é de duas formas: numa macro ao apontar a pauta política da organização, questões como autonomia e soberania que desenvolve junto ao Plano Camponês. E a outra no micro, no local, por contribuir na organização das comunidades diante construções e mutirões.

A bioconstrução permite atingir obras e construções que não seriam possíveis de um outro jeito por conta da falta de recursos nas comunidades. Oferece a possibilidade às comunidades de construir os seus salões, centros de estudo e reunião, casas de sementes ou bibliotecas que não poderiam fazer de outro jeito. “Nos possibilita a diminuição de custo, que esse é um grande gargalo, pôr a gente não ter capital, não ter recursos financeiros; a gente percebe que esse é o caminho para conquistar e realizar esse sonho e essa necessidade tão atual no dia de hoje”. (Coordenação Engenho da Ponte).

E permite então, fazer isso de maneira autônoma e soberana, com pouca ajuda externa. Mas, isso sim, com muito trabalho coletivo da comunidade e a implicação de outras comunidades vizinhas que também participam do MPA. Em fala informal, um dirigente de Parana⁵², de visita na Bahia fala:

Ela pode contribuir muito na organicidade, porque por demandar bastante mão de obra, pode ser organizada a partir dos mutirões, dos grupos de base, e isso ser mais um elemento de consolidação e fortalecimento dos grupos de base e contribuir assim no movimento.

Para um morador do Assentamento Terra Nossa que também é parte da coordenação estadual do movimento:

A forma como um benefício chega na comunidade conta muito para o fortalecimento ou não do coletivo. Quando é algo entregue pronto não causa tanto efeito positivo no aspecto subjetivo, quanto quando é algo em que o povo tem que dar sua parcela de contribuição para a concretização de tal objetivo. A busca de apoio para subsidiar a construção de um espaço onde as famílias entra com a contra partida, com mão de obra, em que elas sejam parte daquela construção, isso tem um resultado muito positivo, primeiro que o trabalho coletivo contribui para o fortalecimento do sentimento de

⁵² Podcast TerritoriAL <https://podcast.unesp.br/14170/podterritorial-bioconstrucao-gera-identidade-territorial>

solidariedade e fortalece a organização, segundo aspecto é que as pessoas tende a cuidar da estrutura quando pronta, com muito mais zelo, pois foi construída com a força de trabalho de todos, com certeza o sentimento de pertença de cada um sujeito, é bem maior. E por último, o que se pretende é a construção com base na bioconstrução, além da positividade no aspecto sociocultural conforme já explicado, tem o lado positivo no aspecto ambiental e econômico, ou seja, menos dependência de materiais adquirido no mercado, menos destruição ambiental e baixo custo orçamentário. (Coordenação Bahia MPA).

As bioconstruções chegam para contribuir na organicidade e mudar ela. Dependendo das experiências acontece de formas mais harmoniosas ou conflituosas, mas obriga ao povo a trabalhar junto por um período. De aí surgem novas lideranças, estruturas, relações, que vão interferir de maneira positiva e negativa na organicidade. “São processos intensos onde aparecem algumas falhas, a organicidade acontece na prática e vamos melhorando e fortalecendo desde as coordenações e as famílias envolvidas. E assim, com certeza, é muito produtivo” (Coordenação Bahia MPA).

Uma das coordenadoras do Assentamento Terra Nossa, pensa que “ajuda na organização do MPA pela questão de ser um projeto que envolve todo o mundo na união, então, aí já é uma construção e para organizar isso aí já ajuda na organização do MPA, do assentamento” (Coordenação Terra Nossa). Além disso, apontam que no caso Terra Nossa fortalece muito a parte cultural com duas questões, quando se realizam oficinas porque as pessoas “vão participar da experiência, vão aprender, vão trocar saberes” e também contribui na cultura pelo próprio espaço construído, “espaços que vêm reforçar as culturas locais” (Coordenação Bahia MPA).

Também a bioconstrução é um elo unificador, as famílias através da bioconstrução resgatam os mutirões porque tem tudo a ver com os mutirões, com a ajuda mútua, entre as famílias, entre a vizinhança, e contribui com a construção de processo e o fortalecimento da vida, da organização do modo de vida na comunidade. (Coordenação Bahia MPA).

Analisaremos estas questões detalhadamente, mas queremos concentrar-nos primeiramente na área macro, no Plano Camponês com as falas das pessoas da Direção Nacional entrevistadas para esta pesquisa.

Os eixos do Plano têm como intenção fortalecer a comunidade camponesa e os modos de viver camponeses, fazer enfrentamento ao capital e disputar nessas frentes: educação, moradia, produção e outros. “Para isso precisamos visualizar instrumentos e metodologias que deem conta da construção do plano, aí eu vejo a bioconstrução como uma transversalidade porque ela perpassa por várias frentes da organização” (Direção Nacional MPA 1).

Esta transversalidade da bioconstrução tem que ter bases práticas sólidas, um processo mais amplo de fortalecimento local, a reaproximação no trabalho coletivo. Mas por outro lado, para esta dirigente do movimento, “se nós pensamos educação e como construir espaços de resistência na educação, talvez perpassse pela bioconstrução”, se falamos em produção e “não depende do estado nem do capital para a implantação de estruturas próprias” (casa de sementes, galpão ou casa de farinha) talvez perpassse pela bioconstrução e pelo trabalho coletivo; e assim por diante.

Assim que deixamos de ter um único modo de construção de estrutura física de produção, podemos pensar além do Mercado e das ajudas do Estado⁵³. Ainda assim, por enquanto a bioconstrução não está visibilizada nos documentos oficiais do Plano. Um “desafio do plano camponês é perceber quais os elementos de caráter popular tradicional, que perpassam no plano camponês a partir dos seus eixos e a partir das experiências que estão acontecendo”, e sendo a bioconstrução é um deles que perpassa pela produção, pela educação, pela moradia e outros “a partir da intencionalidade e resistência que queremos afirmar” (Direção Nacional MPA 1), está na hora de olhar de perto como estruturá-la no movimento.

Esse caráter transversal é mencionado em várias entrevistas,

[...] o plano perpassa por toda a cotidianidade da vida no campo, por todas as necessidades que temos, de como superar isso para que possamos ter as condições de vida para poder viver de forma autônoma, e com condições de produzir alimentos saudáveis. (Direção Nacional MPA 2).

Levando a transversalidade para o detalhe do plano, a bioconstrução se insere no eixo da terra e território porque ela “produz uma nova forma de integração com o espaço e por tanto é um instrumento que produz nova territorialidade, uma nova forma de se relacionar com o território”. Ela dialoga também nas soberanias pelo uso de materiais locais, e o desenvolvimento do conhecimento e das técnicas no território. E de alguma maneira também com a nova base produtiva sendo um aspecto que ajuda a desenvolver a agroecologia⁵⁴ (Direção Nacional MPA 2).

⁵³Não percebendo só na possibilidade de diálogo com o estado e o capital, resgatar as formas próprias de construção. Até porque o estado se vale dos instrumentos do capital para construir uma lógica muito mercadológica. (Direção Nacional MPA 2).

⁵⁴É necessário ver as possibilidades práticas para entender a transversalidade, a contribuição que este tipo de edificações traz, acrescentando um valor simbólico pelo trabalho coletivo que afirma a recuperação da identidade. E na medida que recupera identidade pode massificar se e transformar-se numa forma de construir habitação para a nova geração camponesa. (Direção Nacional MPA 2).

Na parte da autonomia é tarefa do movimento olhar para a bioconstrução e a importância desta no Plano Camponês como uma recuperação da identidade camponesa. A bioconstrução tem assim uma lógica contra hegemônica, mas para isso deve lutar contra os preconceitos historicamente construídos.

As experiências se apresentam como experiências contra hegemônicas, autônomas, populares. De construção a partir do povo, de uma prática histórica que parou porque foi associada à pobreza e nunca mais foi resgatada e nem reestruturada ou pensada. (Direção Nacional MPA 2).

A bioconstrução pode chegar a ser um instrumento importante na rearticulação do campesinato nas comunidades por ter a capacidade de gerar aproximação para qualquer processo de articulação local ou estadual como demonstram as experiências.

Na dimensão micro, a bioconstrução aporta desde o processo de articulação, de trabalho coletivo, de recuperar mutirão (ou digitório como o povo chama) que acontece antes, durante e depois da construção. Um processo de diálogo com a natureza, de reaprender dos materiais locais e de organicidade a partir da relação entre os indivíduos na necessidade de se encontrar.

Olhando para o histórico da Bahia (e principalmente para, naquela época acampamentos do MPA, Terra Nossa e Lindaura), o primeiro contato do MPA com a bioconstrução mais organizada foi nos anos 2008-2010 como abrigo das pessoas que estavam acampadas na beira da estrada. A partir dessa experiência, nesse mesmo lugar, passou de ser abrigo para ser também espaço de resistência daqueles acampados da luta pela terra. Neste momento, a bioconstrução aparece como uma tecnologia popular que amadurece a organização local da comunidade criando espaços de resistência a partir de algumas necessidades. E ao mesmo tempo está estruturando a comunidade a partir do espaço, a proposta é “organizar a comunidade localmente a partir de estruturas físicas que gerem organização coletiva” (Direção Nacional MPA 1).

A lógica do assentamento criada pelo Estado brasileiro gera uma lógica de individualismo muito grande, cortar o individualismo proposto pelo governo estadual ou federal na construção do assentamento é um grande desafio e a bioconstrução tem um papel fundamental de reaproximação neste sentido (Direção Nacional MPA 1). No acampamento a vida é coletiva, com dificuldades, mas coletiva; já o processo de

assentamento gera individualismo, cada um vai para seu lote. A bioconstrução traz o povo de volta, no sentido de aproximar, re-coletivizar.

Esse é o motivo pelo qual o MPA da Bahia resolve que o primeiro e principal diálogo com a bioconstrução, no ano 2019, deve ser no assentamento Terra Nossa (o acampamento Lindaura foi despejado e as famílias reassentadas em outros espaços). Para criar estruturas de resistência física e ao mesmo tempo voltar a ter uma lógica coletiva.

Nas outras comunidades baianas que é feita a provocação, o papel é de reafirmar os espaços coletivos e combater a condição de pobreza da organização local. Em lugares como Recôncavo, com um índice de pobreza muito alto, as comunidades não conseguem nem pensar, nem sonhar com espaços coletivos.

Já no Rio Grande do Sul, dois centros de formação foram construídos usando algumas técnicas bioconstrutivas, combinando-as com técnicas convencionais para não ficarem tão distantes das realidades locais. Por serem centros demonstrativos, a bioconstrução tem um papel pedagógico nesse ambiente.

Por fim, a organicidade do MPA se fortalece em duas dimensões, uma interna, com o processo da bioconstrução, articulação do trabalho coletivo e lidar com a natureza. E uma segunda dimensão de estruturação, chegando ao movimento para fortalecimento de uma proposta mais ampla de construção coletiva e popular.

4.1.1 Analisando as categorias

Na sequência, vamos analisar algumas das questões que surgiram relativas à organicidade, algumas das conclusões dos processos e até algumas dicas que surgiram das observações e entrevistas para a melhora dos processos.

a) Construção de coletivo, o grupo de base.

Na construção de uma infraestrutura surgem novas relações, se transformam outras e o coletivo vai acontecendo, crescendo, mudando. São construções materiais e imateriais ao mesmo tempo. Os movimentos constroem enraizamento territorial, fala Zibechi (2007), é o espaço onde desenvolvem as relações sociais não capitalistas criadas na resistência; são novos territórios de relação social, de produção e de reprodução da vida, novas territorialidades.

Esta pesquisa ajudou na identificação dos momentos e lugares onde o sentimento coletivo aparece e cresce, onde a transformação do espaço é acompanhada pelo surgimento ou reforçamento da comunidade:

- Quando alguns trabalhos são fáceis ou simples e todo o mundo toca junto. No caso por exemplo de bater o barro, desmanchar as bananeiras, colocar a fibra nas paredes, ou limpar garrafas. São processos que permitem e estimulam a conversa e geram cumplicidades, piadas e análise de conjuntura.

Você acha que com a construção o sentimento de coletivo está aumentando. É porque está todo o mundo junto, participando. A melhor parte é ver todo o mundo participando. A pior que as vezes fica um se escorando aí dificulta mais o trabalho. (Quilombola Engenho da Ponte 1).

Outros trabalhos como o de limpeza da obra incorporam outras pessoas que se sentem assim partícipes da obra. No caso do Tigre, todo dia terminava com uma limpeza geral das ferramentas e o espaço, quem não conseguia acompanhar durante o dia se acercava nessa hora, perguntava curiosa e participava do processo.

- Também as tarefas mais complicadas, que são novas para todas e todos, cumprem essa função, o desafio de colocar a folha de bambu em Engenho da Ponte ou trançar as palhas no Tigre se converteram em desafios coletivos que criam relações. O humor aparece nos momentos chave para contribuir nesta construção.

- A rotação das tarefas com o repasse de informações.

- Quando o coletivo percebe que a construção avança rápido e que o trabalho está resultando. Nesses momentos começa crescer também a participação do povo, e a força de vontade aumenta.

A gente viu o grupo que estava lá com vontade de que isso acontecesse, com essa força de vontade. Se organizando para que isso acontecesse, com aquela garra, querendo fazer tanto. (Coordenação Terra Nossa).

- Mas também quando a participação não é boa, e se cria uma solidariedade entre as pessoas que mais participam, uma cumplicidade que contribui nas críticas (nem sempre bem-feitas) e no orgulho pessoal e coletivo.

Gosto de trabalhar coletivo, não gosto trabalhar coletivo quando as pessoas não aparecem, deixam essa parte de responsabilidade e de coletivo com o povo. Mas eu gosto de trabalhar de mutirão. O serviço aumenta e rende, rende o trabalho e avança. (Assentado Terra Nossa 4).

- Quando a conversa versa sobre o futuro, uma coisa que as pessoas entrevistadas falam que vai ser “tão chato no dia do amanhã, no decorrer, você ver

isso aí, olhar para os companheiros e dizer que eles não contribuíram como sócios” (Assentado Terra Nossa 4).

- Junto com este ponto, uma coisa que une a comunidade é a fofoca, a crítica do outro. E quando a construção chega de fora, é coordenada por alguém novo, também se dá uma união e cumplicidade na crítica e o enfrentamento com essa pessoa.

- Quando o grupo de trabalho tem que tomar decisões coletivas. A bioconstrução é um processo dinâmico, pode ter planos arquitetônicos e uma proposta de trabalho. Mas é um processo vivo e algumas coisas vão mudar, vão aumentar, vão trocar de lugar. Além disso, enfrentando as dificuldades, o grupo vai ter que tomar decisões. Essas pequenas assembleias aumentam o sentimento de pertença.

- Quando o mutirão incorpora também momentos de lazer ou de palestra ajuda nas relações e no empolgamento das participantes. Assim, a construção às vezes contribui com outros processos organizativos como é o caso dos grupos de mulheres nas comunidades.

As que participaram (da construção do forno) animaram mais, porque ultimamente nós começou as reuniões estávamos quatro, depois cinco, no outro dia depois do mutirão já estávamos oito. (Mulheres 1 TN).

- As dificuldades às vezes fazem com que o coletivo perceba a outra, o outro, assim, aconteceu numa reunião do Assentamento Terra Nossa que uma mulher falou “devemos nos ajudar” e outra respondeu, “não, temos que trabalhar junto”.

Mas também identificou momentos nos que o sentimento coletivo retrocede:

- O coletivo não é um processo linear e tem os momentos de retrocesso. Quando o mutirão se prolonga no tempo passa por momentos de crise em que devemos parar e olhar para o que está acontecendo. Respirar e continuar.

- Também quando o trabalho é muito intenso e exige muita concentração física, temos que procurar descansos e momentos ociosos. Respeitar os ritmos dos corpos é importante para manter um ritmo de trabalho bom. Estes momentos de crise, bem direcionados, são também aproveitados para a construção de coletivo com falas, discussões e piadas.

- Como construímos coletivo tem muito a ver com o uso que fazemos de espaços, objetos e ferramentas. No Terra Nossa tivemos um exemplo muito claro de duas maneiras de entender o coletivo e a luta: o de quem pega as ferramentas coletivas e desaparece com elas e o de quem precisando delas faz uma conversa no coletivo para poder usar.

Alguns aprendizados e dicas:

- Olhar para as pessoas e perceber quais trabalhos estão gostando e colocar elas coordenando esses trabalhos ajuda na repartição das tarefas e vai criando organicidade.

- Animar as pessoas a se desafiar com trabalhos que nunca fizeram e construir um espaço seguro para se sentir à vontade de errar e repetir cria um ambiente que permite muita mais troca e desenvolvimento individual e coletivo. Quando este processo se normaliza é sinal de que o coletivo está se entendendo. Colocamos mulheres trabalhando de pedreiras; jovens de carpinteiras; todas as pessoas têm que fazer, pelo menos, um adobe; quem estava batendo barro chega para levantar as paredes, e assim por diante

- Chamar o povo para trabalhar “de graça” não é coisa fácil, quem trabalha às vezes se sente utilizado por quem não trabalha. Um entrevistado de Engenho da Ponte de 17 anos resume o processo:

[...] se fosse talvez outra coisa, se fosse dando alguma coisa aí algumas vinham logo, como é para fazer uma coisa ninguém vem, passa por aqui e só faz parar, olhar e ir embora, aí não ajuda. [Mas quem vem] Ele gostou do trabalho e quer ajudar comunidade. (Quilombola Engenho da Ponte 2).

- Ter sempre uma lista de tarefas que são mais simples ou não exigem muita concentração nem muito esforço físico. Assim pessoas com problemas de saúde podem se sentir incorporadas ao processo e contribuir com a comunidade. Estas pessoas muitas vezes trazem muito conhecimento ao grupo, e esse olhar desde a cadeira com um pouco de distância, contribui muito nas decisões.

- A alimentação é a base e o fundamento do MPA. Não podemos esquecer isto nas construções. As mulheres são as que cuidam em todos os casos estudados, sempre, de esta parte do mutirão. É muito importante valorizá-lo e considerar este trabalho igualmente importante aos outros do mutirão. Visibiliza-lo e considerar estas mulheres e as opiniões que possam ter sobre a obra, porque são parte da obra.

b) Coordenação da comunidade.

Analizamos as coordenações para ver como construir poderes mais democráticos, que cumpram sua função em conformidade e aceitos pela vontade e não pela imposição.

A primeira conclusão neste trabalho, apresentada pelas pessoas entrevistadas, em várias reuniões e na observação, é que a obra precisa de uma coordenação. Um grupo de pessoas deve ter a tarefa de coordenar em duas linhas: a parte técnica, com uma visão geral da obra para ver quais os trabalhos que necessários e como fazê-lo, as ferramentas e os próximos passos. A outra é a coordenação social, a animação e empolgamento que deve se manter, não deixar as pessoas irem embora, trocar os trabalhos quando estão pesados e incentivar a participação e os desafios.

A coordenação tem que trabalhar com a pedagogia do exemplo, chegar na hora, começar trabalhar, pegar os trabalhos mais pesados e outras. Mas ao mesmo tempo tem que delegar e colocar outras pessoas para trabalhar. Esta parte é um problema com pedreiro, que na vez de coordenar quer fazer o trabalho tudo sem pedir ajuda nem deixar outras pessoas aprenderem.

O esforço da comunidade tem que ser diferente começando pelos caras que levam a comunidade. Tem muitos que falam muito nas reuniões, mas depois fazer... só fala. Mas no dia no está lá dentro para cumprir. Aí também estimula as pessoas para não vir... Porque para dar um exemplo... Então se eu sou o coordenador da comunidade, eu tenho que fazer isso aí também, para a comunidade tocar junto. Se eu não fizer, aí o povo pega no mesmo pau, aí dá trabalho para juntar depois. (Assentado Terra Nossa 4).

A coordenação geral da obra funciona melhor se fica em mãos de pessoas que já tem a confiança da comunidade no caso da animação; e de quem traz os conhecimentos novos junto com alguém da comunidade que já trabalhou antes essas tecnologias na parte técnica.

Mas além desta coordenação, os trabalhos específicos podem ter coordenações e servir de experimento para pessoas que nunca coordenaram, para se desafiar e empoderar.

No caso do Terra Nossa o grupo foi dividido e cada subgrupo tinha sua coordenação, em alguns casos deu certo e em outros não. Teve casos que o grupo entendeu a proposta e valorizou o trabalho dos companheiros e companheiras na frente, em outros casos boicotavam esse trabalho e não escutavam quem estava tentando puxar. Tivemos surpresas agradáveis de gente que quase nem fala nas reuniões, mas pegou a tarefa de coordenar com muita seriedade.

É importante ficar de olho para não criar muita dependência. Na maioria dos casos, a dependência acontece de qualquer jeito e se a coordenadora não estiver, a obra para. Uma dica neste caso é desaparecer mesmo, deixar tarefas e responsabilidades em mãos de pessoas diferentes para ir avançando na autonomia.

Quem não se desafiou com a coordenação geral presente, vai se desafiar quando não estiver. Isto tem resultado em pessoas sentindo mais a obra como própria e tomando decisões.

Como já foi falado na parte da construção do coletivo, fazer reuniões e assembleias na obra, pedir e escutar as opiniões, são tarefa importante da coordenação.

Um trabalho importante é colocar o número de pessoas preciso em cada tarefa, para não ser muito trabalhoso, mas também para não ter muita dispersão, quando temos pessoas demais termina por ir mais devagar.

As construções dão para observar alguns processos interessantes. Temos coordenações autoritárias e coordenações mais suaves que dialogam mais. Quem tenta ganhar a autoridade aos gritos e quem tenta negociar e ganhar a confiança diante o trabalho e os conhecimentos. Pelo observado, a inércia tanto para camponeses como assentados e quilombolas, leva a obedecer às coordenações autoritárias, achamos que isto é herança da servidão e escravidão. Nas bioconstruções a ideia é mudar essa lógica.

A organização de obra vai marcar o ritmo de trabalho, e tem que ser negociado com a assembleia, não só pela coordenação, porque se não é uma decisão coletiva é difícil que funcione. Tem que colocar atenção nas necessidades da comunidade “está bem organizado, porque assim dá para todas as pessoas participar, porque se for dias continuados, tem gente que tem família e tem que trabalhar, aí não tem como” (Assentada Terra Nossa 3).

c) MPA como movimento

As bioconstruções reforçam a organicidade local porque nos permitem analisar nossas inércias e experimentar com outros modos de organização e coordenação. Isto acontece não só nos processos locais, mas também olhando para o MPA como um todo. Então a bioconstrução atua em diferentes escalas. No caso da comunidade do Tigre, a construção virou referência dentro da campanha “adote uma semente”.

As bioconstruções nos levam a uma comunicação intensa entre as famílias, e a lembranças do passado, de outras construções. Muitas delas foram construções de luta e as conversas nos mutirões constroem assim uma memória coletiva do MPA, do

processo de acampamento, de eventos com banheiros secos, de conversas em baixo o licuri. E constroem memória presente para futuras conversas.

A construção também traz reflexões sobre o modo de ser e viver camponês e provoca discussões entre os dois modelos agrários, sobre o próprio movimento e sobre a conjuntura atual. No caso da construção da casa de sementes o debate estava presente em todo momento, e as participantes entenderam e comentaram na avaliação que “ter um espaço próprio para as sementes vai valorizar a cultura e o melhoramento das sementes, além disso, todas as famílias vão poder guardar as sementes”. Tudo isto reforça o sentimento de pertença ao MPA. É lugar de apresentar as dificuldades, de questionar as coordenações e de se projetar no futuro.

As construções demandam de muito compromisso das pessoas envolvidas, e a falta de compromisso é uma das questões que se debate durante o trabalho. Tem quem exige punições e até expulsões do movimento, quem entende o processo como um caminho, quem se sente enganado e quem se sente à vontade porque fica em casa sem participar de jeito nenhum e depois desfrutam dos resultados.

É também um espaço de formação política, em Engenho da Ponte o movimento chegou faz pouco tempo e a construção ajudou no entendimento da proposta do Plano Camponês e da integralidade das diferentes lutas do movimento. Em todos os casos, contribuiu na consciência do trabalho coletivo, da importância de ser parte do grupo e das conquistas que obtivemos ao acreditar e atuar como movimento.

Ajudou bastante, fortaleceu muito, não só na ponte mais em outras comunidades do recôncavo. Pelo que o MPA representa, ter uma militante do MPA aqui é muito. Outras comunidades estão perguntando, outras pessoas vão querer conhecer e isso vai fortalecendo. (Coordenação Engenho da Ponte).

Os momentos nos que a coordenação estadual participa dos mutirões são especialmente úteis. Mais pessoas do assentamento e das comunidades chegam, e aparecem outras formas de autoridade, aqui também a pedagogia do exemplo vira chave.

A participação de mutirões de outras comunidades aumenta a sensação de movimento, ajudam as pessoas a sair da borbulha local, a entender conjunturas mais amplas e outras lutas. Também aumentam o conhecimento do movimento como um todo e o valor da unidade. No Terra Nossa compareceram estudantes da EFASE (Escola Família Agrícola do Sertão, município de Montesanto), as comunidades de Itiúba, de Caém, o acampamento União e outras parceiras. Em Engenho da Ponte

não aconteceu, mas o fim de semana chegou pessoas pelo geral ausentes da comunidade deram uma força.

O papel do MPA é levar a bioconstrução às comunidades, depois são os grupos de base quem fazem a gestão das oficinas e mutirões. Porém, uma intervenção mais ativa da coordenação estadual ajudaria nos processos. No caso do Terra Nossa foi feito um pedido específico de ajuda para reativar o processo quando estava quase paralisado, no caso de Engenho da Ponte, a petição foi de ajuda logística e no caso das mulheres, ainda que tenham sido mais autônomas, precisaram de ajuda no transporte.

Então, entendemos que estes processos contribuem no MPA, mas precisam de cuidado e investimento do movimento.

d) Boicotes

Pensamos muito como chamaremos este subcapítulo. Na verdade, não achamos um nome bom, mas vamos tentar nestas linhas apontar para as dificuldades criadas pelas pessoas participantes nos processos de construção. Quem participou e quem não participou somou alguma coisa, coisas positivas e problemas.

A falta de confiança em uma mulher estrangeira, branca e falando meio atrapalhado fez com que os processos todos sofressem no começo. As coisas melhoraram em geral depois de alguns dias de convivência, de trabalho conjunto e de comprovar que essa mulher sabia o que estava fazendo. Mas até então, foram muitos os desrespeitos, o fazer as coisas mal e sem prestar atenção, o não escutar e o dar risada na cara. Também desaparecer na metade de uma conversa, sair da obra sem avisar e sempre sem limpar as ferramentas. Estas atitudes são muito mais visíveis nos homens e especialmente nos pedreiros. Uma assentada do Terra Nossa fala que as pessoas precisam de “controle social”, o jeito de fazer é com alguém gritando e mandando.

Esta falta de confiança faz com que quando algo dá errado, acreditem que o problema está na tecnologia, sem admitir que por ser a primeira vez que estão realizando esse trabalho, pode ser também coisa de que precisam aprender fazer melhor. Aconteceu em Engenho da Ponte por conta do bambu, que se não fosse pela insistência da coordenadora, teriam desistido logo (agora todas as famílias acham que

é mais fácil e melhor usar bambu do que madeira por questão ambiental, de infraestrutura e facilidade).

E aconteceu também quando caiu a primeira das paredes do Terra Nossa, na vez de escutar todas as coisas que estavam erradas para melhorar na próxima, ficaram com uma ideia só. A coordenação teve que ser muito estrita nas próximas paredes para que não fossem feitas do mesmo jeito.

As hierarquias de gênero, presentes em todo o processo, apareceram de forma bem concreta na construção de Tamanduá onde um homem da comunidade chegou para ajudar e passou o dia criticando a própria proposta e o trabalho das mulheres.

As prefeituras também entram nesta lista, nenhuma delas ajudou no processo, tiveram em alguns casos o papel de atrapalhar por se comprometer com algumas ajudas e depois não cumprir. E em outros casos negaram qualquer ajuda possível não sem enrolar durante semanas.

As ausências foram talvez o principal boicote nos processos. Contar com as pessoas para a organização dos trabalhos e depois elas não comparecerem. Foram as pessoas de assentamento e comunidades, mas também as convocatórias de mutirões com outros grupos que não resultaram. Uma participante assídua na obra, com dez anos, fala que quem não vem é “que o não querem ou então tem preguiça”.

e) Pensando no futuro

Porém, e com todas as contradições, as bioconstruções se projetam no futuro e projetam as comunidades e os territórios em outros cenários. As falas sobre o futuro nas entrevistas confirmam que a organicidade se transformou e que a capacidade de opinar e de participar melhorou. Assim, projetam cuidar do espaço em mutirão ou em grupos de trabalho.

Parte desse futuro é a participação das crianças nas bioconstruções, que sempre querem colocar mãos e pés no barro, ajudar nas paredes... E ao mesmo tempo conversam. Na comunidade do Tigre crianças de 3 a 7 anos participaram de um momento da construção e quem já tinha mais dias acompanhando o processo explicava para quem chegava que isso era “uma casa para morar as sementes” e que eles fariam uma outra para eles morar porque era uma casa muito linda.

Também aparecem, nas entrevistas e nas falas de obra, planejamentos para futuras construções comunitárias e pessoais. Assim como mutirões rotativos. As

mulheres do Terra Nossa estão construindo fornos em diferentes casas, a dona do primeiro forno fala que vai “participar dos mutirões das outras casas sim, porque eu gostei, viu... e aí vou aprender mais. Quem sabe se lá na frente não faço um grande e tiro a renda da família de aí... isso que eu estou pensando, né? Quem sabe”.

Em Engenho da Ponte já tem a lista para começar fazer pequenas cozinhas que contribuam a desabafar os espaços das casas. Na avaliação do Tigre um participante comentou que “tomara que outras comunidades queiram fazer casa de sementes porque eu quero continuar bioconstruindo”.

Novos espaços projetam novos processos. Em Engenho da Ponte a cozinha abriu o caminho para a construção do acampamento da juventude do MPA. E novas relações e territorialidades que acompanham a transformação das paisagens.

Chama mais a atenção das pessoas. Isto aqui vai ficar uma curiosidade para a região, que ninguém nunca viu uma coisa assim, com essa coberta de palha também. Aí as pessoas mais tarde vão procurar saber como foi que foi feito isso aí, o negócio chama a atenção. (Tigre 2).

As projeções têm a ver com a autonomia que a construção oferece. Poder transformar a paisagem, criar espaços contra hegemônicos desde a autonomia e sem depender do Estado nem do mercado faz com que as novas territorialidades possam também se visualizar de outro jeito. “A gente era humilhado pela prefeitura para pedir uma caçamba de barro. Agora a gente aprendeu que com essa técnica nova da folha de bambu, de cavalo podemos pegar o barro que precisamos. Foi muito proveitoso” (Coordenação Engenho da Ponte).

Também tem a ver com a inovação e as pequenas melhoras que a bioconstrução oferece. A identidade camponesa se reforça com novos conhecimentos que permitem uma convivência mais harmônica e ecológica com as paisagens diversas, e ao mesmo tempo permite transformações dos territórios que assenta a vida camponesa. No Tigre já sabem que para a próxima “as varas precisam ser mais retas e temos que colocar elas melhor”. Também que a utilização da palha economizou muito em água ou que os alicerces de pedra vão proteger as sementes e as paredes.

Fotos 18 -. Finalizando os primeiros rebocos na cozinha comunitária de Engenho da Ponte



Fonte: Autora, 2019.

Quadro 5 - Análise da contribuição da bioconstrução na organicidade do movimento

ORGANICIDADE				
★ A bioconstrução perpassa pelos eixos do Plano Camponês, sendo um elemento de caráter popular e tradicional, com uma intencionalidade de resistência. ★ A bioconstrução organiza as comunidades em mutirão, pode ajudar na rearticulação do campesinato ★ Permite a construção de estruturas comunitárias com baixo custo, transforma os espaços ★ Permite diferentes participações, tarefas para todas e todos ★ Produz novas formas de integração com o espaço e novas territorialidades				
	Terra Nossa	Tigre	Engenho da Ponte	Mulheres MPA Bahia
GRUPO DE BASE	Processo de retorno ao coletivo Incorporação de todas as idades Reforço nas relações interpessoais Decisões coletivas Processo não linear, avanços e retrocessos	Potencia as relações sociais comunitárias Desafios coletivos Pertença	Novas militâncias, juventude. Aumenta o sentimento coletivo Reparto sexual das tarefas	Auto confiança e confiança no coletivo Solidariedade
COORDENAÇÃO	Experimentação em diferentes coordinações Novas lideranças Coordenação técnica e coordenação organizativa e cultural Dependência na coordenação Coordenações autoritárias vs coordenações	Coordenação clara e compartilhada, avança rápido Coordenação entre pessoas de confiança da comunidade e pessoal técnico	Falta de confiança na coordenação, processo devagar Negociações entre as coordenações e a comunidade Coordenações autoritárias vs coordenações "democráticas"	Coordenações muito horizontais Atitude de serviço com as pessoas externas à comunidade

	"democráticas"			
MPA, MOVIMENTO	Trazem a memória das lutas Reforça a presença do MPA na região, vira referência Mutirões e solidariedade com outras comunidades	Construções enmarcadas nos processos de lutas Sementes e barro, de mãos dadas.	Reforça a presença do MPA. Formação nos princípios do movimento	Novas lideranças mulheres para o movimento Troca de experiências, abre outros espaços de debate
BOICOTES	Começo complicado por ser mulher Grande diferença de participação entre uns e outros A prefeitura não ajuda Falta de análise das situações e cada qual com seu critério	Algumas pessoas não comparecem	Começo complicado por ser estrangeira Falta de atenção, cada qual com seu critério	Nos começos, autoboicotes, não acreditar nelas
PENSANDO NO FUTURO	Construção de aviários em adobe Construção de moradia em adobe Participação da juventude e as crianças	Construção de outras casas de sementes em outras comunidades Participação das crianças	Melhora das moradias com incorporação de novas técnicas Construção de cozinhas de pau a pique anexas às casas	Construção coletiva de fornos e fogões

Fonte. Elaboração da autora, 2020

4.2 Segunda dimensão: Relações de poder

Depois de analisar o Plano Camponês e as relações de poder que aparecem nele, optamos por analisar o que Amaia Pérez Orozco sintetiza nas siglas BBVA (h) (fazendo brincadeira com o banco que leva esse nome) como centro do poder: *burgués, blanco, varón, adulto, heterosexual* (burguês, branco, macho, adulto heterosexual). Falamos assim de juventude, gênero, raça, classe e orientação sexual. Principalmente desenvolvemos as duas primeiras por estarem contempladas na nova geração camponesa da que o Plano Camponês fala no seu quinto eixo.

Trazemos o debate muitas vezes incômodo da complexidade das relações de poder, moramos numa sociedade baseada num sistema de opressões múltiplas, algumas autoras falam de interseccionalidade das opressões, outras de acúmulo de opressão ou simplesmente das diferentes caras do sistema, Amaia Pérez Orozco denomina este sistema como “essa coisa escandalosa” que é classista, racista, heteropatriarcal, antropocêntrico, adultista e colonialista entre outras.

A articulação não é uma simples união entre duas ou mais entidades específicas (como classe, geração, raça, gênero e sexualidade) mas uma relação de conexão, um ‘movimento transformador de configurações relacionais’, uma interconexão de ‘relações historicamente contingentes e situadas num contexto específico’. (BRAH, 2004 *apud* HERNANDEZ, 2017, p. 21 tradução nossa).

Ao transformar o espaço também transformamos nossa relação com ele, nossas intervenções nunca são neutras e é vital olhar para a construção das novas paisagens e as ações e relações que geram. Os processos de transformação dos espaços têm muito a ver com as relações futuras que surgirão. Quem tomou as decisões, quem participou da construção ou como se ocupavam os espaços nessa construção entre outras, é preciso observar tudo.

Queremos construir espaços para levar vidas dignas de serem vividas, e para isso precisamos espaços saudáveis com processos saudáveis de construção. Mas moramos numa realidade e numa sociedade que está doente de patriarcado, de adultismo, de antropocentrismo, de racismo e de academicismo. Pelo qual, as relações de poder estão sempre latentes e surgem continuamente.

Trazer mulheres e jovens dentro do processo de bioconstrução e na tomada de decisões sobre a obra é uma quebra de paradigma. Se visualizam as relações de poder muito internas, e se força para uma construção horizontal das relações

coletivas. “Você impõe positivamente uma horizontalidade para superar algumas relações de poder a partir de um lugar que historicamente é masculino” (Direção Nacional MPA 1).

Não é um trabalho devagar e suave como é quase sempre o trabalho de gênero dentro dos movimentos do campo, é um trabalho imediato. “Ou você se desmonta para ser homens, mulheres e jovens construindo junto, ou você não faz” (Direção nacional MPA 1).

[...] as formas da vida cotidiana no movimento devem de ser impregnadas pelos valores e atitudes que permitam esse clima que faz com que as pessoas que o integram se convertem em sujeitos criativos nas vidas delas. Um clima emancipatório. (ZIBECHI, 2007, p.33, tradução nossa).

É um desafio até físico, que coloca que “a companheira, pequena, magrinha, pode junto com o grandão fazer o processo e às vezes melhor” (Direção Nacional MPA 1). Quebra a verticalidade e o papel hegemônico do homem na construção. Esta quebra e a incorporação de novos sujeitos é feita desde o planejamento e a organicidade porque, “realmente, nos processos bioconstrutivos as relações de poder se reproduzem muito” (Direção Nacional MPA 2).

Se de priorizar a vida se trata, se queremos apostar pela vida no confronto com o capital, temos que revisar alguns valores muito interiorizados, também o da eficiência: priorizamos a obra e o resultado? Ou relações e à pedagogia? Como conseguir um equilíbrio. Duas grandes lições do Terra Nossa são que as bioconstruções devem levar em conta as necessidades das pessoas e suas características e que devem ser desenhadas levando em conta os conhecimentos e habilidades locais.

A bioconstrução se apresenta como lugar de experimentação e de trabalho relacionar para propor análises da realidade, e também para experimentar mudanças se a comunidade se desafia em ensaios de formas diferentes de construção social. Vale lembrar aqui o conhecimento situado: saber que sou europeia, branca, classe trabalhadora, mas com melhores condições de vida que a média nos locais onde trabalhamos, mulher, por fora dos estereótipos femininos e com uma sexualidade não convencional, militante do MPA e coordenadora dos processos de bioconstrução e estudante de mestrado; porque isso, com certeza, condiciona minhas percepções. E que os parâmetros de poder analisados, sendo vários, não são todos os possíveis,

com certeza estamos deixando por fora (e até esquecendo) poderes que para outras pessoas são vitais.

4.2.1. Analisando as categorias

a) Juventude

Vivemos numa sociedade adultista onde o papel dos jovens se manipula e se estereotipa. Não se leva em conta as capacidades nem as decisões da juventude. E moramos num campo que está ficando velho, que não abre as portas para a juventude por problemas de acesso à terra e outros bens comuns, mas também por falta de lazer, de comunicação e de qualidade de vida. Para manter a juventude no campesinato é importante abrir novas portas, escutar os sinais e começar trabalhar junto com elas e eles (MPA, 2019).

Vemos com muita alegria essa participação da juventude, que é uma coisa nova. E com certeza depois em casa discutem isso e a mulher e os filhos podem reclamar sua participação e seu papel. Isso melhora a vida da família e a contribuição na vida comunitária. (Coordenação Bahia MPA).

As bioconstruções resultaram ser projetos nos quais a juventude se sente à vontade. Espaços novos, criados por elas e eles e pelo tanto com mais possibilidade de se realizar como coletivo e construir suas próprias territorialidades. Esta construção dos espaços trouxe a participação das novas gerações nas comunidades (ainda nos casos que mães e pais não participam) a abriu as portas para outras experiências como os acampamentos de juventude (em Ponto Novo e Recôncavo).

[...] que tinha jovens que a gente fazia alguma atividade e não se englobam tanto. E eu estou olhando uma mudança olhando por esse lado. Até pelo fato desses dias não ter tido aula, aí os jovens estão aqui direto. (Quilombola Engenho da Ponte 1).

No dia a dia das construções são os jovens os que puxaram a construção, mas, temos que destacar, que quase sempre são tratados com paternalismo e condescendência por parte dos adultos. Dá para ver como as pessoas adultas, sejam parte da família ou não, sentem o direito de mandar nas mais jovens, só por conta da idade. Quando falamos de crianças ou de pessoas com algum problema cognitivo a brecha de poder aumenta.

Outra das atitudes observadas são as piadas referentes aos mais fracos, em alguns momentos perto do assédio. Isto acontece mais nos espaços mistos de

homens e mulheres. Porém, nos espaços de mulheres é muito claro a participação das adultas e o silêncio das mais jovens.

Uma das estratégias que se usaram para o empoderamento da juventude foi aproveitar os momentos quando eram maioria para fazer oficinas concretas de carpintaria ou de bater adobes. Assim, os sentimentos de vergonha e medo que apareciam no começo foram diminuindo.

Aqueles que ainda não sabem vão olhando como se faz e depois se desafiam. O X no caso, eu acho que ele nunca tinha colocado um prego (risada) mas ele está colocando, está fazendo. O X e os outros meninos novos, nunca se dedicaram a fazer, agora vem todo o mundo trabalhando junto e fazem. (Quilombola Engenho da Ponte 1).

Outra estratégia proposta foi a da pedagogia do exemplo. As novas gerações repetem o que as mais antigas fazem. Só que não só repetem as coisas positivas; as resistências camponesas de boicotes e falta de respeito unidas às rebeldias juvenis complicaram e comprometeram os trabalhos em alguns momentos.

Na comunidade de Engenho da Ponte a diferença de participação de jovens varões e mulheres foi surpreendente. As mulheres jovens não participaram, sendo que entre as pessoas adultas eram maioria. A resposta foi que elas têm outras tarefas em casa. Na comunidade do Tigre a participação juvenil foi crescendo, começaram timidamente e foram pegando novos desafios até virar protagonistas nos últimos dias, a transmissão de saberes nesta comunidade se deu muito tranquilamente.

b) Gênero

Já falamos antes que, na questão de gênero, os processos estudados foram uma quebra: de um lado nos estereótipos porque reúnem homens e mulheres para o trabalho e isso já gera algumas perguntas de qual é o lugar da mulher e o porquê de ela participar num espaço historicamente masculino.

Depois por ter uma mulher facilitadora da bioconstrução, porque não é comum. Normalmente é homem. Então da construção à bioconstrução tem uma quebra de paradigma, já desde quem conduz. Uma mulher chamando aos companheiros para trabalhar, então é uma quebra nas relações de poder desde quem conduz, se o homem já aceita uma mulher conduzir, já é um primeiro passo para visualizar as relações de poder. Então o primeiro elemento visualizado e quebrado é ter uma mulher na condução. [...] você deve estar sentindo o que é ser desrespeitada, o que é conduzir um processo diferente. (Direção nacional MPA 1).

Observamos a dificuldade para a maior parte dos homens de serem coordenados por uma mulher na obra, no espaço deles. Mas queremos destacar aqui a exceção, na comunidade do Tigre, onde a coordenação feminina foi assumida com muita tranquilidade, muita confiança, despertou curiosidade e aconteceu com muito respeito. As relações de trabalho foram então, muito mais equilibradas e harmoniosas.

Experimentamos em grupos mistos sem intervenção, em grupos de mulheres e em grupos mistos, mas intervencionados, aliás, com muitas mais mulheres e elas coordenando e assumindo, (neste caso os homens -só participaram jovens- tinham um papel de acompanhantes ou ajudantes, serventes da obra).

Esta última experiência descrita resultou na observação de algumas dinâmicas: as mulheres não pedem materiais aos serventes, falta de iniciativa para pedirem as coisas que precisam. E os homens também não têm iniciativa de dar, não conseguem ficar naquele papel de dar antes de que seja pedido (na obra mista as mulheres levam a massa antes de que termine, nas obras comandadas pelas mulheres a massa acaba e o homem está sentado esperando). Este tipo de experimentos que revezam os espaços ocupados por homens e por mulheres mostram claramente a divisão sexual das geografias.

Quando fazemos uma casa às vezes, a mulher participa muito assim, no caso se fosse uma casa minha de taipa aí sim, eu participo realmente. Mas se não for assim, se for a casa de outra pessoa, de uma vizinha, assim, cada casa a mulher sempre que tiver um tempo livre e o homem estiver fazendo alguma coisa a mulher está aí junto. Mas as vezes acontece de fazer mutirão aí junta mais os homens e a mulher está aí se precisa uma água, assim. (Quilombola Engenho da Ponte 1).

Este experimento também serviu para puxar o debate de espaços de mulheres que foi muito interessante (os homens, participantes ou não dos mutirões mistos, reclamaram que queriam participar das oficinas e mutirões exclusivos de mulheres). Ante esta provocação fizemos um grupo de debate de mulheres para ver por que muitas vezes nos sentimos mais cómodas nos grupos de mulheres, e principalmente nas atividades físicas (como a bioconstrução) só com mulheres.

Reunimos um grupo de 10 mulheres de diferentes idades e na hora de começar argumentar, apareceram muitos motivos que afirmaram o grupo de mulheres da comunidade e as próximas construções: a confiança, o respeito, a sensação de estar dominadas nos espaços mistos, o pensamento solidário, a possibilidade de errar. E especialmente na construção: os homens querem sempre assumir, eles controlam as

ferramentas, no reparto de tarefas ficam as mulheres na alimentação ou nos trabalhos de servente.

No caso das oficinas coordenadas por mulheres falam que os homens não se permitem o novo, não têm paciência para aprender nem para ensinar. Também apontaram para mecanismos de mudança como projetar uma autodefesa coletiva e outros desafios.

Algumas destas observações já apareceram nos processos mistos de construção, como o uso excessivo e quase exclusivo das ferramentas pelos homens, a falta de atenção e respeito à facilitadora e a falta de interesse. Também outros ligados à divisão sexual do trabalho como é o pouco cuidado com a limpeza das ferramentas e do espaço de trabalho.

O reparto de tarefas é muito marcado nos primeiros momentos. Homens com ferramentas fazendo o “trabalho duro” e qualificado, e mulheres “contribuindo”. As mulheres muitas vezes chegam na obra com as crianças, ainda que seus companheiros fiquem em casa, elas ficam com o trabalho de cuidados. Isto condiciona seu papel na obra. Por enquanto os homens trabalham as mulheres ficam no segundo plano, com vergonha, como se não soubessem trabalhar com ferramentas. Quando os homens param de trabalhar elas começam e demonstram que não é falta de habilidade nem de conhecimento.

Nas construções se esquecem dos trabalhos de cuidados necessários para o desenvolvimento da obra, nas avaliações aparece a importância de quem cozinha e limpa a casa, esses trabalhos também fazem parte da equipe; mas no dia a dia são difíceis de visualizar. Essa repartição das tarefas às vezes é muito infra valorizada, outras assumidas como norma, e algumas poucas vezes, discutida e visibilizada.

Com o passar do tempo esta repartição muda, principalmente nos processos mais prolongados porque muitos homens deixam o mutirão e as mulheres assumem. Foi o exemplo do Terra Nossa onde as paredes foram construídas, quase na totalidade, pelas mulheres; ou em Engenho da Ponte onde elas fizeram o reboco. As obras começaram virar espaços desconfortáveis para os homens acostumados com o comando, e tornaram-se espaços muito mais abertos e seguros para as subalternidades. Juventude e mulheres tomaram a frente, abrindo portas para novos processos pedagógicos e novos reconhecimentos

É bom mesmo, e eu mesmo gosto trabalhar dessas coisas. Gosto de trabalho de homem, mas deus mandou mulher. As coisas de casa eu não gosto olha, nem comida nem arrumar casa. Agora partir para o negócio de trabalho

assim, em roça, em construção, é comigo mesmo. (Assentada Terra Nossa 1).

Esse processo é sempre conflituoso, não é possível tentar reverter as relações de poder sem complicações, sempre tem quem defende os seus privilégios com garra. Nas construções tivemos casos de não deixar as mulheres fazer alguns trabalhos para elas não se machucarem; bêbedos que atrapalham o trabalho e depois fica para elas consertar e muita falta de respeito.

A dupla valorização das tarefas também se repetiu nos diferentes espaços, avaliar sempre negativamente o que as mulheres estavam tentando fazer e reforçar o trabalho dos homens ainda que estivesse mal-feito. Um caso particularmente visível foi quando tinha duas equipes batendo adobes, um de mulheres e outro de homens, e os serventes só serviam o dos homens porque assim iria mais rápido. No final resultou que eles cansaram antes e elas fizeram mais adobes, ainda tendo que ir pegar o material e cuidar de uma criança por enquanto.

O patriarcado é tão injusto que no Terra Nossa, no único dia que tinha bem mais homens do que mulheres na obra, foi o dia que chegaram os jornalistas e ficou mais uma vez invisibilizado o trabalho das mulheres⁵⁵.

Com tudo, nos espaços mais femininos as mulheres davam risada das atitudes dos homens com comentários sobre sua falta de conhecimento, os erros cometidos depois de não atender e até discutir com a coordenadora ou as coisas óbvias que chegavam falando achando que ninguém mais sabia. E ainda se empoderaram e fizeram trabalho de pedreira, de carpinteira e de servente; construíram alicerces, paredes e telhados.

Aqui eu vi a mulher participando em tudo. Porque aqui só não fez subir no telhado, mas partiu bambu, lixou, tudo. Passou aquele treino no bambu, então, tudo teve participação da mulher. (Quilombola Engenho da Ponte 1).

Para as coordenações locais é um espaço a mais para fortalecer as lutas das mulheres e que se apresentem com o protagonismo que estão adquirindo nas lutas. “É mostrar que o machismo acontece na comunidade ainda mais, é também uma

⁵⁵ Notícia aparecida na imprensa local de Ponto Novo <https://www.interativapn.com/2019/07/atraves-de-mutiroes-assentamento-terra.html>

forma de empoderar, e, com certeza, elas terão esse papel fundamental na participação da bioconstrução” (Coordenação Comunidade Tigre).

Os processos exclusivos de mulheres são outro ponto de quebra, as mulheres se desafiam a participar e a fazer o que nas bioconstruções mistas ficam para os homens: uso da maquete, uso da colher... a curiosidade é muita e por isso fazem muitas perguntas. Também gera um desassossego nos homens que querem participar, pode ser que até nunca participem das obras mistas, mas quando se trata de espaços de mulheres, querem chegar perto.

Nos primeiros momentos das construções de mulheres a insegurança é uma das sensações mais fortes e diante a primeira dificuldade, principalmente nos grupos que ainda não estão politizados ou empoderados, a reação é sair procurando os homens. Depois de respirar, pensar em coletivo, e descobrir que elas podem resolver a dificuldade a confiança aumenta. E terminar uma construção sem chamar aos homens, só com a força e a inteligência das mulheres, reforça a autoestima coletiva e prepara as mulheres para outras situações de luta.

Elas mesmas reafirmam a importância do momento e o descobrimento das vantagens destes espaços de mulheres: “a gente sabe se entender, nós conversa e sabe ajeitar tudo direitinho. É melhor mutirão com mulheres, com homens só o mutirão deles, o mutirão dos homens” (Mulher 2, TA). E resumem assim as diferenças “O mutirão dos homens é com cachaça e boi cantado, e nós não, o nosso só samba de roda.” (Mulher 2, TA).

c) Outras discriminações

- A grande lacuna nesta pesquisa é o tema *racial*, ainda que tenha sido colocado como indicativo desde um início. E não tem como colocar escusas neste sentido, a única explicação é nossa própria incapacidade de análise e interpretação das situações de racismo. Provavelmente pela falta de leitura, mas por cima disso, por ser pessoas brancas atuando em comunidades negras, sendo em algumas experiências as únicas pessoas não negras. É uma autocrítica que ressalta que com toda probabilidade participamos de situações racistas que não conseguimos perceber e é muito possível que nós tivéssemos atitudes racistas.

Todo privilégio nega um direito, mas a privilegiada se sente imune de responsabilidade pelos privilégios porque estes não são derivados e uma ação consciente ou uma decisão pessoal, a privilegiada, enquanto membro dos países ou setores sociais reitores da supremacia branca europeia se

considera unicamente responsável da sua individualidade porque desconhece um sujeito político coletivo. (CELENTINI, 2014, p. 229).

Como fala Celentini, até que as pessoas brancas não entendamos que o racismo também faz parte das nossas vidas não vamos conseguir vencê-lo⁵⁶.

Hoje sei que o racismo não é uma ação necessariamente voluntária, porque sua naturalização o virou automático. O antirracismo é uma posição político-vital que leva uma ação consciente e voluntária e serve para desnaturalizar o construto ideológico repressivo. Agradeço então, quem já me chamou de racista ou me fez ver que sem querer, mas era racista. (CELENTINI, 2014, p. 229).

Neste sentido, esta pesquisa mexeu muito em nossas cabeças e nos acercou ao estudo do racismo desde os olhares decoloniais de Quijano, Lugones e Segato, e nos levou a fazer análise das práxis em nosso cotidiano e em nossa militância. Mas não conseguimos dar conta de analisar os processos bioconstrutivos desde esse olhar.

Percebemos sim, atitudes que consideramos são colonialistas e colonizadas, mas não conseguimos interpretar completamente. Assim, em alguns processos as pessoas não se escutam, todas falam ao mesmo tempo e não conseguem avançar. Só mantém o respeito quando quem chegou de fora fala, acreditando que a solução vai chegar do exterior, que alguém vai chegar salvar elas. Esta atitude é alimentada por governos e ONGs assistencialistas. É a não escuta dos iguais, da horizontalidade versus a escuta cega do importado.

Porém, e em contradição, assistimos também em outros processos à falta de abertura para com ideias novas que escapam à lógica ou aos conhecimentos comunitários.

Você falou que era uma troca e que a gente estivesse aberto. Isso demorou um pouco, talvez pela nossa resistência, pelo nosso jeito de ver as coisas. O

⁵⁶No exijo a mis amigas que me consideren “curada” de racismo; considero inevitable que les quede una duda sobre mí. Si me es permitido un símil, como mujer blanca puedo acercarme y aprender de los feminismos de las mujeres indígenas, tanto como un hombre puede hacerlo de la teoría y las prácticas feministas: conozco a hombres honestísimos en su proceso de despatriarcalización personal, “feministas” capaces de morir para defender el derecho de las mujeres a definirse por sí mismas, que sin embargo siguen gozando de los privilegios que la sociedad asigna a su inherente masculinidad. Lo mismo pasa con mi inevitable blanquitud: no la reivindico, la destecho en relación con el saber que nace de otra historia del ser mujer que la mía, identifico arqueológicamente el momento en que se convirtió en una marca de privilegio, pero está ahí como una ropa que no uso y que, sin embargo, la sociedad sigue pensando que me pertenece. Sólo la superación del sistema racista podrá liberarme, tal y como liberará a las mujeres de los pueblos de Abya Yala. Sólo la superación del patriarcado liberará a los hombres de su masculinidad. Ahora bien, ningún proceso de transformación profunda lo inicia y sostiene hasta sus últimas consecuencias quien goza de algún privilegio, así que sé que no soy sino una aprendiz del antirracismo. (CELENTINI, 2014, p. 230).

povo negro, quilombola é muito nosso. Vamos aprendendo que devemos de nos abrir. (Coordenação Engenho da Ponte).

Ou não reconhecer que quem chega pode saber algo que eles não sabem (no caso dos pedreiros especialmente). Vários erros graves nas construções aconteceram pela falta de atenção ou pelo pensamento de que eles sabem melhor. Os bioconstrutores falam que quando está aprendendo alguma coisa nova, o primeiro passo é replicá-lo como aprendeu, depois pode começar a melhorá-lo (BELANKO, 2019).

A experiência de Engenho da Ponte contrasta com a experiência do Tigre onde a curiosidade era tão grande que desde o começo escutaram com muita atenção, e foram aprendendo de cada passo e celebrando os avanços. A presença de um pedreiro ajudou nas tarefas mais específicas, mas trabalhou com muita humildade e foi o primeiro em tentar aprender cada técnica e alabar os conhecimentos das outras pessoas.

Dentro das comunidades também existem *classes* e aparecem sujeitos que por ter mais condições econômicas acham que podem ficar por fora dos trabalhos manuais. Este tipo de pessoas está presente em todas as comunidades onde construímos coletivamente e, por mais que o movimento tente construir um novo tipo de sociedade com novos valores, as relações de poder se repetem. Assim, as pessoas com mais dinheiro ficam por fora de trabalhos e mutirões, e se aproveitam do trabalho das pessoas mais vulneráveis e com mais sentido de solidariedade e luta. A sociedade se repete e se reconstitui dentro das comunidades camponesas, estejam ou não organizadas pelos movimentos sociais; a classe burguesa vive por conta do trabalho da classe trabalhadora. Nos casos estudados, estas diferenças são ainda maiores quando se trata de pessoas que também tem poder político por serem vereadores ou funcionários do governo; até os técnicos agrários tentam exercer esse poder.

Também observamos preconceitos pela *orientação sexual*, participantes dos mutirões com sexualidades diferenciadas falaram que estavam sofrendo os preconceitos e se sentindo desconfortáveis: picuinhas sobre eles, perguntas íntimas e outros.

Outras discriminações têm a ver com pessoas que não se sentiram parte dos processos deliberativos, por não sentir que escutam elas nas assembleias ou por conta de coordenações muito autoritárias.

Em várias ocasiões, não conseguimos uma boa comunicação entre a pessoa coordenadora da obra e as participantes da oficina, por não explicar bem quais as decisões que poderiam ser mudadas, dialogadas e acordadas na equipe de trabalho e quais são estruturais para a obra e devemos de respeitar.

Acho que não entendem você aqui como técnica na verdade, é porque a gente tem um modo diferente de fazer. E às vezes têm que ser desse jeito que você vem passar para a gente. Mas o povo como já tem uma facilidade com o que a gente faz aí quer levar como sabe aqui. [...]. Mas, agora se trata de tentar colocar em prática o que você vem trazer para a gente para que a gente possa aprender fazer de maneira diferente porque quando a gente faz de madeira a gente não utiliza o bambu. E o bambu é uma coisa que a gente corta e o bambu vem de novo e o pau as vezes a gente tira e não tem como vir de novo, né. (Quilombola Engenho da Ponte 1).

d) Boas práticas

Os processos também ajudaram visibilizar as boas práticas das comunidades camponesas, das relações interpessoais e comunitárias e os passos para sociedades menos autoritárias e mais horizontais.

A primeira dessas premissas é a ajuda mútua e o aprendizado coletivo que aconteceu nos processos. Destacamos neste sentido o acontecido em Tamanduá quando duas mulheres se desafiaram no trabalho de pedreiras e receberam o apoio e solidariedade do grupo de mulheres como um todo, encorajando-as para a realização de futuras construções.

A segunda é o próprio coletivo, um entrevistado no Tigre afirma que o que a comunidade ganhou foi fortalecimento. Quando a comunidade é unida se escutam e se reafirmam uns nos outros, as decisões viram coletivas, as possibilidades de negociação enriquecem a obra e a identidade camponesa, e no caso do Tigre, negra, se reafirma.

Também o reparto das tarefas quando é acordado e equilibrado. Na comunidade do Tigre as pessoas se doaram no trabalho e ainda ter muito homem na obra o trabalho das mulheres também era muito valorizado.

Sempre teve as melhores ideias, acontecia que alguém falava uma ideia, outra pessoa somava; cada um com uma ideia diferente, mas sabendo que tem que chegar num objetivo. Alguém fala vamos fazer assim, outra fala melhor assim... Chegando a concordâncias. Teve a negociação, as decisões foram compartilhadas e deu certo. (Tigre 1).

O humor é também um tipo de relação que relaxa as situações e ajuda a levar o trabalho. Mesmo quando às vezes resultava pesado, melhora as relações e a

convivência.

Tem vezes que a gente está com a cabeça ruim, tanta dificuldade, e com a brincadeira e a risada parece que isso vai embora. E aí segue em frente. Que não deixe de acontecer, eu mesmo sou dos que gosto da brincadeira. (Assentado Terra Nossa 2).

A vontade, a capacidade de aprendizagem e de levar ao dia a dia os aprendizados. Assim, várias das tecnologias, se não massivamente, mas já foram replicadas.

A capacidade de enfrentar situações de crise e dificuldade no coletivo. “E sobre a luta que estamos lutando aí, e vamos, não vamos desmudecer não, o duro é para começar.” (Assentado Terra Nossa 2). No caso do Terra Nossa foi emocionante compartilhar os dias de colocar as palhas no telhado porque por conta de uma reunião com o Governo do Estado, foram três dias de mutirão nos que chegaram bastantes pessoas, muito trabalho, mas em boa harmonia, com pessoas novas assumindo as lideranças dos trabalhos e também da organização do próprio mutirão e da cozinha e provocou muito debate interno sobre o próprio assentamento.

Outras premissas são:

- o respeito pelas pessoas com problemas de saúde;
- solidariedade entre as comunidades e dentro da comunidade com doações de materiais e empréstimo de ferramentas. O uso das ferramentas e a disponibilidade ou acumulação individual delas oferece uma leitura sobre as relações comunitárias;
- a evolução nas relações dos pedreiros com as outras pessoas que participam na obra e com a coordenação;

Na verdade, tem que ter essa construção coletiva, até nós que trabalha na área de pedreiro, a gente sempre ouve o outro pedreiro que chega na obra porque a gente está fazendo achando que é mais fácil, mas aí outro tem outra ideia de que é mais prática. Então é ir vivendo e aprendendo. (Assentado Terra Nossa 4).

- o espaço de bioconstrução como espaço de socialização. “Antes a gente se viaia pouco, as pessoas de outra rua só no jogo o nas festas. Agora a gente está mais próximo, toda vez que nós vamos para bioconstrução tem muita gente e dá para falar mais.” (Criança Terra Nossa);
- capacidade de cair e levantar;

[...] então quando nós não sabia ia tentando fazer um teste, tentando ver como fazer, aí a gente fez um teste de um jeito não deu, aí fizemos de outro, vamos fazer de novo... tentou até que conseguiu [...]. E o próximo já vai ser

melhor, agora já temos a base, não vamos fazer assim porque vai cair, então vamos fazer desse outro jeito, e assim vamos indo. (Mulheres 1 -TN-).

- “A garra, o companheirismo, a compreensão, a resistência”. (Coordenação Engenho da Ponte).

Foto 19 - Comunidade do Tigre, casa de sementes concluída



Fonte: autora, 2019.

Quadro 6 - Análise da evolução das relações de poder na bioconstrução

RELAÇÕES DE PODER				
	★ Ao transformar o espaço e nossa relação com ele, mudamos também as relações sociais ★ As intervenções não são neutras, é vital saber desde onde e para que são construídas ★ A bioconstrução do movimento traz mulheres e juventude para o centro ★ As construções que colocam a vida no centro levam em conta as necessidades, habilidades, características e conhecimentos locais ★ Na procura de relações horizontais, a construção olha para a horizontalidade na tomada de decisões, a visibilização de todos os trabalhos, a rotação de tarefas e analisa os poderes que aparecem			
	Terra Nossa	Tigre	Engenho da Ponte	Mulheres MPA Bahia
JUVENTUDE	Auto organização da juventude Juventude que puxa a construção Relações paternalistas Novos espaços, novas territorialidades Piadas sem graça	Juventude na coordenação e organização da atividade Respeito aos diferentes trabalhos das diferentes idades Aprendizagem mútuo	Grande participação da juventude Quem toma as decisões são os adultos Curiosidade e nova participação Autoritarismo na hora de falar com a juventude	As jovens escutam e as maiores falam Incorporação de novas vozes aos poucos
GÊNERO	Problemas dos homens para serem coordenados por uma mulher As mulheres como sosten da construção no tempo Não assumir a experiência e autoridade da técnica faz com que cada qual faz adobes ou	Coordenação de mulher assumida com muita tranquilidade e naturalidade Poucas participantes Mulheres na obra, estão em outros trabalhos do mutirão como a cozinha	Problemas dos homens para serem coordenados por uma mulher Liderança feminina na comunidade, rol de mão de todos e todas, ela não faz trabalho físico, coordena Muito trabalho de homens e mulheres, no	Problemas das mulheres para coordenar, para tomar a iniciativa em grupos mixtos Processo de empoderamento coletivo ao trabalhar juntas e sozinhas Serviu para puxar o debate dos espaços de

	constrói no seu critério, o que dá falhas na construção No começo, reparto sexual do trabalho Muita diferença no trabalho dos homens: mais ferramenta, mais velocidade; e no das mulheres, mais devagar e mais longe		começo reparto sexual do trabalho, depois equilibra No final as mulheres assumiram a obra	mulheres Risadas de como os homens se comportam quando uma mulher coordena
RAÇA		Apertura às novas tecnologias como defesa Dentro da mesma comunidade e família, aparecem as relações raciais desiguais; as construções de barro aparecem como um exemplo disso Orgulho de serem negros e negras e do resgate cultural	Fechamento histórico e cultural como defesa Insubordinação à branca estrangeira e contraditoriamente, também servidão devida à branca estrangeira Orgulho de serem negros e negras e do resgate cultural	Orgulho de serem negros e negras e do resgate cultural
CLASSE	Quem tem um pouco mais de dinheiro acha que as outras pessoas tem que trabalhar e eles podem ficar de boa Caso especial das pessoas que trabalham para o estado ou são eleitas; nesse caso a	Quem tem mais dinheiro fica por fora dos mutirões	Quem tem mais dinheiro fica por fora dos mutirões	

	diferença de classe é maior ainda				
ORIENTAÇÃO SEXUAL	Teve ataques, piadas e desrespeitos com sujeitos LGTB... que derivaram em conversas, em empoderamento dos sujeitos e numa melhor compreensão das situações				
BOAS PRÁTICAS	Ajuda mutua Decisões coletivas Reparto de tarefas negociado Humor Mutirões com pressão por finalizar, toda a comunidade junta Cuidado de pessoas com problemas de saúde	Ajuda mutua Afirmção da comunidade e fortalecimento Decisões coletivas e contrastadas Reparto de tarefas negociado	Ajuda mutua Resgate de saberes e pessoas maiores que ensinam à juventude Humor Cuidado de pessoas com problemas de saúde	Ajuda mutua e solidariedade nos processos construtivos Resgate de saberes e pessoas maiores que ensinam à juventude Decisões coletivas e contrastadas	

4.3 Terceira dimensão: Processos de construção de identidade.

É nos processos históricos e nos territórios onde vamos construindo identidade. O MPA foi construindo uma identidade própria, mas, além disso, começou construir uma identidade coletiva camponesa que tem sua base na história e conformação do campesinato, nas lutas do movimento e no projeto político para a sociedade.

Estes três alicerces vão conformando uma identidade com muitas características do passado, dos povos originários, dos povos negros sobreviventes da escravidão ou das famílias que chegaram da Europa procurando terra. E tem também a ver com o presente, com as resistências e resiliências que se dão hoje no campo, com a luta pela terra, pela água, com os mutirões de esperança camponesa, com as redes com outros movimentos do campo, com a aliança camponesa e operária e com a articulação internacional da Via Campesina; com a vida diária, a cotidianidade, as relações pessoais e sociais, os encontros e desencontros. E tem a ver por fim, com o Plano Camponês como proposta política e que reafirma o MPA como movimento socioterritorial.

Assim vai surgindo uma nova identidade, de um campesinato que é um sujeito político, que é uma classe social em si e se está constituindo numa classe para si. Que se desafia na luta contra as opressões patriarcais, racistas e heteronormativas da sociedade atual. Um campesinato que avança em agroecologia, em teoria política, em propostas propositivas. Que cresce, que pesquisa e que sistematiza. Um campesinato que desenvolve novas tecnologias, que melhora e se adapta tecnologias antigas, que sabe escolher dentre as propostas que chegam do mercado.

Essa identidade coletiva e camponesa está unida ao território, disputa espaços e lugares, constrói novas paisagens. É uma identidade socioterritorial, não só na disputa do território terra, mas também dos territórios entendidos multidimensionalmente, como os povos originários nos ensinaram, entendendo os elementos físicos, os povos e os elementos espirituais nesse confronto.

Algumas das características dessa identidade coletiva poderiam ser: 1. a importância dos símbolos como bandeira, cores e sementes para a auto identificação como participante do MPA “sou MPA” falam, no caso da bioconstrução também as estruturas físicas viram símbolo. 2. O trabalho de base e o trabalho nas e das comunidades como alicerce do movimento. 3. O uso do trabalho não alienado como

forma de compartilhar a vida e os processos faz parte da formação política, o mutirão. 4. Manter a característica camponesa da autonomia perante o Estado e o mercado. 5. A solidariedade entre pessoas, famílias e comunidades como principal relacionamento social. Claro que são muitas mais, mas resgatamos estas que tem muito a ver com a bioconstrução.

Vamos então definindo territórios camponeses, vamos colocando elementos em nossos territórios. Água encanada, moradia, casa de sementes, espaço de reunião, escola, biblioteca, cozinhas fornos e fogões. Novos espaços que vão nos definir e vão definir os nossos territórios. Todo como parte de um processo, de uma estratégia, o caminho também é luta. E vamos caminhando e construindo.

Nesse sentido e para os movimentos sociais, as experiências de luta são de grande valor para a construção de identidade coletiva e de sentimento de pertença. A própria organicidade dos movimentos, por meio da práxis, da informação, formação e organização e luta nos leva à criação de sujeitos coletivos com identidade diferenciada. Estas experiências de cultura política devem ao mesmo tempo ser teorizadas para o avanço coletivo.

Para Piñeiro, o sentimento de identidade e pertença vai demarcar a intensidade da participação do sujeito no movimento, esta identidade é coletiva, é “construída e reconstruída permanentemente por meio da negociação entre os atores ao interior do coletivo”. Mas ao mesmo tempo, é atribuída desde fora, por oponentes e observadores externos (PIÑEIRO, 2004, p.56, tradução nossa).

O movimento social tem que ser pensado no seu tempo, no seu espaço e contexto. E a identidade se irá criando com base nas disputas e tensões, no processo de luta. E irá mudando quando a conjuntura mude, com as aprendizagens do próprio movimento.

A bioconstrução traz uma outra cultura política, não tem a intensidade dos processos de luta e pelo tanto, a construção de identidade não se dá rapidamente. Mas também por isso mesmo permite mecanismos de democratização que os processos de luta tensos não permitem. Ao mesmo tempo, a bioconstrução utiliza o trabalho como ferramenta de formação, de politização e de construção de sentimento coletivo.

A identidade camponesa que afirma o MPA é uma identidade coletiva. Como movimentos social, o MPA sempre defendeu e afirmou um campesinato que luta pelos seus direitos e seu território. A identidade coletiva que forma um movimento social, se forma na perspectiva de resistência, pela pressão para um segmento único da sociedade. Ou seja, são grupos sociais que afirmados

em uma identidade coletiva, reivindicam seus direitos e os materializam em pautas e lutas. (VAZ, 2016, p. 44).

A identidade é uma dimensão do território, que pode ser usada para sua defesa e controle. Já em 2007 o Movimento dos Pequenos Agricultores colocava as categorias de cultura, de identidade e de pertença como mecanismos que assegurem o território (MPA, 2007).

Nas lutas, na história e no dia a dia vamos configurando a nossas identidades individuais e coletivas. O MPA também vem se definindo e definindo o sujeito campesino.

Esse movimento social contemporâneo tem sua identidade demarcada, onde o campesinato não é somente um conjunto de técnicas de cultivo, ele é um modo de vida, e que este movimento o tem como um modo de vida particular. Onde esses camponeses têm seu inimigo antagônico, tem demandas próprias e não se deixa apropriar por seu inimigo principal, o agronegócio, que ameaça a classe trabalhadora do campo. (VAZ, 2016, p. 46).

E este campesinato tem vários elementos que o definem, alguns conceitos chaves para entendê-lo. Por exemplo

[...] a sustentabilidade, buscando uma *eficiência produtiva, equidade social e prudência ecológica*, configurando um modo de produção que melhor se adéqua a um modelo global, elevando a produção junto com a melhoria social das pessoas do seu grupo familiar e da comunidade. (SILVA, 2014, p. 9, grifo do autor).

E a autonomia, que tanto já falamos em este trabalho. Parece que nos “últimos tempos a palavra de ordem tem sido autonomia [...], domina uma brisa emancipatória que vai do movimento social à gestão econômica e desta à insurgência cívica, anunciando iminentes vendavais libertários” (BARTRA, 2011, p. 78).

a) Nos territórios do MPA

Se esse território complexo e multidimensional é o que interfere em nossas identidades, o movimento socioterritorial vai então muito mais além de procurar um pedaço de chão para plantar, tem a ver com uma conexão com a terra muito mais intensa. A terra como parte de nós e como elemento que nos acompanha. A terra como bem comum para cultivar, para viver, para construir e para ser.

Os elementos de identidade coletiva aparecem nos territórios que o movimento está através de: processos organizativos, trabalho com mulheres, com juventude,

formação, lutas, agroecologia e outros; e aí a bioconstrução também é um dos elementos que compõem a identidade coletiva (Direção Nacional MPA 2).

[...] essa identidade ela ficará marcante, forte, no processo organizativo. E não terá como não deixar uma identidade forte na comunidade por ser um processo também de resistência, de luta e mostrar que é uma estratégia que nós temos de avançar contra esse sistema usurpador que está imposto aí no Brasil e no mundo. (Coordenação Comunidade Tigre).

Sendo a bioconstrução uma proposta com valores sociais e ambientais está unida à identidade camponesa, faz parte da história dos povos camponeses e de sua identidade, porém, muito associada também aos preconceitos de camponês pobre e atrasado. “As comunidades construíram muito, mas na forma mais precária que se poderia ter, não era pensada, não era planejada, sem cuidados... inclusive sem proposta técnica” (Direção Nacional MPA 1).

Sofre o mesmo processo que várias tecnologias agroecológicas já enfrentaram, mas

[...] ela tem uma identidade muito forte com a vida camponesa. Por ser um processo dentro da agroecologia, a bioconstrução eu tenho esse olhar de que é um processo bem agroecológico mesmo, então ela está diretamente na vida dos camponeses e ela se torna, não ela é, com certeza camponesa a bioconstrução. (Coordenação Comunidade Tigre).

Para o movimento que tenta construir identidade política camponesa e coletiva, esta tecnologia traz vários desafios: o primeiro é pegar esse acúmulo tradicional, que é muito forte nas comunidades porque uma boa parte das pessoas sabem fazer, e recuperar isso de uma outra forma, com uma lógica política, com outra estética, com estrutura pensada, e não de forma aleatória (Direção Nacional MPA 1). É o choque de saberes que apontava uma moradora do Assentamento Terra Nossa, que sempre está cheio de contradições e conflitos. Resgatar a identidade a partir da história da comunidade, do saber fazer, mas também a partir do saber estruturar e ter intencionalidade de uso.

Em muitos lugares somente as gerações mais antigas têm o conhecimento das técnicas tradicionais de construção. A arquitetura tradicional sempre construiu de acordo com o clima e com o ambiente natural, garantindo moradias agradáveis. (PROMPT, 2008, p.17).

Agora se trata de resgatar e combinar essas sabedorias com melhorias que dialogam com o novo caráter do campesinato. “Queremos que o povo se aproprie de

tecnologias mais novas e puder resgatar aquilo que o povo faz muito tempo que faz” (Coordenação Bahia MPA). Porque

Aqui no norte da Bahia é muito forte, faz uns anos o povo construí a o que gente chama de casa de taipa, que é uma identidade muito forte, até hoje existem umas casas de 50, 70 anos. Então isto também é um processo de resgate, de modo de vida do povo, dos jeitos que as pessoas tinham de construir suas moradias. As coisas foram evoluindo, com certeza, mas a bioconstrução reforça muito esse aspecto aí, cultural, camponesa. É algo que vai utilizar material local, e isso faz parte da identidade do campesinato baiano, do campesinato brasileiro. (Coordenação Bahia MPA).

Nesse sentido, também para a direção nacional do MPA, a bioconstrução é ao mesmo tempo resgate e uma coisa moderna, “se você pega toda a arquitetura sustentável, mesmo convencional, está tendendo para uso de materiais reciclados, integração com o ambiente, aproveitamento de água, luz, então isso é uma tendência”. Então, o movimento se propõe utilizar esse elemento da bioconstrução para construção de identidade e de consciência de classe.

São as novas identidades territoriais, as novas territorialidades que surgem do encontro do tradicional com o moderno, do local com as ideias que chegam de fora, e como converter esse processo contraditório em uma melhor organização das comunidades. O papel da bioconstrução na comunidade é a recuperação da tradição, da história, da identidade e da autonomia, não se submeter unicamente à lógica do capital e do Estado.

Romper com a política de dependência que vem desde o tempo colonial porque “a subordinação dos movimentos sociais à ação do Estado constitui a limitação mais grave de sua capacidade de ação coletiva autônoma” (Touraine, 1989 *apud* GOHN, 2008).

O segundo desafio para o movimento é pensar a bioconstrução de forma planejada, estruturada. É afirmar a bioconstrução e desassociar o barro à pobreza, é contemplar a tecnologia como uma outra lógica de produção de espaço. “Desassociar a casa de adobe da pobreza é algo fundamental, e a estruturação do lugar dá conta de fazer isso, a estética é fundamental” (Direção Nacional MPA 1). Tornar a bioconstrução cada vez mais confortável e integrar ela no ambiente são os caminhos que o movimento está desenvolvendo neste sentido.

Desde a evolução da industrialização no século XIX, as técnicas de construção tradicionais vêm sendo abandonadas. [...] Estas técnicas são associadas à população de baixa renda, o que gera o preconceito que permanece até os dias de hoje. (PROMPT, 2008, p.16).

Ver a bioconstrução como a capacidade das comunidades de produzir espaços e gerar novas paisagens na comunidade abre novas oportunidades de resistência local. “Antes você não tinha uma coisa, agora você tem, construída pela comunidade, pela organização coletiva” (Direção Nacional MPA 1). Esta produção de espaço e geração de novas paisagens criam ainda relações.

A estruturação física da comunidade dialoga com a identidade camponesa e gera resistência, gera afirmação das identidades. E a consequência dessas novas relações sociais e de produção que acontecem nos processos bioconstrutivos, é a geração de novas territorialidades. Quando o conhecimento chega nas unidades de produção vai mudando a percepção de como se integrar no território, um elemento novo que ajuda na interação com o lugar e a apropriação do espaço (Direção Nacional MPA 2).

Nas construções analisadas nesta pesquisa comprovamos que espaços vazios vão tomando forma e viram espaço de encontro da comunidade, de quem trabalha, de quem vai conversar, de quem fica depois lá versando e vira referente comunitário. Também vai construindo história.

Cada qual vai ter uma história que vai contar, passar para os netos, porque os filhos já estão lá participando né, passar para os netos, para eles passar para os netos. Acho que todo o mundo vai ter uma história... Oh Fulano! Foi tão bom quando todo o mundo estava lá batendo um papo, de brincadeira [...]. Nós somos uma família, se você pensar bem, somos uma família. E essa família deve ser mais unida. Tanto tempo que a gente passou junto, derrubando cercas, quebrando cadeado, parando máquina, parando pista. (Assentada Terra Nossa 1).

Então o terceiro desafio será dar mais importância e visibilidade à estruturação dos espaços.

Esta construção de identidade é analisada aqui desde vários ângulos, falamos de autonomia, da questão ambiental, do mutirão, do resgate de saberes, da pertença e da construção de espaços diferenciados como elementos que a bioconstrução resgata da identidade camponesa. Mas os processos também dialogam com as contradições e, antes de entrar nas outras questões, vamos apontar alguns que apareceram nos processos e que levaremos em conta na análise da totalidade. São elementos que fazem parte da identidade camponesa construída historicamente na opressão e no preconceito.

Algumas comunidades ficam com desconfiança de todo o que chega de fora e também mostram atitudes de submissão diante quem chega da academia o “do movimento”. Estas atitudes passam pelo não olhar nos olhos ou não responder as

perguntas, mas também por fazer todo o possível por não trabalhar ou boicotar alguns processos. Estes elementos têm muito a ver com relações baseadas na exploração extrema e os mecanismos de resistência desenvolvidos pelo campesinato e que descrevemos em outro capítulo como resistências cotidianas. Também faz parte desse processo a falta de capacidade de autocrítica, achando que toda crítica é uma cobrança que pode derivar em punições. Por isso é mais fácil jogar as responsabilidades fora, não se desafiar com novas técnicas e questionar as técnicas na vez de avaliar nossas capacidades dentro de um processo de aprendizado.

Outro dos mecanismos de resistência que aparece nos processos é a mentira. Perguntando as famílias vão falar sempre que sim, que sim gostaram, que sim vão fazer. Nem sempre depois acontece, nem sempre depois gostaram. A pesquisa recolheu as observações da pesquisadora e as falas das pessoas entrevistadas, sabendo que as respostas às vezes não eram sinceras.

Os processos de submissão, de fome e de necessidade fazem também com que o coletivo fique num segundo plano, primeiro cuidam do individual, a bioconstrução é coletiva e quando a necessidade aperta, fica para trás.

O isolamento físico das comunidades, especialmente das comunidades quilombolas estudadas, que escolheram suas localizações estrategicamente para se defender, ou que foram esquecidas pelo Estado e não tem fácil acesso até hoje, contribui com o caráter endogâmico das comunidades e a resistência às mudanças.

4.3.1 Analisando as categorias

a) Construção da autonomia

Uma das características que todas e todos os autores apontam como principal no campesinato, desde Chayanov até os dirigentes do MPA, é a autonomia. Mas nos tempos de hoje, esta autonomia está em perigo pela implantação de normas de mercado e de políticas públicas que levam às famílias camponesas a práticas dependentes do Estado e do Mercado. Esta dependência rompe com a liberdade histórica do campesinato na sua relação com a terra.

A autonomia e a soberania são objetivos de luta e de resistência, os povos organizados constroem uma nova autonomia que leve de volta à liberdade. É nessa construção de autonomia onde as pessoas entrevistadas, sem exceção, vem o papel

fundamental da bioconstrução. Mas esta autonomia é vista desde diferentes pontos de vista.

A identidade camponesa tem a ver com a produção através dos insumos próprios, que é um elemento que a bioconstrução apresenta, tu construir com o que tu tens no local apropriado, adaptado. Assim é a agricultura camponesa, então tem muito a ver com a identidade por esse elemento. Trabalhar a partir de conhecimentos e técnicas autóctones, com insumos apropriados do local e com pouca dependência externa. (Coordenação Bahia MPA).

A bioconstrução aproveita assim a relação com a natureza construída pela comunidade, e os conhecimentos que as famílias têm sobre os materiais locais, os costumes assim como as práticas de uso compartilhado das ferramentas, mutirões, cozinha coletiva e uso coletivo dos bens naturais. Todo isso faz parte da renda material e imaterial das comunidades e contribui na sustentação de processos autônomos perante o Estado e o mercado.

A parte econômica de combate aos preconceitos entra forte na construção da autonomia.

O pessoal buscando mais no mercado, influenciado pelo sistema capitalista, pelo consumo. O povo sempre constrói com barro na perspectiva que quando melhorarem as condições de vida construirá uma casa de material, com materiais da cidade, do mercado. Faz algo meio que improvisado, então a gente tem que intentar desconstruir isso, é possível você construir uma casa de qualidade baseada na bioconstrução mesmo você tendo o dinheiro. (Coordenação Bahia MPA).

A bioconstrução contribui na mudança do pensamento, para as famílias e para a comunidade como um todo. Vai reduzir muito seus custos e a dependência dos materiais do mercado porque vai trabalhar com materiais locais. Mas também a autonomia política. “Essa independência nossa do Estado, do governo, e demonstrar que podemos construir, tem tudo a ver com a nossa identidade camponesa, os povos em comunidade que busca sua independência, sua autonomia”. (Coordenação Bahia MPA).

Observamos isso nas conversas, por enquanto trabalham e sonham com o futuro, fazendo projeções não capitalistas. Não pensam ou, pelo menos, não falam de ter muito dinheiro, só para pagar as contas e continuar a vida. Falam dos lotes de irrigação e o que cada qual vai plantar e dos fogões de lenha que vão construir. Os novos imaginários se baseiam na autonomia e na economia camponesa.

As bioconstruções permitem então, construir sem esperar ao que chegue de fora. No caso das casas de sementes crioulas, foi no sentido de poder multiplicar a experiência. A construção de um espaço que só precisou dinheiro para comprar cimento e pregos, porque até a maioria do transporte foi nas carretas, alimenta a imaginação de outras construções e permite replicar as experiências.

[...] é um processo que importando-o no município, tanto as comunidades terão a oportunidade de dar seguimento, e é um processo que também não tem um custo tão alto o da bioconstrução, então será um modelo e tomando minha comunidade como primeira experiência, a expectativa é muito boa de aprender e colocar em prática a seguir pelo município construindo unidades de sementes de bioconstrução. (Coordenação Comunidade Tigre).

Também alimenta outras autonomias, ter um espaço de reunião próprio sem investimento do Estado, ou uma casa de sementes que vai contribuir na conservação delas diminui a dependência das camponesas perante o mercado, tanto a dependência econômica quanto a dependência subjetiva.

E outra coisa, que é uma coisa muito importante porque nós precisava de um espaço para poder armazenar as sementes, porque é já um trabalho que Rogério faz junto com o pessoal do MPA. Que eles têm esse negócio de guardar sementes, de tudo ano produzir um pouquinho e guardar. E a gente tendo essa casa para poder guardar vai ser um lugar importante porque toda hora que a gente precisar de uma semente a gente vai saber que estão aqui. E a gente temos que estar valorizando as sementes que temos guardadas aqui. (Tigre 1).

Observando as obras e as conversas que acontecem, o caminho não é linear. Os preconceitos aparecem em forma de piadinhas “*agora vamos voltar ao primitivismo?*” “*eu não vou botar os pés na merda*” e ao mesmo tempo estão os que acreditam que “essa construção veio mesmo para ensinar. Porque isso aí vai facilitar muitas coisas viu. Que a pessoa não compra.” (Assentada Terra Nossa 1). As conversas nos primeiros dias apontam as preferências pelo cimento, por conta de ser mais rápido e melhor, as sensações vão mudando com o avanço da obra. Um pedreiro no Tigre sinala que “uma coisa interessante que achei, é que é tudo no econômico, no improvisado, se vira no que tem e no que pode.” (Tigre 1)

O primeiro motivo para as comunidades bioconstruir (tanto para moradia quanto para o coletivo) é a necessidade, não ter condições econômicas para fazer de outro jeito; mas virou uma alternativa autônoma real, e símbolo de resistência: no primeiro acampamento Terra Nossa simbolizava a luta, em Engenho da Ponte simboliza a história.

Hoje quando a gente chega na comunidade tradicional, vê as casas de taipa, de barro batido, você vê que o povo é de luta, e isso tem muito a ver com nossa identidade. Mas também a gente quer melhorar essas técnicas. É nossa identidade e nossa resistência, mas vamos continuar resistindo e lutando, mas com dignidade, com moradia digna. É isso que buscamos nessas novas bioconstruções e parcerias. (Coordenação Engenho da Ponte).

b) A questão ambiental

Primeiramente, a terra é um material natural e saudável. O que mais gosto é pisar barro, gosto muito de pisar barro, é a parte que mais gosto. (Criança de 10 anos no mutirão)

Jorge Belanko, fala que “tem a ver com ficar mais em contato com a natureza, nos arrumar mais um pouco à liberdade, à essência humana, às coisas simples que nos mimetizam com a verdade, a terra, o sol, a espiritualidade, o tribal.” (BELANKO, 2019, p.7, tradução nossa). Para ele é uma possibilidade de atingir a grande necessidade de moradia no mundo sem destruir o meio ambiente.

Os materiais industrializados são dependentes do petróleo no transporte, na extração e na transformação, os custos são assumidos pela sociedade como um todo. Além disso, muitos materiais industrializados liberam substâncias que atingem a saúde das pessoas que habitam as moradias. Também as pessoas que trabalham com estes materiais estão expostas a produtos químicos que derivam em doenças (BELANKO, 2019, p.8, tradução nossa).

A substituição de elementos industriais por elementos locais denota uma preocupação das comunidades e do MPA com a natureza. “A gente escolheu construir com bioconstrução porque a gente tem uma metodologia do MPA de aproveitar as matérias orgânicas que a natureza oferece a gente”. (Coordenação Terra Nossa).

A questão ambiental chega aqui acompanhada da ideia de justiça social. Entendemos que

[...] pode-se caminhar no sentido de um modelo de sustentabilidade ecológica, uma sustentabilidade restrita, ou de sustentabilidades mais amplas, mais complexas, enfim, das racionalidades ambientais (sociedades-natureza). Afinal, é possível se evitar impactos ambientais imediatos, mas com elevadíssima concentração de riqueza e poder, com um modelo ecologicamente sustentável e ambientalmente insustentável, posto que afirmando a injustiça social. Em países como o Brasil a injustiça social tem se mostrado historicamente sustentável há, pelo menos, 500 anos e tem convivido com a devastação das matas, dos solos, dos rios! O desafio que se apresenta aos ambientalistas é, portanto, o de como evitar pintar de verde a injustiça, como sugere a sustentabilidade ecológica restrita. (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 25).

Afinal, não estamos falando de substituição de insumos, mas de racionalidades mais complexas que levam em conta as relações sociedade natureza desde parâmetros de justiça e liberdade e não movidas pela acumulação do capital. A bioconstrução não é então só uma tecnologia e sim responde a outra lógica de pensar os processos que questiona a dimensão política, econômica, social e ambiental dos atuais modelos de desenvolvimento.

Assinalemos que esse consenso em torno, por exemplo, da ideologia do desenvolvimento sustentável, não vem sendo construído a partir de uma análise preliminar do porquê o atual modelo de desenvolvimento é considerado insustentável para que se busque um modelo que seja sustentável. É como se um médico pudesse se satisfazer com os sintomas da doença para tentar curá-la não lhe importando quais teriam sido as causas. (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 27).

Além de lutar contra a mineração que está expulsando comunidades da terra e acabando com a cultura camponesa como são o caso do cimento ou do petróleo para o transporte, a bioconstrução propõe uma outra relação com o ambiente servindo de processo de aprendizado e pedagogia prática para o melhor conhecimento dos espaços que as comunidades habitam e para a construção de um respeito no uso dos bens comuns e melhora no tratamento do lixo e a higiene.

Questão ambiental, cuidar do meio ambiente, sem destruir, é uma questão bastante importante dentro da identidade coletiva camponesa que o MPA está desenvolvendo com seu Plano Camponês. (Coordenação Bahia MPA).

Vem assim somar força nos elementos que os coletivos do movimento já estão praticando. Nos coletivos de artesanato das mulheres de Cansanção, por exemplo, já trabalham a reciclagem; e nas atividades que realizam, têm a prática de usar materiais de baixo impacto. Esta consciência que já está sendo praticada, ajuda a desenvolver o próprio processo.

Em Tamanduá no caso, o fogão foi construído com blocos que a mulher da casa tinha sem usar faz muito tempo, mas as mulheres que estavam trabalhando resolveram que nas cozinhas delas fariam com adobes porque assim não usa nada industrial e valorizaram que ficaria mais bonito, mais fácil de trabalhar e melhor para o próprio fogão.

As próprias experiências incorporam outros elementos de debate

[...] ela tem um vínculo muito positivo com o meio ambiente. Primeiro que não estarão tendo um desgaste ambiental, por questão de contaminação, não terá um processo de compactação ao solo diretamente. E trará um material que está completamente jogado na natureza e traz a reciclagem. Então tem essa

parte positiva da bioconstrução, que além de construir um modelo específico, bonito, que vai servir para a comunidade, mas tem esse diálogo de trabalhar com preservação ao meio ambiente com material reciclado. (Coordenação Comunidade Tigre)

A bioconstrução está sendo proposta também como ferramenta ou tecnologia que melhora a conservação das sementes crioulas e como possibilidade de armazenagem que ao mesmo tempo contribui para a autonomia camponesa e para o combate às sementes transgênicas.

Assim, a bioconstrução vem combater o que as mulheres indígenas argentinas conhecem por Terricídio.

A luta não deve de ser contra a *mudança climática* e sim contra o Terricídio que surgiu no momento que o ser humano impregnado de egoísmo, individualismo e materialismo colocou se na ponta da pirâmide. Isso nos virou antinaturais e convenceu nos que a natureza estava ao nosso serviço, ao serviço de nosso conforto. Para os povos indígenas a pirâmide não existe: existe um círculo sagrado de vida, inviolável e perpétuo. (MILLAN para HERRERA, 2019, tradução nossa, grifos da autora).

c) O coletivo, o mutirão

Todas as culturas camponesas possuem uma palavra para denominar o trabalho coletivo, de ajuda mútua, que acontece de forma histórica em povos camponeses. Na pesquisa falamos de mutirão, mas na Bahia também é conhecido por *digitório*, *batalhão* e outros nomes. Às vezes entre os objetivos da bioconstrução está esse trabalho coletivo como explicam na coordenação do Terra nossa “um dos motivos de escolher a bioconstrução para fazer o espaço de reunião foi envolver o povo nessa construção”.

O mutirão é muito bem avaliado como metodologia de trabalho pelas pessoas que participaram das construções e pelas organizadoras delas. “A gente estando em conjunto, as coisas rendem e é maravilhoso. Eu acho que o coletivo é totalmente diferente de que você sozinha”. (Mulheres 1-TN-).

O mutirão com várias pessoas é assim, chegar a acordos. Temos que parar, discutir e chegar a acordos que sejam o melhor para o trabalho. Isso foi feito com respeito, eu gostei, gosto de escutar e brincar, mas sempre com respeito. (Tigre 1).

Tem uma parte essencial que vira um espaço de compartilhamento, de falar das vidas próprias e dos outros, contar casos e piadas. E surgem conversas sobre a conjuntura e a organicidade, aparecem preconceitos e diferentes visões do mundo.

Porque botar as mãos no barro junto faz com que as conversas fluem. “Ai no caso, muita gente ficava em casa, mas com a construção, aí mesmo não sendo o seu dia, você vai lá, dá uma ajuda e se sente parte”. (Assentada Terra Nossa 3).

Quando chegam pessoas de outras comunidades e olham para o mutirão acontecendo se somam nos trabalhos e o espaço vai virando mais comunitário e “mais MPA”. Participam pessoas de todas as idades, cada qual fazendo os trabalhos que pode, que sabe, ou que querem aprender. Uma criança fala que “gosta, se diverte, trabalha, aprende as coisas, dá risada e brinca”.

Algumas pessoas que não tinham muita participação na vida comunitária começam chegar junto. Em especial a juventude das comunidades, quase nunca participam das reuniões ou dos eventos, mas a construção vira um espaço de encontro para elas. O mutirão como espaço coletivo contribui nas novas territorialidades e no processo de empoderamento. “É a primeira vez que participo e assim é melhor, na coletiva, todo o mundo ajuda e o trabalho adianta mais” (Quilombola Engenho da Ponte 2).

Também se apresenta como uma experiência exportável, para chegar em outros espaços dizendo assim, nós temos aqui e construímos em mutirão” e que pode servir para “dar seguimento no processo organizativo: nas limpas, nas roças e na construção de algumas moradias como antigamente o pessoal já tinha essa prática” (Coordenação Comunidade Tigre).

E claro, também tem sua parte prática “Tem uma coisa que não dá para fazer num dia e tendo mutirão faz num dia, rapidinho termina, né? Se fosse um sozinho já tinha feito tudo isto aqui? Não tinha” (Tigre 2).

O mutirão também tem suas contradições, dá briga entre quem participa mais e quem participa menos, é difícil se sustentar no tempo, precisa de muita coordenação e é um aprendizado para quem nunca trabalhou no coletivo ou não dá importância para esse labor. Mas com certeza é uma das chaves na construção de territorialidades não capitalistas pelo fato de não incorporar relação monetária e estar baseado no bem comum.

A nossa é uma comunidade complexa, se hoje não trabalha amanhã não come. Algumas pessoas participaram só um dia, ou no fim de semana. Mas foi um mutirão muito bom, proveitoso. Manter uma semana de mutirão é complicado. (Coordenação Engenho da Ponte).

Nesta pesquisa foram experimentadas diferentes formas de fazer mutirão dependendo das necessidades e as realidades locais. Mutirões da comunidade inteira num processo intensificado num curto período; mutirões por grupos de trabalho num período prolongado. Também foram experimentados dias de semana e finais de semana. Mutirões de dia inteiro e de meio dia. Com alimentação e sem alimentação. A organização foi debatida e aprovada nas assembleias e, em geral, bem avaliada. Mas a falta de prática interferiu nos processos e a participação foi muito desigual.

[Comparada com outras] de esta aí eu acho que o pessoal se englobou melhor, tem mais gente para contribuir, cada um ajudar no que pode, uns para cortar madeira, colocar o telhado, dar um prego... ou alguma coisa, todo o mundo participa. (Quilombola Engenho da Ponte 1).

d) Resgate de saberes e de culturas

Um dos pedreiros do Terra Nossa resume muito bem este apartado.

Eu acho que é uma experiência, o trabalho que nós estamos tendo, porque praticamente mais ninguém trabalhava mais com esse modelo de adobo. Todo o mundo trabalha na parte do bloco e casas com adobo geralmente as pessoas pararam de fazer, só o movimento que ainda continua fazendo os barraquinhos. Mas particularmente ninguém trabalha mais com isso. É uma experiência boa. (Assentado Terra Nossa 4).

Para as pessoas jovens, é a primeira vez que pegam algumas ferramentas ou que fazem um trabalho “camponês”. Como esta primeira vez é acompanhada pelos maiores, a troca de saberes é rica.

Esses maiores começam lembrar experiências anteriores: as casas que construíram, as que habitaram de crianças e os materiais e tecnologias que usaram. Tem quem fala que queria ser pedreiro e só não foi porque achou trabalhoso demais fazer adobes; e quem lembra que a primeira casa própria foi de pau a pique, que ela mesma construiu.

Chegam as lembranças das construções com barro, primeiro foi a taipa e depois os adobes, falam. Essas casas que “não caíam, eram bem seguras, olha essas que ainda estão em pé”, e lembram que eram muito frescas: “era tão gostoso, fresquinho, cheirosa, quando era tempo de calor parecia que estava dentro da água. Fresquinho, não tinha esse calorão horrível que as casas de telha e bloco têm” (Tigre 2).

As coisas evoluíram e as pessoas falam que isso é do tempo antigo, mas não, nós temos que dar valor às coisas que nós temos e tínhamos, e trazer para hoje, porque nossos filhos hoje, as crianças, não conhecem o que significa uma casa de taipa, uma casa de palha, e a bioconstrução trouxe isso de volta e demonstrou que nós podemos e somos capazes ainda de fazer essas coisas. Você se dá conta que é uma casa bem segura, resistente. (Tigre 1).

O espaço permite também outro tipo de transmissão de conhecimento: sobre o próprio lugar, sobre o processo de luta, sobre a climatologia, sobre diferentes modos de fazer nas diferentes comunidades e sobre os processos de produção de alimentos.

Lá no tempo de meu pai, lá no século XIX, sei lá. Meu pai fazia, não assim, com toda essa mistura, meu pai cavava aí, mexia e batia os adobes..., mas aí foi indo, no decorrer da vida e da gente, e ir caminhando para frente. Aí chegou o bloco, e aí tiraram isso de circulação, né? Aí nesse intervalo, neste tempo tudo, a gente foi vendo, e caiu a produção. E agora com isto aí, com isto que vocês trouxeram para cá, aí levantou mais uma visão na vida da gente, mais uma cultura velha que renovou agora. Então eu acho que essa bioconstrução veio na hora certa, e a gente espera que não vá ficar nisto, que vai ter mais. (Assentado Terra Nossa 2).

Aparecem e se misturam as identidades camponesa, quilombola, negra.

Mas não é um simples resgate de tecnologias, também os valores são resgatados. A solidariedade e o mutirão fazem parte da cultura camponesa. No caso do Tigre os mutirões estão presentes desde os inícios da comunidade:

[...] desde que começou, antigamente se chamava de batalhão e já meu pai e outros trabalhavam sempre assim, no batalhão. Aí depois com os tempos escassos de chuva as pessoas se afastaram, mas depois tornaram começar de novo. Isso que agora vocês conhecem como mutirão. (Tigre 2).

O sentimento de aprender é geral nas entrevistas, olham para bioconstrução como a soma do necessário e a incorporação das novas técnicas. Tem quem já está pensando no que vai construir depois. “Eu quero fazer meu fogão, porque na roça não tem como fazer essa coisa de cozinha chique. Moro na roça, não pode quebrar a tradição, de ter a cozinha, com o fogão de lenha” (Assentada Terra Nossa 1).

e) Pertença

Este parece ser o principal aporte da bioconstrução nos processos de afirmação da identidade camponesa e quilombola. O crescimento no sentimento de pertença à comunidade, ao assentamento, como também o sentimento de pertença ao movimento e ao campesinato (não como classe social porque não se utiliza essa terminologia) mas sim como coletivo e como sujeito histórico. “Essa construção aí, é da comunidade, e a comunidade somos nós [...]. Ela é nossa, então, nós é nós não é eu” (Assentado Terra Nossa 2).

Isto acontece em vários momentos:

- quando pessoas de fora (outras comunidades, governo, ONGs...) chegam e a comunidade explica o projeto de bioconstrução;
- quando as pessoas que ainda tendo lote no assentamento não moram lá chegam, então o sentimento de quem mora aumenta e reivindicam o novo espaço em construção. “Eu não só estou ajudando pelos outros, também estou ajudando por mim. Ajudando e aprendendo” (Criança Terra Nossa);
- quando se sentem parte das decisões;
- quando as decisões implicam conhecimento do território e da luta pela terra;
- quando sentem que a construção lhes pertence porque trabalharam nela. “Todo o mundo está construindo um pedacinho com muito esforço então sente que é de todos nós” (Assentada Terra Nossa 3). Ou na construção da casa de sementes “o coordenador sempre fala que NÓS temos sementes, então, eu sinto que aqui vai ter sementes para mim também” (Tigre 1);
- quando novos sujeitos chegam perto, o caso mais especial é o da juventude que incorpora as bioconstruções nas suas agendas. A bioconstrução criou o espaço de debate e compartilhamento preciso para o surgimento de novos coletivos como juventude (Terra Nossa e Engenho da Ponte) e mulheres (Terra Nossa e reforço de Tamanduá).

Algumas estratégias usadas para reforçar a identidade de pertença foram:

- brincadeira de competição na construção dos adobes que deixa novos desafios para outros dias e faz com que o pensamento passe do individual para o coletivo.
- o envolvimento de outras comunidades e militantes do MPA;
- fazer sentir com que a construção é da comunidade, não é individual ou para uso de um grupo pequeno de pessoas “É de todas as pessoas que estão participando” (Quilombola Engenho da Ponte 1)

Nos grupos de mulheres, ao desafiar-se numa tarefa prática que é nova para elas, surge um sentimento de pertença e identidade do ser “mulher”, entendendo mulher como sujeito coletivo diferenciado e muito capaz de enfrentar as dificuldades quando é coletivamente. Revitaliza a história das mulheres e sua paciência histórica que se representa nas construções, nos processos, quando erram, quando a construção desmancha... voltam construir e já pensando que na próxima vão fazer melhor. Porque nas obras de mulheres a pertença aos coletivos em construção sempre se reforça e planejam novos projetos, pessoais e coletivos.

f) Construção de espaços diferenciados

Por último, a construção de uma cozinha de pau-a-pique com bambu, uma casa de sementes com enchimento de palha ou um espaço de reunião que é octogonal, está coberto de palha e tem arcos na vez de paredes; cria espaços diferenciados que viram emblemáticos e simbólicos para as comunidades. Esta simbologia do espaço cria, ao mesmo tempo, novas formas de viver e se relacionar que surgem das novas territorialidades.

Até agora falamos dos processos de transformação, agora falaremos da própria transformação, a importância das infraestruturas construídas com as tecnologias bioconstrutivas. Porque a própria estrutura é importante, a comunidade vai ter o local para as reuniões, para cozinhar o para guardar sementes, de qualquer jeito é uma mudança física e visível na paisagem. “Hoje a gente usa o pé da árvore, ou a casa de alguém quando está chovendo. E tendo esse espaço aí já temos um lugar certo, um lugar aonde ir. (Assentado Terra Nossa 4). As bioconstruções territorializam o movimento.

Uma assentada fala em entrevista do processo de assentamento, como a comunidade chegou e “aqui não era nada, era tudo mato,” mas “vai crescendo e se formando. Agora já tem as casas, já tem o campinho e os torneios. Aí junta mais gente, tem brincadeiras, a quadrilha agora”. Na fala local, era um lugar “desconhecido. Agora está se reconhecendo” (Assentada Terra Nossa 3)

No processo de construção, cada passo anima a continuar, a realização material dos pequenos objetivos vai reforçando o principal, terminar as construções.

A diferença é muito grande se é um projeto do governo do estado que não é fácil para construir e que chegue à obra. Outra é nós erguer a cabeça e sacudir a poeira, e falar é possível nós construir sim. Isso é muito importante, a importância de a gente buscar as coisas sem depender do estado. Nós estamos provando que é possível, quando o povo se reúne em torno a um objetivo comum as coisas acontecem. (Coordenação Bahia MPA).

Para resumir esta parte da construção de identidade pegamos a fala de uma das organizadoras das oficinas de Cansação que dá conta praticamente de todas as questões referentes à identidade:

Baseio-me nos depoimentos das mulheres que participaram para falar que estas experiências de um lado foram especiais pelo fácil acesso aos materiais, praticamente tudo foi achado na comunidade e não tivemos custo, só nossa mão de obra. Foram feitas sem muito impacto ao meio ambiente e à saúde das pessoas que participamos. Quase todas já tinham a experiência por ter construído banheiros, ou as casas delas de enchimento, então foi uma troca de saberes muito rica, do saber popular delas e o saber mais técnico

seu, foi muito produtivo. Além de tudo isso contribuiu no fortalecimento do sentimento de pertença, na localidade e no MPA. É importante também para a autonomia, o que fazer e como. Colocar as mãos e os pés na massa, em coletividade, essa parte é muito importante também para o MPA porque é fazer algo sem a necessidade das políticas públicas. Não esperar algo vir de fora. só se reunir e usar o que tem. (Mulher 3, Cansação).

Foto 21 - Espaço de reunião do Terra Nossa, não finalizado, mas em uso



Fonte: Autora, 2019

Foto 22 - Primeiro ato público no espaço de reunião, assinar dos lotes de irrigação com representantes do governo do estado da Bahia



Fonte: Arquivo MPA, 2019.

Quadro 7 - Análise da contribuição da bioconstrução na afirmação da identidade camponesa

IDENTIDADE				
AUTONOMIA	★ A identidade coletiva camponesa do MPA tem base na história do campesinato, nas lutas do movimento e no projeto político para a sociedade. A bioconstrução está presente nas duas primeiras e se configurando agora na terceira.	★ A construção de identidade na bioconstrução é menos intensa do que nos processos de luta e por isso permite mecanismos de democratização ★ O trabalho aparece como construtor de identidade e ferramenta de formação e politização ★ Pega o acúmulo tradicional e o recupera com uma estética e estrutura mais pensada; se dá um choque de saberes, metáfora também das novas identidades rurais, ao mesmo tempo tradicional e "modernas". ★ Dialoga com a identidade camponesa e gera resistência		
	Terra Nossa	Tigre	Engenho da Ponte	Mulheres MPA Bahia
	Por fora do Estado e do Mercado Seguir adiante ainda sem a ajuda da prefeitura Chegar junto para fazer sozinhos Identidade criada pelo trabalho coletivo e pelo esforço Autonomia em dinheiro e também em conhecimentos	Por fora do Estado e do Mercado Construções simples em técnicas e quase sem custos	Por fora do Estado e do Mercado Projetos que o Estado não concluiu, agora a possibilidade de fazer Reduz a dependência com as prefeituras	Por fora do Estado e do Mercado Disminui o tempo de trabalho na procura de lenha e cozinha Autonomia em dinheiro e também em conhecimentos
	QUESTÃO AMBIENTAL	Materias que não contaminam como pedagogia do movimento Conhecimento dos materiais locais, estudo	Agroecologia e bioconstrução de mãos dadas. Sementes e barro. Usar de um jeito	Melhora na saúde das mulheres Melhor aproveitamento da energia e dos materiais

	das áreas Cuidar e não destruir	sustentável		
MUTIRÃO	Brigas entre quem participa e quem não Recuperação do coletivo, difícil de manter num período prolongado Local de socialização	É o jeito da comunidade, muita costume, naturalidade Experiência para levar em outras comunidades	Já foi o jeito da comunidade, agora mais perdido e com a construção recuperam um pouco Convidam e chegam pessoas novas para o movimento Pessoas muito envolvidas e pessoas que só olham (e criticam)	E o jeito de fazer, não poderiam de outro jeito O mutirão dos homens e das mulheres é diferente
RESGATE SABERES	Recuperação de saberes da comunidade e melhoramento com técnicas inovadoras Memória e histórias de vida Escuta de processos tradicionais Resgate de cultura camponesa e das diferenças nas regiões	Recuperação de saberes da comunidade e melhoramento com técnicas inovadoras Conhecimento da natureza, transmissão de saberes dos maiores aos jovens, dos pedreiros a quem não sabe Resgate de cultura camponesa e negra	Recuperação de saberes da comunidade e melhoramento com técnicas inovadoras Falas sobre diferentes processos históricos Cultura negra, resgate	Técnicas inovadas com trabalhos tradicionais Abertas aos aprendizagens, muita transmissão de saberes
PERTENÇA	O crescimento no sentimento de pertença ao assentamento, como também o sentimento de pertença ao movimento e ao campesinato Orgulho quando chegam	O crescimento no sentimento de pertença à comunidade camponesa, como também o sentimento de pertença ao movimento e ao campesinato	O crescimento no sentimento de pertença à comunidade quilombola, como também o sentimento de pertença ao movimento e ao campesinato	O crescimento no sentimento de pertença à comunidade campesinato. E o sentimento de ser mulher, de identidade.

ESPAÇOS DIFERENCIADOS	Orgulho quando chegam pessoas para visitar	Cozinha comunitária de pau a pique que permite melhorar também as casas da comunidade. E permite abrir as portas de comunidade para encontros coletivos do movimento.	Fornos e fogões onde às vezes as mulheres trabalharão juntas; ou melhorarão suas rendas. Novas ferramentas para cozinhar e comer coletivamente.
	pessoas para visitar	Casa de sementes comunitária de pau a pique e telhado de palha; espaço de encontro, parada obrigada de quem passa pela frente. Novas relações e territorialidades.	Centro de encontro e formação com adobes e madeira, com chão de terra e desenho inovador para a região. Espaço agradável e fresco para se reunir, falar... Vai criando novas territorialidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS. MUITO POR FAZER

Construir una casa corresponde a uno de los rituales más antiguos de la humanidad y, como tal, imita y reactualiza un arquetipo, el 'inicio primordial' [...] El ritual de construir una casa simboliza la construcción de un nuevo mundo, un nuevo tiempo y espacio para un nuevo ser humano que se renueva. (ARESTA, 2014)

Nossas conclusões olham para ações que podemos tomar, apontam dicas para um melhor desenvolvimento da bioconstrução como uma tecnologia social que nos ajude na transformação da sociedade. Achamos que para isto acontecer podemos contar com aliados como a academia, as políticas públicas e, sobretudo, os próprios movimentos sociais. Não tentam marcar um único caminho certo, achamos que vai ser diferente em cada território, mas sim colocar diferentes questões a pensar e analisar.

O desenvolvimento desta pesquisa trabalha a afirmação de diferentes territorialidades que se constroem desde as margens do sistema capitalista e patriarcal. Essas transformações do território onde novas territorialidades aparecem, onde as relações entre pessoas e com a terra se materializam e onde, como falara Reclus, a liberdade se constrói e desconstrói.

Visualiza o fato dos processos coletivos de bioconstrução desafiar os fatores de disputa de poder que os territórios camponeses enfrentam, e o fato de se fortalecer frente ao capitalismo que pretende vidas hegemônicas, dependentes e submissas. Também ajuda analisar os fatores internos de poder, principalmente o patriarcado, que aparecem fortemente como bloqueios na construção de comunidades camponesas autônomas e livres.

A bioconstrução se liga fortemente ao território por transformar ele, ao mesmo tempo que o próprio território e os processos TDR marcam as propostas bioconstrutivas. Os mutirões de construção mostram um campesinato que não só resiste, mas também se reinventa, afirma-se e traz novidades tecnológicas na construção de alternativas práticas e reais aos modelos hegemônicos de produção e reprodução da vida. Os espaços se transformam em territórios de experimentação social e criatividade nas bioconstruções planejadas dentro da estratégia do movimento camponês.

Aparece como uma prática que colabora nessa construção da autonomia, não só por reduzir as dependências econômicas como também por constituir um caminho para o resgate cultural e a construção coletiva de conhecimento. Nesse sentido a bioconstrução é um processo de reterritorialização camponesa.

As tecnologias sociais aparecem fortemente apontando novos paradigmas de desenvolvimento, com processos que marcam novas autonomias perante o capital e ajudam assim na abertura de horizontes e sonhos de futuro. Um futuro estreitamente ligado nos pressupostos ecofeministas de ecodependência (no trabalho questão ambiental) e interdependência (cuidados como direito e responsabilidade) que se apresentaram nas oficinas e mutirões.

As tecnologias sociais camponesas incluem os conhecimentos e saberes históricos e territoriais das comunidades e os saberes acadêmicos em diversos matizes da vida camponesa. A agroecologia recolhe em suas dimensões as TS ligadas à produção, e a bioconstrução aparece na pesquisa como metodologia e proposta que compartilha as bases teóricas-ideológicas com a agroecologia, e como instrumento de melhora produtiva de alimentos.

Territórios são um pilar fundamental da agroecologia. Os povos e as comunidades têm o direito de preservar seus próprios relacionamentos espirituais e materiais com suas terras. Isso implica o pleno reconhecimento de suas leis, tradições, costumes, sistemas e instituições de posse e constitui o reconhecimento da autodeterminação e autonomia dos povos. (NYELENI, 2007, p.2).

Tomamos as palavras da Declaração de Nyeleni sobre agroecologia e comprovamos que definem também a bioconstrução: As bases da agroecologia (bioconstrução) são famílias, comunidades, coletivos, organizações e movimentos, equipamentos de autogestão e ações coletivas e fundamento de solidariedade entre os povos e entre as populações rurais e urbanas. A agroecologia (bioconstrução) é, portanto, política, “exige que desafiamos e transformemos as estruturas de poder na sociedade”. Não apenas as capitalistas, “para que a agroecologia (bioconstrução) alcance todo o seu potencial, a distribuição equitativa de poder, tarefas, tomada de decisão e remuneração deve ser garantida” entre homens e mulheres. (NYELENI, 2007).

Esta declaração política foi sistematizada pela academia, exatamente a partir dos estudos de pós-graduação da Universidade de Córdoba (ISEC-Espanha) e foi

resumida em três dimensões: 1) técnico-produtiva, 2) socioeconômica e 3) política cultural (CALLE *et al*, 2013).

Ou seja, a necessidade de abordar a integralidade e a complexidade dos processos agrários, rurais e sociais de alimentos sustentáveis em territórios vividos por pessoas e administrados de acordo com formas de organização social mediadas pelo poder desigualmente distribuído entre os diferentes atores (grandes e pequenos, masculino e feminino) que o compõem. (MIMENZA; REDONDO, 2017, tradução nossa)

Não é nosso objetivo fazer uma comparativa exaustiva entre as bases agroecológicas e as bioconstrutivas, mas sim afirmar que podem trabalhar junto e que compartilham os princípios principais e caminham num mesmo paradigma: trabalham com insumos saudáveis, naturais e locais; os territórios e culturas marcam a diversidade de técnicas e materiais; acrescentam a autonomia das comunidades; provocam debate e impacto nos territórios; têm o coletivo como alicerce da tomada de decisões e da prática diária; conformam novas relações com o entorno e a natureza; projetam futuro e a transmissão de saberes pretende ser horizontal; constroem comunidades e classe camponesa com dignidade; surgem novas territorialidades e relações sociais; trazem um desenvolvimento protagonizado pelos movimentos sociais camponeses. (REDONDO, 2019).

5.1 Contradições e fortalezas

Esta pesquisa traz aprendizados para ir melhorando o caminho para uma construção sustentável de espaços materiais e imateriais. São as fortalezas e debilidades dos processos que fazem parte do aprendizado. É um caminho novo, em experimentação, o por isso o que maiormente estamos fazendo é aprender. No caso, o mutirão é apresentado neste trabalho como uma pedagogia, uma troca de experiências, e uma fortaleza porque faz o movimento crescer. Mas para isso funcionar precisa de um planejamento e um processo organizativo. Uma das principais debilidades observadas e apontadas pelas pessoas participantes é o individualismo, “que não permite que as pessoas se juntem para dar vida à bioconstrução” (Grupo Debate Terra Nossa).

As comunidades observadas constroem sem planejamento nem processo organizativo, levadas pela necessidade e a urgência; pela pobreza. Constroem sem pensar na estética e muitas vezes sem pensar quanto tempo essa construção vai

demorar em estragar, porque responde ao imediato, e no futuro já veremos. Esta contradição aparece em todas as construções, sempre com presa por terminar e tentando economizar trabalhos que poderiam melhorar muito a construção. E ainda assim, sempre traz resgate cultural e de identidade.

Ela afirma o trabalho coletivo, retoma o trabalho coletivo. Tem a ver conosco comunidade e nós organização, retomar muitas coisas que está se perdendo, por isso é muito boa. É uma coisa que também chama muito a atenção, retoma o passado, as pessoas gostam muito disso. (Grupo Debate Terra Nossa).

Mas esta falta de planejamento acaba com que os trabalhos são mais demorados e mais pesados. Um dos aprendizados das experiências é então, planejar bem as construções. Esta questão tem muito a ver com nossa segunda contradição.

A bioconstrução constrói domínio técnico na medida que vai capacitando pessoas e o conhecimento fica no território, vai se reproduzindo nas comunidades e nas propriedades. Mas tem que lutar contra as desconfianças e prejuízos que existem, tem que ir acompanhada de um trabalho cultural.

O mesmo que na agroecologia, partindo do senso comum, [devemos] superar o senso comum, mas temos que ir dialogando com ele. Mostrar que é uma tendência, que é ser moderno, uma nova maneira de se integrar, que não tem a ver com pobreza, tem a ver com um novo modo de vida. Se conseguimos fazer isso, avançamos. (Direção Nacional MPA 2).

É uma área de experimentação pouco desenvolvida dentro dos movimentos sociais e que precisa de uma melhor compreensão das técnicas assim como da incorporação e o acesso a tecnologias de baixo impacto que melhorem as condições de trabalho, “pensar formas de ter menos trabalho”. Nos grupos de debate as pessoas apontaram que por enquanto é um trabalho muito penoso.

Infelizmente não temos as tecnologias para melhorar o processo, as tecnologias existem, mas não temos acesso. É bonito, mas dá muito trabalho, eu faria se tivesse acesso às tecnologias de bater barro, de fazê-lo menos penoso. Acho que é legal, não só legal, é o mais indicado economicamente, você vai morar numa estrutura boa. porque fica fresco e não precisa de ventilador ou ar-condicionado. Nossas casas aqui, se tivéssemos dinheiro botarmos ar-condicionado porque nem o ventilador dá conta. (Grupo Debate Terra Nossa).

Gera também uma modificação, uma percepção, de uma maneira nova de se integrar no território, no lugar, propicia novas territorialidades. Mas está muito ligada ao trabalho, com processos mais trabalhosos e demorados que a construção industrializada, por isso demora para massificar. É preciso construir uma metodologia

para replicar, reproduzir isso de uma maneira rápida em todas as comunidades, como fala uma dirigente do movimento em uma reunião.

Precisamos construir a vida a partir das tecnologias que melhorem a qualidade de vida a partir do local. Se trata de reduzir a penosidade dos trabalhos da roça, de bioconstrução... temos que buscar as condições e as tecnologias para melhorar os trabalhos. Não tirem a bioconstrução para fora por conta do trabalho, mas pensem como é que nós vamos fazer para construir tecnologias que diminuam a penosidade. Isso é pesquisa, não só da academia, mas de todas e todos nós.

Essa penosidade do trabalho traz ao mesmo tempo, uma das fortalezas principais da bioconstrução: a recuperação de trabalho coletivo. A lógica dos assentamentos é o esvaziamento do trabalho coletivo, foram desenhados para uma lógica de agricultura familiar e isolar as famílias dos processos coletivos. Então, uma das principais fortalezas é não isolar o sujeito camponês dentro de seu assentamento. Fazer com que ele perceba que ele não é um sujeito de lote individual, que o coletivo é o caminho é uma das potencialidades da bioconstrução. Mas para isso é preciso de se acompanhar de outros processos coletivos de lazer e encontro que valorizem o comum. E confronta uma das debilidades expostas pelas pessoas entrevistadas, o desafio da disciplina. É importante neste sentido resgatar nas comunidades a dimensão pedagógica do trabalho.

Se você fosse pensar no trabalho que dá, o tempo que vai... para mim no individual não dá, agora como trabalho coletivo para recuperar essa parte, é muito boa. Para a comunidade, o que ela faz, o que ela retoma, a entidade que ela traz, é ideal. Aí o problema é que as pessoas não chegam, o individualismo..., mas de fato ela trouxe coisas muito boas e podem ver o que causou no município de resposta, muito bom. (Grupo de Debate Terra Nossa).

Se tem um coletivo grande, a melhor indicação seria a bioconstrução, ecologicamente, economicamente... coletivamente porque reúne cultura, reúne todo. Mas dentro desse processo. (Grupo de Debate Terra Nossa).

Com a bioconstrução o movimento avança no papel de sujeito educativo. Nesse sentido concordamos com Zibechi quando fala que o trabalho produtivo é educativo quando transformador; quando não tem uma lógica hierárquica e cuida e transforma as relações humanas. Deve ser um trabalho cooperativo que respeita os tempos internos (ZIBECHI, 2007). E aqui entramos numa outra contradição, como estabelecer ritmos de trabalho que não interfiram com os ritmos pessoais e familiares, mas que atinjam os objetivos marcados pelo movimento. Um equilíbrio complicado para o qual não achamos respostas neste trabalho.

A bioconstrução tem tudo a ver com a autonomia da comunidade, com a soberania como proposta política do MPA. Um dos aprendizados é que com a bioconstrução e o trabalho coletivo, querer é poder, não precisa mais esperar pelo Estado ou o mercado. E com a questão ambiental que envolve todo esse processo. Pode ser um elo unificador que reafirma a identidade cultural associada ao trabalho coletivo; cumpre esse papel de fortalecer a proposta de projeto para o campo e fortalece a estratégia do Plano Camponês.

É algo que na construção do plano camponês, no modo de vida no campo, é essencial e sem isso a gente não avança, é essencial o trabalho coletivo, comunitário. A bioconstrução fortalece esse elo unificador, da identidade cultural, da gente poder ter autonomia, enquanto camponês, de depender menos do mercado capitalista que nos consome a cada dia. (Coordenação Bahia MPA).

A bioconstrução contribui também no sentimento de pertença à comunidade e ao movimento, reforça os laços coletivos e isso faz com que as identidades locais e de luta se fortaleçam. Esses processos são dialógicos e têm avanços e retrocessos. Mas permitem dignificar as identidades e as práticas camponesas e quilombolas. Este processo se dá por meio das relações humanas e pelas relações que se criam com a natureza e o espaço local. Para uma participante da bioconstrução “é um processo doloroso, mas é gostoso quando tem um grupo de gente com vontade”.

Por último, a bioconstrução se transforma em ícone das paisagens, criando territorialidades e reforçando a luta do movimento. O Assentamento Terra Nossa em Ponto Novo, com 12 anos de luta, se tornou conhecido e referência para as pessoas no município por conta do primeiro ato realizado pela comunidade no Espaço de Reunião construído: pessoas que chegam tirar fotos, que querem replicar as técnicas e que agora respeitam mais os “sem terra”. Também a casa de sementes do Tigre virou lugar de fotografias e referência para as comunidades vizinhas.

Relativo às relações de poder a bioconstrução é uma ferramenta de análise e de mudança. De um lado traz uma melhor qualidade de vida que combate à pobreza e oferece dignidade a setores da população até agora marginalizados. De outro lado, oferece uma possibilidade real de mudança nas vidas das pessoas sem recursos econômicos. Assim, no percurso desta pesquisa, uma mulher que levava anos morando com quem foi o marido sem ter condições para sair da casa, resolveu construir uma casa de adobe na que a comunidade ajudaria nos mutirões. Uma mulher

mãe de duas filhas, com pouca possibilidade de trabalhar fora de casa, construiu um aviário e melhorou assim sua renda.

O movimento ainda não abraçou a bioconstrução nem desenvolveu metodologias ou uma frente de trabalho que se aproprie da bioconstrução como um método de trabalho de base, de organização das famílias. Ainda está bastante incipiente, porém tem muito potencial. Pode ser um salto para o movimento e tornar a proposta do MPA mais integral em termos de projeto para o campo. Mas ainda está nos inícios.

5.2 Limites nas alianças com academia e políticas públicas

A academia, por enquanto, não prestou muita atenção à bioconstrução. Algumas faculdades de arquitetura começaram oferecer cursos específicos, mas ainda não são programas muito desenvolvidos. O papel dos movimentos sociais, sendo chave e base dos processos, tem seus limites, e se queremos que as tecnologias sejam conhecidas e reconhecidas por um amplo leque da sociedade o papel da academia pode resultar fundamental. “Levar uma boa ideia a escala precisa de estratégia qualificada e uma visão coerente, [...] As *abelhas* inovadoras e criativas precisam de *árvores* sustentadoras” (MULGAN, 2006, p.153, grifos do autor).

Quando Larraga e outros fizeram o estudo de campo sobre os estudos feitos em bioconstrução e sustentabilidade, acharam que a maior parte da literatura se refere só a sustentabilidade *ambiental*, esquecendo de outras possíveis dimensões como a *sustentabilidade social* com critérios de bem-estar humanos, qualidade de vida e inclusão social e participação; a *econômica* com critérios de acessibilidade e produção; a *cultural* com critérios de identidade, continuidade e mudança e a transmissão de conhecimento no seio das comunidades; e a dimensão *institucional* com critérios de governabilidade e autonomia (LARRAGA, *et al*, 2014, p. 131, grifos nossos). No mesmo sentido, quase todas as publicações relativas à bioconstrução na arquitetura mostram ela como uma nova oportunidade de negócio⁵⁷, e as mais

⁵⁷ En primer lugar, existe el reto de adaptarse a las nuevas exigencias de la legislación medioambiental; en segundo lugar, hay una opinión pública más sensible hacia el cuidado del medio ambiente; en tercer lugar, la sensibilidad y la legislación sobre la conservación del medio ambiente van a ser positivas para la profesión porque nace un nuevo perfil y supone, como se dice en el título del apartado, «una nueva oportunidad profesional»; en cuarto lugar, el nuevo profesional nace para mejorar la construcción; finalmente, este profesional lo conseguirá mediante la aplicación de las declaraciones ambientales. (MONTESINOS, 2014, p. 203).

alternativas, apontam quase exclusivamente para os benefícios ambientais (MONTESINOS, 2014).

Por enquanto a academia entende a bioconstrução como um conjunto de técnicas, os movimentos olham sua base política e contra hegemônica localizada em materiais e técnicas nos territórios e nas organicidades que fazem dela um produto não só sustentável ambientalmente, mas também culturalmente, saudável e resistente às economias capitalistas.

A falta de diálogo impede que novas pesquisas em materiais naturais cheguem nas comunidades pela falta de acesso aos centros de pesquisa acadêmicos ou permaculturais⁵⁸. Assim, por exemplo, os banheiros secos continuam sendo espaços feios, escuros e muitas vezes sujos e as casas continuam sem um reboco apropriado, trazendo problemas de higiene e insetos.

A hierarquia imposta hoje entre saberes acadêmicos e saberes populares fazem com que a legitimação das ideias e das práticas sejam um território em disputa e, nesse sentido, a práxis dos movimentos sociais não é reconhecida como ciência nem tecnologia pela academia. Enquanto não houver um exercício de conhecimento e reconhecimento das duas partes, avançar vai ser complicado.

Tantas pessoas que colocaram cabeça na defesa destes conhecimentos. Os povos indígenas fomos perseguidos ao longo da história. Aconteceu holocausto, massacre, coisas horríveis, mas todos estes conhecimentos sobreviveram [...] eu acho que é importante olhar porque em geral é assumido que a investigação deve estar num livro, ou na computadora. Mas aqui também estão os conhecimentos. (TINEY, 2012, p. 339).

A educação popular vem contribuindo muito no diálogo entre as diferentes fontes de saber. Precisamos de “uma teoria de conhecimento a partir de uma reflexão sistemática e contextualizada de experiências e práticas próprias dos movimentos; uma práxis com intencionalidade ético política emancipadora, libertadora das relações de subordinação” (CASADO e MARTÍNEZ, 2016, p. 244). Nesse diálogo necessário apontamos tanto à colaboração como à independência dos processos; para evitar que, por exemplo, a dependência econômica limite o condicione o próprio processo político. Colocamos então como bases da relação com a academia, a colaboração e a horizontalidade.

⁵⁸ Uma rápida pesquisa em oficinas de bioconstrução no Brasil nos leva a cursos com um custo diário dentre 150R\$ e 350R\$ (<https://sustentarqui.com.br/oficina-de-bioconstrucao-na-ecovila/> e <https://www.tibario.com/bioarq>). A diária de trabalho no campo em Ponto Novo é de 40 R\$.

Do outro lado, nas políticas públicas o MPA acumula nos estados de Rio Grande do Sul e Bahia tentativas de diálogo com o Estado para incorporar a bioconstrução na construção da moradia camponesa. Mas os programas governamentais resultaram muito engessados o movimento então, desenvolveu a bioconstrução no debate com as regiões, numa linha mais de poder popular que nas políticas públicas. Porém, através das experiências concretas nesta pesquisa, pretendem provocar o Estado neste caminho e ao mesmo tempo

[...] queremos que este seja um espaço de referência, que possamos expandir também, tanto de construção coletiva, estrutura coletiva na comunidade. Quanto moradia familiar, para que as pessoas que tenham interesse. (Coordenação Bahia MPA).

Para os bioconstrutores populares argentinos Belanko y Aresta, ainda precisa se desenvolver mais a bioconstrução de custo baixo, democratizar a bioconstrução e reforçar as moradias populares por meio da autoconstrução.

Além da moradia, outras políticas públicas podem ser implementadas por meio da bioconstrução. É o caso de políticas de empoderamento local de mulheres que através das capacitações e do trabalho coletivo tomam consciência e se auto organizam. Bom exemplo disso são as mulheres da Federación Entre Mujeres da Nicarágua com suas construções de fornos. Também observamos uma boa possibilidade na construção da casa de sementes, onde reafirmaram o compromisso de levar o modelo para o projeto Sementes Crioulas e a incorporação da própria bioconstrução como técnica de melhora de conservação das sementes.

Mas, a bioconstrução simboliza resistência, luta, resiliência, organização e autonomia; construção coletiva. Coisa difícil de aceitar e potenciar nos Estados capitalistas

5.3. Contribuições no MPA

Esta dissertação, no marco da Pesquisa-Ação-Participativa; gerou ações bioconstrutivas em comunidades diversas através de mutirões. Assim, as comunidades resolveram algumas das suas necessidades ao tempo que aprenderam novas técnicas e melhoramento das técnicas tradicionalmente usadas nos territórios camponeses. Uma construção que não depende mais do mercado e sim da natureza e as mãos camponesas e que despertou a consciência e a curiosidade de vários e

várias militantes do Movimento dos Pequenos Agricultores no resgate da cultura também relativa à moradia e às construções tradicionais.

As experiências relatadas na pesquisa levaram a novos debates no movimento sobre repartição de tarefas, relações de poder ao interior das comunidades, afirmação camponesa e incorporação de tecnologias adequadas. Dirigentes do MPA apontam que a bioconstrução aparece como um grande elo que articula educação popular feminista, organização de base, formação política, auto-organização local e do território.

Assim, o desenvolvimento do trabalho coletivo resultou também na experimentação de outras possíveis coordenações, incorporação e visibilização das mulheres e a juventude e a potencialidade para novas militâncias. E a bioconstrução virou “um laço de vida em forma de mutirão” para que os territórios vazios e sem vida do agronegócio (falando do Terra Nossa) se tornem cheios (Coordenação Nacional em fala um ano depois da obra).

A construção de novos espaços coletivos abriu os tempos e os territórios para as discussões sobre a relação do campesinato com a natureza, as economias não acumulativas e a transformação dos territórios camponeses para alcançar os objetivos de transformação social, o Plano Camponês, do MPA. Ao mesmo tempo que as construções mudaram os espaços; a transformação dos espaços também mudou as relações e as territorialidades das comunidades.

Desde a coordenação do MPA se destaca o avanço que se deu na organização das comunidades, ainda com dificuldade, o resgate do mutirão e o debate sobre a importância do trabalho coletivo ficou evidente; a bioconstrução contribuiu assim na coletividade e solidariedade, no sentimento de pertença e de união. Também no debate da autonomia camponesa, provocou vários debates e várias vontades de continuar com trabalhos semelhantes por enquanto é um modelo “que dá certo para as comunidades se organizarem de maneira coletiva, sem investimento, usando as alternativas que a comunidade oferece” (Dirigente estadual em entrevista final um ano depois da construção).

Isto aconteceu não só nas comunidades que receberam as construções como também naquelas que participaram nos mutirões de solidariedade. Este trabalho acumulou também para a multiplicação de experiências bioconstrutivas, que agora o movimento acha importantes pelo resgate cultural, o fortalecimento da organização, a questão ambiental e a autonomia econômica. Assim surge a necessidade dentro do movimento

de visualizar a bioconstrução como uma alternativa de poder popular e camponesa para a reconfiguração do território.

A contribuição superou assim a escala local, virando uma proposta para o MPA como um todo. A coordenação resgata também a utilidade das construções, abrindo agora espaço para realização de atividades locais e regionais em construções próprias e confortáveis.

Para finalizar, esta síntese desafia ao movimento (na fala de uma dirigente) na reconfiguração do território por fora da lógica do Estado e do mercado; na ressignificação do trabalho coletivo, dos espaços orgânicos de mulheres e de estruturação das comunidades camponesas. E traz tarefas concretas de visibilização da bioconstrução como TS agroecológica que está no centro da vida camponesa e da construção de materiais populares de divulgação para que as informações recolhidas na dissertação cheguem nas comunidades.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Itamar Gomes e GERMANI, Guiomar Inez. Quilombos da Bahia: Presença Incontestável. *In: Quilombos da Bahia: presença incontestável*, Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_amorimgermani_quilombosbahia.pdf. Acesso em: 3 out. 2019)
- ARAUJO, Leomárcio. Contribuições do plano camponês para o semiárido nordestino: proposta do movimento dos pequenos agricultores (MPA). **SBGA**, Brasil, 2018.
- ARESTA, Marco. **Arquitecturas biológicas: el amor por la forma**. Argentina: Ediciones de la U, 2019.
- ARESTA, Marco **Arquitecturas biológicas: la vivienda como organismo vivo**. Argentina: Ediciones de la U, 2014.
- ARESTA, Marco, GIULIA, Scialpi. Arquitetura com terra: experiências do fazer. *In Revista Infohabitar*, ano 10 n 490, julho 2014. Disponível em: <https://infohabitar.blogspot.com/search?q=marco+aresta>. Acesso em: 20 set, 2020
- AZEBEDO, Esterzilda Berenstein de. **Engenhos do Recôncavo Baiano**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.
- BARTRA, Armando. **Os novos camponeses**. Mexico, 2011.
- BATISTA, Andrea Francine. A formação e a organização política na territorialização contra hegemônica: a experiência da Via Campesina Sud América. **Revista Nera**. São Paulo: ano 17, Nº. 24, 2014.
- BAVA, Silvio Caccia. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. **Instituto Polis**: 103-116. México, 2004. Disponível em: <https://polis.org.br/uploads/1522/1522.pdf>. Acesso em: 4 abril, 2020
- BELANKO, Jorge Esteban. Entrevista com PACHECO RIVAS, Igma. El barro, material noble y accesible Site **Bioconstrucción Futura**. Canadá, 2018. Disponível em: <https://bioconstruccionfutura.com/congreso-2018/> Acceso em: 4 abril, 2020
- BELANKO, Jorge Esteban. Laboratorio, resultados de experimentos con tierra (PPW), 2017.
- BELANKO, Jorge Esteban. **La casa de barro**: Técnica: quinchas en bastidores ensamblados. Buenos Aires, 2019.
- BELANKO, Jorge Esteban. Sustentabilidad en la construcción (PPW), 2017.

BOOKCHIN, Murray. (1982) **La ecología y la libertad**: El surgimiento y la disolución de la jerarquía. Madrid: Madre Tierra, 1999.

BOOKCHIN, Murray. Agricultura radical (1972). *In*: **Ecología Libertaria**. Madrid: Madre Tierra, 1991.

BORGES, Gerson Antônio Barbosa, 2020. (190). **Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: um movimento socioterritorial produzindo desenvolvimento e esperança no território do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -IPPRI, São Paulo 2020.

BRITO, Ivanessa de Souza, 2015. **Quilombo Várzea QUEIMADA: semente, atabaque e luta-raízes sagradas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Processos Históricos e Inovação Tecnológicas no Semiárido) - Instituto Nacional do Semiárido, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2015.

BUCKMAN, Mónica. **Recursos naturales y la geopolítica de la integración sudamericana** Lima: Instituto Perumundo; Fondo Editorial J.C. Mariátegui, 2012.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. *In*: **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. ACSUR-Las Segovias. Estado español-2010. Disponível em: <https://porunavidavivible.files.wordpress.com/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf> Acesso em: 3 jul. 2019.

CABNAL, Lorena. Entrevista de **PBI**. Estado Español. Madrid, 2013. Disponível em: http://www.pbiee.org/fileadmin/user_files/groups/spain/1305Entrevista_a_Lorena_Cabnal_completa.pdf Acesso em: 3 jul. 2019.

CAÉM, Prefeitura. Dados gerais. Disponível em: http://caem.ba.gov.br/dados_gerais.php. Acesso em: 10 out. 2019.

CAÉM, Prefeitura: Lei nº 455/2014, de 22 de maio de 2014 - Institui o Plano Municipal de Educação e das outras providências. **Diário oficial do Município**, Caém, Bahia, 2014.

CALLE, Ángel, GALLAR, David, CANDÓN, José Luis (2013), Agroecología política: la transición hacia sistemas agroalimentarios sustentables. *In*: **Revista de Economía Crítica**, 16: 244-277. Andalucía, 2013.

CARDENAS, Damián. **Terminaciones con materiales naturales**. Neuquén, Argentina, (Autoedición) 2018.

CARVALHO, Beatriz Temtemples de; MINTO, Fernando Cesar Negrini; SILVOSO, Marcos Martinez. Arquitetura em terra na produção sustentável da habitação de interesse social. In NEVES, Célia; SALCEDO GUTIERREZ, Zazanda; FARIA, Obede Borges. Memorias [recurso electrónico] del 17º **Seminario Iberoamericano de Arquitectura y Construcción con Tierra**: 319-330. La Paz: FAADU-UMSA / PROTERRA, 2017.

CARVALHO, Horácio Martins de. Ah! Jacques, Jacques... liberte-se desse encantamento milenar. Curitiba, 2006.

CARVALHO, Horácio Martins de. Camponeses e a necessária busca do tempo perdido. **Boletim DATALUTA** n. 100. São Paulo, abril de 2016.

CARVALHO, Horácio Martins de. De produtor rural familiar a camponês. Curitiba, 2009

CARVALHO, Horácio Martins de. Desafios para o campesinato como sujeito social. Curitiba 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de. Na sombra da imaginação. Curitiba, 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**. Petrópolis, 2005.

CASADO, Beatriz, 2018 (579). **Procesos de formación campesinos y disputa territorial para construir soberanía alimentaria**, Análisis de experiencias impulsadas por organizaciones de La Vía Campesina en Brasil y País Vasco. Tesis doctoral Universidad País Vasco. Euskal Herria, 2018.

CASADO, Beatriz *et al* **Sistematización de la experiencia Baserritik Mundura**. Euskal Herria: UPV-2019

CASTELLS, Manuel. Information Technology, Globalization and Social Development. **UNRISD Discussion Paper No. 114**. Ginebra, setembro 1999.

CELENTENI, Francesca Gargallo. **Feminismos desde Abya Yala**. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Ciudad de México, 2014

COORDINACIÓN Político-Pedagógica curso Baserritik Mundura **Propuesta Político-pedagógica**. Universidad del País Vasco-Hegoa y EHNE Bizkaia. Euskal Herria, 2016.

CORDERO, José Antonio; MARTINEZ, Edín de Jesús; NEVES, Célia Maria Martins. **Técnicas mixtas de construcción com tierra**. Argentina, 2003.

COSTA, Iany Elizabeth da. Decolonialidade e movimento quilombola na Paraíba: Diálogos possíveis. In: **SANTOS, Erica Ferrer (org). Geografias Feministas, Geografias LGBTQI+ e Geografias Negras: A diversidade no Encontro Nacional de Geógrafxs** de 2018. Rio de Janeiro: Louisiana editora e produções artísticas, 2019

COSTA, M.J., 2014 (165). **Construção do Plano Camponês: Experiências de políticas públicas de desenvolvimento para o campo brasileiro**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho-IPPRI, São Paulo, 2014.

CRUZ, Ana Paula Batista da Silva. Costurando os Retalhos: Um estudo sobre a comunidade Santiago do Iguapé. [Salvador de Bahia]. *In: III Encontro baiano de estudos em cultura*. Bahia, 2012. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Costurando-os-retalhos-um-estudo-sobre-a-comunidade-Santiago-do-Iguape-.pdf> . Acesso em: 3 out 2019.

CRUZ, Ana Paula Batista da Silva. **‘Viver do que se sabe fazer’: memória do trabalho e cotidiano em Santiago do Iguapé (1960-1990)** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

CURIEL, Ochy em entrevista de Mônica. Andamios. México, **CEJAS**, vol 8. México 2011.

DAGNINO, R. Tecnologia Social e Economia Solidária: construindo a ponte. *In: Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas*: 207-265 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014. Disponível em: SciELO Books <http://books.scielo.org>. Acesso em: 6 nov. 2020.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, F.C.; NOVAES, H.T. Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. *In: LASSANCE Jr. et al. Tecnologia Social – uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 15 a 64.

ECHIBURÚ, Alejandra Alarcón; JORQUERA, Luis Ibaceta. **Catálogo de soluciones energéticas**, Cómo usar eficientemente la leña y aprovechar la energía solar. Opciones que mejoran la calidad de vida de la familia rural y combaten la desertificación Santiago, Chile, junio de 2013

EMAGIN. **Ezagutzaren matazak**. Euskal Herria: Susa, 2019

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências. *In: PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI, João Edmilson (Orgs.). Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo-Expressão Popular, 2008.

FAGUNDES, Marli Souza (2018). **Das mãos que semeiam, nascem batuques, brotam os saberes**: mulheres camponesas, soberania alimentar e o MPA na comunidade quilombola Várzea Queimada, Caém - BA. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social. Centro de Estudos e Serviços Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Caliban y la Bruja**: Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Tese (livre-docência), v.1, Presidente Prudente: UNESP, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando no território dos territórios. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, São Paulo, ano 8, n 6, Brasil, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. *In* SAQUET, Marcos Aurelio SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**: 73-94. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

FERNANDES, Rosali Braga e OLIVEIRA, Leila Cristina da Silva. **Evolução econômica do município de Cachoeira (BA): do século XVI ao século XXI**. Brasil, 201-. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/3747/3431>. Acesso: 13 out. 2019

FURLAM, S.A. **Paisagem**. Brasil, 200-.

GERARDI, Lucia H.O, SALMONI, Giancaria. **Para entender o campesinato: a contribuição de A.V. Chayanov**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/60674404-Para-entender-o-campesinato-a-contribuicao-de-a-v-chayanov-1-1-teoria-de-organizacao-de-producao-de-a-v-chayanov.html> Acesso em: 3 jul. 2019

GODOY, Irina; PAREDES, Freddy; PAREDES, Paúl; DE LA CRUZ, Gloria. Mejoramiento del adobe com fibras vegetales: paja, cabuya, cáscara de arroz, abacá. *In* NEVES, Célia; SALCEDO GUTIERREZ, Zazanda; FARIA, Obede Borges. Memorias [recurso electrónico] del 17º **Seminario Iberoamericano de Arquitectura y Construcción con Tierra**: 65-73. La Paz: FAADU-UMSA / PROTERRA, 2017.

GOHN. Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *In* **CADERNO CRH** v. 21, n. 54: 439-455. . Salvador de Bahia, 2008

GONZALO, Guillermo. **Manual de la Arquitectura Bioclimática**. Argentina: Nobuko, 1998.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **A resistência dos pequenos gigantes**: a luta e a organização dos pequenos agricultores. Petrópolis: Editora vozes, 1998.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Para além do PRONAF**: propostas de políticas estratégicas de Estado para a agricultura camponesa. 2013. Disponível em: <http://www.mpabrazil.org.br/biblioteca/textos-artigos/para-alem-do-pronaf> . Acesso: 6 jun 2019

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Trincheiras da resistência camponesa**: sob o pacto do agronegócio. Candiota, RS: Instituto Cultural Padre Josimo, 2017.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **O espaço como palavra-chave**. Nueva York, 200-.

HARVEY, David. Organizarse para la transición anticapitalista. *In*: **Crítica y emancipación**. Argentina, año II, número 4. 2010.

HEGOA e JOXEMI ZUMALABE. **Experiencias de formación política en los movimientos sociales**. Euskal Herria: UPV-2016.

HERNANDEZ, Jimena de Garay. Compromiso político y acciones académicas: pistas para embarcar en investigaciones feministas. *In*: BARD WIGDOR, Gabriela e BONAVIDA, Paola (Orgs.) **Feminismos Latinoamericanos: recorridos, acciones, epistemologías**. Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, 2017.

HERRERO, Yayo. Apuntes introductorios sobre el Ecofeminismo. Euskal Herria **Boletín de recursos de información** nº43 junio. Centro de Documentación HEGOIA., 2015. Disponível em: <http://boletin.hegoia.efaber.net/mail/37/12552#TemaCentral>. Acesso: 7 jun. 2019.

HOLMGREN, David. **La esencia de la Permacultura**. Australia, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/caem/panorama> Acesso em: 28 out. 2019.

KROPOTKIN, Piotr (1907). **La conquista del pan**. 1a ed. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2005. <https://praxislibertaria.files.wordpress.com/2012/11/la-conquista-del-pan-predro-kropotkin.pdf> Acesso abril 2020.

KROPOTKIN, Piotr (1885). **O que a geografia deve ser**. UNESP, 2017. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/4-0%20QUE%20A%20GEOGRAFIA%20DEVE%20SER_.pdf. Acesso: 7 abr. 2020.

LANDÍVAR, Daniel; GONÇALVES, Raquel; BERN, Caryn. Proyecto piloto de mejoramiento de viviendas de adobe em el marco de la lucha contra la enfermedad de chagas. *In* NEVES, Céla; SALCEDO GUTIERREZ, Zazanda; FARIA, Obede Borges. Memorias [recurso electrónico] del 17º **Seminario Iberoamericano de Arquitectura y Construcción con Tierra**: 155-165. La Paz: FAADU-UMSA / PROTERRA, 2017.

LARA PONCE, Estuardo. **Ecotecnia: Estufa Lorena**. Red temática sobre el patrimonio biocultural nodo valles agrícolas de Sinaloa. Universidad Autónoma Indígena de México. Sinaloa, México, 2015.

LARRAGA, Roberto; AGUILAR, Miguel; REYES, Humberto; FORTANELLI, Javier. La sostenibilidad de la vivienda tradicional: una revisión del estado de la cuestión en el mundo. **Revista de arquitectura vol 16**: 126-145. Madrid, 2014.

LEAL, Marcelo (Org.). **Plano Camponês por soberania alimentar e poder popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

LOPES, Wilza Gomes Reis *et al.* O preconceito na construção com terra: o uso da taipa de mão no Conjunto Parque Wall Ferraz, em Teresina, Piauí, Brasil. In **Seminário Ibero-americano de Arquitetura e Construção com Terra (7), Seminário de Arquitetura e Construção com Terra no Brasil (2)/ (2008: São Luís, Maranhão, Brasil)**: 76-86. São Luís: UEMA/PROTERRA/ TerraBrasil, 2008

LOPES, Wilgam Gomes Reis. A taipa de mão no Brasil In **Seminário Ibero-Americano de Construção com Terra**: 8-15. Salvador. 2002. Anais. Edit. C. Neves; C.Santiago. Salvador: Projeto PROTERRA, 2002.

LÓPEZ ROJO, Alfonso. **Murray Bookchin: Comunalismo, Naturaleza y Libertad**. Estado Espanhol: LP, 201-.

LUCIA AGUILAR ARQUITECTOS. **Manual para la construcción con bambú**. Mexico, 2018.

LUXAN, Marta y ASPIAZU, Jokin. **Metodologías de investigación feminista** (Materiales para el Máster de Igualdad de Hombres y Mujeres: Agentes de igualdad). Universidad del País Vasco, 2017.

MacCALLUM, Diana; MOULAERT, Frank; HILLIER, Jean; HADDOCK, Serena Vicari. **Social innovation and Territorial Development**. England: Ashgate, 2009.

MALDI, D. A questão da territorialidade na etnologia brasileira. In **Sociedade e Cultura**, v. 1, n. 1. Brasil, 2007.

MANGARUCCI, Clara E. *et al.* Vivienda y mal de Chagas en Argentina. Investigaciones y proyectos en áreas rurales de Santiago del Estero In **Seminário Ibero-americano de Arquitetura e Construção com Terra, Seminário de Arquitetura e Construção com Terra no Brasil (2)/ (2008: São Luís, Maranhão, Brasil)**: 675-684. São Luís: UEMA/PROTERRA/ TerraBrasil, 2008.

MARANGONI, Gustavo. **El barro, las manos, la casa**. Ediciones El Bolsón (Video) Argentina, 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5BxcRVdWaRc>. Acesso: 13 nov. 2019.

MARTÍNEZ, L.M.; BIGLIA, B.; LUXÁN, M.; FERNÁNDEZ, C.; AZPIAZU, J.; BONET, J. **Experiencias de investigación feminista: propuestas y reflexiones metodológicas**. Athenea Digital. Barcelona, 2014.

MARTINS, Adalberto Greco. **A produção ecológica de arroz e a reforma agrária popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MENDIA, LUXÁN, LEGARRETA, GUZMÁN, ZIRION y AZPIAZU (eds). **Otras formas de (re)conocer**. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista. Bilbao: Hegoa-SIMReF, 2015.

MIMENZA Aner; REDONDO, Estibaliz. **Modelo agroecológico como premisa de la soberanía alimentaria** (Guía didáctica). Euskal Herria, 2017.

MINKE, Gernot. **Manual de construcción con tierra**- La tierra como material de construcción y sus aplicaciones en la arquitectura actual. Editora Nordan Comunidad, 2001.

MINKE, Gernot. **Manual para la construcción de viviendas antisísmicas de tierra**. Universidad de Kassel, Alemania, 2005.

MILLÁN, Moira em entrevista de HERRERA, Lucía Cholakian. **Moira Millán, lideresa mapuche**: “La lucha no debe ser contra el ‘cambio climático’ sino contra el terricidio”. Argentina: Nodal, 2019. Disponível em: <https://www.nodal.am/2019/10/moira-millan-lideresa-mapuche-la-lucha-no-debe-ser-contra-el-cambio-climatico-sino-contra-el-terricidio/> Acesso: 10 nov. 2019.

MOLLISON, Bill. **Introducción a la permacultura**. Estado Español, 1999.

MONTESINOS LOPEZ, Anna I. El discurso de la bioconstrucción arquitectónica: divulgación y legitimación en revistas profesionales. Cultura, lenguaje y representación. **Revista de estudios culturales de la Universitat Jaume I** vol 13: 201-220. Barcelona, 2014.

MPA. **A luta dos camponeses do MPA por água encanada na Bahia**. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/a-luta-dos-camponeses-do-mpa-por-agua-encanada-na-bahia/>. Acesso: 15 out. 2019.

MPA. **Cartilha: Plano Camponês**. MPA. Brasil, 2016

MPA. Plano Camponês. **Construindo o Novo Caminho da Roça**, 2007

MPA. **Histórico da comunidade Tigre**. Documento interno da comunidade. Brasil, 2017.

MPA. **Movimento dos Pequenos Agricultores**. Relatório (não publicado). Brasília, 1998.

MPA. **Projetos Político Pedagógico**. (não publicado): Santa Cruz do Sul, 2015.

MPA. PPW para a coordenação do MPA Bahia, **organicidade do movimento**. Documento interno, 2019.

MULGAN, Geoff. The process of social innovation. **Revista Innovations**. UK, 2006.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs). **Mulheres camponesas, trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Brasil, 2013.

NEVES, Célia Maria Martins; FARIA, Obede Borges; ROTONDARO, Rodolfo; CEVALLOS: Patricio S.; HOFFMANN, Márcio Vieira. **Selección de suelos y métodos de control en la construcción con tierra – prácticas de campo**. Mexico, 2009. Disponível em <http://www.redproterra.org>. Acesso: 10 set 2020.

NEVES, Célia, FARIA, Obede Borges. Programa interlaboratorial PROTERRA. Ensaios de adobe. In **Seminário Ibero-americano de Arquitetura e Construção com Terra (7), Seminário de Arquitetura e Construção com Terra no Brasil (2)/ (2008: São Luís, Maranhão, Brasil): 29-38**. São Luís: UEMA/PROTERRA/ TerraBrasil, 2008.

NEVES, Célia Maria Martins; FARIA, Obede Borges (Org.). **Técnicas de construcción con tierra**. Bauru: FEBUNESP / PROTERRA, 2011.

NYELENI, Declaración de. Mozambique, 2007. Disponível em:: <http://www.foodsovereignty.org/wp-content/uploads/2015/02/ES-Declaraci%C3%B3n-del-Foro-Internacional-sobre-Agroecolog%C3%ADa-2015.pdf>. Acesso: 9 jul. 2019.

NOBLE, Davis. **A religião da tecnologia**. Espanha: Paidós, 1997.

NOGUÉ, J. **El paisaje como constructo social**. Espanha, 2009.

NOVAES, Henrique Tahan. **O fetiche da tecnologia – a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 2ª Edição.

NOVAES, Henrique Tahan. Por uma teoria crítica da tecnociência e pela urgência de uma sociedade para além do capital. In: HENRIQUES, Flávio Chedid; ADDOR Felipe; MALINA, André; ALVEAR, Celso Alexandre **Tecnologia para um desenvolvimento social, diálogos NIDES-UFRJ**. Lutas anticapital, 2018.

NOVAES, Henrique Tahan. **Reatando um fio interrompido – a relação universidade movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.

OLGYAY, Victor. **Arquitectura y clima, manual de diseño bioclimático para arquitectos y urbanistas**. Málaga, 2019.

OLIVEIRA, Arivaldo Umberino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Erika Anne dos Santos, 2018 (84). **O MPA na luta por água encanada nos municípios baianos de Jacobina, Capim Grosso e Quixabeira**. Monografia apresentada pelo curso de Graduação Licenciatura em História, PEC/MS, Universidade Federal da Paraíba- UFPBgrau em Licenciatura Plena em História. João Pessoa-PB, 2018

OLIVEIRA, Eulália dos Santos (43), 2018. **Terra Nossa: uma História de luta e conquista do MPA na Bahia no perímetro irrigado de Ponto Novo (2005-2014)**. Monografia apresentada pelo curso de Graduação Licenciatura em História, PEC/MS, Universidade Federal da Paraíba- UFPB em Licenciatura Plena em História. João Pessoa-PB, 2018.

ORNAT, Marcio Jose. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. *In Terr@Plural*: 309-322. Ponta Grossa, 2008

OROZCO, Amaia Pérez. **Subversión feminista de la economía**: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficantes de sueños, 2014

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. Tese, Doutorado em Geografia Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

PELOSO, Ranulfo (org.). **Trabalho de base** (Seleção de roteiros organizados pelo Cepis). Expressão Popular, 2012.

PEÑAFIEL, Adriana Paola Paredes; MARQUES, Flávia Charão; PROMPT, Cecília Heidrich. Desenhos locais: experiências de bioconstrução no oeste do estado de Santa Catarina com agricultores familiares. **Caderno eletrônico de Ciências Sociais** v. 1, n. 1: 41-64. Brasil, 2013

PETERSEN, Paulo; SILVEIRA, Luciano Marçal da Silveira; FERNANDES, Gabriel Bianconi; ALMEIDA. **Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

PICKERILL, Jenny. Building collectively is greener, easier and cheaper. *In: Communities* N 179, 2008.

PILON, Bruno. **Água encanada**: quem tem sede tem luta. Documentário produzido pelo MPA, Bahia, 2017. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/videos/documentario-agua-encanada-quem-tem-sede-tem-luta/>. Acesso: 7 out. 2019.

PIÑEIRO, Diego. **En busca de la identidad**. La acción colectiva en los conflictos agrarios de América Latina. Buenos Aires-CLACSO, 2004.

PINTO, José Vandério Cirqueira. O homem, a terra e a liberdade como contribuição epistemológica do anarquismo na geografia agrária.. Revista **Geonordeste**, Ano 25, n. 1: 15-37. São Cristóvão, Brasil, 2014

PORTO GONÇALVES, C.W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *In*: CRUZ, Valter do Carmo e OLIVEIRA, Denílson Araújo (Orgs). **Geografia e giro decolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

PORTO GONÇALVES, C.W. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente:** pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. Brasil: Interthesis, 2004.

PORTO GONÇALVES, C.W. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2006.

PROMPT, Cecília Heidrich. **Curso de Bioconstrução.** Brasília: MMA, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por una geografía del poder.** México: El Colegio de Michoacán, 2015.

RAIMUNDO, Glaucione. Geografia e gênero: uma abordagem sobre o genocídio de mulheres negras no Brasil. *In* SANTOS, Erica Ferrer (org). **Geografias Feministas, Geografias LGBTQI+ e Geografias Negras: A diversidade no Encontro Nacional de Geógrafxs de 2018.** Rio de Janeiro: Louisiana editora e produções artísticas, 2019.

RAMOS, Catarina *et al.* **Colóquio paisagem.** Portugal: Finisterra 2002.

RECLUS, E. **El hombre y la tierra, volumen 6.** Barcelona, 1909.

RECLUS, E. **La evolución, la revolución y el ideal anarquista,** 2014. Disponível em: <https://jjmlsm.files.wordpress.com/2015/10/eliseo-reclus-evolucion-revolucion-y-anarquismo.pdf> Acesso: 10 jul 2019.

REDONDO, Estibaliz. Agroecología que se viste de barro. *In* **Cadernos de agroecología,** 2019.

REDONDO, Estibaliz. **Construção da identidade camponesa e novas territorialidades.** Brasil, 2019 (Não publicado, 2019).

REDONDO, Estibaliz. Metodología para trabajar violencias y territorio. Territorio cuerpo en el feminismo campesino y popular. *In:* **Anais eletrônicos SINGA 19,** Brasil, 2019. Disponível em: https://www.singa19.com.br/resources/anais/8/singa2019/1569346378_ARQUIVO_36046b9da374a216922616e1e2677e3b.pdf. Acesso: 22 nov. 2019.

REDONDO, Estibaliz. **Tecnologias sociais, debates entre a academia e os movimentos sociais.** Diálogos na construção de saberes. (Não publicado, 2019).

REDONDO, Estibaliz. **Terra Nossako azpiegituren eraikuntza: auzonalean eta formazioan oinarritutako bioeraikuntza lanak.** País Basco: Projeto para Município de Zaldibar, 2019.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. *In* **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, 2008.

RUBIO, Blanca. La agricultura latinoamericana en la transición mundial: una visión histórica estructural, 2003-2016 *In*: RUBIO, Blanca (coord). **América Latina en la mirada: las transformaciones rurales en la transición capitalista**. México UNAM, 2018.

SALAS, Patricio Cevallos. El mal de Chagas en el Ecuador *In* **Seminário Ibero-americano de Arquitetura e Construção com Terra (7), Seminário de Arquitetura e Construção com Terra no Brasil (2)/ (2008: São Luís, Maranhão, Brasil):** 660-674. São Luís: UEMA/PROTERRA/ TerraBrasil, 2008

SANTANA, Leila, 2017 (176). **Do acampamento da seca ao programa camponês:** atuais contribuições do MPA no processo político – social do Nordeste e seu campesinato à luz do contexto agrário. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”-IPPRI, São Paulo, 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996

SANTOS, Milton. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. *In*: **Terra Livre** n 9. São Paulo, 1991.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço-tempo:** Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, 1994.

SANTOS, Thais Calixto dos, 2017. **Universidade, território e emancipação: quilombolas estudantes no ensino superior**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade. Salvador de Bahia, 2017.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por una geografía de las territorialidades y las temporalidades:** una concepción multidimensional orientada a la cooperación y el desarrollo territorial. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. *In* SAQUET, Marcos Aurelio SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos: 73-94. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

SAQUET, Marcos Aurelio. Territorios rurales y perspectivas de desarrollo territorial con autonomia: la agricultura campesina (agro)ecológica *In* **Eutopía** número 10: 57-76. Argentina, 2016.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Brasil-Raízes** Vol. 21, Nº 01, 2002

SILVA, Joseli. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. *In*: SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades: 25-54. ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. *In*: SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**: 93-114. ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. Ponta Grossa, **Revista de História Regional**: 31-45. Brasil, Verão 2003.

SILVA, Valter. **10 anos de Plano Camponês**. Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/biblioteca/textos-artigos/dez-anos-de-plano-campones>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

SILVA, Valter. **Modo de ser, viver e produzir camponês**. Brasil, 2014.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **Territorialidades em tensão: a reprodução social nos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasil, 201-

SMITH, Michael G. Natural building and community, two ways to build connection. *In*: **Communities** N 139, 2008.

SOBREIRO FILHO, José, 2016 (440). **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, nível Doutorado, da Universidade Estadual Paulista, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia Presidente Prudente, 2016.

SOSA, Mirta Eufemia. El impacto de la globalización en la arquitectura de tierra. *In* **Seminário Ibero-americano de Arquitetura e Construção com Terra (7), Seminário de Arquitetura e Construção com Terra no Brasil (2)/ (2008: São Luís, Maranhão, Brasil)**: 449-445. São Luís: UEMA/PROTERRA/ TerraBrasil, 2008

TINEY, Juan. Investigación colaborativa en tiempos de crisis: hacia la coproducción de conocimientos. *In*: DAZA, Mar, HOETMER, e VARGAS, Virginia (eds.). **Crisis y movimientos sociales en Nuestra América: cuerpos, territorios e imaginarios en disputa**. Lima, 2012.

TOURN, Gladys Mabel. La pobreza y la vivienda en un contexto social que se deteriora. **Anuario N°5-Facultad de ciencias humanas UNL Palm**: 83;96. Argentina, 2003.

http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/pubpdf/anuario_fch/n05a07tourn.pdf Acesso em junho 2020.

VASCONCELLOS, Bruna Mendes; FRAGA, Lais Silveira; BRITO, Rafael Dias. Tecendo conexões entre feminismo e alternativas sociotécnicas. *In*: HENRIQUES, Flávio Chedid; ADDOR Felipe; MALINA, André; ALVEAR, Celso Alexandre **Tecnologia para um desenvolvimento social, diálogos** NIDES-UFRJ. Lutas anticapital, 2018.

VAN LENGEN, John. **Manual del arquitecto descalzo**. Madrid, 1989.

VAZ, Jefferson Martins, 2016. (88) **Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil: A construção da identidade camponesa (1996-2013)**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História – América Latina. Foz de Iguaçu, 2016.

Vía Campesina Europa. **Declaración de La Vía Campesina Europa sobre la agroecología**, 2014.

VIDAUD, E. De la historia del cemento. *In* **Construcción y tecnología en concreto, noviembre**: 20-23. Argentina, 2013. Disponível em: <http://www.revistacyt.com.mx/index.php/ingenieria/60-de-la-historia-del-cemento> Acesso em: 15 jun. 2020.

VILLALOBOS, Rodrigo. Construcción con tierra, evolución e identidad situada. *In* NEVES, Célia; SALCEDO GUTIERREZ, Zazanda; FARIA, Obede Borges. Memorias [recurso electrónico] del 17º **Seminario Iberoamericano de Arquitectura y Construcción con Tierra**: 595-603. La Paz: FAADU-UMSA / PROTERRA, 2017.

VIÑUALES, Graciela María. (Coord.). **Arquitecturas de Tierra en Iberoamérica**. Habitterra, Red Temática 14. Argentina, 1994

VIÑUALES, Graciela María. Adobe y Chagas. Verdades y mitos de la construcción con tierra *In* **Seminário Ibero-americano de Arquitetura e Construção com Terra (7), Seminário de Arquitetura e Construção com Terra no Brasil (2008: São Luís, Maranhão, Brasil)**: 653-660. São Luís: UEMA/PROTERRA/ TerraBrasil, 2008

WARD, Collin. 'Self-help and mutual aid: The stolen vocabulary'. *In* WILBERT, C. and WHITE, D. F. (eds), **The Colin Ward Reader: Autonomy, Solidarity, Possibility**: p. 210–235. Edinburgh: AK Press, 2011.

WARD, Collin. **Talking to Architects**. London: Freedom Press, 2002.

WARD, Collin. **When We Build Again – Let's Have Housing That Works**. London: Pluto Press, 1985.

WIGDOR, Gabriela Bard. El reloj capitalista atenta contra la vida: mujeres, cuidados y usos del tiempo. *In*: **Feminismos Latinoamericanos**: recorridos, acciones, epistemologías. Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, 2017.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones América Latina en movimiento**. Lima, 2007.

ZIBECHI, Raúl. **Política & Miseria**. Una propuesta de debate sobre la relación entre el modelo extractivo, los planes sociales y los gobiernos progresistas. Buenos Aires: La Vaca Editora, 2010.

ZIBECHI, Raúl. **Territorios en resistencia**. Cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas. Buenos Aires: Lavaca Editora, 2008.

ZUMALABE Fundazioa. **Documento interno**. Euskal Herria, 2017.

----- --- **Zaintza hirukoitza**. Euskal Herria, 2017.

APÊNDICE A – LISTADO DE ENTREVISTAS

Coordenação Terra Nossa. Estibaliz Redondo. Assentamento Terra Nossa, Ponto Novo, 2019. Arquivo odt, 2 páginas.

Assentada Terra Nossa 1. Estibaliz Redondo. Assentamento Terra Nossa, Ponto Novo, 2019. Arquivo odt, 2 páginas.

Assentado Terra Nossa 2. Estibaliz Redondo. Assentamento Terra Nossa, Ponto Novo, 2019. Arquivo odt, 3 páginas.

Assentada Terra Nossa 3. Estibaliz Redondo. Assentamento Terra Nossa, Ponto Novo, 2019. Arquivo odt, 2 páginas.

Assentado Terra Nossa 4. Estibaliz Redondo. Assentamento Terra Nossa, Ponto Novo, 2019. Arquivo odt, 4 páginas.

Crianças Terra Nossa. Estibaliz Redondo. Assentamento Terra Nossa, Ponto Novo, 2019. Arquivo odt, 2 páginas.

Coordenação Engenho da Ponte. Estibaliz Redondo. Quilombo Engenho da Ponte, Cachoeira, 2019. Arquivo odt, 2 páginas.

Quilombola Engenho da Ponte 1. Estibaliz Redondo. Quilombo Engenho da Ponte, Cachoeira, 2019. Arquivo odt, 4 páginas.

Quilombola Engenho da Ponte 2. Estibaliz Redondo. Quilombo Engenho da Ponte, Cachoeira, 2019. Arquivo odt, 3 páginas

Coordenação comunidade Tigre. Estibaliz Redondo. Festa do Licuri, Itiúba, 2019. Arquivo odt, 4 páginas.

Tigre 1. Estibaliz Redondo. Comunidade Tigre, Caém, 2019. Arquivo odt, 2 páginas.

Tigre 2. Comunidade do Tigre, Caém, 2019. Arquivo odt, 2 páginas.

Mulheres 1 -TN-. Estibaliz Redondo. Assentamento Terra Nossa, Ponto Novo, 2019. Arquivo odt, 2 páginas.

Mulher 2 -TA-. Estibaliz Redondo. Tamanduá, Cansanção, 2019. Arquivo odt, 2 páginas.

Mulher 3 Cansanção. Estibaliz Redondo. Capoeiras, 2019. Áudios whatsapp.

Coordenação Bahia MPA. Estibaliz Redondo. Assentamento Terra Nossa, Ponto Novo, 2019. Arquivo odt, 7 páginas.

Coordenação Bahia 2. Estibaliz Redondo. Assentamento Terra Nossa, Ponto Novo, 2019. Áudio digital 15min.

Direção Nacional MPA 1. Estibaliz Redondo. Salvador da Bahia, 2019. Arquivo odt, 7 páginas.

Direção Nacional MPA 2. Estibaliz Redondo. Skipe, 2019. Arquivo odt 5 páginas.

APÊNDICE B– PLANILHA OBSERVAÇÃO REUNIÕES

LOCAL.

DATA.

Participantes.

1. Mecanismos para todo o mundo falar
2. Reações ante os mecanismos de democratização
3. Quem pesa nas decisões. Habilidades.
4. Como se dão as relações de poder, em quais momentos estão equilibrados e quando desequilibra
5. Que momento chave as pessoas viram coletivo. Como percebo isso
6. Quais momentos reforçam a identidade camponesa/a identidade Terra Nossa

Quem fala	Longo	Curt o	Pergunta	Afirm a	Concord a	Discord a	Grit a	Opin a	Propõe	Outras

Quem se sente seguro/a	Quem se vê com medo	Quem se vê com vergonha	Outro sentimento

APÊNDICE C– PLANILHA OBSERVAÇÃO OBRA

LOCAL.

DATA.

Participantes.

Observações participação. Mais homens ou mulheres, participação da juventude e crianças...

Pontualidade

Sai sem avisar

Quem traz ferramentas

Quem usa ferramentas

Quem quer aprender

Quem está gostando

Reparto de tarefas, critérios

Reparto de tarefas homens y mulheres

Reparto de tarefas jovens e adultos

Reparto de tarefas brancos e outros

Rotação dos trabalhos ou especialização

Quem se sente seguro/a	Quem se vê com medo	Quem se vê com vergonha	Outro sentimento

Relações

Ayuda mútua	Ensinar e aprender	Assédio	Piadas	Desconsiderações	Paternalismo

Respeito

Escuta quando outras falam	Faz perguntas	Faz considerações	Concorda	Discorda

1. Como se dão as relações de poder, em quais momentos estão equilibrados e quando desequilibra
2. Que momento chave as pessoas viram coletivo. Como percebo isso
3. Quais momentos reforçam a identidade camponesa/a identidade Terra Nossa

APÊNDICE D– ROTEIRO ENTREVISTA PARTICIPANTES

- Como estão organizados os trabalhos
- Dá para todas as pessoas participar
- Como está se sentindo no trabalho
- Se sente parte das decisões
- Se sente com segurança para aprender e fazer coisas que não fazia
- Como se sente com respeito das outras pessoas
- Como está afeitando a bioconstrução na comunidade
- Acha que o sentimento de coletivo, de organização cresceu
- A construção vai ser de utilidade para a comunidade
- Quem vai cuidar da construção
- Sente a construção como sua
- Gostaria de fazer outras bioconstruções

APÊNDICE E– ROTEIRO ENTREVISTA DIRIGENTES

- Porque o movimento resolveu fazer alguns projetos, atividades... na bioconstrução
- Como a bioconstrução ajuda na organicidade do MPA
- A bioconstrução, faz parte da identidade camponesa/quilombola? Em qual sentido? Ou como?
- Como contribui na construção de uma identidade coletiva.
- Provoca surgimento de novas territorialidades
- Quais são as fortalezas e debilidades observados nos processos bio
- Relações entre a bioconstrução, o mutirão, as oficinas... e as relações de poder
- Como a bioconstrução se insere no plano camponês. Em que pontos, de que jeito... como pode contribuir em cada um dos eixos.

APÊNDICE F– PLANOS E DESENHOS

https://drive.google.com/file/d/1ISr_RPgJ72s4YxAW8clduajdKCi1d9y2/view?usp=sharing

APÊNDICE G– RESUMO DA ANÁLISE

https://drive.google.com/file/d/10UgQwoYVS_u_DgWde3H8LiuuvkdjzyAF/view?usp=sharing

APÊNDICE G– VIDEO DAS CONSTRUÇÕES

<https://drive.google.com/file/d/1J5z9ixyaZh68-EByh0ChuciqYVFD37VX/view?usp=sharing>